

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

**A FLECHA E A FARDA: Legibilidade, violência
e sobrevivência em 'Arara'**

São Paulo
2021

MIGUEL ANTUNES RAMOS

A FLECHA E A FARDA: Legibilidade, violência e sobrevivência em
'Arara'

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Meios e Processos Audiovisuais.

Área de concentração: Meios e Processos Audiovisuais.

Orientador: Prof. Dr. Ismail Xavier

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Ramos, Miguel Antunes
A Flecha e a Farda: Legibilidade, violência e sobrevivência em 'Arara' / Miguel Antunes Ramos ; orientador, Ismail Xavier. -- São Paulo, 2021.
144 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão original

1. Guarda Rural Indígena (GRIN) 2. Ditadura Militar 3. Povos Indígenas 4. Arquivo I. Xavier, Ismail II. Título.

CDD 21.ed. - 791.43

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

FOLHA DE APROVAÇÃO

Miguel Antunes Ramos

A FLECHA E A FARDA: Legibilidade, violência e sobrevivência em 'Arara'

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Meios e Processos Audiovisuais.

Área de concentração: Meios e Processos Audiovisuais.

Orientador: Prof. Dr. Ismail Xavier

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ismail Xavier, pela orientação constante e pelas leituras atentas.

À Profa. Dra. Claudia Mesquita e ao Prof. Dr. Mateus Araújo, pela leitura do texto apresentado ao Exame de Qualificação e por seus comentários extensos e precisos, que muito ajudaram na (re)estruturação desta dissertação.

À Profa. Dra. Esther Hamburger e à Profa. Dra. Cecília Antakly de Mello pela interlocução rica e constante.

Ao Leco, que abriu os caminhos, pelos diálogos, pela paciência e apoio.

Ao Ernesto, Angelo e Luisa pelas extensas e profundas conversas no processo de feitura do filme, que ressoaram imensamente nesta dissertação.

Ao Ian Packer, pela generosidade no compartilhamento de ideias.

Ao Marcelo Zelic, por ter me introduzido ao material que deu origem à esta pesquisa.

À Ju, pelos insights, pela paciência e carinho.

À minha família, pelo apoio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

RESUMO

A FLECHA E A FARDA: Legibilidade, violência e sobrevivência em ‘Arara’

Em 2012, durante as investigações da Comissão Nacional da Verdade foi encontrado no Museu do Índio um DVD com a recente digitalização de um conjunto de rolos de película filmados em 1970 e intitulados ‘Arara’. Se tratava da cerimônia de formatura da primeira e única turma da Guarda Rural Indígena (Grin), em fevereiro de 1970, em um batalhão policial em Belo Horizonte. Nossa pesquisa se debruça sobre essas imagens, buscando, primeiro, refletir sobre esse reaparecimento (reemergência, sobrevivência), depois, sobre o que foi a Grin, suas contradições e campos de força. Posteriormente, nos dedicamos a compreender o autor das imagens, o fotógrafo Jesco Von Puttkamer, para então nos dedicarmos em um longo mergulho de análise propriamente dita das imagens. Fazemos uma análise plano a plano dos 26 minutos de película, buscando ler sob o acetato envelhecido a violência e o recalque dos militares, a forma como Jesco registrou e estetizou o acontecido, e a forma como os indígenas encenaram, lidaram e resistiram a performar em si a imagem do outro que os militares queriam ver desfilada.

Palavras-chave: Guarda Rural Indígena ; Grin ; ditadura militar ; questão indígena ; Comissão da Verdade.

ABSTRACT

The Arrow and the Uniform: image, legibility and survival in ‘Arara’

In 2012, during the investigations of the National Truth Commission, a DVD with a recent digitization of a set of film rolls shot in 1970 and entitled 'Arara' was found at the Indigenous Museum in Rio de Janeiro. The film had survived along 40 years untouched and, when we examined its content, it was shown that it brought the images of the graduation ceremony of the first and only group of the so called Indigenous Rural Guard (GRIN), which took place in February 1970, in a police battalion in Belo Horizonte. Our research focuses on these images, seeking, first, to evaluate the effects of the reappearance of this material that could reveal precious data related to the creation of that Guard by a federal law. Subsequently, we focus on the trajectory of the photographer Jesco Von Puttkamer, the man who documented that ceremony producing the material that became the central object of our analysis. A shot by shot close reading of the 26 minutes film, trying to read under the aged acetate the violence and repression of the military as expressed by the way Jesco recorded and aestheticized the ceremony. In our reading of the images we devoted special attention to the way the natives staged, dealt with and resisted performing in their own bodies and faces that image of disciplined soldiers that the military wanted to see in that parade.

Keywords: Rural Indigenous Guard; Grin; military dictatorship; indigenous group; National Truth Commission.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1:	24
Capítulo 2:	47
Capítulo 3:	70
Considerações Finais:	139
Referências Bibliográficas:	143
Anexo 1:	150
Anexo 2:	167

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

INTRODUÇÃO

*“nós, que fingimos acreditar
que tudo isso pertence a um só tempo”*

Alain Resnais/Jean Cayrol, Noite e Neblina

*“quem controla o passado,
controla o futuro”*

George Orwell, 1984

Em 2012, foi encontrado no Museu do Índio um DVD com a recente digitalização de um conjunto de rolos de película filmados em 1970 e intitulados ‘Arara’. O termo ‘encontrado’ talvez não seja o mais preciso, uma vez que estas imagens não foram declaradas perdidas, nem por ninguém reclamadas. Elas permaneceram guardadas, silenciosas, por mais de 40 anos no Museu do Índio, até que em 2012, no contexto de investigações em torno da criação da Comissão Nacional da Verdade, elas pudessem ser reconhecidas, isto é, lidas.

As imagens mostram um grupo de indígenas fardados que, diante da cúpula do Regime Militar, marcham, juram a bandeira, performam gestos militares. Se tratava da cerimônia de formatura da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Dentre os elementos performados, um deles chama especialmente a atenção: dois indígenas carregam um terceiro, com os braços amarrados, em um pau-de-arara. Esta é a única imagem oficial da técnica de tortura conhecida como ‘pau-de-arara’ de todo o período militar. Técnica denunciada inúmeras vezes por militantes torturados nos porões da ditadura mas nunca admitida pelos militares, ela foi, nessa cerimônia, desfilada à céu aberto à vista de todos os presentes – dos militares à população do entorno, que a tudo aplaudia.

Estas imagens foram tornadas públicas em uma reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena¹”, assinada pela jornalista Laura Capriglione. A matéria traz um bom resumo do que foi a Grin, descreve o material encontrado e dá especial destaque às imagens do pau-de-arara. Depois, expande o

¹ Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de novembro de 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml?origin=folha> - acessado em 17 de dezembro de 2020.

olhar para a forma como a ditadura lidou com os povos indígenas, com uma longa descrição do funcionamento do presídio Krenak, em Minas Gerais, também comandado pelo Capitão Pinheiro, o policial militar que foi o idealizador da Grin, como veremos.

Este material encontrado é composto por 26 minutos e 55 segundos de película, sem som, que compõe o registro bruto da formatura. Há no material claquetes aparentes, e tomadas feitas repetidamente. O conjunto dessas imagens são o centro desta dissertação.

O encontro quase fortuito deste material fala sobre a fragilidade de nossa memória enquanto país, simétrica à de nossas instituições. Estas imagens, guardadas sob um nome cifrado, que não condizia com o que foi registrado uma vez que a etnia Arara não estava presente nas imagens encontradas; estas imagens, silenciosas, sem explicações evidentes do que afinal continham; essas imagens só puderam começar a alcançar uma legibilidade quando o Estado Brasileiro começou a organizar uma tardia, tímida e frágil política de memória – a instauração, em 2010, da Comissão Nacional da Verdade².

Compreendemos, com Paul Ricoeur, a história (e por que não dizer, o cinema), como uma investigação. O autor francês, citando Carlo Guinzburg, afirma que: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – rastros, indícios – que permitem decifrá-la³.”. Nos parece que estamos diante de um desses indícios, e assim, a busca por decifrá-lo será nosso percurso ao longo deste texto.

Paul Ricoeur continua, afirmando que como toda escrita, “um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferentemente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos não é somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os ‘puseram no mundo’, estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência⁴.” No entanto, podemos pensar que, mesmo mudo, esse material antigo, pouco legível, em processo avançado de deterioração, também fala. Cabe à nós, portanto, conseguir

² Cabe destacar aqui que, ao contrário das políticas de memória da Argentina e do Chile, a Comissão da Verdade brasileira não tinha o poder de punir algozes ou torturadores, nem era capaz de revogar a Lei da Anistia, de 1979, promulgada pelos próprios militares.

³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. Página 185.

⁴ Idemibidem, página 179.

escutá-lo. E para tal, tentaremos olhar, ler, escutar, entre as frestas de uma história cheia de lacunas, de não ditos, de impossibilidades.

Esta dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, narraremos o que foi a GRIN, atentando para os campos de força que se explicitam na cerimônia cujo registro é nosso material de arquivo. Partiremos da hipótese de que a GRIN pode ser explicada a partir de dois eixos distintos, que se confundem e atravessam: de um lado, como um passo em um processo antigo que atinge seu ápice no pós AI-05, a saber: a militarização da relação entre indígenas e Estado brasileiro. De outro, como uma resposta **imagética** a um contexto de acusações variadas, em especial fora do Brasil, de violências contra povos indígenas cometidas pela ditadura – acusações motivadas em grande parte, às repercussões da divulgação, em 1967, do Relatório Figueiredo⁵.

No segundo capítulo, nos deteremos sobre a figura de Jesco Von Puttkamer, o fotógrafo que, segundo consta na claquete visível nas imagens, efetuou o registro a que ora nos detemos. Refletiremos sobre algumas ambiguidades de sua figura, e tentaremos compor o quebra-cabeça de sua relação com o Estado brasileiro nos anos 70.

Por fim, nosso terceiro e principal capítulo consiste em um mergulho nas imagens. Procederemos a uma descrição minuciosa, buscando **ler** em cada plano a sobreposição das ações de três grupos: primeiro, a agência dos militares, que criaram a GRIN, que treinaram os indígenas e organizaram a cerimônia de formatura; depois, a agência de Jesco, que através de escolhas formais, de posições de câmera, de enquadramentos específicos, registrou o que se passava; e, por fim, a agência dos guardas, dos indígenas que, no contexto da apressada, equivocada e violenta política de criação de uma Guarda Rural Indígena, performaram em seus corpos, diante dos militares, a imagem de algo que não escolheram para si.

⁵ Relatório Figueiredo. Processo nº4.483/68. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo> - último acesso: 29.01.2021.

A sobrevivência das imagens

Para melhor compreender nosso material de arquivo talvez seja preciso pensar, primeiro, o reaparecimento, a sobrevivência, a reemergência enfim dessas imagens. Conforme relata Marcelo Zelic, o pesquisador responsável pelo encontro dessas imagens, ele estava compondo um grupo da sociedade civil de apoio às investigações da Comissão Nacional da Verdade⁶. Neste papel, ele se dirigiu a diversos acervos públicos, entre eles o Museu do Índio, e conversou longamente com outros pesquisadores e com funcionários da instituição sobre a Comissão da Verdade e o tipo de material em que ela estava interessada. Poderíamos pensar, portanto, que o esforço de Zelic foi o de dirigir **perguntas** aos arquivos. Não apenas individualmente, mas estendendo essas perguntas através de uma ampla rede de funcionários e técnicos, utilizando portanto uma infraestrutura já existente, técnica e humana, mas que não estava necessariamente atenta ao tipo de interesse, ao tipo de **olhar** com o qual agora, quase 30 anos depois do final da ditadura militar, se olhava os mesmos arquivos.

Segundo seu relato, nessa conversa ele ouviu dizer que um dos funcionários do Museu do Índio, Rodrigo Piquet, teria ficado estarecido alguns anos antes, durante a digitalização de alguns arquivos, diante de alguns rolos de película. Zelic retornou ao museu no dia seguinte, encontrou Piquet, e este, enfim, lhe mostrou as imagens já digitalizadas, que foram assim ‘encontradas’.

Esse processo merece ser melhor pensado. Conforme se percebe no relato, essas imagens, depositadas há décadas em uma caixa no Museu do Índio, foram primeiro **vistas** por Rodrigo Piquet poucos anos antes em um procedimento rotineiro de digitalização, ou seja, de mudança de suporte do acervo, de físico a digital, que exige que os materiais sejam vistos – uma visada a princípio técnica, apenas para conferir que a mudança de suporte se deu de forma satisfatória. As imagens chamaram a atenção do funcionário do Museu, a ponto de ele ter comentado com outros funcionários e ainda se lembrar delas anos depois; mas não o suficiente para que ele tivesse caminhado sozinho em direção a tentativas de torná-las legíveis. Não fosse o contexto de investigação da CNV e as perguntas dirigidas aos arquivos por Marcelo Zelic, o fato de as imagens terem chamado a atenção do arquivista talvez não

⁶ Conversamos ao longo da pesquisa com Marcelo Zelic algumas vezes; as informações e relatos que aqui trazemos foram dadas à nossa pesquisa ao longo dessas conversas.

tivesse tido maiores consequências. Talvez as imagens, mudas, continuassem ‘perdidas’, isto é, guardadas, arquivadas sem serem lidas. A **legibilidade**, portanto, se oferece a partir de um questionamento. A instauração de uma política de memória é a produção de uma interrogação ampla a nosso passado recente, uma forma de apuração do olhar, já que os acervos a serem olhados muitas vezes, como neste caso, são os mesmos que eram vistos antes – o que muda, aqui, é a pergunta, ou seja, a **forma de ver**. O processo de legibilidade tem a ver com o gesto de nomear – simétrico ao que aqui chamamos de escutar as imagens sem som. Foi o gesto de Marcelo Zelic de capilarizar os questionamentos da CNV em direção aos funcionários dos arquivos públicos do país todo que deu ao estranhamento mudo sentido por Rodrigo Piquet um nome possível. Ou melhor, um espaço no qual o estranhamento pudesse começar a se desenhar como uma investigação. Essa passagem, de um estranhamento **sem nome** para a possibilidade de uma investigação que comece a nomear, a registrar, a tornar legível esse estranhamento, ou melhor, a buscar caminhos de acolher um estranhamento que poderia ser melhor descrito como a percepção de uma violência não nomeada; essa passagem reafirma a importância da criação de uma política de memória. Uma política que poderia, na formulação de Vladimir Safatle e Edson Telles, fazer os “corpos de nossos mortos serem acolhidos pela memória”⁷.

Rodrigo Piquet, em contato telefônico com nossa pesquisa⁸, contesta a formulação de que essas imagens estivessem perdidas. Ele afirma que, nos anos 60 e 70, todo filme produzido em áreas indígenas tinha uma espécie de depósito legal na Funai. O Museu do Índio seria, portanto, o depositário desse tipo de material. Segundo ele, ainda hoje existem na instituição dezenas de rolos de filmes produzidos em áreas indígenas. Ele afirma, portanto, que o material não estava perdido, ele estava depositado num arquivo público, preservado. Não estava identificado, mas estava guardado.

Sobre o ‘encontro’ do material, ele afirma que começou a trabalhar no acervo do Museu do Índio primeiro como funcionário terceirizado. Na época, fazia parte do ‘serviço de registro de audiovisual’. Nessa época, por volta de 2008, foi feita uma telecinagem, ou seja, a

⁷ SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org). **Introdução**, in: **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. Página 12.

⁸ diálogo telefônico feito com Rodrigo Piquet no dia 10 de novembro de 2020.

transformação dos rolos de acetato para DVD. Piquet afirma que nos anos 2000 o Museu do Índio não tinha moviola para ver os rolos, então esse momento de passagem técnica de suporte foi quando, pela primeira vez em décadas, parte desses rolos puderam ser de fato vistos (ele afirma não saber se esses materiais haviam sido convertidos para VHS anteriormente).

Rodrigo afirma que, trabalhando como terceirizado, seu trabalho era fazer a indexação e a decupagem desses filmes para a base de dados do museu. Ele afirma que, ao ver as imagens, achou “uma coisa curiosa, mas na época nem tive muita noção da importância histórica desse material”. Nessa época, segundo ele, “a Comissão da Verdade, esse processo todo ainda não estava bem consolidado. Então esses materiais mais sensíveis não estavam tão em voga⁹”. Ele continua: “aí anos depois, me disseram que o Zelic tava me procurando, e daí foi o encontro”. Sua descrição, portanto, nos parece convergente com o narrado acima. Apesar de sua objeção quanto a descrever o estatuto dessas imagens como ‘perdidas’, sua descrição confirma o que dissemos, que foi o gesto de Marcelo Zelic de direcionar perguntas aos arquivos, a partir do ensejo criado pela Comissão da Verdade, que deu legibilidade às imagens que Piquet havia colocado na base de dados do Museu sem nomear ao certo o que continham. A brutal imagem do pau-de-arara, por exemplo, não havia sido percebida até o ‘encontro’ dessas imagens, em 2012¹⁰.

Anita Leandro escreve que “durante a ditadura, os militares se aplicaram em documentar suas ações repressivas: há registros fotográficos de investigações, estouros de aparelhos, atos de prisão, laudos cadavéricos, inquéritos, exames de corpo de delito, processos de banimento e até mesmo imagens de crimes de guerra e lesa-humanidade, como as marcas da tortura nos rostos e corpos dos prisioneiros fotografados¹¹”. No entanto, estes documentos

⁹ transcrição literal do contato telefônico feito com nossa pesquisa em 10 de novembro de 2020.

¹⁰ Na base de dados do Museu do Índio consta uma decupagem de nosso material de arquivo. No trecho que descreve a imagem do pau-de-arara, consta: ‘índios segurando suspeitos’.
<http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por> - acesso em 20 de janeiro de 2021.

¹¹ LEANDRO, Anita. **Montagem e História: uma arqueologia das imagens da repressão**, in: BRANDÃO, Alessandra Soares; SOUSA, Ramayana Lira de (orgs). **A Sobrevivência das imagens**. São Paulo, Editora Papyrus, 2015.

estão fragmentados, guardados em locais diferentes, alguns tendo sido desaparecidos¹². Leandro procede, em seu filme *Retrato de Identificação* (Brasil, 2014, 72 minutos), a um trabalho minucioso de montagem de material encontrado sobre três vítimas do regime, como forma de desvelar uma parte desse aparato repressivo que quase 50 anos depois dos eventos retratados permanece pouco conhecida.

É possível, neste sentido, refletir sobre a fragilidade da memória histórica no Brasil quando se trata da violência de Estado. Simétrico ao desaparecimento dos corpos de vítimas da ditadura durante o período militar, dos quais até hoje não se sabe o paradeiro, a memória também é muitas vezes dificultada.

Lucas Figueiredo, em seu preciso estudo sobre os arquivos militares do período ditatorial, demonstra a contradição entre o interesse minucioso por parte das Forças Armadas em registrar suas ações e a falta de acesso público a esses mesmos registros, tantos anos após o final da ditadura¹³. Ele mostra, por exemplo, que o Cenimar, serviço de inteligência da Marinha, possui desde os anos 60 um arquivo chamado ‘prontuário de pessoas mortas’, ao qual o autor teve acesso¹⁴, e que traz o nome de alguns militantes que são até hoje desaparecidos políticos - esses acervos, portanto, provam que os militares sabiam e sabem do destino dos assim chamados desaparecidos políticos, possuindo fichas catalográficas com dados e informações sobre cada um dos casos. Figueiredo narra com precisão as recorrentes negativas das Forças Armadas, durante o período democrático, em abrir seus arquivos, sempre sob a afirmação de que teriam sido destruídos anos antes - o autor demonstra como essas afirmações são falsas. Seu texto narra a falta de ingerência civil no poder militar mesmo tantos anos depois do final da ditadura, assim como a falta de atitudes mais assertivas no que diz respeito à busca por esses arquivos por parte de todos os presidentes da redemocratização. Como formula o autor: “é preciso dizer: as graves violações de direitos humanos cometidas na

¹² Escreve Anita: “grande parte desse material – os documentos textuais, principalmente – já vem sendo estudada pelos historiadores desde 1990, com a abertura dos primeiros acervos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), e a partir de 2012 uma nova lei facilitou o acesso aos arquivos – para uma evolução da política de acesso aos arquivos da ditadura, remetemos ao artigo de Rodrigo Patto Sá Motta (2013) e à conferência proferida pelo historiador em 9/9/2014 no seminário internacional ‘a Pesquisa em Arquivos’, intitulada ‘O historiador e as agências de repressão. Desafios e perspectivas’”. LEANDRO, Anita. **Montagem e História: uma arqueologia das imagens da repressão**, in: BRANDÃO, Alessandra Soares; SOUSA, Ramayana Lira de (orgs). **A Sobrevivência das imagens**. São Paulo, Editora Papirus, 2015. Página 103.

¹³ FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo, Companhia da Letras, 2015.

¹⁴ Idemibidem, p. 32.

ditadura foram (e seguem sendo) ocultadas graças a um pacto entre militares e civis. Um pacto desenhado no final do regime militar e amadurecido em tempos de democracia. O acordo silencioso subverte a própria lógica da democracia, ao permitir que o poder militar negue subordinação ao poder civil. E também aceitar que o poder civil, por sua vez, seja incapaz de enquadrar o poder militar¹⁵”.

É interessante pensar que a existência desses arquivos joga para o presente uma disputa que em tese seria pretérita. Afinal, discutir os crimes cometidos pelos militares seria algo em tese pertencente ao passado – algozes e vítimas estariam ambos envelhecidos, a maioria já tendo falecido. No entanto, a existência de um arquivo que prova violações de direitos humanos pela ditadura presentifica essa disputa. A falta de acesso público a esses arquivos demonstra a existência de um **recalque no presente**, que se expressa na dificuldade de acolher a memória das violências cometidas no período ditatorial. Recalque que atinge algozes e vítimas. Como escreve Maria Rita Kehl, “hoje ninguém desconhece a existência da tortura no Brasil – nem do passado, nem do presente. Não podemos assimilar nossa indulgência para com os torturadores de ontem e de hoje como se fosse efeito de desconhecimento do fato. Mas se nós aceitamos com certa tranquilidade a existência da tortura e a impunidade dos torturadores, o que é que teria ficado recalçado, silenciado, depois da nossa pseudoanistia, e que ainda hoje produz sintomas sociais de violência policial com frequência ainda maior no presente do que durante a ditadura? Não é o fato de ter havido e haver tortura que ficou recalçado, e sim a convicção de que ela é intolerável. O argumento da tortura como mal necessário parece convincente ainda a grandes parcelas da população brasileira. Nós nos esquecemos que o outro torturado nos diz respeito; que se a tortura separa corpo e sujeito, cabe a nós assumir o lugar de sujeito em nome daqueles que já não tem direito a uma palavra que os represente¹⁶”. É interessante, também, atentar para os elos entre a violência policial e miliciana no Brasil contemporâneo e o discurso da ‘guerra justa’, que antes seria feita contra os ‘comunistas’, e hoje, contra os ‘bandidos’. Bruno Paes Manso, em ‘A República das Milícias¹⁷’ formula essa linha de continuidade profunda entre passado e

¹⁵ idemibidem, p. 131

¹⁶ KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**, in: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org). **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. Página 131.

¹⁷ MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

presente do país. É possível, novamente, ver o termo recalcado aí: a violência dos porões da ditadura, nunca contestada ou punida, se autonomiza e se espalha para outros grupos do corpo social.

Safatle e Telles argumentam que “quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar; quando vemos o Brasil como o único país latino americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendoros golpistas; quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente ‘violência’. Pois nenhuma palavra melhor do que ‘violência’ descreve essa maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente¹⁸”. Este fantasma que assombra o presente parece se reatualizar no caráter frágil da conservação da memória histórica dos abusos cometidos durante a ditadura militar, caráter do qual fala a difícil sobrevivência de nosso material. Assim, gostaríamos de apontar para a questão dos arquivos como um campo no qual se pode observar as disputas em relação à memória da ditadura, bem como as tensões entre passado e presente.

Se tanto demorou para que a ditadura pudesse ser sutilmente questionada, é surpreendente a proximidade temporal entre a promulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, e o retorno dos militares à arena política, com a volta de procedimentos que esperávamos estar há muito superados¹⁹. Não nos parece, tampouco, equivocado supor relações causais entre esses dois movimentos, como atesta entrevista recente dada pelo ex-presidente Michel Temer, no qual destaca a proximidade com os militares quando do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e o fato de ter

¹⁸ SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org). **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. Página 11.

¹⁹ Os caso abundam, mas a título de exemplo, destacamos o controle e vigilância exercido pela Abin contra participantes da cúpula do Clima, em dezembro de 2019, evento fértil para manifestações críticas ao governo de Jair Bolsonaro (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/10/16/helena-admite-que-abin-monitorou-maus-brasileiros-na-conferencia-do-clima.htm> - acessado em 07 de novembro de 2020).

sido procurado por militares ainda em 2015 por conta de ‘incômodos com a Comissão da Verdade’²⁰. Novamente, a noção de **recalque** se faz presente para poder explicar porquê quase 30 anos após o final da ditadura, a simples instauração de uma política de memória pode influir no presente a ponto de contribuir para um processo de impeachment que marcou decisivamente os rumos do país.

Esta pesquisa se desenvolveu em sua maior parte durante o governo de Jair Bolsonaro, que buscou revogar medidas de acesso à informação, dificultando assim que os arquivos pudessem ser perguntados. Assistimos todos, consternados, a um embrutecimento e fechamento do país, que se verifica também nos arquivos e nas instituições de memória, tenha-se em vista, por exemplo, o descalabro pelo qual passa a Cinemateca Brasileira. Como formulou Walter Benjamin, cabe lembrar que ‘nem os mortos estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer’²¹.’ Ou, como Figueiredo termina seu texto, que data de 2014, antes, portanto, da regressão política que enfrentamos hoje: “a cumplicidade de militares e civis na ocultação dos arquivos secretos da ditadura é um entrave para a conclusão do processo de redemocratização. Em 1985, o Brasil deixou para trás a ditadura. Três décadas depois, ainda não alcançou a plena democracia. Entre um e outro regime, o país está em algum lugar. Ou em lugar nenhum. Como os papéis e microfilmes da repressão. Como os desaparecidos políticos²²”.

Se tanto frisamos a importância das perguntas que a Comissão da Verdade direciona a um tempo histórico, que geram a possibilidade de acolher, de tornar legível, de **fazer ver** violências e arbítrios cometidos pelo Estado até aqui desconhecidas, é necessário ressaltar que essa importância aumenta exponencialmente quando se trata das continuadas porém pouco vistas violações de direitos humanos de populações indígenas que ocorrem no Brasil desde a assim chamada invasão portuguesa. Como afirma o capítulo que apura violações indígenas do

²⁰<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/militares-procuraram-temer-para-reclamar-de-dilma-e-pt-antes-do-impeachment-diz-entrevistador.shtml> - acessado em 07 de novembro de 2020.

²¹ LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses "sobre o conceito de história"**. São Paulo, Boitempo editorial, 2005.

²² FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo, Companhia da Letras, 2015. Página 132.

relatório final da Comissão Nacional da Verdade: “os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações. Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões²³.”

Se a frágil situação dos arquivos impede que tenhamos a real dimensão da violência de Estado no Brasil, é preciso ter em conta que, quando se trata de violações contra povos indígenas, estamos diante de um verdadeiro **abismo** no qual faltam documentos e sobram violências de todo tipo. Podemos ter uma pequena noção desse abismo ao comparar dois números: enquanto a conclusão do Relatório da CNV fala que “a CNV teve condições de confirmar 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar, que se encontram identificados de forma individualizada no Volume III deste Relatório²⁴”, o capítulo sobre violações contra povos indígenas afirma que “como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas²⁵.”

A diferença de quase 20 vezes nas duas estimativas em relação ao total de vítimas da ditadura militar dá a ver o tamanho do que aqui chamamos provisoriamente de abismo. Nas discussões sobre a memória do período autoritário, convivemos com a equivocada formulação

²³ Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

²⁴ Comissão Nacional da Verdade. 2014a. Volume I. Capítulo 18: “Capítulo 18 – Conclusões e recomendações”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

²⁵ Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

de ‘ditabranda’²⁶, segundo a qual, ao contrário de nossos vizinhos Argentina e Chile, em que os números oficiais de vítimas da ditadura se dão na casa das dezenas de milhares, no Brasil a barbárie teria sido consideravelmente menor, não chegando a 500 as vítimas fatais. Gostaríamos de sugerir, tendo em vista o acima exposto, que tal formulação equivocada só se faz possível porque continuamos, como país, a ignorar as violações cometidas contra grupos subalternizados – indígenas, negros, pobres, camponeses e quilombolas²⁷. Assim, olhar, tentar ver, a violência cometida pela ditadura contra os povos indígenas se faz essencial também para poder desenhar uma feição mais verdadeira do tamanho da violência daquele período – que ecoa ainda no presente.

Esse abismo, importante dizer, continua até hoje pouco visível entre nós. Se Rithy Pahn formulou (e produziu) **imagens que faltam** do genocídio cambojano²⁸, podemos, de forma análoga, nos questionar sobre o quanto, no que tange às violações contra povos indígenas no Brasil, sobram violências e faltam imagens²⁹. Seria de se perguntar sobre o efeito dessa falta de imagens na forma como essas violências insistem em se reatualizar no contemporâneo.

Como dizíamos, esta pesquisa é tributária do esforço de memória que a instauração de uma Comissão Nacional da Verdade ensejou. Didi-Huberman fala que as imagens possuem uma ‘tenaz vocação para tornar visível’³⁰. Cabe refletir sobre o quê, então, se faz visível aqui. A esta pergunta tentaremos responder ao longo deste texto.

Paula Berbert descreve sua reação ao ver essas imagens pela primeira vez: “Lembro-me de ler essa reportagem com assombro no dia em que foi publicada. As imagens da formatura da Guarda Rural Indígena eram mesmo desconcertantes e a surpresa que elas

²⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> - acessado em 15 de janeiro de 2020.

²⁷ no mesmo sentido, se olharmos, por exemplo, para as ações do Esquadrão da Morte, chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos principais torturadores da ditadura, teremos nota de inúmeros assassinatos feitos por este grupo para-legal que nunca foram contabilizados como mortes da ditadura - https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/10/esquadros-mataram-em-3-anos-o-dobro-da-ditadura-em-21.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw

²⁸ *A imagem que falta* (Rithy Panh, 2013)

²⁹ importante destacar o essencial trabalho de produção de imagens feita em tempos recentes por cineastas indígenas e não-indígenas, tal como aqueles que participam do projeto *Video nas Aldeias*. Um filme recente como *Martírio* (Vincent Carelli, 2016) é uma importante contribuição em relação a essa lacuna apontada.

³⁰ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004.

causaram reveladoras. Tínhamos uma medida do quão arguto foi o projeto repressivo dos militares e do quanto ele foi especialmente minucioso em relação aos índios. Ao mesmo tempo nos dávamos conta da eficiência das estratégias que o poder usa para nos fazer esquecer de sua violência. Não é que desconhecíamos a existência da Guarda, das prisões indígenas, da repressão e do genocídio dos povos originários – as imagens de Jesco mostram quantos testemunharam, aplaudindo, os índios soldados marcharem, a reportagem de Laura recupera manchetes dos jornais da época que noticiavam o fato – nós sabíamos e nos esquecemos. Assim funciona a memória dessa gente a quem Davi Kopenawa chama de o “povo do esquecimento” (Kopenawa & Albert, 2015 [2010]), confusa e repleta de uma névoa vazia.³¹”

Podemos refletir sobre isso a que ela chama ‘esquecimento’. Porque de fato, a história da Grin é uma história pública, fruto de uma política de Estado que não era segredo. A cerimônia foi acompanhada por órgãos de imprensa do Brasil e do exterior. No entanto, algumas décadas depois, essa história era ignorada do debate público. Ela retorna, agora, não pela discussão de sua política mas pela potência da imagem – sua ‘tenaz vocação para tornar visível’. Há algo que as imagens carregam, corporificam, produzem. Não apenas pela história nelas inscritas – a política da Grin – mas por traduzir, por dar a ver de forma única uma certa constelação. Há de se perguntar, portanto, pela agência das imagens – o que as imagens produzem. O que essa ressurgência, a sobrevivência desse material produz, tantos anos depois de sua feitura.

Algo se passa em nós ao olhar essas imagens até então desconhecidas. Há algo nelas inscrito que nos faz tremer. Há uma espécie vertigem despertada pelos 26 minutos de película envelhecida, guardadas por mais de 4 décadas. Kracauer atenta para o caráter ‘redentor’ das imagens, através da parábola da Medusa, na qual Perseu é instado por Atenas a não encarar diretamente a Medusa, sob o risco de virar pedra, mas apenas sua imagem refletida em seu escudo; segundo ele, o maior feito de Perseu teria sido não o gesto da decapitação, mas o de

³¹ BERBERT, Paula. **“Para nós nunca acabou a ditadura”: instantâneos etnográficos sobre a guerra do Estado brasileiro contra os Tikmu’un_Maxacali**. Dissertação de Mestrado FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2017.

vencer o medo e olhar o escudo³². Didi-Huberman retoma essa formulação para pensar como o horror paralisa, “mas o horror refletido, reconduzido, reconstruído como imagem pode ser fonte de conhecimento, na condição todavia de se comprometer a sua responsabilidade com o dispositivo formal da imagem produzida³³”. No caso de nosso material de arquivo, pensar seu dispositivo significa levar em conta sua forma de produção - como veremos, temos a hipótese de ser em verdade o material bruto de uma propaganda de Estado nunca realizada. No entanto, ele carrega inscrito em si, ele fala e é também documento, de uma longa história de violações contra os povos indígenas, história da qual o Estado Brasileiro no auge da ditadura queria, contraditoriamente, se defender. Como veremos, a produção dessas imagens se dá em um contexto contraditório, atravessada por campos de força distintos. Portanto, cabe a nós conseguir ver, conseguir ler o que as imagens carregam, o que falam. Ou, na bela formulação com que o filósofo francês encerra seu livro, “seria preciso saber ver nas imagens aquilo de que elas são as sobreviventes. Para que a história, liberta do puro passado (desse absoluto, dessa abstração), nos ajude a abrir o presente do tempo³⁴.”

³² KRACAUER, Siegfried. **Theory of film**, in: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004.

³³ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004. Página 224.

³⁴ Idemibidem. Página 229.

CAPITULO 01

Para melhor situar e compreender nosso material de arquivo, é necessário entender os motivos que levaram à criação de uma Guarda Rural Indígena pela ditadura, buscando entrever os campos de força que resultaram na cerimônia registrada por Jesco, e que estavam certamente inscritos na cerimônia. Não faremos uma explicação extensa, mas um cotejamento de algumas teses e documentos primários para lançar luz a esse contexto. Defenderemos, ao longo do capítulo, que a criação da Grin deve ser pensada a partir de dois prismas diferentes e algo contraditórios. O primeiro diz respeito ao tema da militarização indígena, entendendo a Grin no contexto do projeto de integração e segurança nacional do pós-AI-5. O segundo diz respeito a uma preocupação acima de tudo imagética, tendo em vista as acusações que se fazia ao Brasil no contexto internacional, e o papel preponderante da questão indígena nessas acusações. Assim, a criação da Grin seria parte de um esforço da ditadura por melhorar sua **imagem**, em especial no exterior, em relação à questão indígena.

O decreto de criação da Grin data de 25 de setembro de 1969. Assim, é necessário pensá-lo simultaneamente em relação a dois eventos anteriores: a promulgação do AI-05, em dezembro de 1968, e as disputas a partir da CPI que deu origem ao Relatório Figueiredo, que levaram à extinção do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e à criação da Funai, em 1967.

O AI-05 pode ser descrito como um fechamento do regime militar, com a tomada de poder pela assim chamada 'linha-dura', e uma maior militarização de diversos espaços da administração pública. Adriano Codato formula que "o golpe político-militar de 31 de março/1 de abril de 1964 somente se concretiza como regime ditatorial-militar em 13 de dezembro de 1968, após a edição do Ato Institucional n.5³⁵". Assim, a formulação do golpe como regime se daria no processo pós AI-5, com uma maior militarização do aparelho de Estado³⁶. Egon Heck confirma essa proposição ao analisar a militarização dos quadros da Funai a partir

³⁵ CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**, em: **História: Questões e Debates**. Curitiba, Editora UFPR, 2004.

³⁶ Essa instigante formulação, sobre quando uma forma de poder se torna de fato um regime, pode ajudar a pensar nosso turbulento presente, no qual um político eleito democraticamente busca moldar a estrutura de poder federal à sua imagem e semelhança, de forma antidemocrática.

de 1970 - ele salienta a importância da criação do Ministério do Interior, em 1967: "compreender essa militarização do Ministério do Interior é essencial para uma análise das políticas indigenistas, posto que é desta instância que emanam as orientações e indicação (em princípio) do presidente da Funai"³⁷. Ele associa, também, a iniciativa de criação da GRIN com a doutrina de segurança nacional. O binômio fundamental dessa doutrina, *desenvolvimento* e *segurança* tem, sem dúvida, desdobramentos sobre a problemática dos povos indígenas. Diz o autor: "E quando vemos que a GRIN se desenvolve no período do 'milagre brasileiro' - expansão acelerada das frentes econômicas sobre os territórios, especialmente na Amazônia - e do AI 5 - repressão e remoção dos óbices e ameaças aos objetivos nacionais - não fica difícil enxergar aí a preocupação com a questão indígena."³⁸

No entanto, é preciso ressaltar que a militarização indígena não começou com a instalação, em 1964, de uma ditadura militar no Brasil. Edinaldo Bezerra de Freitas assinala que, em realidade, tal questão se coloca desde o período colonial, quando indígenas eram arregimentados pelos europeus para tomar parte nas disputas entre distintas forças colonizadoras³⁹. É sabido, também, que na Guerra do Paraguai haviam regimentos indígenas que combatiam do lado brasileiro⁴⁰. Mas foi a criação do SPI, em 1911, por um militar, o Marechal Rondon, que deu um passo maior nessa direção: "sabemos que na tática de aliança com as lideranças indígenas, constava da parte de Rondon presentear aos caciques de cada grupo com um fardamento militar. Desta ação, alimentava a posição das chefias indígenas como 'capitães' e em sentido figurado, anexava os agrupamentos como verdadeiras milícias de trabalho"⁴¹. No entanto, tal precedente não significa que a ruptura do golpe de 64 e da

³⁷ HECK, Egon Dionísio. **Os índios e a caserna - políticas indigenistas dos governos militares - 1964 a 1985**. Dissertação de Mestrado. IFICH, Unicamp, 1997.

³⁸ Idemibidem.

³⁹ "na saga Tupinambá, o uso de sua gente enquanto mecanismo militar da colonização estará presente por todo o século XVI e XVII e, além de fazer parte dos conflitos mais internos do implante colonial, como aqueles descritos no regimento de 1548, se fará visível sobremaneira no momento de disputas contra o projeto mercantil português nas tentativas de implantes coloniais por parte de franceses e holandeses. As crônicas de tais episódios são descrições de verdadeiros exércitos indígenas usados pelas partes conflitantes". FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Página 63.

⁴⁰ "a memória coletiva de vários grupos indígenas atuais remetem para a participação na Guerra do Paraguai, inclusive porque teriam pela ocasião recebido garantias de posse de terra. Passando a vigorar em formas de mitologia própria, vamos encontrar relatos da guerra entre os Terena, Kadiwéu, Fulni-ô, entre outros". Idemibidem, página 80.

⁴¹ Idemibidem. Página 63.

promulgação do AI-05 não tenham mudado drasticamente a relação do Estado com os povos indígenas; nem que a criação de uma polícia indígena para, como diz em seu decreto de criação, ‘executar o policiamento ostensivo das aldeias’ não fosse algo até então inédito. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, em seu capítulo que analisa violações contra povos indígenas, assinala: “omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir. Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando direitos dos índios. A transição entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5”⁴². Portanto, nos parece correto ler a criação da Grin dentro do contexto da militarização do aparato de Estado no pós AI-05, e também do início iminente do período de grandes obras, como a Transamazônica, e maior intervenção estatal no Norte do país. Cumpre lembrar que, depois do primeiro presidente da Funai, José de Queiroz Campos, os seguintes foram militares.

É importante, também, `situar o processo de criação da GRIN em um contexto local: três anos antes, em 1966, ocorrera uma rebelião entre os índios Maxacali, na divisa entre Minas e Bahia. Em meio a uma crise de alimentos, os índios começaram a atacar e matar o gado de fazendas vizinhas. Também questionaram os baixos preços pagos pelos arrendatários de suas terras. Por fim, insurgiram-se contra uma tentativa de fazendeiros de, por meios judiciais, reduzir a área indígena de uma aldeia da região. Como narra Rubens Valente: "Cerca de 350 guerreiros fabricaram arcos, tacapes e 'flechas envenenadas', segundo relatou um engenheiro agrônomo"⁴³. É nesse contexto que surge a figura do Capitão Pinheiro, capitão da

⁴² Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

⁴³ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas - histórias de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

Polícia Militar de Minas Gerais e sobrinho do governador, Israel Pinheiro, que assume o controle da administração do posto indígena e idealiza a GRIN. Como ele próprio afirma: "fui eu quem criou a Grin [...] Tratei logo de prender os índios que lideravam o movimento [maxacali] e fui pouco a pouco restabelecendo a paz no local. Meu trabalho foi considerado excelente e assim fui convidado pela presidência da Funai para trabalhar com os índios de Minas Gerais"⁴⁴. Assim, um componente fortemente repressivo marca a história da Grin desde sua origem. Codato chama a atenção para a ideologia anticomunista como aglutinador da passagem do golpe a regime no pós AI-5⁴⁵. É necessário enxergar a criação da GRIN num contexto mais amplo de combate, pelo regime, à dita 'subversão'. Não apenas no que tange à rebelião Maxacali, especificamente, mas, tendo em vista a formulação do projeto de formar até 3 mil indígenas militares⁴⁶, também como um desejo de infiltrar olhos do Estado nos interiores onde se localizam as aldeias. Freitas assinala, por exemplo, que a Ajudância Minas Bahia, a mesma chefiada por Capitão Pinheiro, "mobilizava-se por dar conta da possível travessia por aquelas bandas do guerrilheiro Carlos Lamarca⁴⁷". Criada por decreto em 1969 e tendo sua primeira (e única) turma formada em meados de 1970, a GRIN é contemporânea ao acirramento da repressão política no país, e uma decorrência da mesma.

Um ano antes da promulgação do AI-05 foi divulgado o assim chamado 'Relatório Figueiredo', que trouxe diversas consequências para a relação da ditadura com os povos indígenas⁴⁸. Relatório Figueiredo foi o nome dado ao relatório conclusivo de uma CPI

⁴⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, 27 agosto 1972.

⁴⁵ "essa ideologia funcionava como o elemento de coesão entre as facções radicais e moderadas"; CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**, em: História: Questões e Debates. Curitiba, Editora UFPR, 2004.

⁴⁶ "ao todo, a guarda deverá ter mais de 3 mil índios, que serão selecionados e treinados, gradativamente, pela Polícia Militar de Minas Gerais". *O Globo*, Rio de Janeiro, Geral, p. 14, 18 de novembro de 1969.

⁴⁷ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **A guarda rural indígena (GRIN). Aspectos da militarização indígena no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Página 11.

⁴⁸ O Relatório Figueiredo tem trajetória semelhante a nosso material de arquivo: sendo originalmente do final dos anos 60, ele foi considerado perdido até sua reemergência, em 2012, também pelas mãos de Marcelo Zelic. Segundo Zelic, em conversa com nossa pesquisa: 'o Relatório Figueiredo e o 'arara' são frutos da mesma visita. Os dois são frutos da incidência lá [no Museu do Índio], passar um dia conversando com os funcionários e explicando todo o contexto que muda, da importância dos arquivos, com a Comissão da Verdade. Os dois materiais encontrados saem dessa relação.' - Relatório Figueiredo. Processo nº4.483/68. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo> - último acesso: 29.01.2021.

instaurada por determinação do então Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima. O contexto dessa investigação é complexo⁴⁹. Rubens Valente atenta para o fato de que uma das justificativas dadas pelos militares para o golpe de 64 era a alegada necessidade de moralizar a administração pública⁵⁰. A título de exemplo, cabe notar que a edição do AI-01 comparava o crime contra o Estado ou seu patrimônio à deflagração de ‘atos de guerra revolucionária’. Assim, as extensas denúncias de corrupção e violações por parte de servidores do SPI, em períodos anteriores à 1964, se encaixavam nos procedimentos de Estado que, em tese, os militares teriam vindo moralizar. Outro elemento importante foi o conflito entre índios Bororo e fazendeiros do Mato Grosso, que, apoiados pelo Governador do Estado, Pedro Pedrossian, tinham invadido e tentavam se apropriar de parte de uma terra indígena já demarcada, conflito este que havia levado à instalação de uma CPI pró-fazendeiros no ano de 1963, que resultou inconclusa. Nesse contexto, Albuquerque Lima decidiu ampliar o escopo das investigações dessa CPI, e trazer alguém de fora do SPI para chefiá-la. Jäder Figueiredo era procurador do Departamento Nacional de Obras contra a Seca, e não tinha nenhuma relação anterior com o tema da investigação⁵¹. O procurador atuou em consonância não apenas com Albuquerque Lima, mas também com o SNI⁵² - como afirma Rubens Valente: “suas ligações com o SNI devem ser ressaltadas para prevenir a eventual interpretação de que o procurador se ‘rebelou’ contra a ditadura. Na realidade, seu trabalho todo foi amparado e acompanhado pelos militares. Talvez seus apoiadores não contassem com a repercussão do resultado final do trabalho, mas Jäder estava longe de ser um opositor do governo⁵³”. Jader não investigou pontos sensíveis à ditadura, como a transferência de índios Xavante em 1966⁵⁴. Ele também não visitou todos os postos do SPI, apenas alguns - ele

⁴⁹ Para um aprofundamento no que foi o Relatório Figueiredo e suas denúncias, ver GUIMARÃES, Elena. **RELATÓRIO FIGUEIREDO: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio. Rio de Janeiro, 2015

⁵⁰ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

⁵¹ Jader Figueiredo: “eu não conhecia o problema indígena, a não ser por leituras esparsas como, acredito, qualquer brasileiro”. Relatório com a íntegra dos depoimentos prestados à CPI do índio constituída em abril de 1968 (Diário do Congresso Nacional, Brasília, 28 abril 1971, suplemento ao n. 15).

⁵² Jader Figueiredo: “durante todo o nosso trabalho, desde que iniciamos em Brasília, fomos muito auxiliados pelo SNI. Verdadeiramente, fomos acompanhados em todos os momentos por elementos do SNI que se prestaram a colaborar conosco e nos ajudaram demais”. Idemibidem.

⁵³ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. Página 37.

⁵⁴ Idemibidem.

próprio chegou a calcular que visitou apenas um terço do necessário. Apesar disso, a Comissão produziu um documento devastador – nas palavras do próprio relatório: “mas se não é possível uma exata apuração nem por isso deixou-se de averiguar serem tantos e tão horríveis os crimes, que o SPI pode ser considerado o maior escândalo administrativo do Brasil⁵⁵”.

O Relatório agrupou as denúncias mais diversas e bárbaras. Esbulho de terras indígenas, escravidão, tortura, sequestro de crianças, extermínio de aldeias inteiras; eram desta ordem as acusações feitas. Nas palavras do próprio Relatório, em sua conclusão: “O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. É espantoso que exista na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça⁵⁶. (...) O Serviço de Proteção aos índios degenerou a ponto de persegui-los até ao extermínio. Relembrem-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados como escândalo sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades. Citaremos, entre outros as chacinas do Maranhão, onde fazendeiros liquidaram toda uma nação, sem que o SPI opusesse qualquer reação. (...) Jamais foram apuradas as denúncias de que foi inoculado o vírus da varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figurões do Governo. Mais recentemente os Cintas-Largas, em Mato Grosso, teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a extricnina adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçam a tiros de “pi-ri-pi” (metralhadora) e racham vivos, a facão, do púbis para a cabeça, o sobrevivente!!! Os criminosos continuam impunes, tanto que o Presidente desta Comissão viu um dos asseclas deste hediondo crime sossegadamente vendendo picolé às crianças em uma esquina de Cuiabá, sem que justiça Matogrossense o incomode⁵⁷”.

⁵⁵ Relatório Figueiredo. Processo nº4.483/68. Vol. XX. Fl. 4915.

⁵⁶ Ibid. Fl. 4912.

⁵⁷ Ibid. Fls. 4916-17.

Não iremos aqui nos deter nas inúmeras e contundentes denúncias – o trabalho de Guimarães é profícuo nesse sentido. Nos interessa aqui mensurar o tamanho do escândalo e da intensa repercussão que se seguiu às primeiras publicações das conclusões da CPI, em especial fora do país. Conforme registra Guimarães: “Em 20 de março de 1968 o Ministro do Interior, o Gen. Albuquerque Lima, deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro, onde tornou público o resultado do Relatório Figueiredo. A imprensa nacional e internacional dá repercussão às denúncias, e a imprensa da época divulga o relatório como sendo ‘o escândalo do século’. O Jornal do Brasil de 28 de março de 1968 publica em seu editorial e em matéria de página inteira texto em que narra a indignação da opinião pública e da imprensa internacional diante do conhecimento dos diversos crimes cometidos contra os índios. Estes textos mostram, ainda, a defensiva do Ministério diante da repercussão internacional. Houve manifestações pela imprensa de diversos países, aparecendo na primeira página do New York Times (EUA) e como tema em edições do Los Angeles Times (EUA), Sunday Times (Inglaterra), Neue Revue (Alemanha), L’Express e Le monde (França) e Limen (Romênia). No L’Express, a abertura da matéria Genocídio na Amazônia é falando sobre os ‘três meses de inquérito que acabam em um enorme escândalo’. E a Lumen, revista romena, órgão oficial dos Jornalistas da Romênia, pediu à Agência JB, ‘o noticiário completo sobre o inquérito-escândalo⁵⁸’. Há de se acrescentar ainda a publicação, pelo jornalista britânico Norman Lewis, em fevereiro de 1969 no Sunday Times de Londres intitulado ‘Genocídio – de Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização mandou seis milhões de índios para a extinção’⁵⁹”.

Não deve ser subestimada a importância, para o regime ditatorial, da imagem internacional do mesmo. As denúncias de massacre e genocídio prejudicavam as relações internacionais em um período em que os grandes empreendimentos planejados pelo governo, como a construção de rodovias e usinas hidrelétricas, demandavam parceria e investimento de capital estrangeiro.

Ainda conforme Guimarães: “Em 1968, às vésperas da realização da I Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, em Teerã, o governo brasileiro é pressionado a

⁵⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de março de 1968.

⁵⁹ GUIMARÃES, Elena. **RELATÓRIO FIGUEIREDO: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio. Rio de Janeiro, 2015.

apresentar explicações acerca das violações de direitos humanos aos povos indígenas, sob o risco de o caso brasileiro vir a ser tema de discussão na Conferência. Em nota publicada, prestando contas ao Itamaraty, em resposta às acusações da imprensa e, em especial, ao *Le Monde*, o Ministério do Interior tenta minimizar a dimensão dos crimes, dizendo que ‘os pretensos crimes de genocídio não passam de conflitos muito mais violentos na história de outros povos’. E que a mortandade é resultado da ‘cobiça da civilização’, aliada ao fato de que o índio é ‘desequipado mental e materialmente para defender sua propriedade’⁶⁰. Rubens Valente ressalta que "diante da possibilidade de as denúncias virem a ser tratadas numa reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no México, o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, recebeu um dossiê sobre o assunto para municiar a delegação brasileira. O governo procurava dizer que os problemas eram de governos anteriores (...) Numa parada em Lisboa a caminho do México, Passarinho foi interpelado por jornalistas sobre as denúncias de 'genocídio' indígena. Ele respondeu: 'É verdade que existe esse problema, criado pela nossa própria imprensa, mas são coisas já ultrapassadas no tempo'⁶¹".

As respostas do governo federal incluíram o afastamento de mais de 300 servidores do SPI, a extinção deste órgão e a criação, em dezembro de 1967, da Funai. Segundo declaração do Ministro Albuquerque Lima ao *Jornal do Brasil*, em 1968, “Por iniciativa do Ministério do Interior, está em via de implantação a Fundação Nacional do Índio, entidade moderna e despida dos erros antigos, e que tem por finalidade precípua impor o respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais, bem como garantir a posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes⁶²”. Guimarães assinala que “as decisões de fechar o SPI e criar a FUNAI em seu lugar, a promessa de punição dos envolvidos no escândalo e a promessa de devolução das terras aos indígenas foram medidas propostas para remediar a imagem negativa que foi projetada no exterior. Estas promessas levaram a um enfraquecimento do protesto internacional contra a política indigenista brasileira e, com isso, o governo brasileiro evitou a

⁶⁰ Idemibidem.

⁶¹ O Estado de São Paulo, p. 78. 13 de junho de 1968, in: VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

⁶² **Ministério diz que não acusou no caso SPI**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1968.

investigação pelas Nações Unidas⁶³”.

É neste contexto, portanto, que é criada a Funai, em dezembro de 1967, e que é proposta, dois anos depois, a instalação de uma Guarda Rural Indígena. Gostaríamos, portanto, de sublinhar a luta do regime por defender a **imagem** da ditadura no exterior. Assim, a produção de uma cerimônia pública de formatura, com diversos jornalistas nacionais e estrangeiros convidados, parece corroborar tal preocupação.

Como já dito, não era pequena dentro do regime militar a preocupação com sua imagem internacional. Após intensos movimentos oposicionistas ao longo de 68 e o endurecimento do regime com o AI-5, pressões por mudanças eram controladas com lupa - um movimento internacional de críticas ao regime por conta da questão indígena era tudo o que o governo queria evitar. A título de exemplo desta preocupação com a imagem do regime, cabe destacar a criação da Embrafilme, em 12 de setembro de 1969 (contemporâneo, portanto, à GRIN), sendo que seu começo não se deu na área de fomento à produção, mas sim na distribuição internacional de filmes brasileiros. Em um contexto não só de politização de parte da produção nacional, como também de difusão das chamadas 'porno-chanchadas', o governo decidiu agir investindo numa empresa que centralizasse e controlasse a forma de difusão no exterior desses filmes, temendo prejuízo à imagem internacional do país e do regime. Também, é do mesmo ano a formação de uma infra-estrutura de transmissão televisiva, possibilitando a transmissão em rede nacional - o primeiro Jornal Nacional é de 1º de setembro de 1969; e a copa do mundo de 1970, um ano depois, foi a primeira transmitida nacionalmente ao vivo.

O prisma aqui proposto se evidencia quando analisamos os discursos oficiais à época da formatura da primeira turma da GRIN. Matéria do Jornal do Brasil de 6 de fevereiro de 1970 anuncia que na cerimônia, diante dos indígenas fardados, o ministro do Interior, coronel Costa Cavalcanti, afirmou que "esta é a resposta mais eloquente aos que, desconhecendo o nosso índio ou por motivos não confessados, referem-se ao problema do silvícola brasileiro

⁶³ GUIMARÃES, Elena. **RELATÓRIO FIGUEIREDO: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

em termos caluniosos"⁶⁴. A própria matéria se refere a um convite feito pela Funai para que jornalistas estrangeiros assistissem à cerimônia. Mais do que apenas se esquivar das acusações, a criação da GRIN se insere em um esforço de ativamente combatê-las, como se evidentemente a criação de uma guarda militar indígena em tudo se contrapusesse às críticas de violações de direitos por parte do Estado. É este o motivo dos diversos desfiles militares de que participaram os guardas indígenas ao longo do ano de 1970: matéria do *Jornal do Brasil* anuncia 04 desfiles distintos na semana do índio de 1970, chamada de 'páscoa da fraternidade'⁶⁵.

Freitas assinala que “de imediato, a Grin passou a ser fator de propaganda oficial. Uma matéria editada no *Correio da Manhã* de 14 de janeiro de 1970 afirmava que o Presidente da República, Emílio Gastarrazu Médici aprovava o relatório sobre os índios, elaborado por uma comissão mista do governo, onde desmentia-se a acusação ‘leviana’ de massacre do indígena brasileiro. Na reportagem, o Ministro do Interior, Costa Cavalcante, tentava esclarecer os ‘equivocos’, afirmando que as ‘boas coisas’ feitas em favor do índio não eram reconhecidas pela imprensa. Nesse caso, citava a Guarda Indígena que ‘estava sendo treinada para proteger seus próprios irmãos. Cada tribo teria sua polícia e o objetivo é evitar que elementos estranhos se infiltrem entre os índios’⁶⁶”.

Ampla matéria do *Diário de Notícias* de 3 de maio de 1970 traz um verdadeiro painel publicitário do governo, sob o sugestivo título "São bem tratados os índios do Brasil"⁶⁷. Além de defender o golpe de 64 e a extinção do SPI e a criação da Funai, a matéria fala que a Guarda foi criada "a fim de que o índio participe ativamente em sua própria aculturação", e a localiza como uma "resposta que o Governo dá à campanha infamante partida do exterior e que tanto repercutiu no espírito de um povo orgulhoso das suas origens indígenas e cioso dos compromissos assumidos perante os organismos internacionais". A forma direta com que são conjugados na frase a 'campanha difamante' e os 'organismos internacionais' dá a ver não só o

⁶⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1970.

⁶⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1970.

⁶⁶ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **A guarda rural indígena (GRIN). Aspectos da militarização indígena no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Página 10.

⁶⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1970.

tamanho da importância atribuída a esses fatos, mas também a relação direta entre a criação da GRIN e a tentativa de responder a tais acusações.

A GRIN foi instituída por uma portaria, a portaria 231/69, datada de 25 de setembro de 1969, que foi assinada pelo presidente da Funai, José de Queiroz Campos, conforme imagem abaixo:

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

PORTARIA DE 25 DE SETEMBRO DE 1969

O Presidente da Fundação Nacional do Índio, instituída pela Lei nº 5.371, de 8.12.67, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VI, dos Estatutos aprovados pelo Decreto número 62.198, de 31.1.68 e alterado pelo Decreto nº 64.447, de 2.5.1969, resolve:

Nº 231 — Art. 1º Criar a Guarda Rural Indígena (GRIN), com a missão de executar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos silvícolas, tendo em vista:

- a) Impedir a invasão de suas terras, sob qualquer pretexto, por parte de civilizados;
- b) Impedir o ingresso de pessoas não autorizadas nas comunidades tribais, cuja presença venha contrariar as diretrizes da política indigenista traçadas pela FUNAI;
- c) Manter a ordem interna e assegurar a tranquilidade nos aldeamentos, através de medidas preventivas e repressivas;
- d) Preservar os Recursos Naturais Renováveis existentes nas áreas indígenas, orientando os silvícolas na sua exploração racional visando rendimento permanente;
- e) Impedir derrubadas, queimadas, explorações florestais, caça e pesca, por parte de pessoas não autorizadas pela FUNAI;
- f) Impedir as derrubadas, as queimadas, a caça e pesca criminosas praticadas pelos índios contra o patrimônio indígena;
- g) Impedir a venda, o tráfico e o uso de bebidas alcoólicas, salvo nos Hotéis destinados aos turistas;
- h) Impedir o porte de armas de fogo por pessoas não autorizadas legalmente;
- i) Impedir que os silvícolas abandonem as suas áreas, com o objetivo de praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas dos aldeamentos.

Art. 2º O treinamento da GRIN fica a cargo do Chefe da Ajudância Minas-Bahia, na sua área, podendo o estágio prático ser realizado em qualquer área da FUNAI.

Art. 3º A GRIN será composta exclusivamente de índios, e feito o seu recrutamento pela Ajudância tanto nas comunidades indígenas como entre índios aculturados.

Art. 4º Fica aprovado o Plano de Fardamento proposto pelo Ajudante, conforme projetos apresentados à Presidência, que será publicado oportunamente no B. A..

Art. 5º Para o Comando dos Grupamentos da GRIN poderá o Ajudante solicitar o apoio das Polícias Militares Estaduais, mediante requerimento aos Comandantes Gerais daquelas Unidades.

Art. 6º Os Guardas Rurais Indígenas, durante o período de treinamento e estágio prático, receberão, além do fardamento, armamento e munição, uma etapa para alimentação suficiente para atender às suas necessidades individuais e de seus familiares que vivam às suas expensas na sua comunidade indígena de origem.

Art. 7º Concluída a fase de treinamento, os Guardas Rurais Indígenas aprovados receberão fardamento, armamento, munições e uma ajuda financeira mensal correspondente a um salário-mínimo regional.

Art. 8º O Chefe da Ajudância Minas-Bahia será o Comandante da Guarda Rural Indígena, ficando a seu cargo a implantação das medidas de segurança necessárias aos territórios e às comunidades indígenas, bem como fazer cumprir o disposto na presente portaria.

Art. 9º O chefe da Ajudância Minas-Bahia submeterá à Presidência o projeto de regulamento disciplinar interno da GRIN, para apreciação e aprovação.

Art. 10. A Guarda Rural Indígena, como órgão responsável pela segurança e bem estar da população silvícola, dada a sua elevada responsabilidade, fica subordinada diretamente à Presidência.

Art. 11. Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário — José de Queiroz Campos.

Não é nossa intenção aqui narrar detidamente o evento histórico da GRIN, com as violências, opressões e contradições que lhe são próprias – para tal narrativa, o trabalho de Freitas⁶⁸ é bastante detalhado. O que nos interessa, para poder melhor compreender nosso

⁶⁸ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

material de arquivo, é entender o percurso que se deu até o dia da formatura – a escolha das etnias que fariam parte da guarda, o recrutamento e o posterior treinamento, que culminariam na formatura registrada por Jesco. Até aqui, buscamos apontar os motivos de criação da GRIN do ponto de vista dos militares – os idealizadores e responsáveis pelo estabelecimento da Guarda. Começaremos, agora, a entrever a experiência dos próprios indígenas, que foram submetidos a esse estranho experimento histórico.

"Para saber é preciso imaginar-se⁶⁹". É preciso que imaginemos nós o tamanho do **equivoco**, do desencontro cultural, histórico e político que significou o encontro provisório entre militares e indígenas gerado a partir da criação de uma Guarda Rural Indígena. É preciso imaginar a situação concreta: os 84 indígenas, a maior parte dos quais quase sem relações anteriores com os brancos, quase sem falar português, de 5 etnias distintas, arrancados a suas aldeias por uma visita do Capitão Pinheiro, uma seleção apressada e uma ida longa de caminhão até Belo Horizonte, onde receberam, por curtos três meses, um treinamento militar. É preciso imaginar a situação dos policiais que eram professores, o contexto, no auge da repressão da ditadura civil-militar, com o combate à luta armada, as práticas de tortura cada vez mais frequentes dentro dos quartéis, e a tentativa de disciplinar, de forma acelerada, violenta e atrapalhada, estes 84 indígenas.

É preciso que imaginemos a série de desentendimentos, de incompreensões, de violências, de equívocos enfim, que essa situação algo surreal provocou, é preciso que tenhamos isso em mente para que possamos, mais à frente, conseguir **ler** nosso material de arquivo.

Viveiros de Castro aponta a noção de **equivoco** como fundante da relação entre indígenas e não-indígenas: o equívoco é a “condição de possibilidade do discurso antropológico - ele é aquilo que justifica a existência da antropologia. Traduzir é instalar-se no espaço do equívoco e habitá-lo. Não para desfazê-lo, pois isso suporia que ele nunca existiu, mas, ao contrário, para enfatizá-lo ou potencializá-lo, isto é, para abrir e alargar o espaço que se imaginava não existir entre as linguagens conceituais em contato - espaço que, justamente, o equívoco ocultava. O equívoco não é aquilo que impede a relação, mas aquilo

⁶⁹ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004.

que a funda e a propele, uma diferença de perspectiva. Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro, ao presumir uma univocalidade originária e uma redundância última - uma semelhança essencial - entre o que ele e nós 'estávamos dizendo'⁷⁰". Ele afirma, ainda, citando Roy Wagner, que o conceito antropológico de cultura seria o equívoco que surge como tentativa de solução para a equivocidade intercultural; e ele seria equívoco porque se assentaria "no paradoxo criado ao se imaginar uma cultura para um povo que não a imagina para si mesmo"⁷¹". Viveiros usa tal dimensão para pensar a relação entre antropólogos e indígenas. O que pensar então quando do contato provisório, incerto e violento entre indígenas e militares feito a partir da ideia, concebida por um policial de Minas Gerais, de estabelecer, no ápice da ditadura militar, uma guarda indígena para policiar as aldeias? Queremos aqui sublinhar não a delicada noção de Viveiros, mas a distância violenta e intransponível entre aqueles que formularam a política da GRIN e os indígenas que efetivamente a vivenciaram. Mais do que a noção inevitável de equívoco, podemos aqui imaginar o imenso fosso entre militares e indígenas, um equívoco ao quadrado, um verdadeiro abismo.

Em nossa pesquisa, tivemos o privilégio de conversar com alguns indígenas que fizeram parte, quase meio século atrás, da GRIN⁷². Equívocos de tradução à parte, tendo em vista a imensa distância existente também entre nossa equipe e eles, é possível entrever nas conversas o imenso fosso entre aquilo que era dito pelos militares no processo de recrutamento e treinamento, e o que era compreendido pelos indígenas. Em relação ao período de recrutamento e, em especial, de treinamento, as teses a que tivemos acesso em geral pouco tratam – apenas algumas matérias de jornal, a que também faremos referência. Por isso, trazemos aqui os relatos que colhemos em campo para retratar melhor a experiência histórica da GRIN.

⁷⁰ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Equívocos da Identidade**, in: GONDER, Jô e DOBEDEL, Vera (orgs.) **O que é memória social**. Rio de Janeiro, Contracapa, 2005.

⁷¹ Wagner, Roy. *The invention of Culture*. Chicago: chicago university press. 1981. P. 27.

⁷² Esta pesquisa é paralela ao documentário *A Flecha e a Farda* (Miguel Antunes Ramos, 2020), de nossa direção, que conversou com guardas Xerente e Krahô no final de 2018. Pesquisa e filme são objetos autônomos. Nesta dissertação, citaremos alguns trechos de conversas gravadas – alguns estão também presentes no filme, outros não. Os depoimentos podem ser melhor acompanhados no documentário.

Segundo o Capitão Pinheiro, em depoimento registrado nos anos 90, a escolha das etnias que comporiam a GRIN teria se dado em grupos cujo contato com os brancos teriam acontecido há algum tempo – ele afirma que participaram da GRIN ‘só tribos aculturadas, que tavam trazendo um problema sério para a Funai, de bebida, de alcoolismo e prostituição⁷³’. Apesar dessa formulação equivocada, a grande maioria dos indígenas selecionados não sabia uma palavra de português. Segundo Alcides Pirka Krahô, em depoimento à nossa pesquisa: *“Talvez os brancos ficaram com vergonha da gente [no caminho entre a aldeia e Belo Horizonte], onde a gente parava a gente fazia fogueira pra assar nossa comida. Vinha os brancos olhar a gente porque a gente tava pelado. Alguns que nunca tinham viajado nem queriam comer pão, nem café, porque não conheciam⁷⁴”*.

Alguns dos indígenas que conversamos nos narraram como foi feita a seleção, pelo próprio Capitão Pinheiro, daqueles que viriam a se formar em Belo Horizonte. O nível de mal-entendidos, bem como a imensa distância entre os militares e os indígenas deixa explícita a brutalidade da ação do Estado. Alcides narra a chegada do avião – os próprios indígenas construíram a pista de pouso onde Capitão Pinheiro pousou para efetuar seu recrutamento; o caminhão que os levaria para se tornarem guardas saiu apenas três dias depois da chegada de Pinheiro. Segundo Alcides:

“Algumas pessoas da aldeia se juntaram. Não teve aviso prévio, de repente... já haviam encomendado os materiais para serem usados, depois ficou tudo certo...”

E avisaram o Pedro Penon [o cacique Krahô à época] lá na Aldeia Pedra Branca... e avisaram também na Cachoeira e no Galheiro.

Naquele dia o pessoal se juntou no campo de pouso, ali pro rumo da serrinha.

Eles se juntaram e começaram a capinar o campo de pouso. Campo de avião.

Aí fomos trabalhando. E depois terminamos.

Aí disseram: agora vai vir um avião e pousar aqui.

⁷³ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

⁷⁴ Reproduzimos aqui um trecho do depoimento falado na língua Krahô e depois traduzido ao português, com intervenções de um mediador, Renato Krahô, que nos auxiliou na conversa com Alcides.

Naquela época era tempo de chuva. A chuva era como essa de agora. O pessoal se ajuntou no tempo da seca ainda. E aí, depois que terminaram, veio um aviãozinho que pousou, um tal de dois motores.

‘Pronto, tô chegando agora com a proposta de pegar alguns jovens pra Grin, guarda rural indígena’.

O avião estava lá, e alguns foram correndo pro rumo do posto.

Depois ao entardecer, chamaram o pessoal, e foi escolhendo quem ia levar.

- quem escolhia?

- Um branco

- vocês se juntaram no pátio?

- foi lá no posto mesmo, um lugar muito limpo. Na época do SPI tinha um pessoal que ficava limpando ali

- era os brancos que escolhiam as pessoas e não o cacique?

- sim, eram os brancos mesmo. Eles falaram pra gente que dentro de três dias ia vir um carro buscar a gente.

‘vamos levar vocês pra se transformarem em Grin, soldados’, foi isso o que eles pensaram.

Depois todo mundo se espalhou, e dentro de dois dias o pessoal que tinha sido escolhido já estava no lugar marcado.

(...)

O que eu ia levar? Naquela época eu não tinha nada. Não tinha sacola, nada. Eu não tinha nem calção. Tava nu. Só amarrado com coberta.

- mas vocês subiram assim mesmo?

- aí nós subimos no caminhão.⁷⁵”

Valdir Xerente narra que no começo⁷⁶,

“A gente foi, nós não sabia o que é ser soldado, não sabia o que era a Grin. Lá que botaram o nome de a Grin. Chegou lá um capitão, o Capitão Pinheiro, pra levar nós, foi aqui de carro.

⁷⁵ Idemibidem.

⁷⁶ Valdir Xerente deu sua entrevista em português. A transcrição aqui está feita idêntica à fala. Há uma pergunta, feita por nós durante a conversa, assinalada com um travessão.

Chegou lá. Lá pediu nós se nós queria ser soldado. Nós com 18 anos. Escreveu nas nossas costas, cada um que queria escreveu nas nossas costas. Foi lá, não tinha nem estrada.

(...)

- como que foi, ele desceu do avião, como que aconteceu?

- Ele veio, depois que nós fizemos o campo, ele veio... Mil metros. Daí desceu o avião lá. Trazia cesta básica pra nós. 'Cês vão?' Se levar eu vou, tem que ir.

- ele explicou pra que que era na hora?

- não, explicou pra ser soldado só. Lá que depois explicou, falou que era pra fazer demarcação, pra vigiar as áreas”.

Esse ponto, de uma promessa por demarcação das áreas indígenas, aparece em diversas falas dos ex-guardas, em especial entre os Xerente. Basílio Xerente, por exemplo, afirmou, quando perguntado por nossa equipe sobre como o que Capitão Pinheiro falou no ato do recrutamento⁷⁷:

“Ele veio aqui... E disse que se nós interessássemos era para ir daqui fazer curso lá, em Belo Horizonte. Pra ser Guarda Rural Indígena. Defender. Defender as áreas. Então a gente se interessou e foi lá.

- Quando vocês perguntaram o que era Guarda Rural Indígena, ele falou que era para defender as áreas?

- Uhum. Para nós defendermos as áreas, porque... invasão aqui era muita... Bem aqui, era a tapera de um branco que morava aqui. Aqui era cheio [de branco].”

Manoel Suken confirma um relato parecido, se referindo ao que teria sido dito pelo Capitão Pinheiro quando da formatura, em Belo Horizonte⁷⁸:

“Ele falou... A Funai mesmo falou, esse capitão: ‘Vocês estão vendo isso aqui? Isso aqui, determinado para ser a GRIN, é para vocês adquirirem a terra de vocês. Lá, vocês vão trabalhar com posseiro. E a terra de vocês vai ser demarcada, através de vocês’.”

⁷⁷ Basílio Xerente também deu sua entrevista em português, aqui transcrita de forma literal.

⁷⁸ Manuel Suken, idem.

Esse ponto nos parece ser um dos **equivocos** que rondam essa história. É recorrente, em especial nos relatos dos ex-guardas Xerente, essa narrativa, da demarcação da terra como objetivo da criação da Guarda. E de fato, a demarcação da Terra Indígena Xerente se deu em 1972, durante o período de vigência da GRIN. Porém, seria um equívoco imaginar ou formular que essa fosse uma intenção do projeto, de demarcar as terras dos grupos que participavam da guarda. Em primeiro lugar, cabe destacar que a demarcação de qualquer terra indígena é um processo longo, que se faz através de lutas e movimentações extendidas no tempo. Seria, portanto, equivocado pensar que a ação do Capitão Pinheiro, em Minas Gerais, ao imaginar a criação de uma Guarda Rural Indígena teria relação com essa demarcação. O que parece haver, aqui, é a concomitância de dois processos – e é importante estar atento à essa concomitância, ou melhor, às formas como temporalidades distintas convivem e se atropelam. De um lado, processos e temporalidades que remetem ao Estado, bem como às lutas políticas que envolvem o Estado, como procuramos descrever neste capítulo – entre os quais constam elementos como o AI-05, o Relatório Figueiredo, entre outros. De outro lado, a temporalidade dos embates entre indígenas e os brancos do entorno, nas lutas por terra que caracterizam o cenário da maioria das etnias que estão em contato com o universo envolvente. Assim, os próprios indígenas são explícitos quando destacam a agência indígena na luta pela terra, como Nedina Xerente⁷⁹:

“Foi meu pai que foi atrás da reserva, da reserva indígena. Foi meu pai que foi. Se não fosse meu pai, não tinha mais nenhum índio, não. Já tinha morrido, tinham matado tudo. Porque eles queriam matar a gente”.

Além disso, se olharmos em conjunto para a questão da terra nas outras etnias, podemos notar que a Terra Indígena Krahô, por exemplo, já estava demarcada⁸⁰, e que, entre os Maxacali, por outro lado, não apenas a terra não estava demarcada, como o próprio Capitão Pinheiro é acusado de possuir fazendas até hoje na Terra Indígena Maxacali⁸¹. Ou seja, a

⁷⁹ O depoimento de Nedina também foi dado em português e transcrito aqui de forma literal.

⁸⁰ A Terra Indígena Krahô foi demarcada nos anos 40, e homologada em 1990 - <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krah%C3%B4> - acessado em 20 de janeiro de 2021.

⁸¹ Ministério Público Federal. 2015. Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, no 64483-95.2015.4.01.3800 de 10.12.15. Disponível em: <https://goo.gl/8qxWm4>. Último acesso: 29.01.2021. Página 76.

ocorrência histórica da gestão policial pelo Capitão Pinheiro da Terra Indígena Maxacali, que se deu em parte através da GRIN, teve como resultado, lá, o esbulho da terra indígena. Em suma, o que queremos frisar é que essa recorrência do discurso da terra parece fazer parte mais da percepção dos ex-guardas do que ali se passava, ou das estratégias de convencimento adotadas pelos militares, do que de um projeto do governo ditatorial que envolvesse de fato uma demarcação desses territórios. Isso se encaixa naquilo que queremos aqui sublinhar, a saber: a imensa e violenta distância entre os militares, que propuseram essa política, e os indígenas, que a viveram. Distância que pode ser entrevista no depoimento de Benjamin Xerente, que narra a ida até Belo Horizonte de caminhão. Ele descreve como passaram fome no caminho, comendo só rapadura e farinha⁸²:

“Aí nós saímos dia 01 de novembro. Dia do santo.

Pousemo lá em Miracema. Dia 02 de novembro nós toquemos.

Não tinha asfalto, só estrada de chão. Nessa época chovia muito. A gente viajou comendo rapadura com farinha branca, só o pó. Se você botasse a mão cheia na boca, tudo entalava. Engasgava. Era um saco grande de rapadura assim. E a gente enjoou daquilo, jogava nos pastos, irritado. ‘Isso aqui não é comida não!’. Jogava nos carros que passava.

Aí chegaram no Ribeirão... a gente acampava, dormia. Todo mundo em cima da carroceria. No outro dia tocava.

Um dia a gente chegou lá pra lá de Porangatú, tem um rio lá, rio do ouro. Aí encostou lá. Aí os caras foram pescar. Pescaram arraia. Os Krahô pegavam, acendiam o fogo... a gente comia, porque não tinha outra coisa.

Aí o chefe de posto, tinha uma fazenda lá em Porangatu. Aí ele colocou nós lá cedo. Mandou os vaqueiro juntar o gado, mandou escolher o boi maior que tivesse pra matar. Aí escolheu um boi, os krahô mataram lá.

‘aí é o seguinte, eu vou dar uma banda pra vocês fazerem o que quiserem. E a outra banda vou salgar pra ter comida na estrada’. E não tinha outra coisa não, era só essa carne e a farinha branca. Aí os krahô ‘vamo muquiá’. Acenderam o fogo. Aí a chuva veio desse jeito. Molhou tudo, apagou o fogo. Comemo assim mesmo, cru.

⁸² Entrevista dada em português. A transcrição aqui está feita idêntica à fala.

Chegamo em Goiânia, chegemo lá na Funai, mandaram cozinhar. Panelinha pequena. Que hora que ferve? De manhã até hora dessas ainda tava esperando arroz cozinhar, e carne. Ainda comemos arroz duro e carne dura. Lá em Goiânia. Pousemo lá em goiânia, na Funai mesmo, no outro dia seguimo pra Brasília, e de Brasília seguimos pra Belo Horizonte”.

Ele continua seu relato, falando sobre a chegada em Belo Horizonte. Diz Benjamin:

“Chegamos em Belo Horizonte era mais ou menos 8 horas da manhã.

Lá na Funai, que o Capitão Pinheiro trabalhava. Levou nós pro quartel.

Nós dormia lá no colchão, na sala.

Fiquemos lá, só comendo. Dormindo, comendo. Ai eles deram remédio pra verme. Remédio forte... ei, nós ficamos até tonto. Todo mundo morto lá.

‘Ninguém vai comer. Ninguém vai tomar café nem almoçar’

Nesse dia só tomei sopa. E café não.

Rapaz... Ficamo lá deitado, tonto. Por causa do remédio.

Aquilo é forte.

Aí meio dia a corneta tocou, todo mundo correu, pensando que era almoçar. Chegou lá, ‘quem tomou remédio pra verme não vai comer não, só vai tomar sopa’. Sopa sem sal... quem que quer? Ai um krahô falou: ‘eu quero é comer, quero comer arroz, não quero sopa não. Eu vou comer, nem que eu morra mas eu quero comer arroz, bota arroz aí.’ Ai o Xerente, ‘eu também quero, desse jeito. Nem que eu morra. Vou morrer de barriga cheia’.

Aí fiquemo lá, aí terminou. Ai ninguém podia sair de jeito nenhum, sair pra rua”.

Alcides Krahô faz narrativa semelhante, explicitando a estranheza do que se passava, bem como o aspecto propriamente biopolítico⁸³ da gestão dos corpos indígenas que os militares faziam ao medicar, tirar sangue e controlar os corpos dos guardas. Diz Alcides:

“Quando chegamos lá,

Eles nos pesaram na balança, pra ver quantos kilos a gente pesava. Ai depois, quando era 13hs, eles colheram nosso sangue pra exame. Ai examinaram nosso sangue.

Eu fiquei só olhando o jeito que eles tavam fazendo e mesmo assim fiquei com medo, a gente não era acostumado com isso não. A gente não tinha costume com os brancos, por isso

⁸³ FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo, Edições 70, 2010.

estávamos com medo dessas coisas. Talvez um deles poderia nos enganar e fazer qualquer tipo de coisa ruim.

Depois disso eles passaram remédio contra verme na gente e nós tomamos, e depois ficamos com diarreia.

No dia seguinte eles nos deram uma comida bem leve pra comer.

A gente ficou com diarreia.

Depois que a gente melhorou ele falou: tá, agora tá tudo ok. Eles mediram a nossa cintura pra gente ganhar roupas, calça, camisa, boina... Pegaram o nosso número de sapato. Falaram que na próxima semana a gente ia iniciar o treino.

Eles falaram isso e ele foi embora e depois veio de novo

Tinha um negócio grande tipo caixa d'água que eles colocavam produto de noite e ateavam fogo. Quando eles colocavam fogo, era baixinho mas muito quente. Tinha um cheiro muito forte. A gente tinha que cheirar durante 10 minutos.

Dava vontade de vomitar. Os que tinham coração fraco, os que ficavam com medo não conseguiam ficar parado”.

Essa estranha cena, de uma fumaça que eles precisavam respirar, é descrita também por Manoel Sunken Xerente⁸⁴:

“Aí passemos por aquele banho. A pessoa... a gente não morreu não sei porquê né. Botaram nós num lugar quente, né?! Quente mesmo... saía um suor que eu vou te dizer né?! Diz que isso era para a guerra né?!”

O soldado diz que dá muito suor, né?! Quando ataca os outros, e quando corria, né, diz que tinha que suar pra não morrer de estupor. Aí botava nós lá. Aí cada um de nós mergulhemo lá.”

Valdir Xerente faz narrativa semelhante, descrevendo mais tal cena bizarra⁸⁵:

“Nós sofremos muito lá também. Sofremos mesmo.

Pra poder aprender, sol quente.

⁸⁴ Manoel Sunken deu seu depoimento em português, aqui transcrito de forma literal.

⁸⁵ Valdir Xerente, *idem*.

A gente deitava assim no cimento. A gente não era acostumado. Mas quando a gente passou lá dez dias.... Ai pegaram nós, botaram numa casa de gás lá, tudinho, fechou... Quase que nós morria lá dentro, aquele cheiro de gás... Quando abriu, cada um correu.... Sofremos, sofremos.”

O grotesco dessa cena é quase inenarrável. Os indígenas, sacados de suas aldeias e levados de caminhão, sem nenhuma explicação, sem conseguirem compreender sequer o português direito, são levados a experienciar o que parecem ser táticas de contra-insurgência, algo como uma sauna, talvez um procedimento como acontece hoje em treinamentos da tropa de elite da polícia militar, respirando gás lacrimogênio para se habituar com eventuais confrontos urbanos? Estavam sendo treinados ‘para a guerra’. O termo equívoco evidentemente não dá conta de narrar o tamanho da violência do gesto dos militares, a falta de percepção mínima em relação aos indígenas, bem como do imenso abismo entre o que eles tinham na cabeça em seus ‘ensinamentos’, no auge da ditadura, com a tortura e a repressão sendo cada vez mais institucionalizada, e o que de fato os indígenas ouviram ou apreenderam desse estranho encontro.

Destacaremos mais alguns trechos. Diz Alcides Krahô:

“Nós voltamos de lá e dentro de uma semana já trouxeram todos os equipamentos. Nós ganhamos calças e cada um foi vestindo a sua.

Só tinha um quarto para nós todos, éramos muitos, nós nos vestimos de madrugada e quando amanheceu o dia todos estavam preparados.

O treinamento começou rápido.

Nós não compreendíamos o português, só algumas poucas coisas. Ai iniciaram o treino com a gente. Durante uma semana, foi pra três semanas... Nós íamos marchando.

Dentro de um mês a gente foi conhecer um lugar de minério.

O lugar onde o pessoal lutava com as armas mesmo...

Passamos a tarde inteirinha lá, e depois voltamos para o alojamento.

(...)

Eles nos aconselhavam. Nos aconselhavam...

Eles nos aconselhavam pra todo tipo de coisa.

‘Polícia não tem parente, não tem irmão. Polícia não tem parente. Não tem pai nem filho. Porque você é um só. Se alguma coisa acontecer com você e você morrer, nenhum dos seus parentes vai embora junto com você. Você vai morrer sozinho.’
A gente escutava eles. Quem entendia melhor o português contava para os outros”.

Diz Benjamin Xerente:

“Aí depois a gente recebeu a farda. A gente recebeu a farda, aí todo mundo fardado. Agora, instrução. Do sargento comandante, tenente.... Agora, aí pesou.
Às 05 horas levantava. Corneteiro tocava. Aí vinha o guarda: ‘levanta, levanta. Tomar banho, tomar banho! Vestir a farda! Cinco minutos, cinco minutos!’
Todo mundo corria...
‘Vai lá vestir a farda! Cinco minutos marcado! Banhar e vestir’
Aquele coturno, pra amarrar dá um trabalho danado...
Aí cada um, cada grupo um instrutor tomou conta...
Cada um tem um instrutor que comandava. Aí ficou...
‘ó, pra desmontar a arma, revolver, ó, pra desmontar peça por peça. Tempo marcado.
Desmontar revolver aí’.
E depois montava de novo... ‘tempo marcado!’
Rapaz, o tempo foi... ‘agora pra cavalaria, aprender a montar no cavalo!’
Ficava um tempo assim..”.

E, por fim, a formulação lapidar de Manoel Sunken:

“Diz que a pessoa, depois que já jura a bandeira do Brasil, diz que não pode ser irmão, tem que prender né?! Pode ser amigo...
Diz que depois de jurado a bandeira do Brasil, tem que prender qualquer um, né?! Pode ser irmão... se tá errado, não pode.... Pode ser amigo, né, tem que... [prender]”

"Para saber é preciso imaginar-se", repetimos. Mais à frente, quando analisarmos nosso material de arquivo, nos deteremos sobre a imagem recalcada do pau-de-arara, que tem sua única aparição em documentos oficiais em toda nossa história na cerimônia de que tratamos aqui. Por ora, gostaríamos de sublinhar esse abismo, esse equívoco ao quadrado, entre esses militares-torturadores, ensinando técnicas avançadas de contra-insurgência, incluso aí a tortura de prender indivíduos no pau-de-arara, e esses indígenas, tentando apreender um mundo em tudo estranho, afeitos às promessas de que a GRIN seria usada para proteger suas terras, e retendo as partes que compreendiam do discurso militarista daqueles que lhes ensinavam. É interessante nas narrativas como eles lembram de frases que eram ditas em sua externalidade, apreendendo mais a ordem como som (cinco minutos!) do que o sentido daquilo que os militares tentavam violentamente impor. Guardadas as devidas proporções e nítidas diferenças, é interessante remeter a Primo Levi e sua narrativa sobre como os concentracionários, muitos dos quais não falavam alemão ou polonês, guardavam os sons das ordens que os SS davam⁸⁶.

Isso a que chamamos provisoriamente abismo se fará visível em nosso material de arquivo em algumas brechas, nos momentos em que apesar da ordenação militar, apesar da forma militarista do registro, apesar de tudo, podemos apreender a externalidade daqueles gestos em relação aos corpos que a performam.

Três meses depois de iniciado o treinamento, seria realizada a cerimônia de formatura. É ela, afinal, que nosso material de arquivo registra.

⁸⁶ Em **Os afogados e os sobreviventes**, Primo Levi descreve uma memória sonora que tinha, de uma fala de interno francês se referindo a um SS, que transcreveu em **É isto um homem**, e que pensava ser do alemão. Levi descreve como o tradutor do livro (ele escreve em italiano) para alemão não entendeu a sonoridade nem as palavras, e redigiu diferente sua formulação. Apenas décadas depois ele compreendeu que era uma frase em ídiche, e que sua memória sonora estava correta. LEVI, Primo. **Os Afogados e os Sobreviventes**. São Paulo, Paz e Terra, 2004. Página 88.

CAPITULO 2

Este capítulo busca se debruçar sobre a figura de Jesco Von Puttkamer, o fotógrafo que, ao que tudo indica, registrou nosso material de arquivo. Nos interessa tentar entender quem foi Jesco e em que posição efetuou o registro que ora nos debruçamos.

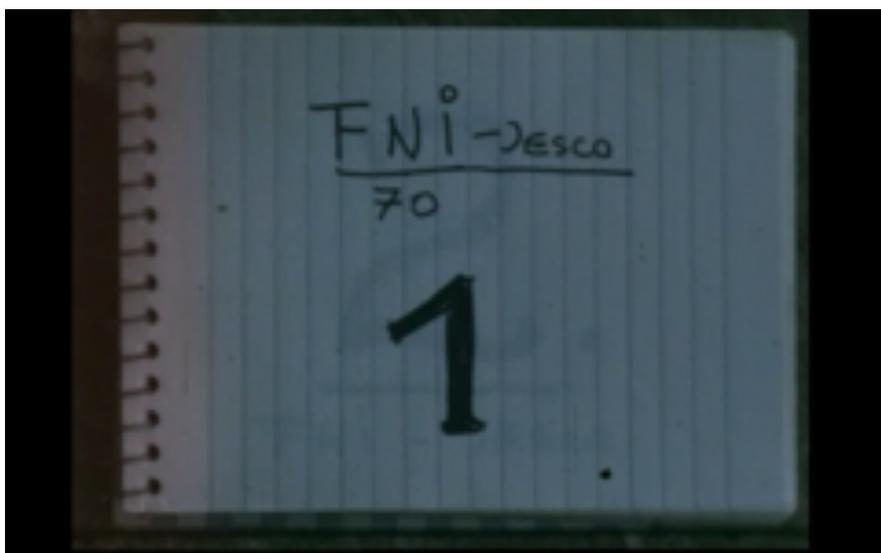
É difícil traçar, tanto tempo depois, o perfil de um homem. A pesquisa em torno de sua figura encontrou diversos obstáculos, portas fechadas, dificuldades de acesso. Não ajudou o fato de os últimos e decisivos 12 meses de pesquisa terem se dado em meio a uma pandemia que fechou diversos órgãos públicos, dificultando ainda mais o processo de pesquisa.

Este capítulo lida com uma impossibilidade: embora Jesco tenha doado, no final de sua vida, todo seu acervo ao Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia, este mesmo Instituto não nos concedeu acesso a seu acervo, não nos concedeu entrevistas ou acesso a seus diários, por motivos que não se fazem claros, mas que tentaremos refletir ao logo do texto. Escrevemos este capítulo, portanto, com os rastros que se fizeram acessíveis: publicações na imprensa, um livro de caráter propagandístico editado pelo IGPA, conversas com pessoas que conheceram Jesco (em especial a antropóloga Betty Mindlin) e documentos internos, alguns originalmente arquivados como ‘confidenciais’, que nossa pesquisa encontrou nos arquivos da Funai. Estes documentos, tal qual nosso material de arquivo, são também opacos: trechos antigos, por vezes pouco legíveis, pedaços de burocracias antigas. Nem sempre conseguimos compreendê-los inteiramente. Há, por exemplo, uma carta privada que Jesco recebeu de um colega americano – não sabemos se o próprio forneceu à Funai a carta, ou se, em uma época de censura, havia um monitoramento do que ele recebia. Alguns documentos estão grifados, marcados, o que indica uma leitura, um olhar, semelhante ao de um censor, a esses arquivos. Como sabemos não ter esgotado estes interessantes arquivos aqui, optamos por incluir alguns deles em nossa pesquisa, como anexos, na esperança de que outros pesquisadores no futuro possam ler neles elementos que, agora, não se apresentam a nós como legíveis.

Primeiro, é preciso destacar que não conhecemos, até aqui, nenhum material que prove que tenha sido Jesco Von Puttkamer o autor de nosso material de arquivo, ou elucide em que posição ele portava a câmera. Desde as primeiras matérias sobre o encontro do material, seu nome foi aventado como o autor do registro por causa da claquete. No entanto, é

importante notar que esta traz apenas o nome ‘Jesco’, sem sobrenome. E que nos 26 minutos de material, apenas os 3 primeiros rolos possuem claquete. Voltaremos a isso.

Na base de dados do Museu do Índio, consta, na primeira frase da descrição de nosso material: “registro produzido pelo engenheiro e naturalista chamado W. Jesco von Puttkamer de lutas indígenas e parada militar⁸⁷”. Conforme conferimos com Rodrigo Piquet, que fez a descrição, a colocação do nome completo de Jesco na base de dados se deu a partir da claquete, em uma ‘decorrência lógica⁸⁸’.



A negativa do IGPA

Uma vez que não obtivemos acesso ao acervo de Jesco, nos pareceu justo explicitar as comunicações, para depois buscar pensar porque o resultado foi este.

Nossa primeira diligência ao museu foi um e-mail de 20 de março de 2019, no qual especificávamos nosso interesse por informações concernentes à filmagem, tentando entender o que fazia Jesco naquela situação. A resposta do Instituto foi clara: “Infelizmente não temos conhecimento das informações solicitadas. O material depositado no Museu do Índio constitui-se num registro realizado num período anterior aos que se encontram acervados no IGPA, sem qualquer referência ou vinculação. Informamos ainda que não possuímos qualquer

⁸⁷ base de dados do museu do índio:

<http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por> - acessado em 15 de novembro de 2020.

⁸⁸ conversa telefônica com nossa pesquisa, novembro de 2020.

documento complementar (escrito ou informação oral), que possa responder suas necessidades.”

Um mês depois, escrevemos de novo, diretamente à diretora do Instituto, buscando conversar com pessoas que conheceram Jesco, que pudessem ter mais informações. A resposta foi: “Como já te adiantei em uma resposta por meio da Secretaria do IGPA infelizmente não podemos te auxiliar muito. Conversei com a profa. Maria Eugenia que me adiantou que o Jesco não deixou nada escrito ou referências aqui no IGPA, sobre o trabalho realizado com a guarda indígena. Me ocorre que talvez no Museu do Índio você possa ter alguma informação complementar, uma vez que o filme foi depositado naquela Instituição”.

Nossa próxima investida, alguns meses depois, foi com um ofício de nossa pesquisa, buscando acesso ao acervo do museu. Primeiro obtivemos uma resposta formal, que dizia que “O IGPA dispõe somente de uma cópia em baixa resolução deste documentário, uma vez que o Museu do Índio detém a versão original. Por essa razão sugerimos que sua solicitação seja feita ao Museu do Índio.” Posteriormente, explicitamos nosso interesse de ter acesso aos diários de Jesco, já que no ano de feitura de nosso material de arquivo ele poderia ter assinalado algo elucidativo. A resposta do IGPA: “O Núcleo de Documentação Audiovisual do IGPA/PUC Goiás, está em reestruturação este semestre, não sendo possível viabilizar o acesso aos seus materiais”. Por fim, como uma última tentativa, escrevi repetindo sobre a importância, para nossa pesquisa, em ter acesso aos diários, e perguntando sobre a disponibilidade da diretora do IGPA para uma conversa virtual, para poder explicar melhor nosso intuito, e pensar em formas de cooperação, dado o interesse imediato e relativamente simples em entradas no diário de Jesco perto da data da cerimônia de formatura (fevereiro de 1970). A resposta foi curta e enfática:

Sr. Miguel Antunes bom dia.

Infelizmente os Diários de Jesco Puttkamer não estão disponíveis para consulta pública.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Eliane Lopes
Diretora do IGPA, 04/06/2020

Em assim sendo, podemos apenas explicitar essa porta fechada, que nos impediu de cotejar as anotações de Jesco com os eventos que conhecemos de criação da Grin, e buscar em outras fontes tentativas de elucidação.

Quem foi Jesco von Puttkamer

A matéria da Folha de São Paulo, a primeira feita sobre o encontro de nosso material de arquivo, diz que: “o filme é parte do acervo sobre 60 povos indígenas, coletado durante quatro décadas pelo documentarista Jesco von Puttkamer (1919-94) e doado em 1977 ao IGPA (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Descendente da nobreza alemã, mas nascido no Brasil, Von Puttkamer sabia o que era a repressão. Foi preso pela Gestapo quando concluía os estudos em química na Universidade de Breslau (Alemanha), por se recusar a se alistar no Exército durante a Segunda Guerra (1939-45). Safou-se ao provar que era cidadão brasileiro nato. Trabalhou como fotógrafo no Tribunal de Nuremberg (1945-46), que julgou hierarcas nazistas por crimes de guerra. Já de volta, foi um dos fotógrafos oficiais da construção de Brasília (1956-60). Nos anos 1960, integrou pela primeira vez uma expedição em busca de tribos isoladas no Brasil central. Nunca mais largou os índios. Deixou 43 mil slides, 2.800 páginas de diários de campo e filmes na bitola 16 mm que, desenrolados, chegariam a 330 km. São registros delicados e muitas vezes emocionantes da aproximação dos índios e de seu encontro com as frentes de exploração --e também das epidemias e mortandades por gripe, varíola e sarampo⁸⁹.”

Nos parece que nesta matéria, feita no calor do momento da descoberta de nosso material de arquivo, a excelente jornalista Laura Capriglione comete um equívoco, ao associar o fato de as imagens terem supostamente sido produzidas por Jesco a seu acervo, gerido pelo IGPA. Não é correto afirmar que essas imagens são ‘parte do acervo’ de Jesco, já que não estavam depositadas lá, nem há registro legal que documente em que posição empunhava Jesco a câmera – como aliás foi reiterado pela própria direção do IGPA nas mensagens citadas acima. De fato, Jesco fez diversas reportagens fotográficas, em especial para a BBC, sobre os

⁸⁹ Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de novembro de 2012.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml> - acessado em 25 de novembro de 2020.

povos indígenas, e doou todo seu acervo para o IGPA. No entanto, nosso material de arquivo não estava no IGPA, nem havia lá uma cópia, mas sim no Museu do Índio – pertencente à Funai. Há aqui inclusive uma disputa legal, no sentido de a quem, a que instituição, pertence essas imagens, se ao IGPA ou ao Museu do Índio – e neste sentido, qual instituição poderia cobrar pelo direito de uso de tais imagens. Até o momento em que escrevemos, há uma divergência entre as duas instituições que não parece ter chegado a termo.

Assim, este material não constitui um elemento que participe da **memória oficial** de Jesco Von Puttkamer – memória gerida e zelada pelo IGPA. Ao contrário, nos parece, tendo em vista as repetidas recusas do IGPA em nos fornecer informações ou mesmo acesso aos diários de Jesco, que o registro da Grin tensiona a gestão de sua memória.

O livro *‘Os últimos dias do Éden’*, produzido por jornalistas da BBC em homenagem a Jesco, pinta o retrato de um homem “bom”, traumatizado pelo nazismo e que buscou nos indígenas brasileiros uma imagem de pureza. Segundo o livro, em seu diário Jesco teria escrito que o que mais desejava era “observar e documentar os índios ainda puros e não atingidos pela civilização⁹⁰”. O texto, assinado por Loren McIntyre, o repórter americano que escrevia as matérias que acompanhavam as fotos de Jesco nas edições da National Geographic, fala que Jesco ficou preso por quase 3 anos em Breslau, campo de concentração nazista. Segundo o texto, de linguagem grandiloquente, “interrogatórios violentos, ameaças de execução. Jesco decidiu então que, se algum dia escapasse da prisão, acharia um jeito de viver entre os índios brasileiros, completamente livre, em sua floresta paradisíaca, onde os gritos fossem apenas de alegria⁹¹”. O livro abunda de passagens estereotipadas dos povos indígenas, dando a entender que a visão de Jesco seria da mesma ordem – “Jesco lamentava o fim da nudez natural dos índios, dizendo: ‘eles não são mais perfeitos’⁹²”.

Em conversa telefônica com nossa pesquisa, a antropóloga Betty Mindlin afirmou que conheceu Jesco em suas viagens de pesquisa junto aos Suruí, em Rondônia, etnia também fotografada por ele. A antropóloga repetiu algumas vezes o mesmo adjetivo para descrevê-lo:

⁹⁰ PUTTKAMER, Jesco Von. **Os últimos dias do Éden – as imagens de W. Jesco Von Puttkamer**. Textos Adrian Cowell [et all]. São Paulo, Terra Virgem, 2005. Página 13.

⁹¹ idemibidem.

⁹² idemibidem.

ingênuo. Disse que só tem uma imagem positiva dele, ‘ingênua e positiva’. Para ela, era destoante a imagem que tinha de Jesco da hipótese de ter sido ele o autor das imagens da Grin, em uma cerimônia oficial, possivelmente no papel de contratado pela ditadura. Segundo Betty, o Jesco que ela conheceu teria ‘uma recusa àquilo tudo, ele ficava horrorizado com coisas que aconteciam aos índios⁹³’. Quando relatamos a hipótese, aventada por nós, de que Jesco tivesse renomeado o material de arquivo para preservar a imagem do pau-de-arara de uma eventual censura (ver capítulo 3), Betty disse que achava que Jesco não faria isso por ser ‘muito ingênuo’. Betty relata Jesco como ‘principalmente uma vítima, alguém que enveredou pelo mundo indígena, e que tirou boas fotos’. Ela reafirmou como a experiência da prisão nazista foi decisiva em sua vida, tendo perdido o irmão.

No livro, o texto de seu editor na National Geographic, John Scheneberger, traz o seguinte relato: “o presentear incessante, que causava desconforto para algumas pessoas. A disposição em ser o palhaço, se necessário, para ganhar atenção e aprovação. Seu interesse em jovens garotos indígenas e a preocupação em fotografá-los, um afeto possível de ser mal interpretado. Os artifícios que empregava – acordeão, corneta, armas e, em última instância, suas câmeras – tudo indicava a ânsia de Jesco em ser aceito. Quer dizer, de encorajar aceitação, e nunca de maneira exploratória. Havia algo de diferente sobre Jesco, mas não necessariamente algo de errado sobre ele⁹⁴”. Tal relato, em livro tão oficioso, parece falar sobre acusações que estão no fora de campo desta memória. O mesmo texto completa: “Jesco era o indivíduo mais benigno, modesto e recatado que eu já havia encontrado⁹⁵”.

Adrian Cowell, no mesmo livro, afirma: “posso estar errado em considerar que esse fato [a prisão e tortura nazistas] tenha dominado Jesco pelo resto de sua vida. Ele mesmo jamais falava sobre isso. Mas, assim como outros sobreviventes de campos de concentração, Jesco sempre pareceu, durante toda sua vida, uma alma machucada, carregando uma ferida aberta. Eu creio que foi esse sofrimento que o levou para perto dos índios⁹⁶”.

⁹³ Betty Mindlin, em contato telefônico com nossa pesquisa, feito em abril de 2020.

⁹⁴ PUTTKAMER, Jesco Von. **Os últimos dias do Éden – as imagens de W. Jesco Von Puttkamer**. Textos Adrian Cowell [et all]. São Paulo, Terra Virgem, 2005. Página 101.

⁹⁵ Idemibidem. Página 99.

⁹⁶ Idemibidem. Página 105.

Gostaríamos de reter aqui o estranhamento narrado por Betty Mindlin, quando soube que Jesco seria o autor dessas imagens. Para ela, a possibilidade de ele estar contratado pelo Estado brasileiro em uma cerimônia oficial que produzia uma imagem tão violenta era destoante da figura que conheceu.

De fato, como dissemos, não conhecemos provas da contratação de Jesco pelo Estado, ou mesmo de sua presença na cerimônia – apenas a claquete. No entanto, endossamos a posição dos outros pesquisadores em relação à autoria das imagens, mas retemos o estranhamento descrito por Betty, a falta de encaixe entre a persona descrita nos variados relatos que obtivemos até aqui e a produção das imagens em si, que será melhor pensada no próximo capítulo. Esse estranhamento, mais do que colocar em dúvida a hipótese de ter sido ele o produtor das imagens, fala sobre o caráter ambíguo de nosso material, registrado sobre a áurea de um elogio à ditadura, uma vez que o desfile era um elemento de propaganda para o regime militar, e ao mesmo tempo, um registro e um testemunho de uma violência inédita contra os povos indígenas.

No site Xapuri, há uma matéria assinada por Altair Sales Barbosa, um dos fundadores do IGPA, que traz uma mini-biografia de Jesco. O texto, de tom oficialesco e propagandístico, narra o percurso do fotógrafo até a doação de seu acervo à PUC:

“Nascido no Brasil em 1919, na cidade de Niterói, filho de descendência nobre alemã, ligado genealogicamente a Frederico II, Jesco deixou para a humanidade um patrimônio de valor inestimável⁹⁷.

Seu pai, um nobre barão alemão, serviu na Namíbia, África, à época colônia alemã. Num desses deslocamentos do navio que transportava a tropa, recebeu um comunicado para atracar num porto seguro, durante a primeira guerra Mundial, para fugirem dos navios ingleses. Esse porto era o Rio de Janeiro.

Por ali mesmo ele ficou, casou-se com uma dinamarquesa e tiveram três filhos, Jesco, o mais velho, Olavo e Helga, todos até então residentes no Rio. Tempos depois, Jesco e Olavo foram estudar na Alemanha, Olavo fazia agronomia e Jesco fazia o doutorado em química, na Universidade de Munique, quando estourou a segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista que tinham também a cidadania alemã, ambos foram procurados pelas forças alemãs, para se alistarem no exército alemão. Mas se negaram, por serem também cidadãos brasileiros. Este fato os levou à prisão num campo de concentração. O irmão foi fuzilado e Jesco conseguiu sair e voltar ao Brasil, graças à intervenção do Consulado Sueco.

⁹⁷ <https://www.xapuri.info/homenagem/o-centenario-jesco-puttkamer/> - acessado em 20 de dezembro de 2020.

Nesse período, o pai já havia se mudado para Goiás, adquirindo uma grande área de terras, que ia das cabeceiras do córrego Vaca Brava até o onde hoje se situam os setores Coimbra e Bueno, em Goiânia.

Com o fim da Segunda Guerra, Jesco foi nomeado embaixador do Brasil no Leste Europeu, ficando por lá até a instalação do Tribunal de Nuremberg.

De volta ao Brasil, veio direto para Goiânia, sendo convidado pelo então governador Jeronimo Coimbra Bueno, para junto com Bernardo Sayão implantarem um Projeto de Colônias Agrícolas em Goiás, aproveitando a migração de técnicos e trabalhadores oriundos do leste europeu. Nessa perspectiva foram implantadas as Colônias de Ceres, Rialma, Montividiu e Uvá, dentre outras.

Também, tanto Jesco como Sayão foram designados pelo governo de Goiás para integrarem a equipe de Juscelino Kubistchek na construção de Brasília.

Passada a inauguração da nova capital, Jesco integrou-se à Fundação Brasil Central, iniciando dessa forma um trabalho singular de documentação dos Povos Indígenas do Brasil.

No início foi a Operação Bananal, com Acary de Passos Oliveira; depois, integra a equipe dos irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Boas, realizando magnífico trabalho na região do Xingu. Mais tarde, passa a acompanhar Francisco Meirelles e seu filho Apoena Meirelles, em trabalhos de atração de povos isolados, noutras áreas mais a oeste do território brasileiro.

Jesco von Puttkamer inaugurou de forma sistemática a Antropologia Visual no Brasil. Seu trabalho, desenvolvido durante décadas de convivência direta nas aldeias e frentes de atração com índios e sertanistas, registra o cotidiano de vários grupos indígenas, alguns dos quais extintos atualmente, como cultura e como população.

Os indígenas americanos, de modo geral, como também os brasileiros, contribuíram muito para a humanidade moderna. Essa contribuição vai desde alimentos, utensílios e remédios. Entretanto, essa contribuição poderia ser muito maior se essas comunidades fossem melhor conhecidas.

Dentro dessa perspectiva, a obra do Dr. Jesco constitui um verdadeiro Patrimônio da Humanidade, um verdadeiro Patrimônio Universal, pois além de registrar parte desse saber, hoje já perdido, constitui uma chave importante para a auto compreensão da humanidade.

Conheci o Dr. Jesco em 1971, nas aldeias dos índios Nambikwara. Desde aquele ano, percebi que seu lugar era dentro de uma Universidade, instituição que reunia condições para abrigar seu grande acervo sonoro, visual e diários de campo, sobre índios do Brasil, sem sombra de dúvida, o maior acervo do mundo sobre o tema.

Foram quase oito anos tentando convencer os reitores da então Universidade Católica de Goiás dessa necessidade. Ganhei, por causa disso, um pouco de cabelos brancos, mas compensou.

Hoje a Pontifícia Universidade Católica de Goiás se orgulha de possuir este patrimônio, e eu me orgulho de ter sido escolhido pelo professor Jesco para ser o curador desse acervo, que está muito bem cuidado e aproveitado pelos professores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia-IGPA, Instituto este que fundei em 1972.”

Diversas coisas poderiam ser destacadas, do quanto um texto tão oficial parece ter fora de campos evidentes. Para destacar um deles, cabe mencionar que dizer que Jesco ‘inaugurou de forma sistemática a Antropologia Visual no Brasil’ é ignorar uma série de fotógrafos e cinegrafistas anteriores, como por exemplo o Major Reis, que desde o começo do século registrou imagens icônicas que faziam parte do acervo da Comissão Rondón. Aqui, gostaríamos de reter o quanto essa trajetória narrada de forma oficialisca pelo site culmina com a entrada dele na PUC e a doação de seu acervo – culmina, em suma, na própria fundação do IGPA, Instituto que parece umbilicalmente ligado à trajetória de nosso cinegrafista.

Documentação sobre Jesco

Chama a atenção de nossa pesquisa a dificuldade de provar, ou de compreender ao certo em que posição portava nosso fotógrafo a câmera na formatura da Grin. Ele foi contratado pela Funai para realizar uma filmagem oficial? Ele registrava como contratado por um órgão de imprensa? Para fins pessoais, com interesse antropológico?

A claquete, com o título ‘FNI’, e o fato de as imagens estarem arquivadas em um museu sob a guarda da Funai são fortes indicativos de que Jesco teria sido contratado para a filmagem. Em conversa com nossa pesquisa, Rodrigo Piquet lembrou que naquela época não haviam concursos públicos para registros assim, então uma eventual contratação de Jesco não teria saído no Diário Oficial.

Solicitamos à Funai, que atualmente possui boa parte de seu acervo digitalizado, todos os arquivos com o nome ‘Jesco Von Puttkamer’. Recebemos ao todo seis arquivos, todos em PDF. Eles são um aglomerado de documentos, cujo motivo de estarem juntos não é claro. Em todos eles, o nome de Jesco consta pelo menos uma vez – motivo pelo qual nos foi enviado. Um deles, por exemplo, consiste em 263 páginas de telegramas internos da Funai sobre publicações no exterior que digam respeito à política indigenista brasileira. Outro, consiste em 775 páginas sobre a ‘Operação Bananal’, de 1961 – nele, o nome de Jesco aparece apenas uma vez, e sem explicações. Narraremos abaixo o que foi possível perceber a partir desse estranho material. Pouco a pouco, se revela uma persona distinta daquela que à princípio tínhamos formado.

O arquivo BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0002_d0001de0001 traz uma série de memorandos internos ao Estado brasileiro que giram em redor de uma ‘Operação Bananal’, ocorrida em 1961⁹⁸. A operação, financiada pela Fundação Brasil Central, aparentemente uma espécie de antecessora da Sudam, visava à construção, na Ilha do Bananal, de uma série de elementos abaixo transcritos. A Ilha do Bananal é uma grande ilha fluvial na qual vivem diversas etnias indígenas, entre eles os Karajá, que anos depois fariam parte da Grin. Os documentos não especificam a relação dessas construções com os grupos indígenas, mas é de se supor que a iniciativa do Governo Federal fazia parte de um projeto de ocupação do Oeste brasileiro, tenha-se em vista as menções a turismo (hotel) e estação de transporte. As construções previstas:

- 1) Construção de 2.500 ms. de pista para pouso de aviões, com 40 ms. de largura, sendo 1.500 ms. pavimentados a asfalto e 500 ms., em cada cabeceira, encascalhados, com pintura asfáltica;
- 2) Construção de uma estação de passageiros;
- 3) Construção de uma escola e de um hospital;
- 4) Construção de 10 casas destinadas à Fundação Brasil Central, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Saúde;
- 5) Construção de um hotel com 40 apartamentos.

A "Operação Bananal" previa ainda a construção, em diversos pontos, de "Ranchos Pioneiros tipo JK, para apoio e incremento ao turismo"⁹⁹

Nas diversas diligências, especula-se sobre um possível mau uso do dinheiro público, uma vez que aparentemente as construções não foram entregues. Não há quase nenhuma menção a questões indígenas em todas as 775 páginas do documento. Em dado momento, o presidente da Fundação Brasil Central, Cel. Nelio Gonçalves Cerqueira, escreve a Juscelino Kubistchek, então Presidente do Brasil:

⁹⁸ Não nos é claro a melhor forma de citar e trazer aqui estes documentos primários, uma vez que não estão disponíveis publicamente. Optamos pela seguinte organização: nos Anexos, colocaremos como Anexo 1 as páginas que aqui trabalhamos dos primeiros 3 documentos – de forma que o Anexo 1 terá páginas de documentos distintos, estando assinalado nas notas de rodapé as páginas a que nos referimos aqui. O último destes documentos, e o mais profícuo, constará na íntegra como Anexo 2.

⁹⁹ anexo 1, Páginas 2 e 3.

“Cumpré finalmente informar que na distante região do Xingu, continua o trabalho desta entidade [a Fundação Brasil Central], abrindo novos caminhos e pistas aéreas, que tem permitido a penetração da FAB pelo "hinterland" de nosso país e oferecido maior segurança a aviação comercial e particular.

Tal trabalho de penetração feito exclusivamente através da Fundação, tem sua base, no momento, no Diauarum, setor aberto pelos irmãos Orlando e Cláudio Vilas Boas. Estes dois sertanistas da Fundação, cujo trabalho é já mundialmente conhecido, lá fixaram residência para melhor executar a patriótica tarefa que tem a seu cargo¹⁰⁰.”

Neste mesmo documento, algumas páginas à frente, há uma espécie de auditoria de gastos feitos pela Fundação na Operação Bananal. A grande maioria dos gastos se dá com materiais de construção, mobiliário, etc. No fim desta auditoria, há uma folha intitulada ‘relação de contas a pagar resultantes de fornecimentos de materiais ou serviços (ou de encomendas de materiais e/ou serviços – ‘OPERAÇÃO bananal’ (tal como se encontram na contabilidade da fundação).” Nesta lista, junto a empresas como ‘S A Indústrias Votorantim’ ou ‘Texaco (Brazil) Inc’, consta o gasto de 14.500 Cruzeiros com a rubrica ‘Wolf Jesco Von Puttkamer’. Algumas linhas acima, o gasto de 255.320 Cruzeiros com o ‘Serviço de Proteção aos Índios (Posto Indíg. Get. Vargas)’¹⁰¹:

Importadora e Comercial Vasdal S. A.	27.547,00	
Industria de Caldeiras e Equipamentos S. A.	357.357,00	
Irmãos Melhem	145.680,00	
Irmãos Notija Ltda.	3.150.000,00	
J.J. Sabria	19.220,00	
J.Torquato & Cia. Ltda.	91.018,40	
Jamil Kerjane	170.000,00	
Jose Bassi	35.220,00	
Lauro Faria Ltda.	62.107,60	
Lauro's Bar e Restaurante	138.480,00	
Lisboeta Revestimentos Ltda.	840.450,00	
Loide Aereo Nacional	5.717.661,20	
Maquigoter Hoos S. A.	1.421.887,60	
Metalurgica Mallig S. A.	858.470,00	
Mobiliario Gomes de Faria (Wilson Gomes de Faria)	849.655,80	
Moreira Cardoso Importadora	125.100,00	
Rodoviario Santa Fe Ltda.	1.587.488,60	
S. A. Industrias Votorantim	85.700,00	
Shell Brazil Limited.		2.016.975,60
Shell Brazil Limited.	272.552,40	
Serraria Esquilieira de Irmãos Rotopoulos	480.455,60	
Serviços Aereos Cruzeiro do Sul S. A.	6.441.015,60	
Soc. São Marcos Com. Ind. Ltda.	135.076,00	
Soc.Tecnica de Materiais Sotema S/A.	188.014,70	
Soc. TEKNO Ltda.	1.150.000,00	
A Noema	350.000,00	
A Noema	75.790,40	
SOLCMAQ S. A. Maquinas e Materiais	245.622,00	
Serviço de Proteção aos Índios (Posto Indig.Get.Vargas)	255.320,00	
Tecnica e Mercantil de Materiais Gerais-TEMG S/A.	6.068,90	
Texaco (Brazil) Inc.	472.456,00	
Wolf Jesco Von Puttkamer	14.500,00	
	442.262,40	70.611.699,10
SALDO CREDOR	70.169.436,70	
	70.611.699,10	70.611.699,10

¹⁰⁰ Anexo 1, Páginas 4 a 10.

¹⁰¹ Anexo 1, Página 11.

Em nenhum lugar desses documentos se menciona qualquer coisa relacionada a filmagem, fotografia ou registro. Aparentemente, a Operação Bananal tratava-se da tentativa de construção de pistas de pouso, casas, um hotel. Por isso, não nos parece claro o porquê de Jesco ter sido contratado. Em relação à quantia, é pouco mais de uma vez e meia o salário mínimo do ano de 1960¹⁰², o que parece indicar um serviço prestado não muito extenso.

Acima de tudo, gostaríamos de reter que, em 1961, nove anos portanto antes da cerimônia de formatura da Grin, Jesco havia sido contratado pelo Estado brasileiro. O fato em si não prova nada, mas sugere uma relação entre Jesco e o Estado, de prestação de serviço, que pode bem ter se repetido em fevereiro de 1970, num batalhão policial em Minas Gerais.

O documento BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0326_d0001de0001¹⁰³ traz uma troca de mensagens de 1968 entre órgãos do Estado ditatorial para aprovar ou não uma viagem da Geographical Magazine of Britain, que iria de Manaus a São Felix, na Venezuela. Entre os tripulantes dessa viagem, consta o nome de Jesco. Essa parece ser a forma de relação principal de Jesco para com o Estado Brasileiro, alguém que por diversas vezes solicita autorização do Estado para adentrar áreas indígenas que lhe interessavam fotografar. Como bem narra o livro ‘os últimos dias do Éden’, Jesco foi por vários anos patrocinado pela National Geographic, tendo feito parte relevante de sua produção a pedido desta. Nestes documentos que mencionamos, vê-se o controle estrito do Governo sobre visitas internacionais, uma vez que diversos ofícios questionam se as viagens seriam ou não um ‘risco à segurança nacional’. O fato de o nome de Jesco não ser tratado em nenhum desses ofícios com destaque, estando apenas listado entre os ocupantes da embarcação (quase todos ingleses), parece sugerir que, à altura, em 1968, ele era razoavelmente desconhecido, tendo seu acesso a áreas indígenas pleiteado através da mediação de uma revista estrangeira.

¹⁰² segundo o site AUDETEC, o salário mínimo em 1960 era de 9.600 Cruzeiros. Jesco recebeu 14.500 Cruzeiros. <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336> - acesso em 3 de dezembro de 2020.

¹⁰³ As páginas aqui citadas estarão presentes no Anexo 1, páginas 12 a 15.

550
Phf

CONFIDENCIAL

OFFICIO Nº 037 JUN/20/68 Rio, 01, 8, 4 100

De: **Cel. Chefe de Gabinete**
 Ao: **De. Diretor de DIT/Ministério das Transportes.**

Assunto: **Expedição de Geographical Magazine.**
 Assa: **Fornecimento nº 155/68-DIT de 4/4/68.**

O expediente mencionado ao objeto no título em águas fronteiras brasileiras, no trecho de MARAU e CUCUI, previsto para o período de 18 a 19 de abril próximos, por uma embarcação tipo hovercraft britânica que transporta uma expedição de "Geographical Magazine of Britão".

1. O assunto já foi apreciado pelo Conselho Nacional de Pesquisas que deu parecer contrário ao programa científico da expedição por não haverem os interessados apresentado detalhes e planejamentos adequados.

2. O expediente foi estudado, em seguida, pelo Ministério do Interior que demonstrou interesse na realização da referida viagem, tendo para isso designado o Coronel Ignácio Lopes, do SIMM, como embaixador e entrou em ligação com o Ministério da Marinha para providências semelhantes por parte deste Ministério.

3. Outros, portanto, que a Segurança Nacional actual tem acompanhado, fazendo saber, que esse Ministério se pronuncia, no caso

CONFIDENCIAL

REFERENCIA
 COD. 022-6470-08
 C. 100
 C. 100

O arquivo BR_DFANBSB_Z4_DHU_0_0080_d0001de0001 se refere a uma longa lista de telegramas trocados por órgãos de inteligência, que monitoravam com preocupação as matérias publicadas no exterior que faziam críticas à política indigenista da Funai – o que, como discutimos no Capítulo 1, atesta a centralidade dessa questão nas preocupações da ditadura. Em todas as 263 páginas dessa troca de telegramas e mensagens, há menção a apenas uma matéria positiva: uma matéria da National Geographic, de autoria de Jesco von Puttkamer. Diz o telegrama, datado de 25 de janeiro de 1975 e assinado por João Augusto de Araujo Castro, embaixador do Brasil em Washington: “A ‘National Geographic’ acaba de publicar em sua edição de fevereiro do corrente ano, extenso artigo de 30 páginas contendo fotografias e comentários do senhor W. Jesco Von Puttkamer sobre as tribos de índios brasileiros ‘kreen-akarores’ e dos ‘txukahameis’, seu contato com o mundo do civilizado e a ação da Funai no decorrer deste processo. Puttkamer documenta as atividades desenvolvidas

pela Funai em um artigo extremamente favorável à política indigenista brasileira, descrevendo as dificuldades do trabalho dos sertanistas e transmitindo uma ideia clara da sensibilidade requerida para essa tarefa. A reportagem eh [sic] documentada com material fotográfico de excelente nível, como eh costume do 'National Geographic', cuja penetração nos mais diversos setores deste país é das mais significativas. O texto contem inúmeras referências elogiosas à Funai e parte da introdução do editor, que transcrevo à seguir, revela o seu teor essencialmente positivo à política de integração do índio no Brasil¹⁰⁴”.

Não queremos com isso sugerir que Jesco ou a revista inglesa estivessem trabalhando para a ditadura. No entanto, é significativo que, em todas as 263 páginas do documento, apenas uma matéria monitorada seja positiva. Era de fato incomum, na cobertura estrangeira sobre a questão indígena no Brasil, matérias positivas, pelo fato de abundarem denúncias de violações de direitos humanos por parte do Estado brasileiro. Assim, a existência desta matéria gera um outro despacho da embaixada, que propõe que se compre vários exemplares da revista como parte de um esforço da ditadura em defender sua imagem de críticas no exterior, conforme imagem abaixo¹⁰⁵:

MINUTA DE TELEGRAMA

10312 09083

CONFIDENCIAL

Distribuição: AIG/

Assunto: ARTIGO SOBRE INDIOS BRASILEIROS NO "NATIONAL GEOGRAPHIC"

Classificação:

Nome: 154

Data: 27/11/75

Rogo consultar a distribuidora de "National Geographic", com urgência, para preservarmos a atualidade e o interesse pelo artigo sobre a política de integração do índio brasileiro, quanto ao preço de compra de 500 ou 1000 exemplares para fornecimento às Missões diplomáticas e Repartições consulares.

EXTERIORES

Assinado: [Signature]

¹⁰⁴ Ver Anexo 1, página 16.

¹⁰⁵ Ver Anexo 1, página 17.

Por fim, gostaríamos de comentar o arquivo _dc00014a0144558sos__T, incluído na íntegra como anexo em nossa pesquisa (Anexo 2), de longe o arquivo mais interessante e revelador, que traz, em suas 169 páginas, menções a Jesco em 64 delas. O longo percurso dos documentos começa com um pedido de Jesco para a Funai para ingressar em área indígena para fazer uma reportagem com a National Geographic. O pedido, de 1º de setembro de 1976, foi feito pelo próprio Jesco. Ao contrário do que vimos acima, em 1968, quando a revista fazia o pedido, aqui já é o próprio fotógrafo quem se comunica com a Funai – escrevendo diretamente a seu presidente (à época, o General Ismarth). Jesco parece à vontade na missiva, fala afirmando que ‘em cartas anteriores, que enviei ao Mr. Mc Intyre e à National Geographic Society, tenho lhes dito da grande simpatia que V. Excia sempre teve para toda gente de bem e que deseja colaborar com as nossas boas causas¹⁰⁶’. Ele narra, então, que foi convidado a participar de uma viagem (para a revista National Geographic) em direção “ao interior e às zonas remotas de nosso Paiz [sic] e onde estamos em plena fase de INTEGRAÇÃO [sic]. Uma integração que está se operando com grande capacidade de planejamento e respeitando, como nunca antes tinha sido feito, os direitos de terceiros, principalmente de nosso índio ainda arredio¹⁰⁷”. Se por um lado há de se ter em conta que Jesco escrevia com o interesse de obter autorização para adentrar as áreas indígenas, o que talvez explique o tom bajulatório da missiva, por outro lado, é necessário sublinhar que a formulação do autor é grave. Ele registra um apoio explícito à política da ditadura de integrar os povos indígenas, escrevendo a palavra em maiúsculas, política esta sabidamente violenta, que resultou em inúmeras mortes e desastres variados para as mais distintas comunidades¹⁰⁸. Assim, em 1976, quando eram notórias as inúmeras violações de direitos indígenas por conta da política de integração – com a abertura da Transamazônica, com a construção da Usina de Tucuruí, entre outras ações, dizer que a política de integração está ‘respeitando, como nunca antes tinha sido feito, os direitos de terceiros, principalmente de nosso índio ainda arredio’ é grave e sintomático de um certo alinhamento à ditadura militar em seu período mais bárbaro.

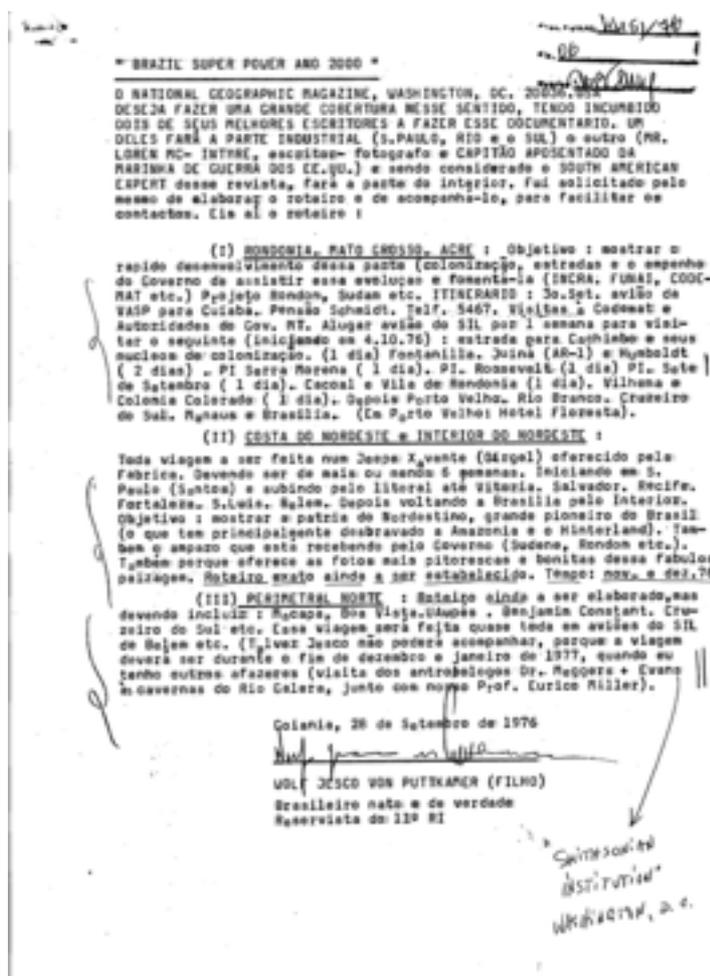
¹⁰⁶ Anexo 2, Página 6.

¹⁰⁷ idemibidem.

¹⁰⁸ para um apanhado dessas violências, ver o capítulo sobre violações de direitos indígenas da Comissão Nacional da Verdade - Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

Mais à frente, Jesco envia o roteiro da reportagem que está sendo preparada, para que a Funai autorize. Consta do roteiro que a primeira parte se debruçaria sobre Rondônia, Mato Grosso e Acre, e teria por objetivo: “mostrar o rápido desenvolvimento dessa parte (colonização, estradas e o empenho do Governo de assistir essa evolução e fomentá-la (INCRA, FUNAI, CODEMAT etc) Projeto Rondon, Sudam etc¹⁰⁹.” Quer dizer, ele propõe, sem tirar nem pôr, fazer uma propaganda institucional dos esforços da ditadura de colonização na região Norte, esforços que, repetimos, foram os responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos de grupos indígenas Brasil afora. Importante ressaltar que não é que Jesco tenha sido contratado pelo Estado para fazer essa reportagem propagandística; quem paga a viagem é a revista americana.

A carta cumpriu seus objetivos, e pouco tempo depois Jesco e o repórter da National Geographic obtiveram autorização de entrada em áreas indígenas.



¹⁰⁹ Anexo 2, página 11.

Mas o documento mais revelador, e que toma as 100 páginas finais de nosso anexo, nos parece ser uma longa troca de mensagens dentro da Funai a partir de um relatório enviado por Jesco em 1984 sobre os resultados de uma viagem feita aos EUA e à Alemanha¹¹⁰.

PROC. N.º FUNAI 25 428116

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTATOS MANTIDOS NOS ESTADOS UNIDOS E
ALEMANHA, NUMA VIAGEM DE SEIS (06) SEMANAS NOS MESES DE MAIO E
JUNHO DE 1984

Instituições contactadas:

E.U.A.

- 1º) National Geographic Society
- 2º) University Harward
- 3º) World Wildlife Fund

ALEMANHA OCIDENTAL

- 1º) Museu Etnológico de Berlin
- 2º) Depto. de Etno-música do Museu de Berlin
- 3º) Universidade de Berlin
- 4º) Indústria Farmacêutica Hoechst.

FUNAI SEC/GAB

1850

ENT. UP EM 27-84

SAÍDA _____ EM _____

[Handwritten signature]

Não é claro porquê Jesco envia um relatório sobre suas atividades. Ele não viajou a pedido da Funai, e não exercia nenhum cargo ou papel dentro do Estado. A leitura de sua carta faz parecer que ele se via como uma espécie de embaixador das questões indígenas, fazendo contatos a seu bel-prazer, inclusive com indústrias farmacêuticas que poderiam estar interessadas em explorar elementos da flora cujo uso teria sido descoberto por grupos indígenas. Sem qualquer procuração legal ou legitimidade pra tais contatos, Jesco se mostra aqui, além de portador de uma conduta fortemente questionável, também francamente ingênuo em achar que as coisas que descreve em sua carta não iriam ser lidas pela Funai como problemáticas, e até passíveis de processos legais.

O texto gerou um extenso relatório interno na Funai, que analisava o trabalho de Jesco nos últimos 30 anos buscando saber “quem mais se beneficiou com esse trabalho, se ele ou os

¹¹⁰ Anexo 2, páginas 51 a 57.

índios¹¹¹”. Diz o relatório: “desde a época do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, o fotógrafo e cinegrafista WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem realizando trabalhos de documentação audiovisual em áreas indígenas, tendo como resultado a produção de vários filmes para a BBC de Londres, matérias para o National Geographic Magazine, gravações e cartões postais vendidos em todo o território nacional. Com a extinção do SPI e consequente criação da Fundação Nacional do Índio, em dezembro de 1967, prosseguiu o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) a visitar as áreas indígenas. Com a instalação da Fundação Nacional do Índio, conseguiu o Sr. VON PUTTKAMER (FILHO), dada a proximidade entre Goiânia, onde reside, e a Capital da República, conquistar a amizade e confiança dos dirigentes do órgão tutelar, notadamente dos Presidentes JOSÉ DE QUEIROZ CAMPOS, OSCAR JERONYMO BANDEIRA DE MELLO e ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, os quais, por diversas vezes, o fotógrafo acompanhou quando de viagens de inspeção a áreas indígenas. Foi graças a esta confiança que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) obteve dos sucessivos Presidentes desta Fundação, uma credencial permitindo seu ingresso em qualquer área indígena do país, motivo pelo qual ficamos impedidos de realizar um levantamento detalhado de todos os trabalhos realizados pelo referido fotógrafo¹¹².”

Algumas coisas se abrem a partir dessa leitura. A descrição, em linhas gerais, é a de alguém que, através de laços pessoais, obtinha o que queria: a autorização para adentrar as áreas indígenas. Há um trânsito constante com a burocracia oficial, e uma verdadeira obtenção de privilégios da parte dele devido a contatos pessoais com os presidentes da Funai. Mais que isso: podemos delinear alguém que esteve próximo de um registro propagandístico/oficial da política indigenista da ditadura, ao ‘acompanhar’ diversos presidentes da Funai, em sua maioria militares, a viagens de inspeção a áreas indígenas. Temos aqui também a primeira e única menção que encontramos sobre o contexto da relação de Jesco com a Funai quando da feitura de nosso material de arquivo, dado que a presidência de José de Queiroz Campos terminou poucos meses depois da cerimônia de formatura da Grin. Esta descrição parece concordar com nossa hipótese, de Jesco ser um fotógrafo oficial naquela cerimônia, a serviço do Estado ditatorial, tentando traduzir em imagens a política de ‘integração’ do qual a Grin

¹¹¹ Anexo 2, página 64.

¹¹² Anexo 2, página 65.

era epítome.

É interessante destacar a menção a Jesco como alguém sedutor – o que não se encaixa exatamente na descrição reiterada de sua suposta ingenuidade. O contundente relatório foi respondido pelo fotógrafo com uma nota escrita à mão, em tom pessoal, para o presidente da Funai, e acrescido de uma matéria elogiosa a ele mesmo, intitulada ‘Jesco, o brasileiro’¹¹³. Nos interessa frisar a opinião de um relatório técnico da Funai sobre a resposta de Jesco: “Em vista do exposto somos, salvo melhor juízo, da seguinte opinião: 1. Que o presente processo seja encaminhado ao sr. Presidente desta Fundação para que o mesmo tome conhecimento das atividades envolvendo o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho), visando que o mesmo não seja envolvido pelo respectivo profissional, pessoa por demais simpática e persuasiva, como aconteceu com todos os Presidentes, desde a criação da FUNAI¹¹⁴”.

Em vista do exposto somos, salvo melhor juízo, da seguinte opinião:

1. Que o presente processo seja encaminhado ao Sr. Presidente desta Fundação para que o mesmo tome conhecimento das atividades envolvendo o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho), visando a que o mesmo não seja

MCO 130

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451/86
Rubrica [assinatura] =05=

envolvido pelo respectivo profissional, pessoa por demais simpática e persuasiva, como aconteceu com todos os Presidentes, desde a criação da FUNAI;

¹¹³ Anexo 2, página 95.

¹¹⁴ Anexo 2, página 129.

Voltando ao relatório, ele menciona um parecer bastante crítico de 1979 da antropóloga Delvair Montagner Melatti, que indefere a entrada de Jesco em uma comunidade indígena, dizendo que : “o Sr. JESCO comercializa fotos (cartões postais) e slides sem que a FUNAI cobre as taxas regulamentares. Urge que a PJ providencie com urgência as normas de pagamento para por fim a esta exploração. O Sr. JESCO nunca cumpriu as Portarias e não teve um assessoramento antropológico, por conseguinte seu material é de péssima qualidade etnográfica (posada, atitudes artificiais, fotos tomadas por solicitação...)”¹¹⁵. O tema da comercialização é bastante grave, e reiterado nas denúncias. No relatório que enviou à Funai, sobre sua viagem à Europa e EUA, o fotógrafo escreveu que o Museu de Berlim já teria adquirido duas mil fotografias, e que iria adquirir mais ou menos mil duplicatas de slides. Comenta o memorando interno da Funai: “encaramos esta afirmativa como uma confissão. O fotógrafo auferindo altos lucros com a venda de fotografias e slides obtidos em área indígena - lucros estes que chegam a permitir que realize viagens periódicas aos Estados Unidos e à Alemanha – sem que os índios ou grupos tribais retratados recebam um só tostão a título de direito de imagem como determina a legislação em vigor no nosso país”¹¹⁶.” Acrescenta, ainda, uma acusação referente a um ‘projeto’ expresso por Jesco de fazer um disco com músicas indígenas que teria colhido, sem, novamente, propor qualquer retorno às comunidades indígenas:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

nas desenvolveu as mais variadas atividades, inclusive a gravação de músicas indígenas, que agora pretende comercializar, sem que os índios tenham recebido os direitos autorais a que fazem jus.

Observa-se, também, que o fotógrafo propôs o lançamento conjunto - UCG - Departamento de Etno-Música do Museu de Berlim - de um ou dois discos e cassetes, com músicas indígenas da Amazônia, mas que em momento algum abordou o problema relativo ao pagamento de direitos autorais aos índios ou comunidades indígenas onde tais músicas foram gravadas, conforme preceitua a Lei nº 5.988/73 e agora também regulamentada pela Portaria 907/H de 18 de maio de 1984.

Ademais, deve-se ressaltar que, até hoje, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) jamais entregou cópia das gravações que fez em áreas indígenas, como seria de sua obrigação,

¹¹⁵ Anexo 2, página 66.

¹¹⁶ Anexo 2, página 71.

Há ainda um último elemento, que nos parece o mais grave, escrito a partir da narrativa do próprio Jesco: “somente em abril de 84 conseguimos sob o comando do experiente sertanista brasileiro APOENA DE MEIRELLES pacificar e fazer o pacto de amizade com um grupo ainda desconhecido e hostil de indígenas, e que tem o nome de “Uru-Eu-Wau-Wau” (...) Conseguimos firmar tão boa amizade, que o jovem Cacique fez questão de nos mostrar um de seus segredos máximos: uma árvore, para nós ainda desconhecida, que eles chamam de ‘PADÍA’, que ao que parece está nativa no altiplano tropical (600 a 800 metros de altura) e cuja casca fresca fornece um líquido avermelhado com o qual untam suas pontas de flechas, depois fixam no fogo baixo, e que produz sangramento tão volumosos que a pessoa ou a caça (antas e porcos selvagens) quando feridos com essas flechas estão irremediavelmente sujeitos a morte em poucos minutos. Eles dizem também que o "Padía" é tão potente que dissolve o sangue coagulado. Achamos que esses índios de alta inteligência têm conhecimento de outras plantas importantes, que poderiam interessar a medicina¹¹⁷." Após narrar a ‘descoberta’ de uma planta medicinal, o fotógrafo narra um encontro que teve, sozinho, com representantes da indústria farmacêutica alemã Hoechst, encontro no qual promoveu “uma projeção de duas horas de slides, de minha parte, com comentários sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e o progresso em Rondônia e, especificamente, sobre a planta descoberta pela Universidade Católica de Goiás, o célebre PADÍA. Diante disso, o pessoal ficou muito interessado e querem também, em conjunto com a UCG, estudar essa planta para uso farmacêutico”. Jesco aqui age como um lobista, sem autorização legal para tanto, em uma matéria séria, que implicaria um grupo estrangeiro explorando uma área indígena, assunto extremamente delicado e potencialmente prejudicial aos índios.

A conclusão do relatório é contundente: “Pelo que foi exposto, conclui-se que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem, há mais de 30 (trinta) anos explorando as comunidades indígenas, seja através da fotografia, filmes ou gravações sonoras, constituindo-se tal fato numa violação da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais¹¹⁸”. A crítica se estende ao IGPA: “Outro ponto gritante de atuação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) diz respeito as doações de filmes,

¹¹⁷ Anexo 2, página 76.

¹¹⁸ Anexo 2, página 81.

slides e gravações recolhidas por ele em áreas indígenas, ao INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA e ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, quando a FUNAI não recebeu nem 10% de cópias das fotos por ele colhidas e nenhum filme ou gravação tenha sido fornecido ao órgão tutelar”. Por fim, o relatório conclui com um contundente paralelo com a exploração colonial dos indígenas pelos portugueses: “Vale lembrar, ao encerrar a presente informação, que, já em 1511, onze anos, portanto, após o descobrimento do Brasil, a Nau Bretoa levava para Portugal uma carga de Pau Brasil e alguns animais e pássaros engaiolados. Hoje, decorridos mais de quatro séculos, continua o nosso índio explorado em seus direitos, agora, sob a forma de fotografias, filmes e gravações, comercializadas no Brasil e no exterior. Urge, pois a adoção de medidas enérgicas visando a por fim, de uma vez por todas, com este tipo de exploração de que vêm sendo vítima nossos índios, etnia que não só a FUNAI mas todos os brasileiros tem obrigação de admirar e proteger¹¹⁹”.

A troca de mensagens, depois deste relatório, se estende por cobranças cada vez mais insistentes, financeiras inclusive, relativas aos direitos autorais dos indígenas que a comercialização de fotos por Jesco, e também pelo IGPA, viria a ferir. Jesco responde sempre de forma cordial, afirmando não estar bem de saúde. Seis anos após a primeira notificação, ele viria a falecer.

Se nos registros que já lemos sobre Jesco, tanto nos oficiais (como o livro ‘os últimos dias do Éden’), quanto na matéria de Laura Capriglione, muito se destacou a influência do trauma da prisão nazista sobre seu interesse pelos indígenas e, supostamente, sobre sua estética, gostaríamos de contribuir com uma percepção oposta. Gostaríamos de sublinhar o caráter **institucional** de sua produção. A leitura atenta dos documentos faz ver o quanto Jesco esteve sempre perto do poder, buscando registros, por um lado, idealizantes dos índios, o mesmo registro que Delvair classificou como ‘de péssima qualidade etnográfica’ (que poderia talvez ser traduzido pelo próprio Jesco na máxima idealizante ‘fotografar os índios enquanto eles ainda são puros’), e ao mesmo tempo, se esmerando em produzir uma visão positiva da ação do Estado ditatorial e suas ‘políticas de integração’. Escusado dizer que esta imagem

¹¹⁹ Idemibidem.

positiva da ação do Estado brasileiro servia à ditadura, em primeiro lugar, e ao próprio Jesco, em segundo, mas certamente não aos índios, alvos de violência sistêmica, aumentada exponencialmente, como vimos, depois do AI-05.

Também, este último documento, ao narrar a tensão institucional entre o IGPA e a Funai, pode ajudar a explicar a reiterada recusa, ou desinteresse, do IGPA em colaborar com pesquisas que estejam tentando ler justamente essa relação, de Jesco com o Estado brasileiro.

Isso tudo reforça nossa intuição original, sobre nosso material de arquivo como uma peça de propaganda, ou um registro oficial. Se no Capítulo 1 foi possível ver uma intenção propagandística dos militares na produção e condução do evento da formatura, nos parece que já temos elementos suficientes para poder ler no arquivo intenções semelhantes também no que se refere à forma de filmar, às escolhas particulares que nosso cinegrafista fez numa tarde de fevereiro de 1970.

Vamos então, finalmente, às imagens.

CAPÍTULO 3

Eis-nos agora diante de nosso material de arquivo. Este material sobrevivente, perdido, encontrado. Este material que retorna, quase cinquenta anos depois de sua produção, no contexto de uma tardia investigação sobre os crimes perpetrados pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.

Nosso material se fez, assim, subitamente **visível**. A partir do contexto da Comissão da Verdade e dos esforços do pesquisador Marcelo Zelic, que estendeu perguntas ao acervo do Museu do Índio. Eis-nos diante deste material, de origem incerta e ambígua. Vemos as imagens, vemos e revemos. Mas como podemos lê-las? Como atingir não a visibilidade, mas a **legibilidade** de nosso material?

Georges Didi-Huberman analisa imagens da abertura dos campos de concentração nazistas, em 1945¹²⁰. Ele nomeia um duplo movimento: as imagens nos campos paralisam diante de sua **visibilidade**, ao mesmo tempo em que anestesiam por sua falta de **legibilidade** intrínseca. O filósofo recorre à formulação de Walter Benjamin sobre a leitura: "a marca histórica das imagens não indica somente que elas pertencem a uma determinada época, ela indica sobretudo que elas alcançam a legibilidade somente a uma época determinada. E o fato de alcançar 'a legibilidade' certamente representa um determinado ponto crítico do movimento que as anima¹²¹". Mas essa legibilidade se oferece de forma momentânea e **perigosa**: "somente as imagens dialéticas são imagens autenticamente históricas, isto é, não arcaicas. A imagem que é lida - quero dizer, a imagem no Agora da conhecibilidade - leva ao mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, que é o fundamento de toda leitura¹²²".

¹²⁰ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido - o olho da história II**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2018.

¹²¹ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

¹²² idemibidem.

Assim, para o filósofo francês, tornar legíveis as imagens de arquivo com que ele se deparava - efetuar a leitura **perigosa** de que falava Benjamin, estava vinculado à noção de experiência, a tornar visível a construção de tais imagens. Ele afirma: "continuaremos a fechar os olhos sobre essas imagens enquanto não encontrarmos o 'ponto crítico', como disse Walter Benjamin, de onde surgiria uma possibilidade de que fossem 'lidas', isto é, temporalizadas, reatadas - ainda que por um limite imanente - à palavra da experiência. (...) Abrir os olhos sobre um acontecimento histórico não significa captar um aspecto visível que o resumiria como um fotograma - still, frozen, picture, como se diria em inglês -, tampouco escolher uma significação que o esquematizaria de uma vez por todas. Abrir os olhos sobre a história significa temporalizar as imagens que nos restam dela¹²³."

Eis-nos novamente, portanto, diante de nosso material de arquivo. Antes de proceder a um olhar atento a cada plano, é necessário destacar alguns pontos.

Em primeiro lugar, trata-se de um material bruto. Ou seja, de algo que não foi montado; de um material no qual as intenções finais que motivaram a filmagem estão inscritas mas não necessariamente evidentes a todo momento. Como tratamos no Capítulo 2, não é totalmente claro em que termos empunhava Jesco a câmera dentro do batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. Em uma cerimônia aberta, pública, que se queria **visível**, não é claro se Jesco trabalhava para si, para algum canal de mídia ou, como é nossa hipótese, se havia sido contratado pelo própria Funai para um registro oficial. Assim, é de se aventar se nosso material de arquivo se constitui, em verdade, do **material bruto de uma propaganda de Estado nunca realizada**. Material bruto, portanto, no qual as intenções que motivaram sua produção estão inscritas, mas não lapidadas.

Este material bruto e silencioso parece carregar inscrita em si três agências diferentes, que buscamos aqui nomear. O material fala, testemunha e é documento, da forma como três grupos distintos agiram naquele fevereiro de 1970. Em

¹²³ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido - o olho da história II**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2018. Página 30.

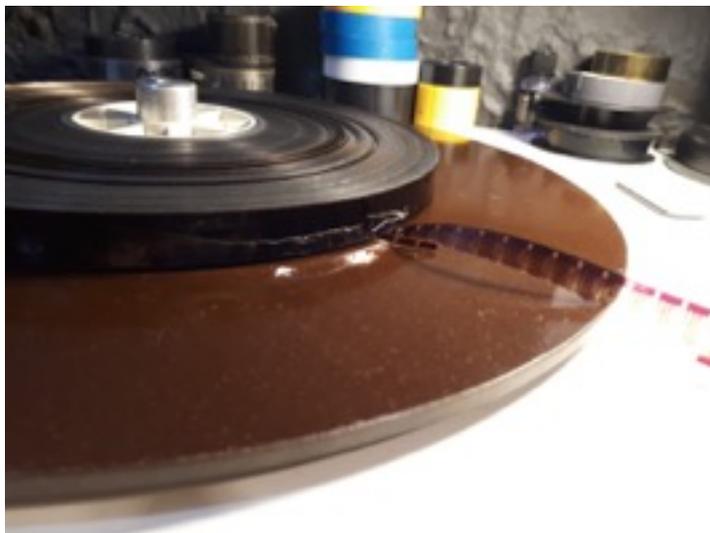
primeiro lugar, existe a agência militar, a forma como estes, em especial Capitão Pinheiro mas não só, desenharam a performance, a controlaram, montaram. Afinal de contas, o material é o registro de uma formatura, de uma performance ensaiada, na qual indígenas e não-indígenas performam uma série de rituais militares para uma plateia branca. Há uma série específica de ações, de gestos, de performatividades que foi desenhada, organizada e ensaiada pelos militares.

De outro lado, existe a agência do fotógrafo, que, como aventamos acima, filmava por razões não totalmente conhecidas, mas cujas escolhas formais apontam em determinadas direções. Seus enquadramentos, suas escolhas formais, registram o evento de forma particular, e o acesso que temos ao que naquele dia se passou se dá através de seus quadros e das lentes que escolheu.

E por fim, existe a agência indígena, ou melhor, a forma como os corpos indígenas perfazem, percorrem a performance organizada pelos militares e filmada por Jesco, e a forma como dela se apropriam, a ela resistem, com ela dialogam. O termo ‘agência’ talvez não seja o mais preciso, posto que se trata de uma situação de opressão, e ressaltamos que descrever essas três ‘agências’ não significa conferir a elas uma igualdade inexistente. Queremos apenas destacar que é necessário conseguir ler nas imagens também a forma específica como os indígenas lidaram com a violenta encenação a que estavam sujeitos.

Este material se encontra fisicamente em uma situação frágil, próximo à decomposição. Por conta disso, nossa pesquisa não pôde ter acesso físico à película - ainda localizada no Museu do Índio. Conseguimos apenas uma fotografia do estado do material, que mostra os diferentes rolos juntos, colados - algo que se deu durante a digitalização, conforme consta na ficha catalográfica do Museu do Índio: “Os rolos de vídeo (notação FDVI002) foram agrupados, quando de sua telecinagem, em um grande rolo único¹²⁴.”

¹²⁴ O conjunto de rolos de película intitulados ‘Arara’, analisado nesta dissertação, encontra-se arquivado no Museu do Índio – no Fundo/Série/Subsérie: Fundação Nacional do Índio / Filmes depositados / Filme – sob o título Arara.



Nossa relação com o arquivo, portanto, se deu com o material já digitalizado, na mesma telecinagem que Rodrigo Piquet nos descreveu (ver Introdução). O arquivo digital veio com os diferentes rolos juntados em ordem aleatória. Por isso, não é fácil entender a ordenação original dos rolos. Fizemos pequenas mudanças de ordem em relação ao arquivo recebido, todas indicadas no material através de um black (um espaço sem imagens, tela preta de 3 segundos). Cortamos sempre que o material indicava final de rolo.

Por fim, é necessário destacar que há uma mancha em quase todo o material na parte central da película, que deixa elementos fora de foco. É difícil precisar se tal mancha é causada pela má-conservação da película ou se por algum defeito na lente quando da filmagem - o fato de o material entrar em foco em determinados tamanhos de lente poderia indicar que uma das lentes usadas estivesse com defeito.

Como dissemos no Capítulo 1, “para saber é preciso imaginar-se¹²⁵”. Ao olhar as imagens, é preciso que imaginemos o tamanho do equívoco, do desencontro cultural, histórico e político que significou o encontro provisório e violento entre militares e indígenas gerado a partir da formulação, pelos militares, da criação de uma Guarda Rural Indígena. Tal equívoco está presente, também, no reencontro, na **sobrevivência**, no reaparecimento deste material. Pois se é um fato fundante da história da Grin que ela consiste em um atravessamento da

¹²⁵ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004.

temporalidade branca na temporalidade indígena - uma política militarista constituída no ápice do embrutecimento da ditadura civil-militar que atropela os processos internos das aldeias que são alvo dessa política; é um fato que o reaparecimento dessas imagens se deve também à temporalidade da política branca e seus próprios processos. Foi a emergência (frágil, tardia, insuficiente) de uma **política de memória** pelo Estado brasileiro, a Comissão da Verdade, que fez com que o evento histórico da Grin voltasse à tona, afetando não apenas a memória branca, mas também, novamente, a memória indígena. Como afirmou Joel Krahô, neto de um Grin e tradutor das entrevistas Krahô, foi o surgimento deste material que fez ele próprio se interessar por esse aspecto da trajetória do avô, até então desconhecida do próprio neto. É preciso, portanto, se questionar sobre a **agência dessas imagens hoje em dia**, sobre como seu reaparecimento gera ações e reações; gera, também, novos equívocos.

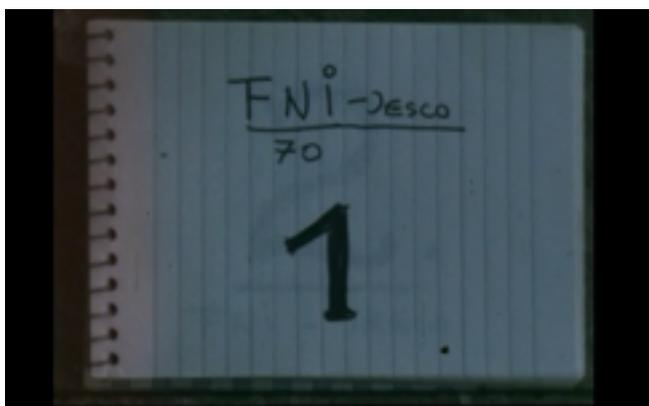


Imagem 01

O material começa com uma claquete, feita em folha de caderno, onde se lê "FNI - JESCO", e em seguida o número 70 - ano em que a filmagem foi realizada (imagem 01). Não há mais informações no papel. FNI era uma das nomenclaturas para a recém-criada Funai - Fundação Nacional do Índio. Assim, a claquete é um forte indicativo de nossa hipótese, de uma relação oficial entre Jesco e Funai, já que traz o nome dos dois, fotógrafo e contratante, assinalados na folha de papel. Curiosamente, podemos pensar que qualquer outra folha que tenha registrado esse possível vínculo empregatício se perdeu; sobreviveu apenas aquela que foi impressa em nitrato de prata, emulsionada pela luz solar através da objetiva. A

sobrevivência das imagens depende também do suporte material em que estão impressas¹²⁶.

A primeira imagem após a claquete é um plano geral que enquadra o prédio do Batalhão da PM, vendo ao longe uma movimentação. É um plano bem enquadrado, que parece traduzir o começo de um trabalho de registro, que aos poucos mostra o cinegrafista se aproximando daquilo que filma.



Imagem 02

Em seguida, acompanhamos a situação dos guardas se preparando para a formatura. Eles estão conversando, em pequenos grupos, arrumando os uniformes (imagens 03 e 04), em uma sequência que dura três minutos.



Imagem 03

Imagem 04

¹²⁶ Lucas Figueiredo comenta algo semelhante ao descrever o passo importante, para os arquivos dos órgãos de repressão, que foi a microfilmagem dos documentos, impulsionada nos anos 70. FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo, Companhia da Letras, 2015.

O primeiro desses planos, um plano geral que mostra diversos guardas, é feito duas vezes. Uma lenta PAN faz a passagem da imagem 3 para a 4 - passagem que se dá duas vezes. Se por um lado a repetição indica um início de trabalho, com o cinegrafista ainda se habituando ao ato de registrar, pode também indicar o apuro que ele precisava ter, buscando refazer uma imagem com a qual não ficou satisfeito. Em todo o material, este é o único plano refeito. Jesco então filma mais de perto, em planos menos gerais, alguns dos guardas que se preparam. Um deles fuma descontraído um cigarro. Ouro arruma o cinto de um guarda de outra etnia, como podemos super pela diferença entre seus cabelos (imagens 5 e 6).



Imagem 05



Imagem 06

Depois, o fotógrafo escolhe registrar as braçadeiras dos guardas, nas quais está bordada a etnia a que pertencem, junto com o brasão da Funai. Em seguida, em um movimento de câmera, revela o rosto, em primeiríssimo plano (imagens 07 e 08). O hiper close, tanto na braçadeira quanto no rosto, parece carregar uma certa grandiosidade - os olhares distantes desses indígenas fardados, como se a aludir à existência de um novo sujeito. Parece haver no enquadramento uma positivação



Imagem 07



Imagem 08

dos personagens filmados, tentando construir uma ideia de grandiloquência no evento que vemos. Em todo o material, abundam tentativas de criar uma iconografia militarista, este é um dos exemplos.

Em seguida acompanhamos a preparação para o desfile: os guardas, já enfileirados, são vistoriados pelo Capitão Pinheiro.

É interessante que este momento é o único, de todo o material, que é **filmado mas não performado**. Há algo aqui de um making-off, de um backstage, ao se registrar a preparação para a performance que viria a seguir. Assim, a atenção com que Capitão Pinheiro arruma a farda de cada guarda atenta para a dimensão imagética do que ocorria - independente da filmagem de Jesco, o que vemos aqui era a preparação de uma **imagem**. Imagem tornada pública na formatura, para a qual foram chamados repórteres de diversos jornais do Brasil e do exterior.



Imagens 09, 10, 11 e 12

O depoimento de Valdir Xerente, dado a nossa pesquisa, confirma o aspecto propriamente imagético da performance. Ele descreve o esforço do Capitão Pinheiro por fazê-los performar de forma **aparentemente** militar:

“Aí o Capitão falou: ‘tem que dar certo! Todo mundo vai ver! Vocês não têm que fazer errado não. Vocês fazem ó, faz a boca assim, que nem nosso comandante, faz mesmo. Vocês não vão errar não, que todo mundo vai ver!’ Ele falou pra nós desse jeito. (...) ‘Não pode nem rir, não pode nem errar. Deixa esse povo olhar. Vocês vão olhar só pro que o comandante tá mandando. Se apresentar as armas, quando tá hasteando a bandeira, não vai olhar pras pessoas. Tem muita gente que vai gritar, mas vocês não olham. Se vocês olharem, vocês erram’¹²⁷”.

A preocupação de Capitão Pinheiro em evitar que os guardas rissem na cerimônia demonstra com precisão como, por um lado, era evidente ao policial a distância entre os guardas indígenas e a corporeidade militar tradicional - a risada é em tudo oposto à sobriedade da instituição militar; e, por outro lado, ressalta sua tentativa de fazê-los **parecer** soldados.

Desde o capítulo 1 refletimos sobre o aspecto propriamente imagético, para os militares, da Grin. Já discutimos os usos mais diretos pelo Estado dessa imagem, para defender a ditadura de acusações de violências contra povos indígenas feitas no exterior. No entanto, podemos nos perguntar sobre essa imagem, sobre o que ela representa, sobre o que ela revela, ou talvez sobre o que ela concretiza. Por que, aos olhos dos militares, a imagem dos indígenas fardados poderia lhes defender das críticas que sofriam? Há aqui um elemento importante, que retomaremos adiante, sobre uma certa fantasia, para os óculos dos militares, que essa imagem realiza: a de indígenas puros e fardados, ao mesmo tempo indígenas e policiais, iguais e diferentes aos militares que lhes assistiam das tribunas. Voltaremos a esse raciocínio.

Olhando as imagens acima com atenção, é possível ver também aquilo que não encaixa. É possível ver como, apesar da agência militar, apesar do gesto de Capitão Pinheiro arrumando os cintos e tentando disciplinar os corpos, um guarda Krahô fuma um cigarro, displicentemente, em uma gestualidade nada marcial

¹²⁷ Como dito no Capítulo 1, esse e outros depoimentos foram coletados por nós durante o processo de feitura do documentário *A Flecha e a Farda*, que é paralelo à esta pesquisa. Valdir Xerente deu sua entrevista em português. A transcrição aqui está feita idêntica à fala.

(imagem 09). Embora os indígenas estejam enfileirados, simetricamente dispostos no espaço, a maioria olha para o lado, para a própria roupa, para a do vizinho, como a se perguntar se estão certos, se é necessário fazer algum ajuste. A distância entre o desejo disciplinador dos militares e a forma que os indígenas performam essa disciplina se explicita no corpo de cada um deles, neste momento prévio à formatura em si. É interessante notar como esse momento, frisamos, filmado mas não performado, explicita o quanto a disciplinaridade que será performada em todo o evento era, também para os indígenas, uma **imagem**, algo exterior a seus corpos. Há aí, talvez, uma forma de **resistência** que merece ser melhor pensada.

Eduardo Viveiros de Castro retoma a imagem trazida pelo Padre Vieira do mármore e da murta para falar sobre as dificuldades da catequização indígena no Brasil do século XVI: "A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve¹²⁸". Viveiros de Castro reflete sobre as narrações dos padres jesuítas do século XVI, que se exasperavam com a nomeada *inconstância da alma selvagem*: "O que exasperava os padres não era nenhuma resistência ativa que os 'brasis' oferecessem ao Evangelho em nome de uma outra crença, mas sim o fato de que sua relação com a crença era intrigante: dispostos a tudo engolir, quando se os tinha por ganhos, eis que recalcitavam, voltando ao vômito dos antigos costumes¹²⁹".

Essa dicotomia retomada por Viveiros é interessante de ser pensada aqui. Não é forçoso dizer que a noção de **resistência indígena** gera dificuldades no embate de memórias do pós-ditadura - afinal, resistência seria aquela impressa no mármore rígido das ações políticas, das organizações culturais, das lutas estruturadas. A imagem da murta seria, desse ponto de vista, por demais dispersiva para ser lida como resistente. Um exemplo concreto desta dificuldade foram os

¹²⁸ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**, in: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosacnaify, 2002. Página 183.

¹²⁹ idemibidem, página 190.

embates dentro da Comissão da Verdade em torno da inclusão, ou não, de um capítulo sobre as violações de direitos indígenas no relatório final - embate expresso ainda, como já dissemos, na contagem oficial de mortos que o Relatório traz (ver Introdução). Padre Vieira formula, ainda, na mesma temática: "Há outras nações, pelo contrário - e estas são as do Brasil - que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, **sem resistir**, mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram¹³⁰". Mais à frente, exasperado, se queixa: "a gente dessas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar a quantas há no mundo¹³¹". É necessário estar atento, portanto, às estratégias 'murtosas' de resistência, resistência secular, que se apropria da alteridade, do contato violento com os brancos, do equívoco e da violência que permeia este contexto - e que tem sua eficiência atestada nas queixas do catequizador.

Voltando a nosso material, é importante destacar que Jesco também parece ter sentido que a imagem 09 feria sua representação oficiosa do evento. Ele corta o plano, e continua a filmar em close, registrando primeiro o gesto de Capitão Pinheiro de fechar o cinto dos guardas, e depois seu rosto, ignorando assim a forma particular e pouco militarista como o guarda Krahô recebia a indicação. Novamente, temos enquadramentos que sugerem uma montagem glorificante, a partir de planos próximos. Aqui acaba o primeiro rolo de nosso material.

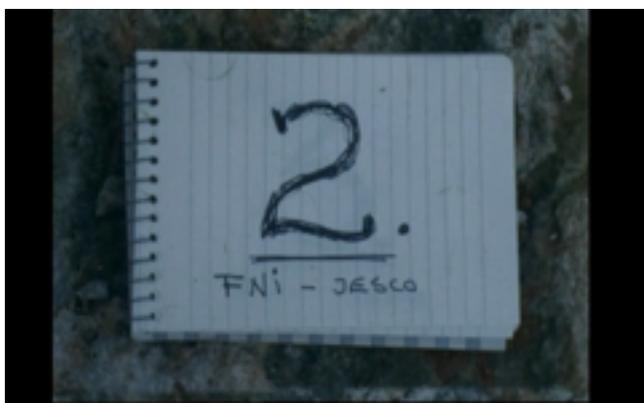


Imagem 13

¹³⁰ idemibidem, página 184 - grifo nosso.

¹³¹ idemibidem.

Em seguida, começa o rolo 02 (imagem 13). Vemos os Grins se aproximarem da câmera marchando, em três filas dispostas simetricamente (imagem 14). Eles levantam exageradamente o braço, em uma gestualização quase pantomímica. O fotógrafo se posiciona de forma precisa, pois eles fazem a curva muito perto da câmera, de forma que o mesmo enquadramento começa como um plano geral e se transforma em um close dos rostos dos guardas passando (imagens 14 e 15). Vemos aqui que o grupo Krahô, o único que manteve os cabelos compridos, está à frente do batalhão, em papel de destaque.



Imagem 14



Imagem 15

No plano seguinte, vemos os guardas marchando até onde está um batalhão de policiais não-indígenas. Em todo este trecho teremos uma certa performatividade tradicional policial-militar que será efetuada pelos não-indígenas. Tanto a filmagem de Jesco quanto a organização do evento buscam sugerir a todo momento uma **identidade** entre os dois grupos. A ida dos guardas indígenas para onde estão os policiais militares parece sugerir que este novo grupo agora passa a fazer parte daquele.



Imagem 16



Imagem 17



Imagem 18



Imagem 19

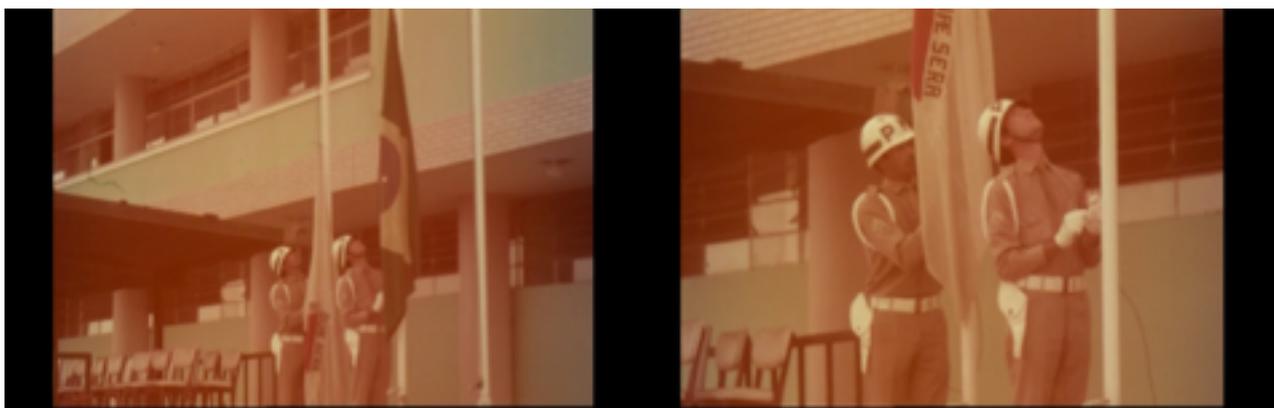
A imagem 17, bem composta, coloca os militares brancos em primeiro plano, e ao fundo o pelotão Grin - a justaposição indica semelhança, ambos estão agora no mesmo espaço; apesar das diferenças, haveria um solo em comum, militar, que o enquadramento se esforça em fazer ver.

Na sequência (imagens 18 e 19), temos a continuação da mesma performatividade, efetuada pelos policiais não-indígenas: primeiro a banda marcial que marcha à frente da tropa, depois o gesto duro, efetuado por todos ao mesmo tempo, de bater continência. A filmagem se concentra então no ritual de jurar bandeira: a bandeira brasileira é hasteada, o hino é tocado, os militares fazem gestos idênticos (imagens 20, 21, 22 e 23). A cerimônia se estende até o final do segundo rolo.

Imagens 20, 21, 22 e 23



Olhando esse momento com atenção, é possível fazer alguns apontamentos. O primeiro é a alta qualidade estética do registro. Os quadros são bem compostos, Jesco escolhe com rapidez os enquadramentos que produz, por vezes fazendo mais de um quadro da mesma ação, em escolhas inteligentes. A título de exemplo, destaque-se o corte entre as imagens 24 e 25:



Imagens 24 e 25

Jesco reenquadra a ação de levantar a bandeira, enquadrando mais de perto o policial que a puxa, e espera que ele levante a cabeça, como ocorreu no plano geral, para fazer o corte. Assim, o fotógrafo se mostra sagaz em suas escolhas e preocupado, ao fazer o registro, com as possibilidades de montagem de seu material.

Imagens 26, e 27



Nos momentos finais do rolo vemos algo que se repetirá ao longo do material: a tentativa de registrar o gestual militar em planos médios. A filmagem aqui parece se dar com uma expectativa de Jesco em relação aos gestos a serem realizados - ele enquadra planos médios, e move a câmera logo após os gestos



ritualizados ali encenados. Podemos notar, por exemplo, o corte entre as imagens 26 e 27, se aproximando dos guardas no momento em que irá acontecer o gesto ritual, que se dá na imagem 29. Imagens 28 e 29

Também, podemos notar o movimento de câmera que Jesco realiza entre as imagens 29 e 30, fazendo logo após o gesto militar uma TILT que enquadra as botas dos policiais. Jesco repetirá esse gesto em outros momentos diante dos

Imagem 30



guardas indígenas; novamente, há a criação deliberada de uma iconografia militarista, que uniria indígenas e não indígenas. A filmagem de Jesco não apenas registra o evento como uma existência bruta e imprevisível, mas se preocupa com uma construção iconográfica, na qual o militarismo assume papel central.

Começa o rolo 03.

O rolo começa com a cerimônia do ‘passar em revista’, que é feita duas vezes, por duas autoridades presentes: o Governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e, depois, o Coronel Costa Cavalcanti, Ministro do Interior. Nas imagens, vemos os policiais não-indígenas enfileirados, e as autoridades caminharem lentamente diante dos guardas. É interessante destacar alguns elementos. Podemos

notar a diferença das imagens 32 e 33. Na primeira, vemos a zona à esquerda, que é uma zona na qual circulavam outros fotógrafos, uma zona, por assim dizer, fora da representação oficial. Jesco então ajusta a câmera para compor a imagem institucional, buscada pela performance coletiva.



Imagem 31



Imagens 32 e 33

Há, ao longo dos 26 minutos, momentos como este, momentos que escapam, que por vezes parecem gravados ‘por engano’. A imagem 32 é apenas o começo do plano, que é logo reenquadrado com um passo à frente do cinegrafista, indo ‘ao que interessa’. Mas esses momentos ‘fora da representação oficial’ são também reveladores; eles apontam para o esforço coletivo, partilhado por Jesco e por aqueles que desenharam o evento, de criação de uma performance imagética.

Também, podemos notar na imagem 32 outro cinegrafista, que segura o que parece ser uma câmera 16mm e filma Israel Pinheiro caminhando. Nossa pesquisa não teve notícia de outras filmagens desse evento. Apenas os 3 primeiros rolos possuem claquetes, todas com o nome de Jesco; todo o resto do material está sem claquetes. É possível que Jesco, na correria do registro do evento, não tenha conseguido fazer outras claquetes; é também possível que nosso material seja um registro de mais de um cinegrafista. No entanto, tendo em vista a coerência formal dos diferentes rolos, esta hipótese não ganha maiores evidências. De toda forma, a existência de outros fotógrafos e cinegrafistas, que aparecem de forma recorrente ao longo dos 26 minutos, sempre nas bordas dos planos, atesta o quanto a cerimônia de formatura se quis **visível** - em 1970, no auge da vigência do AI-5, a cobertura de imprensa de um evento como este teria de ser autorizada pelo regime.

Após a passagem de Israel Pinheiro, enquanto esperava a próxima autoridade se aproximar, Jesco se preocupa repetidamente em registrar gestos militares. Ele filma de forma curta, começando pouco antes dos movimentos



Imagens 34 e 35



Imagens 36 e 37

rituais, e cortando logo após (imagens 34, 35, 36 e 37). O fato de tais registros serem filmados de forma curta, com o corte logo após o movimento dos guardas, reitera uma noção de montagem que está impressa na filmagem, bem como uma precisão do cinegrafista no uso de película.

A entrada do Coronel Costa Cavalcanti é precedida por planos curtos que buscam chegar até o quadro dele andando, lidando assim com uma já referida ‘fronteira da representação oficial’. Novamente, é possível perceber o esforço coletivo por trás da produção de uma imagem oficial, que aqui só se faz visível pelo fato de estarmos diante de um material bruto. No caso, a imagem 41 é precedida de outras três tentativas até ser alcançada:



Imagens 38, 39, 40 e 41

E então, a imagem oficial enfim acontece: Costa Cavalcanti, Ministro do Interior do Governo Médici, passa em revista os guardas perfilados, enquanto, ao fundo, a banda marcial toca. Sorridente, ele vistoria os policiais, todos enfileirados.

Depois que o Ministro cruza o pátio, Jesco se detém mais uma vez sobre a ritualística militar, em novo plano feito para uma montagem iconográfica. Ele ensaia algumas posições de câmera até que consegue captar um movimento completo dos policiais movendo as armas de forma idêntica:



Imagens 42, 43 e 44

A cerimônia continua. Em um canto, vemos o pelotão da Grin. Os indígenas estão rígidos, esperando um sinal para começarem (imagem 45). Mas o take deles parados dura apenas alguns segundos, indicando que o fotógrafo estava mais interessado na performance do que no registro da cerimônia em seus tempos mortos. Quando eles começam a marchar, a câmera se reposiciona e pega, em um plano único bem realizado, a marcha, um enquadramento dos pés que se movimentam ritmadamente, os rostos, e por fim o pelotão adentrando o pátio do batalhão policial (imagens 46, 47 e 48).

Imagens 45 e 46





Imagens 47 e 48

A imagem 46 pode ser destacada. Como vimos assinalando, Jesco faz uma série de enquadramentos que remetem a uma iconografia de cunho militar; este é mais um deles. A imagem, bem enquadrada, das pernas dos guardas indígenas marchando busca retirar a individualidade ou as reações deles ao que se passava, focando no ícone: a marcha, a calça, a bota.

Conforme os guardas indígenas se aproximam do centro do batalhão, a câmera enquadra um dos elementos centrais da disposição da performance: a **plateia** (imagens 49 e 50). Há aqui uma primeira imagem do que chamaremos de **olhar branco**: uma plateia não-indígena, majoritariamente masculina e branca, com membros do alto escalão do governo ditatorial. É a essa plateia que a performance se dirige, é para estes olhos que o evento foi desenhado. Há aqui um jogo reflexivo: se a performance como um todo se constitui na construção de uma imagem, aqui temos formulada e registrada a posição daqueles que olham, daqueles a quem a imagem se dirige. Se os militares tanto organizaram a cerimônia da Grin como uma imagem do outro, dos guardas fardados, a cerimônia supõe também uma imagem de si próprios, dos militares que sorriem das tribunas.

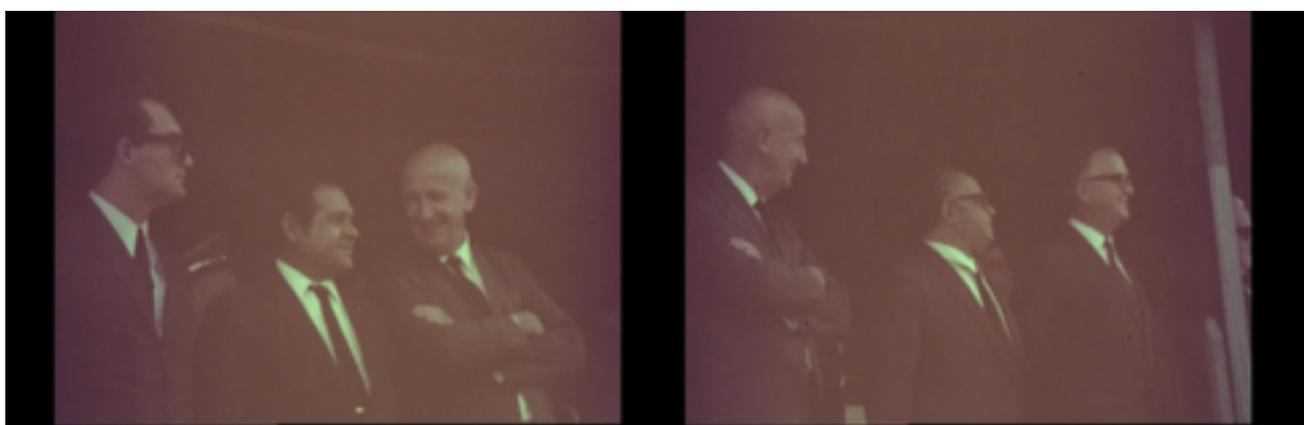


Imagem 49

Imagem 50

Há uma contradição aí posta: como apontamos, a criação desta imagem buscava defender a ditadura de acusações vindas do exterior - poderíamos pensar, portanto, que é a eles, aos críticos estrangeiros da ditadura militar brasileira, que essas imagens seriam endereçadas. Porém, a cúpula da ditadura, aqueles que criaram a política da Grin, que desenharam o evento, que aprovaram o que se passava, ocupam aqui a posição da plateia, a posição daquele que olha. Nesse sentido, podemos situar a posição de Jesco como **intermediária** - ele não está nem no palco nem na plateia. Ele filma os que são olhados, os guardas indígenas, e também aqueles que olham.

Além disso, se até aqui tanto destacamos a Grin como a criação de uma imagem, é necessário pensar que há uma ritualização acontecendo também para os militares. Do alto da plateia, sorrindo, eles afinal **também estão em cena**. Os militares sussurram entre si, o Ministro do Interior olha a cena e sorri: o que vê lhe agrada. A encenação do outro envolve também uma encenação de si mesmo.

Um contra-plano (imagens 51 e 52) nos mostra o que faz o ministro sorrir: os guardas indígenas marcham ritmadamente em frente à plateia e realizam movimento sincrônico de baixar os braços, à moda militar. Para os óculos da cúpula da ditadura, a imagem era nitidamente positiva.



Imagens 51 e 52

Gostaríamos de aprofundar a reflexão sobre o aspecto propriamente ritual que ali se passava. Estamos diante de uma cerimônia. O que afinal está sendo ritualizado? Nos parece produtivo traçar um paralelo com um filme em tudo diverso, realizado 15 anos antes de nossa cerimônia: *Os Mestres Loucos*, de Jean

Rouch (1955), no qual o cineasta francês registra um ritual Hauka, um ritual complexo, estranho e violento, no qual, aos poucos percebemos, está sendo encenada ou ritualizada uma relação com os colonizadores europeus. Como comenta Renato Stutzman: “uma seqüência bastante emblemática nesse filme é aquela que passa do altar do sacrifício, durante o ritual em que todos já estão possuídos pelos espíritos *hauka*, para a cena que mostra o desfile de oficiais britânicos. Passamos da imagem de um ovo sendo quebrado sobre o altar para o amarelo e branco das penas do capacete de um oficial britânico. O comentário de Rouch, presente do início ao fim do filme, como que explica (e domestica) essa conexão de imagens ao alegar que é naquela ocasião solene que os seus personagens vão buscar o modelo do ritual secreto realizado nos finais de semana, longe do centro da cidade. Michael Taussig (1993) vê no fenômeno apresentado por Rouch um ato de *mimese*: ao imitar os colonizadores, os africanos se apropriam de sua força. Paul Stoller (1995), não muito distante dessa interpretação, vê esses atos como produção de *uma memória inscrita no corpo*, incorporada. À luz de Wagner podemos colher aí um movimento de reversibilidade, de reflexão sobre o outro e de extensão de um simbolismo próprio, que resulta em *resistência a um só tempo política e cognitiva, uma espécie de descolonização do imaginário*¹³².”

O filme de Rouch tem inúmeras diferenças com nosso material, que não serão aqui tratadas. Filme complexo, despertou leituras díspares e contundentes desde sua primeira exibição¹³³. No entanto, ele nos interessa por atentar para as formas de apropriação do ritual dos opressores pelos oprimidos, ao narrar a forma como os Hauka dialogam com os rituais dos colonizadores em sua cerimônia, bem como o papel central das cerimônias oficiais em seu processo de ritualização.

¹³² SZTUTMAN, Renato. **A utopia reversa de Jean Rouch: de Os Mestres Loucos a Petit à petit**. Belo Horizonte, Revista Devires, Volume 6, 2009.

¹³³ Segundo relato do próprio Rouch, sobre a primeira exibição do filme: "Marcel Griaule, meu orientador de doutorado, estava vermelho de ódio: „É preciso destruir esse filme imediatamente..." e o primeiro cineasta africano, Paulin Vieyra, então aluno do IDHEC (Institut des Hautes Études Cinématographiques) e crítico de filmes da revista *Présence Africaine*, estava cinza de raiva: „Jean, pelo menos uma vez eu concordo com o professor Griaule, este filme é um escândalo, é preciso destruí-lo". Sozinho, o etnólogo-cineasta Luc de Heusch (futuro professor da Université Libre de Bruxelles) reagiu favoravelmente: „Jean, não os escute! Em dez anos esse filme será um clássico..." ROUCH, Jean. **L'autre e le sacré: jeu sacré, jeu politique**. In: Thompson, C. W. (Ed): *L'autre e le sacré: surrealisme, cinema, ethnologie*. Paris, Galimard, 1995.

Aqui, gostaríamos de sublinhar o aspecto cerimonial do que se passava, e o quanto essa cerimônia foi desenhada **por e para** os militares, que, como dissemos, a tudo assistiam, sorrindo, das tribunas. Assim, aqui, a ritualização que estamos buscando ver era inteiramente construída pelos militares - como se estes se dirigissem a si próprios. O sorriso alegre do Ministro do Interior em ver os indígenas fardados aponta para um pano de fundo da cerimônia. Há uma exultação, talvez algo fetichista, com o que era disposto **enquanto imagem**, uma imagem concretizada e no entanto impossível - a imagem de que os indígenas membros da Grin seriam, ao mesmo tempo, habitantes plenos dos próprios universos simbólicos e das próprias comunidades às quais deveriam retornar após o treinamento, e membros plenos do Exército Brasileiro, olhos e ouvidos do Estado ditatorial infiltrados nos rincões do país. Uma imagem que buscava guardar em estado bruto uma relação estranha entre identidade e diferença - os guardas seriam totalmente indígenas e totalmente militares ao mesmo tempo; idênticos e opostos aos brancos que brilhavam os olhos. Talvez assim possamos compreender o porquê de os Krahô, com seus cabelos compridos, estarem sempre na primeira fileira da cerimônia; o grupo que imagetivamente mais resistiu à transformação na monotonia militar, ao manter os cabelos compridos, foi aquele que recebeu maior destaque daqueles que organizaram o evento.



Eis então que os militares, no ápice da violência do período ditatorial, quando chamados a reagir às críticas que recebiam em relação ao trato com os povos indígenas, responderam não apenas com uma imagem, mas com a redução do outro a uma imagem de si próprios. A militarização dos indígenas não deixa de ser a imagem mais acabada do projeto ditatorial de tornar todo o país, até mesmo o grupo mais improvável e distante da militarização estatal, à imagem e semelhança daqueles que detinham o poder. Das tribunas, se vendo performados nos corpos assinalados como diferentes, os militares sorriam.

Tal fetiche, no fim das contas, não passou, justamente, de uma imagem. A realidade, bem mais complexa, foi outra, como veremos.

O quarto rolo não possui claquete.

Ele inteiro é realizado a uma maior distância do evento, e não é clara a relação temporal que estabelece com o rolo anterior. Vemos, inicialmente, uma marcha tanto dos guardas brancos quanto dos Grins. A imagem é feita do alto, à distância (imagem 53).

Vemos a linha de frente da marcha: a banda militar, que atravessa o pátio tocando. Era uma banda poderosa: podemos ver, na imagem 54, três tubas, instrumento de sopro grande. Podemos apenas imaginar o tamanho da zoadá militarista que tomava o ambiente, bem como seus efeitos sobre os guardas indígenas.

Conforme o grupo se aproxima da plateia, é possível entender a dimensão do evento pela primeira vez - podemos perceber que tanto o andar de baixo quanto o de cima estão tomados de gente (imagem 55). O plano seguinte são planos das

Imagens 53 e 54





Imagem 55



Imagem 56

bandeiras. Jesco primeiro enquadra, de forma fortuita, bandeiras dos Estados brasileiros, em uma tomada curta e pouco convicta (imagem 56), até que se detém sobre a imagem, de forte significado simbólico, da bandeira brasileira. Jesco faz 4 planos diferentes da bandeira (imagens 57, 58, 59 e 60), repetição que aponta para a centralidade da iconografia nacionalista - mais uma vez, o caráter **oficial** de sua filmagem fica evidente.



Imagens 57, 58, 59 e 60

Vemos em seguida um novo rolo que se inicia, sem claquete.

Tem início a cerimônia de juramento à bandeira. A filmagem se inicia no meio da cerimônia, como se Jesco tivesse sido surpreendido pelos acontecimentos, ou tivesse demorado mais do que esperava para trocar de rolo. Primeiro o fotógrafo enquadra o púlpito, depois, numa rápida PAN, os guardas, que estão



Imagens 61, 62, 63 e 64

dispostos de forma simétrica, como um verdadeiro batalhão militar (imagens 61 e 62). Em seguida, Jesco se aproxima dos guardas e tem, uma vez mais, um esforço para definir o campo do visível: aparecem nas bordas dos quadros outros fotografos, como vemos no canto direito da imagem 63. Jesco dá um passo a frente, para reenquadrar o batalhão sem interferências (imagem 64). Depois, curiosamente, ele faz um quadro muito semelhante ao que o fotógrafo que ele desenquadrara provavelmente fazia, filmando em close a braçadeira do guarda Krahô (imagem 65). Jesco levanta a câmera em TILT, e reenquadra, também em close, o guarda (imagem 66). Uma vez mais, temos aqui uma busca por imagens icônicas.



Imagens 65 e 66

É notável que a proeminência dos Krahô no evento se repete também em relação a nosso material de arquivo - eles atraíram a atenção igualmente de militares e do cinegrafista. Se foram mantidos na linha de frente do evento, foram também eles os escolhidos por Jesco para o registro em close. Acima, destacamos a posição de nosso fotógrafo como intermediária, uma vez que ele registra os guardas e também os militares. No entanto, Jesco também está imbuído daquilo que chamamos provisoriamente **olhar branco**, como atesta a escolha dos Krahô, com seus cabelos compridos, para o close e o registro da braçadeira. Ele é também partícipe do esforço da ditadura por transformar os indígenas fardados em uma imagem - e extrair futuramente um uso dessa imagem.



Imagens 67 e 68

Tem início, então, a cerimônia de juramento à bandeira brasileira.

De início, Jesco enquadra a forma como a platéia canta o hino (imagens 67 e 68). Podemos ver alguém que rege a banda; depois, em uma PAN, Jesco encontra a cúpula do regime, que canta em coro.

A imagem seguinte é um plano conjunto dos guardas enfileirados, que é reenquadrado por uma pequena PAN, encontrando um guarda em primeiro plano, que também canta (imagens 69 e 70). Ao fundo, podemos observar duas tubas, que

Imagens 69 e 70



são regidas junto com a banda. Novamente, aqui, podemos apenas imaginar o estranho ambiente sonoro que tomava naquele dia o batalhão policial, bem como seus efeitos sobre os guardas indígenas.



Imagens 71, 72 e 73

Em seguida, Jesco registra o batalhão em um campo/contra-campo, ocupando novamente uma posição intermediária entre o que é performado e o público da performance (imagens 71, 72 e 73). Os guardas dispostos no pátio são olhados atentamente pelo olhar da plateia. Há força na disposição simétrica dos corpos, no ordenamento francamente militar. Como se todos aguardassem algo que vai acontecer, há uma iminência no ar. A parte de cima da plateia (imagens 72 e 73), é aqui vista mais de perto: há vários civis, provavelmente moradores do entorno que vieram ver a cerimônia. Em sua maioria homens, olham atentamente e conversam entre si. A seu lado, vestindo quepes ou óculos escuros, alguns militares assistem à cena. Há, na encenação dos indígenas, algo que também lhes interessa, que parece, de alguma forma, lhes dizer respeito.

Vemos então todos os guardas levantarem o braço direito em saudação à bandeira (imagens 74 e 75). Os 84 guardas olham para a frente com o braço esticado, de forma idêntica, rígida, simétrica. Aqui a performatividade militar atinge sua **transparência** máxima¹³⁴ - nada parece escapar à imagem totalizante que é formada: os corpos, sisudos, performam com eficiência e rigidez; os planos captam o todo militar que se move ao mesmo tempo. A imagem dos indígenas fardados, sujeita a tantos equívocos, aqui se mostra de forma totalizante.

¹³⁴ utilizamos aqui o conceito de transparência tal como em XAVIER, Ismail, **O discurso cinematográfico - a opacidade e a transparência**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2005.



Imagens 74, 75, 76 e 77

No entanto, alguns elementos podem ser destacados. Se observarmos atentamente a PAN que percorre o espaço em que os guardas indígenas estão dispostos (imagens 76 e 77), podemos perceber uma dimensão do **confinamento** a que estavam sujeitos - confinamento que é constitutivo das relações militares. O batalhão está literalmente cercado por policiais - na imagem 76 podemos ver um que os espreita na margem direita do batalhão; na 77, podemos ver que atrás deles está composta uma linha de policiais. E nas duas podemos ver que à frente dos guardas indígenas, a plateia era composta por membros do governo ditatorial, e mesmo que à frente da plateia há uma linha de policiais parada. Essa percepção física, de eles estarem cercados por todos os lados, dá a ver o aspecto compulsório do que se passava. Como disse Benjamin Xerente em depoimento à nossa pesquisa, narrando a chegada deles ao batalhão e o início do treinamento: “*Aí fiquemo lá, aí terminou. Aí ninguém podia sair de jeito nenhum, sair pra rua*¹³⁵.” Basílio Xerente afirma algo parecido, ao narrar o treinamento dizendo que “*nós ficamos três meses presos. Depois que nós ganhamos essa identidade é que nós saímos pra passear um pouco na cidade*¹³⁶”.

¹³⁵ depoimento dado à nossa pesquisa em português, e aqui transcrito de forma literal.

¹³⁶ depoimento dado à nossa pesquisa em português, e aqui transcrito de forma literal.

Analisando o desmonte da Grin, Egon Dionísio Heck traz um ofício de abril de 1971, do DGPE (Departamento Geral de Pesquisa e Estudo), que responde negativamente a uma solicitação da PM de comprar metralhadoras para a Guarda, e afirma: "Este DGPE considera como a mais potente arma de efeito moral do arsenal da GRIN a conduta de seus integrantes, entre os quais, infelizmente, há exemplos de alcoolismo e outras infrações a corrigir, observando-se que, armados, eles poderiam tornar-se ainda mais perigosos¹³⁷". A formulação, em tudo clara, atenta para essa tensão instalada, do ponto de vista dos militares, no trato com os indígenas. Se em algum momento passou pela cabeça de membros do Estado brasileiro que os indígenas poderiam atuar como braços deste Estado nas próprias comunidades, essa atuação não deixa de ser, em algum sentido, **perigosa**. Não apenas em relação à sociabilidade das aldeias, mas em relação ao próprio poder disciplinar pretendido pelo Estado.

O juramento à bandeira termina com alguns planos dos guardas, em close, cantando o hino. Primeiro um plano médio, que reenquadra com uma PAN, de forma bem executada, um guarda Krahô que canta (imagens 78 e 79), e em seguida, depois de um plano geral que permite enxergar todos eles com os braços levantados (imagem 80), a câmera se dedica a um dos guardas, e o capta de forma frontalizada. O gesto de baixar os braços é dividido em três planos unidos por uma rápida TILT (imagens 81, 82 e 83). A imagem da bota do guarda indígena ecoa as botas dos policiais brancos registradas no começo da cerimônia - novamente, uma iconografia militar; as botinas, as calças, os gestos mecânicos. Há a sugestão de uma continuidade entre a militarização dos policiais e a dos indígenas - as botas afinal são as mesmas.

Imagens 78, 79 e 80



¹³⁷ HECK, Egon Dionísio. Os índios e a caserna - políticas indigenistas dos governos militares - 1964 a 1985. Dissertação de Mestrado. IFICH, Unicamp, 1997. Página 45.



Imagens 81, 82 e 83

Cabe refletir sobre o que escapa à representação oficial. Porque se, de um lado, dissemos que esse trecho é o auge de uma certa transparência, no sentido de que a imagem pretendida pelos militares e a registrada por Jesco parecem se somar numa sequência forte e bem realizada; podemos notar, por outro lado, no final da imagem 81, que o guarda Krahô, antes de abaixar o braço, dá uma olhada para a sua esquerda, tentando entender, de forma discreta, se executa o gesto corretamente. “Os documentos de arquivo nunca nos dão a ver um ‘absoluto’¹³⁸”, escreve Didi-Huberman. A discreta olhada do guarda, ignorada por Jesco, que segue impassível sua produção iconográfica focando nas botas militares, aponta para esse esforço coletivo de tornar algo imagem - e conseqüentemente, ignorar tantas outras imagens possíveis naquilo que era filmado.

A última cena do rolo mostra um Krahô se descolar do grupo, dar um passo à frente, se dirigir ao Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, e entregar um colar indígena, colocando-o em seu pescoço (imagem 84). A filmagem pára antes da ação terminar, passando por um instante de branco, que aparenta ser o fim do rolo.



Imagem 84

¹³⁸ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004. Página 110.

O que é encenado aqui é uma suposta aliança entre Estado ditatorial e os povos indígenas. Segundo matéria do *Jornal do Brasil*, o Ministro, "presenteado pelo líder dos índios karaós [sic] com um cocar, transmitiu aos formandos, todos em fila e vestidos com uniformes próprios, a palavra de fé do Presidente Médici e pediu que levassem às suas tribos, pequenas comunidades, o apoio do Governo federal aos índios do Brasil¹³⁹". Há aqui uma metonímia operando em ato, uma vez que talvez se possa definir a Grin exatamente como a tentativa de criação desta imagem, que pode ser resumida em uma frase da matéria do *Diário de Notícias* de 1970, quando afirma que a Grin teria sido criada "a fim de que o índio participe ativamente em sua própria aculturação¹⁴⁰". Neste sentido, o **fetich**e abordado acima, do olhar militarista branco que ensejou a Grin, pode ser talvez formulado como a produção de uma imagem na qual estaria implícito o caráter violento da relação do Estado com os povos indígenas, mas seriam os próprios indígenas os responsáveis por essa violência. Uma imagem na qual o Estado brasileiro, produtor de uma longa História de violações contra os povos indígenas (tanto enquanto agente direto quanto como omissão em relação aos poderes locais), estaria desimplicado desta mesma violência. É essa a imagem que faz sorrir ao Ministro do Interior presenteado com o colar - vendo tudo do alto, a tudo sorri e a tudo aprova, exultante (imagem 85).



Imagem 85

¹³⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1970.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1970.

O rolo seguinte registra as falas oficiais que compuseram o evento. O primeiro a falar seria um dos guardas, João Xerente. Jesco começa a tomada na miríade de repórteres, cinegrafistas e profissionais de imprensa presentes no evento, fazendo depois uma PAN até João, que falava. Mais uma vez, podemos nos perguntar sobre o porquê de esses outros materiais não terem chegado até conhecimento público tantos anos depois - apenas algumas fotografias, que compuseram reportagens nos principais jornais da época. Também denota o apuro de nosso cinegrafista, que com uma simples e bem executada PAN revela não apenas a fala, mas o aspecto público desta, e um pouco do aparato, midiático inclusive, que esteve em funcionamento naquele dia.



Imagens 86 e 87

A fala de João é registrada em 5 planos diferentes, todos curtos (imagens 88, 89, 90, 91, 92 e 93). Primeiro um close, depois um plano aberto no qual vemos Capitão Pinheiro atrás de João, então um plano lateral e por fim duas tentativas distintas de registrar em close o indígena falando, descendo a câmera para a braçadeira da Funai.

Podemos refletir um pouco sobre as escolhas de Jesco aqui. Em primeiro lugar, o fato de os planos serem todos bastante curtos - não há a tentativa de registro de uma inteireza de sua fala, mas sim a formulação de planos curtos e variados, que supõe uma montagem. Também, mais uma vez a busca por uma imagem icônica, ao registrar em close o rosto de João e depois, em uma TILT,



enquadrar a braçadeira. É de se destacar também a fisicalidade que pode ser notada na imagem 89 - Capitão Pinheiro está muito perto de João, como se o estivesse vigiando, garantindo que a fala iria sair da forma como esperava. Aqui se faz presente novamente a dimensão de confinamento, de tutela militar a que aludimos acima. Podemos refletir sobre o esforço para a produção de uma imagem de aliança entre a ditadura e os povos indígenas, em relação à qual a fala de um guarda indígena na cerimônia parece ser mais um passo em sua construção. O desconforto de Pinheiro, quase segurando fisicamente João enquanto este discursa, é eloquente do quanto, novamente, a aliança que a ditadura se esforçava por transformar em imagem era, justamente, apenas uma imagem, que poderia ser fraturada se o guarda Xerente fosse deixado à vontade, distante da opressão militar que Capitão Pinheiro ali performava. O desconforto de Pinheiro na cena fala sobre a distância entre a imagem que os militares pretendiam criar e a forma concreta com que os guardas indígenas lidavam, recebiam e performavam os ensinamentos militares. Talvez seja também índice daquilo que chamamos de estratégias ‘murtosas’ de resistência frente à tentativa militarista de disciplinar seus corpos.

É digno de nota, também, o quanto esta filmagem de uma fala entrecortada parece supor uma gravação de som contínua. Chama nossa atenção o garoto jovem e loiro, que pode ser visto nas imagens 89 e 90, e parece segurar um gravador de som. Infelizmente, o registro sonoro da gravação se perdeu, ou permanece desconhecido de nossa pesquisa até aqui - a título de nota, cabe destacar as duas menções que tivemos a essa gravação sonora: quando entramos em contato com o Museu do Índio, nos foi reportado que haveriam fitas de áudio também registradas sob o mesmo nome 'arara'. Muito nos animou a perspectiva de encontrar a sonorização de nosso material de arquivo, porém a fita sonora era em verdade uma série de entrevistas sobre o povo Arara - não tendo portanto nenhuma relação com nosso material de arquivo, e padecendo do mesmo equívoco fundamental que está inscrito na sobrevivência dessas imagens, a saber: a nomenclatura dada, 'arara', a um material que não tem nenhuma relação com o povo Arara, como discutiremos adiante. A segunda informação que tivemos se deu lendo uma entrevista que Capitão Pinheiro deu nos anos 90 para a tese de Freitas, no qual afirma que "eu tenho inclusive uma fita do dia da formatura da guarda indígena com a presença do governador do Estado com o ministro do interior na época, o general Costa Cavalcante, o Presidente da FUNAI Dr José de Queiroz Campos e o comandante geral da Polícia Militar Coronel José Ortiga, eu tenho a fita gravada na solenidade, gravada numa fita de... não é fita cassete, é uma fita de um gravador, aquela fita rotativa, então depois vê se tem jeito de tirar uma cópia, eu te arranjo uma cópia do discurso proferido pelas autoridades que compareceram na formatura¹⁴¹." Entramos em contato com o pesquisador para saber se ele teria essa fita, ou se teve acesso a ela ou à transcrição, e a resposta foi negativa. Tentamos entrar em contato com o próprio Capitão Pinheiro, mas não obtivemos sucesso nem na solicitação de uma conversa, nem na solicitação desta fita. Portanto, uma vez que nem no Museu do Índio, nem no IGPA ninguém tinha notícia desse registro sonoro, nos parece que ele realmente se perdeu.

¹⁴¹ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

De todos os ex-guardas Xerente de que tivemos notícias, João é o único que abandonou sua aldeia poucos anos depois do advento da Grin. Os relatos, dispersos e variados, davam conta de que teria ido para o garimpo, de que teria se envolvido em confusões variadas. Entre as pessoas que conversamos, ninguém sabia seu paradeiro, nem se estava vivo; não tinham notícias dele há anos. Assim, não foi possível registrar sua memória deste dia. Na tentativa de desvendar aquilo que foi dito no evento, nossa pesquisa solicitou o serviço de transcrição orofacial a uma instituição responsável. A resposta que obtivemos foi a seguinte: “O recurso utilizado para a realização da tradução do vídeo foi a leitura labial, também conhecida por leitura orofacial, uma técnica que consiste na observação do posicionamento dos lábios e da língua da pessoa que está falando, sendo desenvolvida por surdos experientes (e oralizados, ou seja, treinados desde crianças para aprenderem a falar) e acompanhados por profissionais ligados à educação de surdos. Assim, o vídeo apresenta baixa resolução de imagem por questões ligadas à tecnologia da época em que foi produzido, além de cortes realizados pelo profissional que operava a câmera – fato que dificultou o trabalho da equipe, impossibilitando o encerramento de diversas frases. Diante disso, acreditamos que seja interessante apresentar um contexto geral de cada fala com o intuito de ajudar ou dar mais pistas para o entendimento dos relatos apresentados no vídeo. Assim, podemos concluir que o guarda indígena é o orador da primeira turma da Guarda Nacional Rural Indígena e a sua fala é composta por duas partes: a primeira parte fica evidente que o guarda está lendo um informe possivelmente da polícia, como se fosse um boletim informativo, mas sem possibilidade de tradução da fala por conta dos cortes, microfone posicionado na frente da boca e qualidade da imagem. Aqui o recurso utilizado pela equipe foi a leitura corporal e especialmente as expressões faciais do orador (guarda). A segunda parte da fala é composta por um discurso, evidenciando gratidão e orgulho, com fortes indícios de enaltecimento do sentimento nacionalista de todas as comunidades indígenas.¹⁴²”

Em seguida, a mesma transcrição relatou as seguintes falas que teriam sido ditas por João: “...informo os itens(?) dos... da polícia na sua missão de garantir a

¹⁴² tradução feita por Priscilla Perugini e equipe, professora no Iesp-Derdic.

segurança...e preservar a ordem... [Os surdos não identificaram as falas, mas toda a equipe é unânime em afirmar que o indígena faz um agradecimento e lê uma lista de nomes de pessoas.] ... com respeito e orgulho... por fazer parte da primeira...fevereiro de um mil novecentos e setenta... curso de formação da Guarda Nacional Rural Indígena... ajudar ao meu povo...e irmãos de raça... tornaram mais úteis e mais orgulhosos de si mesmos...agradecemos os profissionais... em especial a Fundação Nacional do Índio pelo esforço com ...estamos equipados para... agora... onde nos capacitamos e aprendemos métodos de defesa... assim possibilitar...defender, proteger... nossas terras, nossos costumes, nossas famílias... queremos viver em paz...manter tradições... vizinhos... tarefa cumprida... que ajudará ...¹⁴³”

Imagens 94 e 95



Em reportagem à época da formatura, matéria do *Jornal do Brasil* narra que “em nome dos índios falou João Xerente, líder da tribo goiana, saudando as autoridades e esclarecendo em linguagem bastante fluente que voltavam para as tribos de origem para **demonstrar o domínio de si mesmos** como índios protetores das aldeias¹⁴⁴”.

Por fim, importante notar a diferença desses dois planos (imagens 94 e 95). Jesco começou registrando em close a fala de João Xerente na altura dos olhos, para depois optar por um quadro em contra-plongée, sendo uma estratégia de

¹⁴³ idemibidem. Em nosso filme, tentamos sincrozinar essa transcrição com a imagem de João falando, mas não obtivemos sucesso nessa empreitada.

¹⁴⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1970. Grifo nosso.

grandiloquência, de criação de uma imagem, em algum sentido, publicitária do que estava acontecendo.

Imagens 96, 97 e 98



O próximo a discursar foi o presidente da Funai, José de Queiroz Campos. Ele é registrado em 3 planos diferentes, com variações de tamanho de quadro (imagens 96, 97 e 98). Na imagem 97 podemos notar a performatividade do Capitão Pinheiro, que, na beira do quadro, segura o microfone com uma gestualidade segura, ficando boa parte do discurso com o braço estendido. Interessante refletir sobre a posição dele, o idealizador e comandante da Grin, que naquele dia permaneceu à parte dos discursos públicos, apenas organizando e conduzindo o evento para que saísse como o planejado.

Uma matéria do *Jornal do Brasil*, misturando discurso direto e indireto, afirma que Queiroz Campos teria feito menção à Guerra do Paraguai, “lembrando o valor dos guaicurus que defenderam a retirada de Laguna¹⁴⁵”, e teria dito que “novamente, a História do Brasil marca encontro em Minas Gerais, disse o orador, acrescentando que naquele momento se penitenciava da tragédia do tempo de D. João VI, quando foi declarada a guerra aos botocudos, varridos pelos crenaques e pelos maxacalis¹⁴⁶”

Jesco então registra a fala mais de longe, de trás da fila dos guardas fardados. Primeiro compõe um plano dos Krahô em posição militar, enfileirados em silêncio, para então encontrar um único plano (imagem 100) no qual vemos, ao fundo, Queiroz Campos falando, e em primeiro plano, de costas, os guardas Krahô.

¹⁴⁵ a retirada de Laguna foi um episódio da Guerra do Paraguai: https://pt.wikipedia.org/wiki/Retirada_da_Laguna

¹⁴⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1970.



Imagens 99 e 100

Temos aqui explicitada uma certa disposição dos elementos: enquanto os brancos falam sobre a criação da Guarda, os próprios guardas permanecem em posição de sentido, expostos ao olhar da plateia como objetos. Objetos dos discursos, objetos da política, objetos do olhar.

O plano seguinte nos parece bastante revelador. Jesco enquadra, na plateia, em close, Costa Cavalcanti com o colar indígena (imagem 101), em um plano curto. O plano corta e se reinicia no mesmo enquadramento, com o Coronel sorrindo (imagem 102). Nos parece revelador aqui a intencionalidade do



Imagens 101
e 102

cinematista para registrar o sorriso do coronel, uma vez que, dado o fato de o quadro não ter se alterado entre os dois planos apesar do corte, ele parece ter esperado com a câmera armada até que Cavalcanti sorrisse. Jesco parece estar buscando a imagem desse sorriso, esperando, não se sabe por quanto tempo, com o quadro feito, para que o sorriso pudesse ser captado - **como se precisasse captar essa imagem**. Chama a atenção a argúcia do cinematista - não é difícil imaginar a

importância da imagem do sorriso complacente da mais alta autoridade pública presente na cerimônia. Podemos aqui novamente refletir sobre o esforço de construção das imagens oficiais - esse sorriso tão casual não teria sido, assim, captado ao léu, mas construído por uma estratégia sagaz de filmagem de nosso fotógrafo.

Por fim, é o próprio Costa Cavalcanti quem discursa. Ele é filmado em três quadros distintos (imagens 103, 104 e 105). Depois, Jesco registra os aplausos da população do entorno (imagens 106). Interessante observar como, na imagem 103, podemos notar a posição corporal de Capitão Pinheiro, em tudo diversa à exposta quando da fala de João Xerente ou Queiroz Campos. Aqui, diante do todopoderoso coronel e Ministro do Interior, Capitão Pinheiro, em posição de sentido, não demonstra mais proximidade nem controle do evento. Ele pode ser visto também no fundo da imagem 105, com o olhar distante, sem expressão, à moda militar.

Imagens 103, 104, 105 e 106



Segundo a mesma matéria do *Jornal do Brasil*, Costa Cavalcanti teria dito: “tenho certeza de que o espírito do Marechal Rondón visualizou que a guarda indígena viria preencher uma lacuna nas comunidades tribais, através de índios líderes, hígidos, sadios, fortes e inteligentes¹⁴⁷”. E acrescentado: “é esta uma turma pequena para a vastidão do país, mas não deixa de ser um começo com a certeza de que novas turmas se repetirão anualmente com a mesma responsabilidade, plantando a disciplina e a compreensão nas aldeias, protegendo os parques indígenas. Assim, está afixada a responsabilidade da integração gradativa do índio brasileiro, com a melhoria de sua condição de vida, assimilando a civilização, embora sem a quebra de tradição salutar¹⁴⁸”.

Como discutimos no Capítulo 1, a Grin não foi a primeira relação militarista do Estado brasileiro com os povos indígenas. Os próprios militares fazem menções a momentos dessa relação - Queiroz Campos se refere à Guerra do Paraguai¹⁴⁹, e Costa Cavalcanti, ao Marechal Rondon. Acima de tudo, gostaríamos de reter o quanto, do ponto de vista dos militares, há a reivindicação de uma linha de continuidade histórica, a partir da qual, inclusive, justificavam as políticas do presente.

Não iremos discutir em profundidade a experiência da Comissão Rondon, que guarda inúmeras diferenças com o experimento histórico da Grin. Sylvia Caiuby define o marechal Rondon como “um positivista convicto, homem que tem uma mãe indígena, sua mãe era Bororo, ele falava Bororo, e do lado paterno tem uma ascendência Terena. Ele tem em sua história de vida uma rixa com os missionários salesianos, pois achava que não seria preciso converter os índios, mas seria necessário prepará-los para uma integração na sociedade brasileira através do

¹⁴⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1970.

¹⁴⁸ *idem* *ibidem*.

¹⁴⁹ Repetimos aqui a citação à tese de Freitas, sobre o papel de grupos indígenas na Guerra do Paraguai: “a memória coletiva de vários grupos indígenas atuais remetem para a participação na Guerra do Paraguai, inclusive porque teriam pela ocasião recebido garantias de posse de terra. Passando a vigorar em formas de mitologia própria, vamos encontrar relatos da guerra entre os Terena, Kadiwéu, Fulni-ô, entre outros”. FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Página 80.

trabalho¹⁵⁰”. Ela destaca também o contexto de criação da Comissão Rondon e posteriormente do SPI, no começo do século XX, no qual, diante de conflitos entre indígenas e proprietários de terras, em especial no interior de São Paulo, haviam pessoas, como H. Ihering, então diretor do Museu de São Paulo, que defendiam abertamente o extermínio de indígenas como os Kaingang. Como discutimos no Capítulo 1, Freitas vê na criação do SPI um passo a mais na relação militarista do Estado com os povos indígenas: “sabemos que na tática de aliança com as lideranças indígenas, constava da parte de Rondon presentear aos caciques de cada grupo com um fardamento militar. Desta ação, alimentava a posição das chefias indígenas como ‘capitães’ e em sentido figurado, anexava os agrupamentos como verdadeiras milícias de trabalho”¹⁵¹.

Diferenças à parte, se a Grin não foi a primeira relação militarista do Estado brasileiro com os povos indígenas, tampouco foi a primeira vez que o Estado se utilizaria da imagem dos índios. Como analisa Fernando Tacca: “a importância que Rondon atribuía aos registros imagéticos como forma de convencimento pode ser avaliada pelo relatório que a Comissão encaminhou ao Presidente da República, Artur Bernardes, em 1922. (...) Nesses relatórios, Rondon enfatizava os trabalhos das linhas telegráficas, mas não deixava de mencionar os contatos com os grupos indígenas. Se as autoridades eram persuadidas pelas fotografias, as apresentações dos filmes e os artigos publicados nos principais jornais do país visavam principalmente outro grupo formador de opinião, a elite urbana sedenta de imagens e informações sobre o sertão brasileiro, e Rondon alimentava o espírito nacionalista construindo etnografias de um ponto de vista estratégico¹⁵²”. Fernando Tacca analisa extensamente essa produção em

¹⁵⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=OYf7aYLPfUo> - acessado em 15 de janeiro de 2020.

¹⁵¹ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Página 63.

¹⁵² TACCA, Fernando de. **A imagética da Comissão Rondon: etnografias filmicas estratégicas**. Campinas, SP, Papirus Editora, 2001. Página 17. Importante destacar ainda que Rondon, ao solicitar que o Major Thomas Reis registrasse o ritual funerário Bororo, em 1916, foi responsável por aquele que talvez possa ser entendido como o primeiro documentário etnográfico da História, já que data de 6 anos antes do famoso filme de Flaherty, *Nanook do Norte* - <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=178626> - acessado em 16 de janeiro de 2021

seu belo ensaio, analisando três tipos de representações imagéticas que os militares faziam dos indígenas, cada qual servindo a propósitos diferentes ao longo do tempo: ‘selvagens’, ‘pacificados’ e ‘integrados/civilizados’.

Aqui, gostaríamos apenas de aproximar arbitrariamente duas experiências históricas distintas através daquilo que Tacca define como um “contexto de criação de uma imagem ‘oficial’ do índio brasileiro”. Assim, se é possível questionar os vínculos históricos entre as duas experiências, nos interessa pensar o quanto uma imagem ecoa a outra. Um dos filmes realizados pela Comissão Rondon, presente na compilação posteriormente exibida com o título ‘Ao redor do Brasil¹⁵³’, traz a icônica imagem dos militares vestindo os indígenas, no que era lido à época como um passo no processo de ‘civilização’ destes (imagem 107).



Imagem 107

Impossível não lembrar da imagem presente no rolo 1, na qual Capitão Pinheiro orienta o fardamento dos guardas (imagem 108):

¹⁵³ Ao Redor do Brasil, Major Thomaz Reis, 1932.



Imagens 108

As duas imagens, separadas por quase meio século, se ecoam de forma estranha. Da roupa à farda, é difícil não ver que algo sobrevive, e se acirra, na desde sempre violenta relação entre o Estado e os povos indígenas.

O rolo termina com os guardas marchando (imagens 109, 110, 111 e 112).

Em frente à cúpula militar, eles marcham, em linha reta, sempre em frente. O enquadramento pega primeiro de longe, a grande fila de guardas, depois em contra-plongée - novamente uma certa grandiloquência buscada. Um plano das pernas dos guardas, simétricas. E por fim, na imagem 112, a conjugação, no mesmo plano, da plateia e dos rostos dos guardas em contra-plongée, bem de perto. Duas vezes, no mesmo quadro, um **olhar branco**: os brancos que olham ao fundo, atentos e sorridentes, e a formulação dos rostos dos indígenas fardados como esse 'novo sujeito'. Olhar branco: transformar a experiência da Grin em uma



Imagens 109, 110, 111 e 112

imagem. Transformação que passa por tornar os guardas um objeto genérico. Nessas imagens, é como se percebêssemos apenas a exterioridade confusa de seus corpos, que marcham ritmadamente - há novamente uma bem-sucedida transparência, pouca coisa parece escapar à construção pretendida pelo Estado: os guardas, uniformizados, marcham; os militares, sorridentes, assistem.

Se até aqui a performance orbitou em torno a rituais militares, como o juramento da bandeira, agora chega o momento em que os formandos vão encenar aquilo que aprenderam. Os Grins vão encenar uma série de "procedimentos-padrão" policiais que aprenderam nos três meses de treinamento.

Em primeiro lugar, os cavalos.

Os guardas aparecem montados, cavalgando de um lado a outro, e em dado momento cercam um homem que encena querer fugir. Em seguida, um grupo Krahô encena um enquadro - desce do cavalo, cerca um homem não-indígena, e, enquanto um guarda aponta fixamente um revólver, o outro revista o não-indígena, procurando uma arma. A cena é bem filmada, em um plano único com movimento (imagens 113, 114 e 115). Ao fundo, o público local aplaude (imagem 116).



Imagens 113, 114, 115 e 116

Se até aqui tínhamos a performance dos guardas sempre em sentido mais coletivo, aqui temos individualizada uma certa **corporeidade**. Os guardas atuam de fato como policiais. Podemos contar seis guardas, uma espécie de destacamento, todos Krahô, que atuam fazendo gestos policiais característicos.

Alguns elementos podem ser destacados. Como vimos apontando, há sempre algo que escapa às imagens. Nessa sequência, podemos notar que o guarda Krahô que realiza a revista, ao terminar olha para o outro de canto de olho e leva os braços à cintura, em uma gestualidade nada militar, que aponta, mais uma vez, para a exterioridade daquilo que era performado (imagem 117). Jesco corta o plano

nesse exato instante, desinteressado que estava em registrar as fissuras na imagem militarista que ali se produzia.



Imagem 117

Essa relação entre interioridade e exterioridade merece ser melhor pensada. Viveiros de Castro afirma que “o corpo aparece como o grande diferenciador nas cosmologias amazônicas¹⁵⁴”, completando: “a *Bildung* ameríndia incide sobre o corpo antes que sobre o espírito: não há mudança espiritual que não passe por uma transformação do corpo, por uma redefinição de suas afecções e capacidades¹⁵⁵”. Ele chama a atenção para o papel, na cosmologia ameríndia, da metamorfose¹⁵⁶, que se dá notadamente através do corpo, marcadamente formulado como uma **roupa**: “a noção de metamorfose está diretamente ligada à doutrina das roupas animais (...) *trata-se menos do corpo ser uma roupa do que da roupa ser um corpo* (...) vestir uma roupa-máscara é menos ocultar uma essência humana sob uma aparência animal que ativar os poderes de um corpo outro¹⁵⁷”. Assim, cabe refletir sobre os efeitos dessa roupa-corpo nos indígenas que fizeram parte desse estranho experimento histórico, ou melhor, dos ‘poderes do corpo outro’, esse outro militar, que são ativados a partir das fardas - literalmente, a **roupa militar** com a qual foram vestidos.

Dona Nedina, ex-esposa de um dos guardas, narra assim o retorno deles à aldeia (as perguntas são de nossa equipe)¹⁵⁸:

“quando eles voltaram, ninguém reconhecia eles. Quando eles chegaram com a farda.

- o pessoal tava muito diferente quando desceu do avião?

Chegou muito diferente

- como eles tinham mudado?

¹⁵⁴ CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**, in: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo. Cosacnaify. 2002. Página 387.

¹⁵⁵ idemibidem

¹⁵⁶ “se o solipsismo é o fantasma que ameaça perenemente nossa cosmologia - traduzindo o medo de não nos reconhecermos em nossos semelhantes, por eles na verdade não o serem, dada a singularidade potencialmente absoluta dos espíritos -, a possibilidade de metamorfose exprime o temor oposto, o de não se poder mais diferenciar o humano do animal, e, sobretudo, o temor de se ver a alma humana que insiste sobre o corpo animal que se come”, idemibidem, página 391.

¹⁵⁷ idemibidem. Página 393.

¹⁵⁸ depoimento dado em português e aqui transcrito literalmente.

Mudou, porque eles chegaram com outra roupa. Porque a gente não conhecia a roupa. Eles chegaram, parece que tudo gordo assim, tudo grandão. Ai a gente ficou com medo.”

As pesquisas que refletem sobre a atuação da Grin nas próprias comunidades registram denúncias de violações e violências perpetradas por alguns guardas, noticiadas em jornais. Conforme Freitas: "Tais atos de violência, arbitrariedade e insubordinação eram localizados na GRIN do Bananal. São citados casos de tortura de índios e não-índios, havendo até acusações de prática de abusos sexuais por parte dos guardas. Estes teriam se transformado em uma ‘plutocracia’, pagando a outros índios para pescar e trabalhar para si. Elementos desagregadores desrespeitavam a autoridade dos chefes e a hierarquia da própria tradição¹⁵⁹.”

Foge ao escopo de nossa pesquisa fazer uma análise detalhada das contradições da atuação dos guardas em suas próprias comunidades. Mas gostaríamos de reter a ideia de uma **tensão** latente, uma **contaminação possível** entre os indígenas e as roupas-fardas que trajavam.

Repetimos aqui a formulação lapidar de Manoel Sunken, já referida no Capítulo 1: “*Diz que depois de jurado a bandeira do Brasil, tem que prender qualquer um, né?! Pode ser irmão... se tá errado, não pode.... Pode ser amigo, né, tem que... [prender]*”.

Antonio Cavalcanti Txo-kan Krahô nos narrou o trágico evento de quando ele, fazendo parte da Grin, foi fazer uma brincadeira com um sobrinho utilizando sua arma e, sem saber que estava carregada, acabou por matá-lo. A tragédia marcou não apenas Txo-kan e sua família, mas toda a comunidade Krahô, uma vez que pouco tempo depois do acontecido, a Grin começou a ser descontinuada. Até hoje, quando, no presente, voltamos às aldeias buscando informações sobre este tempo, vários dos ex-guardas culpam Txo-kan por terem ‘perdido seu emprego’,

¹⁵⁹ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **A Guarda Rural Indígena - GRIN. Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

pensando que este evento singular teria sido o causador do fim da Grin¹⁶⁰. Gostaríamos de sublinhar como, em seu relato, Txo-kan destaca a farda como um elemento com agência na tragédia ocorrida.

Ele descreve, primeiro, que tinha levado a arma para casa, para engraxar, pensando que não tinha bala no tambor. Seu sobrinho estava nos fundos de sua casa, estudando. Diz Txo-kan:

*“eu pensava que a arma não tinha bala.
Com a brincadeira, eu matei meu sobrinho.
Matei meu próprio... **com a farda.**
Entenderam?
Agora tá sabendo né?
Todo mundo tá sabendo né?
Então...
Botaram eu como castigo, ia ser preso...
De lá mesmo tirei a minha farda e entreguei.
Me trouxeram aqui no posto. Depois, até Goiânia. De lá eu contei toda a verdade.
Aí eu voltei. Passei mais um mês aqui. Aí eu voltei pra aldeia.¹⁶¹”*

Na narrativa de Txo-kan, parece ser a farda, mais do que a arma, a causadora da violência. Seu primeiro gesto, ao ser preso, foi justamente se despir da roupa-outro e sua violência inerente, para assim, despido, poder voltar para a aldeia. A **contaminação possível**, que queremos aqui destacar, parece, ao próprio Txo-kan, bastante evidente.

Em nossa última conversa, Txo-kan terminou seu relato com uma reflexão em torno, novamente, das roupas: *“Hoje, eu conto pra vocês porque eu sou índio. Eu sou dono da terra, nasci.. nasci pelado da mãe... hoje eu tô respeitando vocês, mas quando eu tô sozinho, eu tiro [a roupa]... meu pensamento é assim¹⁶².”*

Por fim, há um fora de quadro aqui que cabe refletir, e que toca em um elemento nevrálgico dos equívocos que geram e são gerados pela Grin. Há aqui

¹⁶⁰ Este depoimento pode ser visto na íntegra em *A Flecha e a Farda*, bem como a forma como ainda hoje ressoa na aldeia.

¹⁶¹ depoimento dado em português, aqui transcrito de forma literal.

¹⁶² idemibidem.



Imagem 115

uma relação contraditória entre identidade e diferença. Assim, a imagem acima, onde vemos um guarda indígena apontando uma arma para um branco sendo revistado, é pacífica a um olhar militar pela sensação de identidade - um indígena que neste momento atua e gestualiza exatamente como um policial. Porém, a mesma imagem carrega seu próprio negativo, que não parece ter sido **visível** aos militares na ocasião: há um **perigo**, um risco também no que é performado ali. Temos, afinal, um grupo indígena organizado, militarizado, que empunha uma arma diante de um branco. Para um governo tão paranóico, um ano depois da promulgação do AI-5, com qualquer formulação que toque na palavra 'subversão', não deixa de chamar a atenção o fora de campo dessa imagem, uma certa latência de uma **autonomia militarizada** que a própria imagem, em chave reversa, parece sugerir.

Como narrou Alcides Krahô à nossa pesquisa, falando de um conflito de terra com fazendeiros do entorno:

“Depois nós fomos fiscalizar o território. Eu e outros guardas fomos pro rumo da casa de um fazendeiro que tava dentro da nossa área, o Olvídio. Nós levamos o ofício para ele desocupar nossa terra e entregamos pra ele, ele ficou só olhando. Ele não gostou, não. “Eu não vou sair daqui não. Isso aqui já foi registrado, eu não saio daqui não.” Nós falamos pra ele que, se ele não cumprisse e passasse do prazo de sair, não ia ficar bom pra ele não. Hikjêhtiyç falou pra nós: “vamos pra cima dele. Ele sabe, se ele atacar a gente, nós vamos revidar”. Enquanto conversávamos, o gado passou, e a gente atirou numa vaca na frente dele. Depois que atiramos, outros que estavam com a gente já foram tirando o couro e separando a carne, e o dono ficou só olhando. “Vocês mataram o gado, né?! Tá

bom. Eu vou desocupar a terra. Não quero brigar por causa de terra, a terra é de vocês. A terra é de vocês, eu que tô errado¹⁶³”.



Imagens 118, 119, 120 e 121

Em seguida temos um curto momento no qual os guardas novamente galopam para ‘capturar’ um homem que encena uma fuga. A sequência tem um quê teatral. Como podemos no sorriso do cinegrafista (imagem 120), há uma pantomima coletiva, visível no cooper preguiçoso que o ‘fugitivo’ perfaz depois de ter sido capturado (imagem 119) e nas palmas da população que assistia (imagem 121), que descreve bem o clima geral no qual a cerimônia se passava. Independente da violência do gesto de fardar os indígenas, o clima geral da cerimônia parece ter sido, ao menos para os não-indígenas, de leveza e descontração. E é sob este clima que temos um dos trechos mais fortes de nosso material de arquivo, e aquele que talvez revele melhor as contradições que

¹⁶³ depoimento dado na língua e traduzido depois por Joel Krahô.

rondavam aquela cerimônia. É, também, este trecho que deu a nosso material uma imediata relevância pública a partir de sua reemergência.

Uma fila de guardas encena trazer, em duplas, cada qual um não-indígena que está detido. De dois em dois, ou até sozinhos, eles puxam pelo braço os cativos. Atravessam o pátio inteiro nessa formação. No meio da fila, diante dos olhares sorridentes da plateia local, dois Grins atravessam o batalhão policial carregando um homem preso a um pau-de-arara (imagens 122 e 123). Ao fundo, as pessoas aplaudem. Olhando bem, podemos ver que atrás do cortejo há algumas crianças, que aplaudem a estranha procissão.



Imagem 122



Imagem 123

O pau-de-arara, um dos principais elementos de tortura utilizados pelos militares durante a ditadura, sempre teve sua existência negada pelo regime. A formatura da Grin se deu em fevereiro de 1970, período no qual a tortura começava a se institucionalizar dentro dos quartéis. A OBAN teve início em julho de 69¹⁶⁴. Elio Gaspari descreve como, no dia 8 de outubro de 1969, os militares “escreveram uma triste página da história da corporação”, ao terem organizado uma aula pública de tortura: “Os presos eram dez. Entre eles, seis rapazes do Colina. Foram tirados das celas, postos em fila e escoltados até um salão. No caminho, ouviram uma piada de um cabo: ‘são esses os astros do show?’”. A

¹⁶⁴ GASPARI, Elio. **As ilusões armadas - volume 2: a ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Página 63.

plateia, sentada em torno de mesas, chegava perto de cem pessoas. Eram oficiais e sargentos, tanto do Exército quanto da Marinha e Aeronáutica. Numa das extremidades do salão havia uma espécie de palco, e nele o ‘tenente Ailton’ presidia a sessão com um microfone e um retroprojeto: ‘agora vamos dar a vocês uma demonstração do que se faz clandestinamente no país’¹⁶⁵”. O jornalista continua seu relato: “no pau-de-arara penduraram Zezinho, que estava na PE por conta de crimes militares. Ailton explicou, enquanto os soldados demonstravam, que essa modalidade de tortura ganhava eficácia quando associada a golpes de palmatória ou aplicações de choques elétricos, cuja intensidade aumenta se a pessoa está molhada”¹⁶⁶.

Este era, portanto, o clima dentro das Forças Armadas quando da formatura que ora analisamos. Como vemos, o pau-de-arara ocupava papel central nas torturas praticadas nos quartéis. Esta imagem possui importância histórica inegável por constituir verdadeira **prova** de que técnicas de tortura eram ensinadas de forma naturalizada em batalhões de polícia pelo país afora. Em a formação da Grin se tratando de um curso rápido (o treinamento durou três meses), cujos alunos tinham tido pouquíssimo contato com o mundo branco antes do treinamento, a execução, pelos próprios indígenas, do método de tortura diante de todos é uma verdadeira prova daquilo que diversas acusações de presos políticos já evidenciavam: para o Estado ditatorial, a tortura era em verdade a regra, uma tecnologia ensinada de forma banal a policiais e membros das Forças Armadas no país afora. Esta imagem, portanto, tem importância pública por ser a única representação oficial da tortura de todo o período militar, um atestado da existência daquilo que era negado pelo regime.

Mas como é possível que em uma cerimônia tão ensaiada, tão controlada, seja reproduzida, aos olhos de toda a população, em desfile aberto, aquilo que os militares a todo custo escondiam? Aguiar e Lissovsky, em belo ensaio, se fazem a

¹⁶⁵ GASPARI, Elio. **As ilusões armadas - volume 1: a ditadura envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Página 363.

¹⁶⁶ Idemibidem, página 364.

mesma pergunta: "durante a vigência da ditadura, a tortura não teve nenhum amparo jurídico - ao contrário da censura ou da incomunicabilidade do preso. A prática da tortura nunca foi assumida – e menos ainda publicamente exaltada. Como é possível que, em 1970, no auge da repressão, um desfile desta natureza tenha sido possível?¹⁶⁷". Novamente, se faz presente a dimensão que já trabalhamos do **recalque**, aludida em nossa Introdução. Bernardo Kuscinski fala em uma “extensa e insuspeita muralha de silêncio¹⁶⁸” que cercava os violentos atos para-legais que aconteciam nos porões da ditadura, em especial em relação aos desaparecidos políticos - muralha que aliás permanece erguida, como atesta o fato de os desaparecidos políticos ainda não terem sido encontrados, e os arquivos secretos da ditadura não terem sido abertos. Como afirma Lucas Figueiredo: “quando o assunto eram os arquivos secretos da ditadura, os militares em nada tinham mudado em 27 anos de redemocratização. Sob o governo Dilma, as Forças Armadas agiam como nos tempos de Sarney. E o Poder Civil, por sua vez, permanecia indiferente¹⁶⁹”.

Elio Gaspari reflete sobre a dualidade de a tortura ser ao mesmo tempo permitida e organizada pelo Governo Central, e publicamente negada: “a ambiguidade obriga o governo a manter ao mesmo tempo uma situação mentirosa e um mundo clandestino (...) a negação da tortura pela retórica do regime catapulta a ‘tigrada’ da condição de infratora à de intocável. Quando ela mostra que pode fazer algo que o governo nega e condena, não se pode mais saber por onde passa a linha que separa o que lhe é permitido daquilo que lhe é proibido. O porão ganha o privilégio de uma legitimidade excepcional. A mentira oficial é o reverso da covardia da tortura. Através dela os hierarcas sinalizam um medo de assumir a responsabilidade por atos que apoiam e recompensam¹⁷⁰”. Não é

¹⁶⁷ AGUIAR, Ana; LISSOVSKY, Mauricio. **Monumentos à deriva**, in: ARAUJO, Denize Correa, MORETTIN, Eduardo Victorio e REIA-BATISTA, Vitor. **Ditaduras Revisitadas - cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Faro, Portugal, CIAC, Universidade do Algarve, 2016.

¹⁶⁸ KUCINSKI, Bernardo. **K – Relato de uma Busca**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo, Companhia da Letras, 2015. Página 111

¹⁷⁰ GASPARI, Elio. **As ilusões armadas - Volume 2: a ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Página 25.

escusado dizer que essa posição, de criminosos como intocáveis, está no coração daquilo da ditadura que sobrevive na democracia, em sua sempre reatualizada incapacidade de punir agentes de segurança envolvidos em ilegalidades e ações brutais, e que reaparece, como todo recalque acaba por reaparecer, nas declarações de nosso atual presidente em favor de um dos principais torturadores da ditadura, dedicando seu voto quando do impeachment de Dilma Rousseff ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Esse mesmo recalque se observa nas falas dos próprios torturadores no período democrático, incomodados de terem sido ‘abandonados’ pela cúpula militar depois do fim do AI-5: “a zanga da ‘tigrada’ pode ser ouvida no depoimento do ex-tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo, que torturou presos de 1968 a 1971 nos porões do 12o RI, em Belo Horizonte: ‘as altas autoridades do país foram as primeiras a tirar o seu da reta (...) todos os agentes do governo que escreveram sobre a época do regime militar foram muito comedidos. Farisaicos, até. Não sabiam de nada, eram santos, achavam a tortura um absurdo. Quem assinou o AI-5? Não fui eu. Ao suspender-se garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões’. Ou mesmo no depoimento de Ustra à Comissão da Verdade, em maio de 2013: ‘quem deveria estar sentado aqui é o Exército Brasileiro, não eu’¹⁷¹”.

Gaspari faz em seu livro extensa análise de como essa dupla linguagem, de negação pública e autorização privada à tortura, corrói por dentro o aparelho de Estado. Aqui, gostaríamos de reter essa noção de **recalque**, que nos parece aplicável ao dia da formatura, uma vez que operava em ato essa dupla lógica, uma visível outra recalçada: ao mesmo tempo a produção de uma imagem propagandística, e o ensino de práticas de tortura por parte dos militares. Assim, nos parece que a aparição pública da imagem recalçada do pau-de-arara se trata de verdadeiro **ato-falho**. Numa performance destinada a produzir uma imagem positiva da relação do regime com os povos indígenas, os militares acabam por revelar a brutalidade verdadeira do momento histórico que o país atravessava.

¹⁷¹ GASPARI, Elio. **As ilusões armadas - Volume 2: a ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Página 26.

Aguiar e Lissovsky respondem sua própria pergunta: “Os índios são, nos marcos dos estatutos legais que os protegem, inimputáveis. Isto é, só podem ser julgados por um tribunal comum se for provada sua condição de completo aculturamento. Por mais confiança que tivessem os militares em seu poder e na proteção de seus superiores hierárquicos, sua condição de cidadãos civilizados não lhes concedia imunidade legal. A segunda dimensão alegórica deste cortejo se torna então inteligível. Tratava-se de uma quinta-feira, antevéspera do Carnaval. Ostentada pelos braços inimputáveis dos índios brasileiros, os militares desfilavam sua própria impunidade¹⁷²”. Seu argumento é concordante com uma dimensão que surgiu durante nossa pesquisa: com todos os guardas indígenas que conversamos, mostramos essas imagens e perguntamos o que havia sido ensinado. Todos deram respostas parecidas, de que era para levar o preso de um lado a outro. Durante as exposições coletivas que realizamos em duas aldeias, este momento, para nós o mais pesado do material, era objeto de risadas dos espectadores indígenas, em especial dos jovens. Tais reações parecem apontar para o fato de que, nas comunidades visitadas, o pau-de-arara como método de tortura permanece desconhecido - o que eles viam, portanto, era apenas dois indígenas carregando um terceiro, e eles riam, sem peso, do fato de o terceiro elemento da cena ter se dado mal e estar amarrado. Assim, talvez possamos dizer que a técnica de tortura foi **ensinada mas não aprendida** pelos guardas indígenas. Eles efetuam em cena o **gesto** - carregam o preso no pau-de-arara. Mas, ao que tudo indica, não o incorporaram, não aprenderam a tecnologia da tortura, nem a perversão específica de torturar um corpo alheio para obter dele informações ocultas. No conjunto de denúncias de violências em torno da Grin a que tivemos acesso ao longo de nossa pesquisa, não há menção à utilização de tecnologias de tortura por parte dos guardas indígenas. Ao contrário, como consta na Ação Penal Reformatório Krenak, produzida pelo Ministério Público Federal em 2015 com denúncias de violência por parte do Estado e de Capitão Pinheiro em relação à Grin e ao Reformatório Krenak, os indígenas foram, no Reformatório, vitimados por este instrumento: “Manelão

¹⁷² AGUIAR, Ana; LISSOVSKY, Mauricio. **Monumentos à deriva**, in: ARAUJO, Denize Correa, MORETTIN, Eduardo Victorio e REIA-BATISTA, Vitor. **Ditaduras Revisitadas - cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Faro, Portugal, CIAC, Universidade do Algarve, 2016

Pankararu assim descreve o presídio: ‘era uma cadeia grande. Tinha muitas celas, e cada cela tinha 4 camas. Era igual hospital’. Havia uma cela que ele chamou de ‘cubículo’, que era onde eles pegavam os índios e ‘metiam o cacete’; era possível ouvir os índios gritando. ‘Era ali que o índio tomava couro’. Havia um pau-de-arara, ‘igual cadeia’; no cubículo havia um pau-de-arara e também o ‘cachorro quente’, que era um aparelho que ficava jogando água do teto o tempo inteiro e o índio ficava dois dias numa cela molhada. Lembra de índios que iam para o pau-de-arara e ‘cachorro quente’ por qualquer motivo, sempre que ‘fazia alguma coisa errada’¹⁷³’.



Restaria então perguntar: se o pau-de-arara não era de fato um instrumento a ser utilizado, por que então foi desfilado daquela maneira? Esta imagem parece carregar o núcleo do que chamamos até aqui de **fetichismo** - uma imagem que não tinha uso para os indígenas que a performaram, mas que parece satisfazer a algo do olhar daquela plateia. Talvez não apenas a própria impunidade, como destacado por Aguiar e Lissovsky, mas o ápice da relação ambígua entre identidade e diferença - uma tentativa de incluir os indígenas, ápices da diferença, na **identidade do crime histórico cometido** - eles agora são iguais a nós, fazem o que fazemos, torturam como torturamos. Talvez aqui possamos ver por inteiro, num átimo, o coração perverso da imagem da Grin, tal qual pretendida por aqueles que a desenharam: tornar os indígenas iguais aos militares, incluí-los no horror

¹⁷³ Ministério Público Federal. 2015. Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, no 64483-95.2015.4.01.3800 de 10.12.15. Disponível em: <https://goo.gl/8qxWm4>. Último acesso: 29.01.2021.

histórico da tortura. **Ainda indígenas e já torturadores**, condenados portanto ao mesmo inferno que os poderosos que os assistem sorridentes escondem que se sabem condenados. Se já destacamos o uso para os militares da criação de uma imagem na qual estaria implícito o caráter violento da relação do Estado com os povos indígenas mas seriam os próprios indígenas os responsáveis por essa violência, a imagem dos Grins carregando o pau-de-arara é a epítome dessa tentativa: agora seriam os próprios indígenas os responsáveis pela tortura de que em verdade são vítimas. Em um ato-falho narcisista, os militares, na tentativa de reduzir o outro a uma imagem de si mesmos, parecem ter revelado sobre si aquilo que era recalcado no discurso público.

Como já observamos, do ponto de vista dos indígenas tal pretensão não passou, justamente, de uma imagem.



Imagem 124

Este elemento específico talvez fale também sobre o desaparecimento dessas imagens, uma vez que estavam guardadas sob o nome ‘Arara’, que só pode ser uma menção a este momento específico, posto que a etnia Arara não fez parte da Grin. Apesar de vermos tantos cinegrafistas presentes no evento, não conhecemos nenhuma outra imagem em movimento que sobreviveu até os dias de hoje, nem nenhuma fotografia dessa estranha procissão. Teriam os militares percebido posteriormente que o desfile macabro aqui referido era uma prova daquilo que tanto escondiam? Teriam eles destruído qualquer material que dissesse respeito à Grin, de forma que essas imagens só teriam sobrevivido por conta do ambíguo nome ‘Arara’? Teria Jesco, que, como dissemos, tinha uma relação ambígua com o poder, tido a astúcia de renomear seu material como forma de protegê-lo? Não sabemos, não conseguimos responder a tais questões. Podemos apenas escrevê-las aqui na página branca, e escutá-las ressoando, sem resposta, tanto tempo depois.

Impassível, a cerimônia continua.

Vemos os guardas performarem, sob colchões, uma espécie de judô (imagens 125 e 126). Sob o olhar de um homem branco vestindo um improvável kimono, eles praticam gestos típicos de judô em uma chave algo cômica. No chão, eles riem (imagem 126). Há, nessa performatividade, um quê de jogo bastante evidente. A repetição mecânica dos gestos dá a sensação de brincadeira. Há na corporalidade dos guardas uma certa externalidade em relação aos gestos corporais

Imagem 125



Imagem 126



que efetuam - daí, inclusive, o humor. A relação a que vimos aludindo, a tensão entre exterioridade e interioridade, entre corpo e roupa, aqui parece estar diluída na forma como os guardas se divertem apesar da roupa militar - como repetem um gesto ensinado, aprendido como exterioridade, uma luta sem sentido prático que é performada como aparência. Uma gestualidade pura, a graça de copiar algo que não lhes diz respeito. Ao fundo, os brancos aplaudem, acreditando na exterioridade da imagem construída para estes mesmos olhos.

O riso é um dos elementos que os militares buscavam combater na forma como os indígenas lidavam com a ‘roupa militar’. Retomamos a formulação de Valdir Xerente sobre o que Capitão Pinheiro disse logo antes de eles ‘entrarem em cena’:

“Ele falou pra nós desse jeito. (...) ‘Não pode nem rir, não pode nem errar. Deixa esse povo olhar. Vocês vão olhar só pro que o comandante tá mandando. Se apresentar as armas, quando tá hasteando a bandeira, não vai olhar pras pessoas. Tem muita gente que vai gritar, mas vocês não olham. Se vocês olharem, vocês erram’”.

Dona Nedina faz relato semelhante do que seu pai, cacique da aldeia, disse aos guardas, buscando sustentar a autoridade militar de que estavam imbuídos:

“Ele falou pro grupo assim: ‘vocês não vão rir pra ninguém. Se vocês andarem brincando aí, vão ficar sem valor’. E acompanhou o conselho do meu pai. Eles conversavam tudo sério, não riam não. Não brincavam com ninguém.”

Els Lagrou reflete sobre o significado do riso entre os Kaxinawa: “É de Lévi-Strauss (1991, p. 110-32), nas Mitológicas, a primeira reflexão sistemática sobre o tema entre os ameríndios. O autor mostra como a gargalhada é associada ao excesso de abertura, que pode ser perigoso para a pessoa que ri. A abertura de um dos orifícios do corpo pode corresponder estruturalmente a de outros.¹⁷⁴”. Já

¹⁷⁴ LAGROU, Els. **Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances Kaxinawa**. São Paulo, Revista de Antropologia, Volume 49. 2006.

Pierre Clastres, analisando o papel do ridículo em alguns mitos ameríndios, vê no riso “uma paixão dos índios, a obsessão secreta de rir daquilo que se teme.¹⁷⁵”

Localizado em algum ponto entre uma **abertura perigosa** e uma **estratégia contra o temido**, o riso era combatido pelos militares, por entenderem ser avesso àquilo que queriam ensinar. Talvez neste caso tivessem os militares razão: é possível que o riso fosse uma das ‘estratégias murtosas de resistência’ que buscamos aqui enxergar, em tudo avesso à cerimonização que se espraiava naquela tarde de fevereiro.



Imagem 127

Começa então um novo rolo.

Vemos uma nova etapa da brincadeira: primeiro crianças brancas, todas trajando kimonos e vestimentas de judô, praticam gestos clássicos da luta japonesa (imagens 128 e 129). Em sequência, vemos os guardas indígenas, no mesmo local, praticando gestos parecidos mas de forma desordenada (imagens 130 e 131). Importante notar que entre as duas imagens há um corte feito ‘no gatilho’ de forma muito precisa, quase não há sobras de material bruto do plano das crianças fazendo a cambalhota para a mesma imagem performada pelos indígenas - novamente, um índice da precisão de nosso cinegrafista.

¹⁷⁵ CLASTRES, Pierre. **De que riem os índios?** in: **A sociedade contra o Estado**. São Paulo, Cosacnaify, 2003. Página 163.



Imagens 128 e 129

A associação entre crianças e indígenas possui forte carga semântica. A imagem de crianças pequenas performando gestos 'de adultos' possui uma atração a partir de um estranhamento - as crianças estão fazendo algo que lhes é anti-natural, que atesta um deslocamento de seu lugar de origem; elas são protótipos dos adultos que um dia serão. O corte dessa imagem para os indígenas no mesmo gesto busca construir efeito semelhante - os indígenas seriam também crianças, repetindo gestos que lhes seriam estranhos. Há na imagem 'ingênua' da cambalhota uma promessa de que ambos, crianças e indígenas, um dia serão efetivamente a imagem desestranhada - adulta - do que hoje performam com estranhamento. Mas enquanto as crianças se 'adultizarão' com o tempo, ao crescerem, os indígenas se 'adultizariam' com o processo de integração e de militarização que a Grin promove. Assim, a violência daquilo que destrói comunidades inteiras (a integração e a aculturação) é o ponto de fuga da imagem supostamente bonita e alegre dos indígenas fazendo cambalhotas 'como crianças'.



Imagens 130 e 131

Didi-Huberman analisa o filme de Harun Farocki, *Respite*, no qual vemos imagens do campo de Westerbork produzidas com fins publicitários. Nas imagens,

vemos uma jovem sorrindo. "Não basta apenas dizer que o saber histórico 'critica' ou relativiza o sorriso dessa jovem ou a serenidade desses trabalhadores; é preciso dizer também que esse sorriso mesmo e essa serenidade acrescentam ao saber histórico do extermínio uma indicação necessária sobre a eficácia da mentira nazista e sua imensa crueldade¹⁷⁶", afirma o autor. No nosso caso, de forma paralela, é preciso conseguir **ler** o gesto publicitário dentro de uma relação entre Estado brasileiro e povos indígenas permeada por atrocidades das mais variadas, por uma dizimação continuada. É preciso, portanto, entender o gesto supostamente positivo de atribuir aos indígenas as características infantis que o corte em questão atribui como uma parte do mesmo processo violento de extermínio - acrescentar esta imagem 'positiva' ao saber histórico do violento processo em curso. Como afirma o autor, "é preciso saber aquilo que vemos, mas é preciso também saber ver o que se sabe¹⁷⁷".

Imagens 132, 133 e 134



O último rolo começa com novos jogos físicos. Primeiro, curtas imagens do que parecem ser lições sobre como desarmar oponentes com faca ou paus, que não parecem ter atraído tanto a atenção do cinegrafista, talvez pela semelhança com o que já foi filmado, ou por não serem os Krahô e seus cabelos compridos aqui em cena.

Em seguida, vemos os guardas performarem, de dois em dois, gestos de luta, um tentando derrubar o outro. Primeiro com o uniforme inteiro, depois

¹⁷⁶ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido - o olho da história II**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2018. Página 128.

¹⁷⁷ idemibidem.

despidos da parte de cima, eles praticam esse misto de brincadeira e luta (imagens 135, 136, 137 e 138). Embora assistidos pelo instrutor branco, a luta se difere do judô em muitos sentidos, e parece guardar semelhanças com práticas indígenas de lutas corporais, como o Huka Huka no Alto Xingu ou o Idjassú entre os Karajá¹⁷⁸ (etnia presente na Guarda). Há portanto um aspecto híbrido, nessa luta que é branca e é também indígena. Como se a montagem proposta, do judô à luta indígena, desse a ver a tentativa de criação discursiva de um fundo militar à tradição indígena.



Imagens 135, 136, 137 e 138

A filmagem, no entanto, se deixa levar pelos gestos rituais, como que atraída. A imagem é bonita, e os guardas parecem verdadeiramente se divertir. Há algo aqui que escapa à militarização sugerida pela ordenação do evento, e se deixa

¹⁷⁸ https://web.archive.org/web/20130804191017/http://www.funai.gov.br/indios/jogos/foto_principal/luta_corporal.htm# - acessado em 15 de janeiro de 2021.

ver nos gestos corporais da luta, na forma como os indígenas riem, na inteireza como se divertem.

Jesco abaixa a câmera, em TILT, para os pés dos guardas, na busca de mais um enquadramento icônico e militarista. Mas neste momento os guardas vão ao chão, de forma que a câmera registra em close o sorriso divertido com que se abraçam, na brincadeira ritual. Apesar da tentativa de Jesco, o que sobressai é mesmo a beleza dos movimentos, e a graça do sorriso (imagens 139 e 140).



Imagens 139 e 140

Em seguida, e por fim, assistimos a um material também híbrido.

Os guardas Krahô fazem o que parece ser uma dança (imagens 141, 142, 143 e 144). Trazendo nas pernas um instrumento musical que parece ser um Txĩ, instrumento tradicional krahô, os guardas marcham e cantam ao mesmo tempo.

Imagens 141 e 142





Imagens 143 e 144

Enquanto um deles, munido do tradicional maracá, coordena a cena, os outros batem o pé ritmadamente, concentrados na própria música.

Novamente, temos uma subordinação semântica dada por uma **montagem**, no caso, a montagem do evento: a dança ritual Krahô, com sua musicalidade, sua historicidade e suas características próprias, parece ser aqui enxergada pelos brancos como uma variação da marcha militar que os guardas brancos encenam. Da plateia, os militares aplaudem e riem com entusiasmo (imagem 145). Os guardas, no entanto, estão afeitos à própria dança (imagem 146). **Equívocos** à parte, é possível ler a descrição acima invertida, como uma apropriação: não a dança se encaixando na temporalidade militar, mas o militarismo recém-aprendido se encaixando na temporalidade ritual.

A oposição entre as imagens 145 e 146 parece guardar o coração das contradições da Grin. Da plateia, os militares sorriem, satisfeitos. Para eles, a imagem que viam era de sucesso; menos, nos parece, em relação ao que concretamente poderia significar a criação de uma guarda indígena para policiar as aldeias, e mais à organização, **tornada imagem**, dos elementos que faziam dos indígenas uma imagem dos militares.

Os guardas, por sua vez, estão dispostos em círculo, **voltados à si**. No exato momento em que estão performando aquilo da cerimônia que lhes é mais

próprio - a música, eles se voltam a si, em um círculo fechado, dispostos concentricamente tal como as casas em suas aldeias¹⁷⁹, dando por um momento as costas ao que lhes é externo.



Imagem 145



Imagem 146

Talvez essa imagem (146) seja a que melhor concretize a **tensão** a que vimos nos referindo. Já aludimos à formulação de Viveiros de Castro sobre a roupa como um corpo, que fala não apenas sobre os poderes da farda que eles vestiam, mas sobre o papel devotado à relação com a alteridade pelos povos ameríndios. Como escreve James Clifford, refletindo sobre narrativas de contato entre povos ameríndios e colonizadores, "as narrativas de contato e mudança cultural têm sido estruturadas por uma dicotomia onipresente: absorção pelo outro ou resistência ao outro [...] Mas, e se a identidade for concebida não como uma fronteira a ser defendida, e sim como um nexo de relações e transações no qual o sujeito está ativamente comprometido? A narrativa ou narrativas da interação devem, nesse caso, tornar-se mais complexas, menos lineares e teleológicas. O que muda quando

¹⁷⁹ “Os Krahô, como os demais povos Jê, também concebem seu universo demarcado de forma dualística. Essa cosmovisão tem sua representação empírica na planta da aldeia, que possui uma disposição circular com as casas (esfera privada) dispostas em torno do pátio (esfera pública e cerimonial). Isso confere uma visão de mundo concêntrica de forma que as referências à identidade Krahô estão diretamente ligadas às atividades da aldeia (e que é característico da maioria dos povos Jê, especialmente dos Timbira), com prevalência cerimonial do pátio, enquanto que a alteridade remete-se para as esferas que se afastam desse ponto central dado pelo pátio e pela aldeia.”, in: GIRALDIN, Odair, “**Os jovens não querem escutar, eles só querem ler**” - a escola para os Krahô. Revista Eletrônica Nanduty, PPGAnt, UFGD.

o sujeito da 'história' não é mais ocidental? Como se apresentam as narrativas de contato, resistência ou assimilação do ponto de vista de grupos para os quais é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado?¹⁸⁰”

De forma semelhante, talvez possamos retomar a comparação com o filme de Jean Rouch, *Os Mestres Loucos*, refletindo se no filme francês não estaríamos diante, mais do que de formas de apropriação do ritual do opressor pelo oprimido, da performance do encontro com uma alteridade, ou melhor, da própria abertura a esse encontro. Se assim for, o ritual filmado não se proporia somente a performar o, por assim, dizer, 'inimigo', mas a performar uma **relação** com os colonizadores (violenta, à altura inevitável), à qual os Haouka souberam conferir um valor de si mesmos.

Viveiros de Castro formula que "se europeus desejaram os índios porque viram neles, ou animais úteis, ou homens europeus e cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la. Foram então talvez os ameríndios, e não os europeus, que tiveram a 'visão do paraíso' no desencontro americano. Para os primeiros, não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente sob o modo virtual), transformar a própria identidade¹⁸¹.”

“Para saber, é preciso imaginar-se”, repetimos uma última vez. Podemos apenas imaginar o que significou para os indígenas essa cerimônia, trajando as roupas-corpo dos donos do poder, aturdidos pela zoadá militarista da banda militar, cercados pelos olhares brancos da cúpula de um regime tão bárbaro quanto

¹⁸⁰ CLIFFORD, James. *The predicament of culture: twentieth century ethnography, literature, and art*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1988, in: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**, in: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosacnaify, 2002. Página 196.

¹⁸¹ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**, in: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosacnaify, 2002. Página 206.

ignorante. No momento final de sua performance, cercados pelos militares enquanto fazem no batalhão o ritual que lhes é próprio e tão caro, os Krahô se olhavam, voltados à si, como se tentassem reter algo de si mesmos no **perigoso** encontro com o outro que lhes foi imposto pela estranha aventura da instalação de uma Guarda Rural Indígena.

Viveiros de Castro termina seu belo ensaio refletindo sobre as narrativas ameríndias de encontros sobrenaturais, que narram encontros “entre um humano - sempre sozinho - e um ser que, visto primeiramente como um animal ou uma pessoa, revela-se como um espírito ou um morto, e *fala* com o homem. (...) a forma canônica desses encontros sobrenaturais consiste, então, na intuição súbita de que o outro é humano, entenda-se, que *ele* é o humano, o que desumaniza e aliena automaticamente o interlocutor, transformando-o em presa - em animal. E este, enfim, seria o verdadeiro significado da inquietação ameríndia sobre o que se esconde sob as aparências. As aparências enganam porque nunca se pode estar certo sobre qual é o ponto de vista dominante, isto é, **que mundo está em vigor quando se interage com outrem**. Tudo é perigoso, sobretudo quando tudo é gente, e talvez nós não sejamos¹⁸²”.

Se retomarmos o ofício trazido por Egon Dionísio Heck, que falava que armados com metralhadoras os Grins poderiam se tornar **ainda mais perigosos**¹⁸³, podemos apenas imaginar o quanto o verdadeiro **perigo** do que se passava se dava para os indígenas. No ápice da ditadura militar, levados a um treinamento apressado, violento e equivocado, fardados e armados por um grupo de militares, desfilando para a cúpula do Regime, podemos apenas imaginar a disputa de mundos em vigor que operava em ato, no ensolarado batalhão da polícia militar. Concentrados, em círculo, no final de sua performance, os guardas Krahô se voltavam a si, buscando talvez algo reter - havia algo em suspenso, algo sendo mantido, coletivamente, por aqueles que foram obrigados a performar em si a imagem do outro que os brancos queriam ver desfilada.

¹⁸² CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**, in: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo. Cosacnaify. 2002. Página 397.

¹⁸³ HECK, Egon Dionísio. Os índios e a caserna - políticas indigenistas dos governos militares - 1964 a 1985. Dissertação de Mestrado. IFICH, Unicamp, 1997.



O último plano do material é uma imagem de alguns guardas enfileirados passando, de dois em dois, em frente aos outros (imagens 147, 148 e 149). É um plano curto, sem muita importância. Pouco tempo depois, vemos o quadro branco que caracteriza o fim do último rolo.

Pode ser que os negativos de Jesco tenham chegado ao fim, que ele não tivesse como filmar mais coisas, ou mesmo que a cerimônia tenha se encerrado logo depois. Mas pode ser, também, que Jesco estivesse satisfeito. Pode ser que neste ponto, ele já tivesse filmado tudo aquilo que precisava

Imagens 147, 148 e 149



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é fácil, nem é nosso propósito, narrar detidamente os eventos marcantes e contraditórios da atuação da Grin, nem seu ocaso¹⁸⁴. Desde o princípio, pulularam denúncias, na imprensa, de abusos e violações por parte de alguns guardas. Matéria do Estado de São Paulo de 07 de junho de 1970 trazia como título: ‘Acusada a Guarda Indígena¹⁸⁵’. A matéria fala em ‘atos de espancamento, arbitrariedades e insubordinação’, e também que ‘para antropólogos e sertanistas, a grave falha da Guarda foi a implantação do sistema policialesco no meio indígena, com o emprêgo [sic] de delações e métodos de espionagem¹⁸⁶’. Em meio a tantas denúncias, apenas 4 meses depois da formatura da primeira e única turma da Grin, o presidente da Funai, Queiroz Campos, foi exonerado. Em 08 de junho de 1970 assumiria a Funai seu segundo presidente, o General Bandeira de Melo.

Capitão Pinheiro foi demitido da Funai no final de 1972, em meio a denúncias não apenas na Grin mas também no Reformatório Krenak, em especial com o violento e desastroso processo de transferência de índios Krenak para a Fazenda Guarany, em 1972¹⁸⁷. Hoje, ele é acusado pelo Ministério Público pelos seguintes crimes contra a humanidade: ‘escravidão, transferência forçada, prisão, tortura, agressão sexual, perseguição de um grupo por motivos étnicos e outros atos desumanos que provocaram grande sofrimento físico e mental¹⁸⁸’.

Ao longo dos anos, houve denúncias variadas e recorrentes de abusos e violências por parte de alguns guardas. Também foram recorrentes projetos de ‘reorganização’ da Grin.

¹⁸⁴ Para tal intuito, ver FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

¹⁸⁵ O Estado de São Paulo, São Paulo, 7 de junho de 1970.
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700607-29191-nac-0011-999-11-not> - acessado em 15 de janeiro de 2021.

¹⁸⁶ idemibidem.

¹⁸⁷ Sobre esse processo, ver denúncia de 2015 do Ministério Público: Ministério Público Federal. 2015. Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, no 64483-95.2015.4.01.3800 de 10.12.15. Disponível em: <https://goo.gl/8qxWm4>. Último acesso: 29.01.2021.

¹⁸⁸ idemibidem.

Matéria do Jornal do Brasil de 21 de outubro de 1973 noticiava que: ‘a Funai anunciou ontem que vai reorganizar a Guarda Rural Indígena¹⁸⁹’. A matéria afirma que a Grin teria tido ‘desvirtuamentos’ e que ‘acabou imobilizada, sem meios para se locomover e, geralmente, abrigando-se sob o teto do posto indígena da Funai¹⁹⁰’. Freitas assinala que no final de sua gestão, Bandeira de Melo propunha a desativação da GRIN, que, todavia, não aconteceu. Segundo o próprio autor: “os anos finais da década de setenta corresponderiam ao ocaso da GRIN. De um lado, temos as críticas e reclamações de sempre: de parasitismo, inoperância, conflitos hierárquicos. Por outro, a visível incapacidade da FUNAI de por fim de vez na experiência.¹⁹¹” A Grin nunca foi formalmente desativada. Freitas assinala que apenas “cortaram-se os pagamentos dos guardas e parte deles de fato foram contratados para o quadro do Órgão indigenista¹⁹².” Nas conversas que tivemos com aqueles que participaram da Guarda, a pergunta mais recorrente que nos fizeram era, exatamente, o porquê de ela ter terminado – nem nós nem eles tínhamos uma resposta precisa.

Parece evidente que muito cedo a Grin se transformou em um problema para a Funai. Passado o impulso inicial, a concretude do projeto de transformar indígenas em policiais começou a mostrar suas profundas fissuras. Em sintonia com o que vimos aqui colocando, este fim ‘lento e gradual’ parece falar sobre o caráter propriamente imagético por trás da criação da Grin. Nos parece que uma vez sanado aquilo que acreditamos ter sido seu impulso original, a produção de uma imagem que servisse ao Estado ditatorial, a Grin como política tenha perdido sua razão de existir, e tenha se tornado um **resto**¹⁹³ – um pedaço, uma ruína de um projeto antigo, violento, errático.

¹⁸⁹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1973. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=93843 - acessado em 15 de janeiro de 2021.

¹⁹⁰ idemibidem.

¹⁹¹ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **A guarda rural indígena (GRIN). Aspectos da militarização indígena no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

¹⁹² Idemibidem.

¹⁹³ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

A Grin durou um certo tempo, teve um certo uso para o Estado, depois teve seu final em câmera lenta. Nesse percurso, atropelou as vidas e trajetórias dos grupos indígenas que dela fizeram parte.

Em depoimento à nossa pesquisa, Domingos Kraté, um ex-guarda Krahô, quando questionado sobre o porquê de a guarda ter sido desmontada, disse que “*o pensamento dos brancos é como a rama da melancia, tem vários caminhos*”, refletindo sobre a opacidade, para ele, do que se passava na cabeça dos militares. Depois, ele aventa explicações possíveis: “*Por isso que acabou mesmo, foram os brancos ruins que entraram na Funai, se os brancos bons entrassem talvez nos ajudassem. Talvez na época os Krahô não entendessem o pensamento dos brancos. Talvez eles quisessem tomar nossa terra, por isso terminou a Grin. Trocou o presidente também. É por isso que acabou.*” Em outra conversa, ele continuou o raciocínio: “*os Presidentes da República, tem deles que é bom, tem deles que é ruim. O que não dá certo pra ele, o outro novo entra e corta. Começa a plantar, ele... o outro planta, e o outro não dá certo pra ele, ele corta. Eu penso desse jeito*¹⁹⁴.”

Como já dissemos, esta pesquisa é paralela a um documentário de nossa autoria, intitulado *A Flecha e a Farda*¹⁹⁵. No filme, buscamos registrar algumas das fraturas que ficaram nas trajetórias destes indígenas – foram várias as violências, os horrores, foram várias as coisas ditas e caladas. Fraturas profundas, para as quais faltam imagens.

Dona Nedina levou nossa equipe ao local que funcionava a cadeia na Terra Indígena Xerente, e mostrou uma área onde hoje se pode ver apenas construções novas:

“Era bem aqui assim. Nesse trecho aqui. A cadeia era aqui, assim. Nesse lugar aqui (...) Era esse aqui ó, aqui que era o lugar... do sofrimento.

- e aí não sobrou nada aqui?

*Nada, nada. Só mesmo o chão. Tá com muitos anos*¹⁹⁶.”

¹⁹⁴ O depoimento foi dado em português, aqui transcrito de forma literal.

¹⁹⁵ *A Flecha e a Farda* (Miguel Antunes Ramos, 2020)

¹⁹⁶ Entrevista dada a nossa equipe em português, transcrita literalmente. A pergunta no meio é nossa.

Didi-Huberman, analisando as quatro fotografias tiradas em Auschwitz, formula que “é claro que as quatro fotografias de Agosto de 1944 não dizem ‘toda a verdade’ (...) mas elas são para nós, para o nosso olhar de hoje – a própria verdade, isto é, um vestígio, um fragmento dessa verdade: o que resta, visualmente, de Auschwitz¹⁹⁷”.

Simétrico à trajetória de Grin, também nosso material de arquivo é algo que restou. De origem incerta e ambígua, jamais editado e com o som perdido, com partes deterioradas e quase se rompendo, ele é também um **resto**, aquilo que sobreviveu desse estranho experimento histórico. Assim como a política concreta da Grin, também ele é uma ruína. Ruína de uma longa história de projetos estatais que violentam povos indígenas. Ruína de uma longa história de como esse mesmo Estado se registra, e como registra os outros. Ruína desse todo confuso, ambíguo e barbaramente violento a que chamamos Brasil.

Robert Smithson fala sobre ‘escombros ao contrário’: “ou seja, todas as construções que teriam sido construídas. É o contrario da ruína romântica: essas obras não se arruinam após a sua construção. Tendem à ruína ainda antes de serem construídas¹⁹⁸.”

Talvez assim possamos compreender a forma como estes retângulos antigos de película relampejam sobre nosso turvo presente. Pois se ele, o resto, aquilo que sobreviveu, é uma ruína, não é difícil enxergar como esta já estava **inscrita** antes de ser construída: os equívocos e violências do projeto da Grin fissuravam de saída a estrutura de sua construção. Assim, poderíamos estender nosso olhar ao difícil presente que nos coube viver e nos perguntar, simetricamente, quantas e quais ruínas futuras não estão sendo inscritas nesse país que se constrói tão regressivamente.

¹⁹⁷ DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004. Página 58.

¹⁹⁸ SMITHSON, Robert. A Tour of the Monument of Passaic, New Jersey, 1967, in: CARERI, Francesco. Walkscapes - o caminhar como prática estética. São Paulo, Editora G. Gilli, 2015. Página 147.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- AGUIAR, Ana; LISSOVSKY, Mauricio. **Monumentos à deriva**, in: ARAUJO, Denize Correa, MORETTIN, Eduardo Victorio e REIA-BATISTA, Vitor. **Ditaduras Revisitadas - cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Faro, Portugal, CIAC, Universidade do Algarve, 2016.
- AUMONT, Jacques. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo, Editora Papyrus, 2004.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara - notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2015.
- BAZIN, André. **Ontologia da imagem fotográfica, em: O Cinema, ensaios**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, volume 3**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- _____. **Obras escolhidas, volume 1**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- _____. **Passagens**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.
- BERBERT, Paula. **“Para nós nunca acabou a ditadura”: instantâneos etnográficos sobre a guerra do Estado brasileiro contra os Tikmu’un_Maxacali**. Dissertação de Mestrado FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2017.
- BRANDÃO, Alessandra Soares; SOUSA, Ramayana Lira de (orgs). **A Sobrevivência das imagens**. São Paulo, Editora Papyrus, 2015.
- CAIUBY, Sylvia. **Corpo, imagem e memória - reflexões a partir de duas fotos do funeral Bororo**, in: MAMMI, Lorenzo, SCHWARCZ, Lilia (orgs): **8x Fotografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Cultura com aspas**. São Paulo, Cosacnaify, 2009.

- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo, Cosacnaify, 2003.
- CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**, em: **História: Questões e Debates**. Curitiba, Editora UFPR, 2004.
- CORREA, José Gabriel. **A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Tutela & Desenvolvimento/Tutelando o desenvolvimento: questões quanto à administração do trabalho indígena pela Fundação Nacional do Índio**. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- DIAS FILHO, Antonio Jonas. **Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany: Dois presídios federais para índios durante a Ditadura Militar**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo, Editora 34, 1998.
- _____. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Editora KKYM. 2004.
- _____. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.
- _____. **A imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2013.
- _____. **Diante da Imagem**. São Paulo, Editora 34, 2013.
- _____. **Cascas**. São Paulo, Editora 34, 2017.
- _____. **Remontagens do tempo sofrido - o olho da história II**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2018.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo, Companhia da Letras, 2015.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta – Ensaio para uma filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro, É Realizações Editora, 2018.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Retrato Calado**. São Paulo, Cosacnaify, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo, Edições 70, 2010.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **A guarda rural indígena (GRIN). Aspectos da militarização indígena no Brasil.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

_____. **Índios-Soldados – A GRIN e a tradição Militar da Política Indigenista Brasileira.** Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas - volume 1: a ditadura envergonhada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

_____. **As ilusões armadas - volume 2: a ditadura escancarada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GIRALDIN, Odair, **“Os jovens não querem escutar, eles só querem ler” - a escola para os Krahô.** Revista Eletrônica Ñanduty, PPGAnt, UFGD.

GUIMARÃES, Elena. **RELATÓRIO FIGUEIREDO: entre tempos, narrativas e memórias.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio. Rio de Janeiro, 2015.

GUNNING, Tom. **O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema,** in: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.) **O cinema e a invenção da vida moderna.** São Paulo, Cosacnaify, 2001.

HECK, Egon Dionísio. **Os índios e a caserna - políticas indigenistas dos governos militares - 1964 a 1985.** Dissertação de Mestrado. IFICH, Unicamp, 1997.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu – Palavras de um xamã Ianomami.** São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Encontros.** Rio de Janeiro, Azougue, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **K – Relato de uma Busca.** São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

LAGROU, Els. **Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances Kaxinawa.** São Paulo, Revista de Antropologia, Volume 49, 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo.** LACED/DA-Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

- LEVI, Primo. **Os Afogados e os Sobreviventes**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.
- _____. **É isto um homem?** Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1988.
- _____. **A Trégua**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses "sobre o conceito de história"**. São Paulo, Boitempo editorial, 2005.
- MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- MESQUITA, Claudia. **Resistir à morte: a presentificação de João Pedro Teixeira no filme de Eduardo Coutinho**. Revista Devires volume 12, Belo Horizonte, 2015.
- PUTTKAMER, Jesco Von. **Os últimos dias do Éden – as imagens de W. Jesco Von Puttkamer**. Textos Adrian Cowell [et all]. São Paulo, Terra Virgem, 2005.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org). **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.
- SHOHAT, Ella e STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo, Cosacnaify, 2006.
- SMITHSON, Robert. **A Tour of the Monument of Passaic**, New Jersey, 1967, in: CARERI, Francesco. **Walkscapes - o caminhar como prática estética**. São Paulo, Editora G. Gilli, 2015. Página 147.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Diante da dor dos outros**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- SZTUTMAN, Renato. **A utopia reversa de Jean Rouch: de Os Mestres Loucos a Petit à petit**. Belo Horizonte, Revista Devires, Volume 6, 2009.
- TACCA, Fernando de. **A imagética da Comissão Rondon: etnografias filmicas estratégicas**. Campinas, SP, Papyrus Editora, 2001.
- VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosacnaify, 2002.

_____. **Encontros**. São Paulo, Azougue Editorial, 2007.

_____. **Equívocos da Identidade**, in: GONDER, Jô e DOBEDEL, Vera (orgs.) **O que é memória social**. Rio de Janeiro, Contracapa, 2005.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico - a opacidade e a transparência**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2005.

DOCUMENTOS

Comissão Nacional da Verdade. 2014a. Volume I. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>.

Último acesso: 29.01.2021.

Comissão Nacional da Verdade. 2014a. Volume I. Capítulo 18: “Capítulo 18 – Conclusões e recomendações”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso: 29.01.2021.

Ministério Público Federal. 2015. Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, no 64483-95.2015.4.01.3800 de 10.12.15. Disponível em: <https://goo.gl/8qxWm4>. Último acesso: 29.01.2021.

Relatório Figueiredo. Processo nº4.483/68. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos->

[indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo](#) - último acesso: 29.01.2021

MATERIAS DE JORNAL

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de março de 1968.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1970.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1970.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1970.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 7 de junho de 1970.

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700607-29191-nac-0011-999-11-not> - acessado em 15 de janeiro de 2021.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1973.

Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de novembro de 2012.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml> - acessado em 25 de novembro de 2020.

Uol, São Paulo, 16 de outubro de 2020.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/10/16/helena-admite-que-abin-monitorou-maus-brasileiros-na-conferencia-do-clima.htm> - acessado em 07 de novembro de 2020).

Folha de São Paulo, São Paulo, 06 de novembro de 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/militares-procuraram-temer-para-reclamar-de-dilma-e-pt-antes-do-impeachment-diz-entrevistador.shtml> - acessado em 07 de novembro de 2020.

FILMES CITADOS

Rituais e Festas Bororo (Comissão Rondon, 1917)

Nanook, o Esquimó (Robert Flaherty, 1922)

Ao Redor do Brasil (Thomaz Reis, 1932)

Os Mestres Loucos (Jean Rouch, 1955)

Respite (Harun Farocki, 2007)

A imagem que falta (Rithy Panh, 2013)

Retrato de Identificação (Anita Leandro, 2014)

Martírio (Vincent Carelli, 2016)

A Flecha e a Farda (Miguel Antunes Ramos, 2020)

[O conjunto de rolos de película intitulados ‘Arara’, analisado nesta dissertação, encontra-se arquivado no Museu do Índio – no Fundo/Série/Subsérie: Fundação Nacional do Índio / Filmes depositados / Filme – sob o título ‘Arara’.]

ANEXO 1

Este anexo se constitui da junção de páginas dos seguintes memorandos internos da Funai, a que nossa pesquisa teve acesso:

BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0002_d0001de0001 (páginas 1 a 11)

BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0326_d0001de0001 (páginas 12 a 15)

BR_DFANBSB_Z4_DHU_0_0080_d0001de0001 (páginas 16 e 17)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Coordenação de Documentos Escritos
Documentos do Executivo e do Legislativo

BR RJANRIO.TT.0.IRR.PRO.2

647 folhas/ 766 páginas

C O P I A

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Brasília, 22 de junho de 1960

Senhor Superintendente:

Comunico a Vossa Excelência que, de acôrdo com as ordens do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Plano de Trabalho para a Ilha de Bananal, a cargo da Fundação Brasil Central, referente a Cr\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), é o seguinte:

- 1) Construção de 2.500 ms. de pista para pouso de aviões, com 40 ms. de largura, sendo 1.500 ms. pavimentados a asfalto e 500 ms., em cada cabeceira, encascalhados, com pintura asfáltica;
- 2) Construção de uma estação de passageiros;
- 3) Construção de uma escola e de um hospital;
- 4) Construção de 10 casas destinadas à Fundação Brasil Central, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Saúde;
- 5) Construção de um hotel com 40 apartamentos.

Estas obras serão realizadas em Santa Isabel. Nos demais pontos da ilha, devidamente selecionados, serão construídos Ranchos Pioneiros tipo JK, para a promoção e incremento do turismo.

Para a execução deste plano impõe-se a aquisição de material pesado, compreendendo aviões, frota de caminhões basculantes e de tipo comum, balsas, lanchas, moto niveladoras, tratores de vários tipos, rôlos de vibro, caldeiras, etc. bem como outros equipamentos de pequeno porte, para apoio das obras.

Esta Fundação se encarregará da construção da pista para pouso de aviões.

Quanto ao hotel, será construído pela Fundação, sob administração de firma particular.

A fim de que tais serviços sejam executados dentro do prazo fixado, solicito as providências de Vossa Excelência.

14 (14) 10
PB

Excelência, para que sejam entregues à Fundação Brasil Central, por adiantamento, os R\$350.000.000,00 referidos, sem os quais não se poderá dar início imediato às obras.

Apresentando a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

a) Nélio Cerqueira Gonçalves
Presidente da Fundação Brasil Central

À Sua Excelência Dr. Waldir Bouhid
Superintendente da SPVEA

Brasília, 17 de janeiro de 1961

Of.9

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, o relatório das atividades desenvolvidas pela Fundação Brasil Central, no exercício de 1960.

Criada com objetivo principal de desbravamento e colonização de extensa área de nosso país (decreto-lei nº 5 878/43 e 17 274/44), não tem esmorecido ante a realização dessa gigantesca e patriótica tarefa.

Prova do entusiasmo e do espírito pioneiro de que se revestem seus trabalhos se encontra no integral cumprimento que deu às determinações de Vossa Excelência, relativas às obras na Ilha do Bananal.

Com efeito, fui designado por Vossa Excelência em 9/5/60, e já na segunda quinzena de maio a Fundação Brasil Central dava início a planejamento metuculoso, para que ditas determinações fossem realizadas.

Considerando a reduzida verba de cr\$..... 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) com que contava esta entidade para o ano de 1960, foi a Operação Bananal garantida através de convênio efetuado com a S.P,V.E.A. que liberou, para a Fundação em 27/7/60 , a verba de cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Já nos primeiros dias de agosto principiava a aquisição das máquinas necessrias às obras em aprêço.

Vale relembrar, Senhor Presidente, o que re - presentou, em heroismo e alta demonstração cívica, o transpor -

te dessas máquinas, feito através da colaboração da Rodobrás, por terra, para aquela distante Ilha. Somente a 22/8/60, chegaram as máquinas em Bananal, tendo os trabalhos da Operação propriamente dita, começado em 24/8/60 com início do desmatamento da área da pista.

Em 28/7/60, encontrava-se concluído o Alvoradinha, rancho pioneiro JK, que foi naquela data inaugurado por Vossa Excelência.

Em 23 de novembro, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, foi inaugurada a pista de pouso Brigadeiro Lysias Rodrigues.

CARACTERÍSTICAS DA PISTA:

- a) - pista de 1.550m x 42 m - asfaltada - cabeceiras livres em 500m;
- b) - altitude de 173 m.

Encontra-se concluído e completamente equipado o hospital Sarah Kubitschek, projeto do Dr. Oscar Niemeyer com as seguintes características:

Construção de alvenaria - área 524m² - duas enfermarias com 6 leitos cada - sala de operações - raios X - consultorios - gabinete dentario e dependencias completas para copa e cosinha.

Em final de construção, temos uma pequena estação de passageiros, projetada dentro das reais necessidades da Ilha, construída em alvenaria, numa área de 120 m².

Temos ainda, já concluída uma aldeia Karajá, materializando o auxílio que, durante toda a Operação Bananal - vem a Fundação dando aos índios Karajás. Foi construída uma aldeia totalmente nova, com perfeitas condições higiênicas, numa área aproximada, por casa, de 62m², isto, sem alterar, entretanto o "habitat" do índio.

Finalmente, para coroar a Operação Bananal, será inaugurado no dia 25 do corrente, o que espero seja feito por Vos-

sa Excelência, o hotel de turismo da Ilha do Bananal.

CARACTERÍSTICAS DO HOTEL:

Projeto - Oscar Niemeyer
Construção a cargo da Empresa de Construções Gerais S.A. pelo regime de administração de contratata.

Toda a obra consta de 3 blocos, a saber:

Bloco A - Apartamentos -

Estrutura metálica sobre pilares de alvenaria - cobertura metálica Tekno forro de enxatex frigorífico - área construída 1270m² - número de apartamentos, 29 com divisões internas em formiplac e instalações de ar condicionado.

Bloco B - Em alvenaria, constando de: recepção, salas de estar, restaurante, jardim, copa cozinha, etc. - área construída, 1045 m² - também cobertura metálica.

Bloco C - Anexo do hotel

Em alvenaria, cobertura metálica - área construída, 432m² constando de lavanderia, quartos e apartamentos para servidores do hotel.

A grande batalha que enfrentamos foi a dos transportes. Por via área, terrestre e fluvial (Rio Araguaia), levou-se para a Ilha do Bananal de tudo, desde os gêneros alimentícios até as estruturas metálicas para a construção do hotel.

Para podermos, realmente apresentar, dentro dos prazos previstos, todas as obras programadas, tivemos que nos aparelhar devidamente, e, isto significou a execução de obras e serviços de base, imprescindíveis ao alcance de nossos objetivos.

Estas obras e serviços, que exigiram maior esforço e dedicação do nosso pessoal, foram:

Reaparelhamento e aproveitamento das oficinas do SPI - construção de 20 barracões com cobertura de palha para alojamento e cozinha do pessoal - construção de casas de madeira destinadas a estação de rádio, a casa de máquinas, ao posto médico de emergência e as residências - construção do almoxarifado da Ilha numa área de 200 m² - em madeira, instalação de uma olaria cuja produção alcançou mais de 600 mil tijolos - instalação de um conjunto completo de britagem

(um britador e dois rebritadores), com produção de mais de 3.000 m³ de pedra-serraria e carpintaria para as obras - construção de estradas de acesso para os diversos serviços num total aproximado de 20km - instalação do depósito para tratamento de asfalto - rede elétrica para os acampamentos e construções - rede de água para distribuição dentro da base da Fundação - construção de um pequeno porto flutuante com cobertura - instalação de postos de rádio em Porangatu, Luis Alves, Brasília, e ainda, dentro da Ilha, no local denominado Benvinda - construção do alojamento, com 18 apartamentos, destinado ao pessoal da Fundação, que passaria, a operar na nova sede, em Brasília - construção de uma estação para a F.B.C. no aeroporto Militar em Brasília.

E' de se notar o extraordinário movimento de "caboclos", existente na Ilha, em virtude desses melhoramentos. Pelo Rio Araguaia, chegam embarcações típicas do nosso interior e seus tripulantes já sabem que ali encontrarão o apêio da Fundação Brasil Central.

Operação das mais relevantes foi a da mudança quasi total, dos escritórios da Fundação Brasil Central, do Rio de Janeiro para esta Capital, fixando sua sede no 5º andar do edifício do Ministério da Saúde, Praça dos Três poderes, bloco 11.

Em seu trabalho absolutamente pioneiro, vê-se a Fundação de certa forma, obrigada a compensar a falta dos outros serviços executivos, nas regisões que alcança, como vanguardeira.

Assim, principia pela abertura de pistas de pouso e de estradas. Surge depois a colonização e, com ela, a necessidade urgente de assistência médica àqueles heróis desconhecidos que tentam fixar-se à região. Vem a necessidade imperiosa das escolas, e a Fundação providencia a abertura das mesmas, tudo dentro de seus modestos recursos. Por isso, desdobra-se em tão extraordinárias e variadas atividades.

Em Aragarças, a escola que ali mantemos, funcionou normalmente, e o hospital da Fundação prosseguiu atendendo à população não só da cidade como dos municípios vizinhos, num raio

60
61
5

de 300 km. Ainda em Aragarças, continuou o trabalho de conservação e reconstrução das estradas que ligam Piranhas a Aragarças a esta a Xavantina, num total de 286 km.

No setor agrícola aumentou o beneficiamento do arroz : foram produzidos 1.300 kg de mel e, de seus pomares e hortas colhidas milhares de frutas cítricas, legumes e verduras.

O Escritório de Uberlândia, realizou eficientemente sua tarefa de suprir outros centros desta entidade com lubrificantes e combustíveis.

No Centro Ministro João Alberto (Xavantina) funcionaram os serviços internos, tais como a serralha e a carpintaria, e oficina para reparo de viaturas e motores. Foram realizados, por via aérea e terrestre, os transportes de todas as utilidades necessárias entre Garapú, Ministro João Alberto, Aragarças, Uberlândia e Brasília. O hospital local atendeu aos funcionários e colônos que dele necessitaram, e mesmo acontecendo com o gabinete dentário. O grupo escolar funcionou normalmente.

No setor norte, o Escritório de Belém, se encarregou da lavratura de Acôrdos, têrmos aditivos e prestações de contas de verbas anteriormente recebidas da S.P.V.E.A. Tais verbas foram empregadas sobretudo na ligação terrestre entre os aeroportos de Jacaréacanga e Cachimbo, bem assim para melhoramentos da Estrada de Ferro Tocantins, a qual funcionou com toda a normalidade no decorrer do ano de 1960.

Prova da assistência que a F.B.C. presta às populações rurais de nosso país se encontra no movimento desenvolvido pelo hospital da E.F.Tocantins, em Tucuruí, o qual atendeu a 4 248 servidores e 4 776 particulares, de 1º de janeiro a 30 de outubro deste ano.

A secção escolar dessa estrada apresentou, para igual período o seguinte:

Curso primário - 239 alunos

Escola supletiva - 46 alunos
Escolas ao longo da linha - 74 alunos
Escola de Jatobal - 148 alunos

Continuaram também, os serviços de serralheira, ferraria, fundição, corte e soldagem, caldeiragem, de manutenção e revisão de material e muitos outros imprescindíveis ao funcionamento de uma ferrovia.

Impõe-se, entretanto, maiores recursos para o reaparelhamento e reequipamento adequado da estrada bem como - um planejamento racional que vise prolongá-la de forma a melhor servir a rica zona Tocantina.

Cumpré finalmente informar que na distante região do Xingu, continua o trabalho desta entidade, abrindo novos caminhos e pistas aéreas, que têm permitido a penetração da FAB pelo "hinterland" de nosso país e oferecido maior segurança à aviação comercial e particular.

Tal trabalho de penetração feito exclusivamente através da Fundação, tem sua base, no momento, no Diauarum, setor aberto pelos irmãos Orlando e Cláudio Vilas Boas. Estes dois sertanistas da Fundação, cujo trabalho é já mundialmente conhecido, lá fixaram residência para melhor executar a patriótica tarefa que têm a seu cargo.

São êstes, em resumo, Senhor Presidente, os encargos de que se desincumbiu a Fundação Brasil Central no decorrer do ano de 1960:

Apresentando agradecimentos pela confiança em mim depositada, sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais elevada estima e profundo respeito, com que me subscrevo,

CEL. Nélcio Gonçalves Cerqueira
Presidente

A Sua Excelência o Senhor Doutor
Juscelino Kubitschek de Oliveira- M.D. Presidente da República.

CONFERE COM A CÓPIA:

Nélcio Gonçalves Cerqueira

RELAÇÃO DE CONTAS A PAGAR RESULTANTES DE FORNECIMENTOS DE MATERIAIS OU SERVIÇOS (OU DE ENCOMENDAS DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS - "OPERAÇÃO BANANAL". (v.fls. 3 a 8 laudo de 3.7.61)::::::

(TAL COMO SE ENCONTRAM NA CONTABILIDADE DA FUNDAÇÃO)

N O M E S	S A L D O S	
	Devedores	Credores
	De	
Automar Brasília S. A.		138.080,00
ASESANTO(Antenor da Silveira, Espírito Santo)	84.230,00	
Brasília - Derivados de Petróleo Ltda.		112.762,20
Casa Leandro Martins Moveis S. A.		4.949.240,00
Castanho & Filhos S. A.		294.000,00
Comercio e Industria Abreu Sampaio S. A.		182.165,50
Cia. Brasileira de Construção Fichet-Schwartz-Hautmont		1.280.000,00
A mesma		799.500,00
COBRAICE-Cia. Brasileira de Indústria e Comércio		973.855,50
Cia. Quimica Industrial de Laminados		1.853.943,00
A mesma		1.070.000,00
COTELMA S. A. - Engenharia e Comércio		403.400,00
Diretoria do Material - Min. Aeronautica		9.396.777,10
Empresa de Construções Gerais S. A.		658.392,50
A mesma		1.047.653,00
EGIL-Empresa Geral de Instalações Ltda.		500.000,00
Equipamentos Portella Ltda.		87.100,00
F. Slaviero Filhos S. A.		136.019,20
Fabrica Nacional de Motores S. A.		18.992.856,60
Ferragens Carvalho Com. e Ind. Ltda.		168.215,00
Hoos Maquinas e Motores S. A.		92.078,10
Ibrahim Hanna & Irmão		73.240,00
Importadora e Comercial Vascal S. A.		27.347,00
Industria de Caldeiras e Equipamentos S. A.		357.357,00
Irmãos Melhem		143.680,00
Irmãos Motta Ltda.		3.150.000,00
J.J. Sabria		19.220,00
J. Torquato & Cia. Ltda.		91.018,40
Jamil Merjane		170.000,00
Jose Rassi		35.220,00
Lauro Faria Ltda.		62.107,60
Lauro's Bar e Restaurante		138.480,00
Lisboeta Revestimentos Ltda.		840.450,00
Loide Aereo Nacional		5.717.661,20
Maquimotor Hoos S. A.		1.421.887,60
Metalurgica Wallig S. A.		838.470,00
Mobiliario Gomes de Faria (Wilson Gomes de Faria)		849.633,80
Moreira Cardoso Importadora		125.100,00
Rodeviario Santa Fe Ltda.		1.587.498,60
S. A. Industrias Votorantim	85.700,00	
Shell Brazil Limited.		2.016.973,60
Shell Brazil Limited.	272.332,40	
Serraria Brasileira de Irmãos Rodopoulos		480.455,60
Serviços Aereos Cruzeiro do Sul S. A.		6.441.013,60
Soc. São Marcos Com. Ind. Ltda.		135.076,00
Soc. Tecnica de Materiais Sotema S/A.		188.014,70
Soc. TEKNO Ltda.		1.150.000,00
A mesma		350.000,00
A mesma		73.790,40
SOLOMAQ S. A. Maquinas e Materiais		243.622,00
Serviço de Proteção aos Índios (Posto Indig. Get. Vargas)		255.320,00
Tecnica e Mercantil de Materiais Gerais-TEMAG S/A.		6.068,30
Texaco (Brazil) Inc.		472.456,00
Wolf Jesco Von Puttkamer		14.500,00
	442.262,40	70.611.699,10
SALDO CREDOR	70.169.436,70	
	70.611.699,10	70.611.699,10

Funda

CONFIDENCIAL

550

J. Lopes
le

OFÍCIO Nº 037 /GAB/2098/68

Rio, GB, 8/4/68

Do Cel Chefe do Gabinete
Ao Sr Diretor da DSI/Ministério dos
Transportes.
Assunto: Expedição do Geographical
Magazine.
Anexo: Encaminhamento nº 155/68-
-DSI de 4/4/68.

O expediente encaminhado se refere ao trânsito em águas fluviais brasileiras, no trecho de MANAUS a CUCUI, previsto para o período de 10 a 15 de abril próximos, por uma embarcação tipo Hovercraft britânica que transporta uma expedição da "Geographical Magazine of Britain".

2. O assunto já foi apreciado pelo Conselho Nacional de Pesquisas que deu parecer contrário ao programa científico da expedição por não haverem os interessados apresentado detalhes e planejamento adequados.

3. O expediente foi estudado, em seguida, pelo Ministério do Interior que demonstrou interesse na realização da referida viagem, tendo para isso designado o Coronel Igrejas Lopes, da SUDAM, como seu representante e entrou em ligação com o Ministério da Marinha para providência semelhante por parte daquele Ministério.

4. Cremos, portanto, que a Segurança Nacional estará bem resguardada, faltando apenas, que esse Ministério se pronuncie, no curto

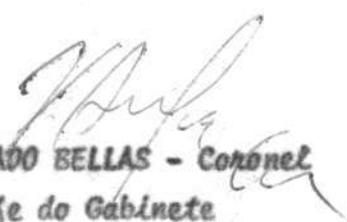
CONFIDENCIAL

REFERÊNCIA
ORIGEM 024-68/E-04
Doc. nº _____ de _____/1968
Espécim CONF.

CONFIDENCIAL

*espaço de tempo que resta, do seu interêsse em participar direta ou in-
diretamente da referida expedição.*

*Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senho-
ria os protestos de estima e distinta consideração.*


JOSE MACHADO BELLAS - Coronel
Chefe do Gabinete

CONFIDENCIAL



~~MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES~~

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Ofício nº 64/DSI

Em 9 de abril de 1968

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Ao Sr. Cel José Machado Bellas

M.D. Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de
Segurança Nacional.

Assunto: Expedição do Geographical Magazine.

Este Ministério, estudando os objetivos e interesses que a Expedição do Geographical Magazine poderia despertar na área de nossas atividades, não encontrou de imediato, razões diretas ou indiretas, que motivasse a designação de um representante para participar do projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

no

Augusto Cesar de Sá Rocha Maia
Ten Cel - Diretor da DSI

Augusto Cesar de Sá Rocha Maia

Ref. Proc. 155/68-DSI/MT.
RMRM/mlsd.

CONSELHO SEGURANÇA NACIONAL
SIGILOSO
JUNTADA
Nº. 024-68/E-04
Em 5/4/1968
Secretaria-Geral



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Divisão de Segurança e Informações

CONFIDENCIAL

52-4662

553

SDC

Tipo: INFORME Nº 65	Classificação: B-2	N.º 155/68-DSI	Data: 23/4/68
Assunto: Expedição do GEOGRAPHICAL MAGAZINE			
Referência: Encaminhamento nº 39/68-DSI/MT.		Prazo para atendimento: até	
Difusão desde a origem: DSI/MT.			
Destinatários: SG/CSN - SNI/ARJ			



- A expedição teria partido de Manaus (AM) no dia 10/11 do corrente e era composta além do Cel IGREJAS LOPES, Cap Corveta MANOEL DE OLIVEIRA PÉREZ e do práctico SOARES dos seguintes membros:
 - ARTHUR HELLIWELLROBIN HANBURY TENISON
 - BRIAN BRANSTON
 - CONRAD GORINSKY
 - DAVID HARRIS
 - DAVID SMITHERS
 - DOUGLAS BOTTING
 - GRAHAN CLARK
 - HANBURY TENISON
 - HENRY FARRAR
 - JAMES SWEENEY
 - JESCO VON PUTTKAMER
 - JOHN TORNES
 - JOHN HOYLAND
 - JULIO CASTILLO (venezuelano?)
 - MICHAEL EDEN
 - PETER SMITH (Royal Navy?)
 - ROBERT SAUNDERS
 - STUART SYRAD
- Tinha previstas paradas nas localidades de MOURA - TAPUCURUARA - UAPES.

X-X-X-X-X-X-X



Augusto Cezar de Sá Rocha Maia
Ten Cel - Diretor da DSI

CONSELHO SEGURANÇA NACIONAL
SIGILOSO
JUNTADA
Nº. 024-68/E-04
Em 25 / 4 / 1968
Secretaria-Geral

ELECTELEX

[Handwritten signature]
ANQ/DA

Indigenas

BRASEMB WASHINGTON
EM 25:01:75

URGENTE

AIG/

ARTIGO SOBRE INDIOS BRASI-
LEIROS NO "NATIONAL GEOGRAPHIC".

288 - SEXTA-FEIRA 19:30 HORAS - O "NATIONAL GEOGRAPHIC" ACABA DE PUBLICAR EM SUA EDICAO DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, EXTENSO ARTIGO DE 30 PAGINAS CONTENDO FOTOGRAFIAS E COMENTARIOS DO SENHOR W. JESCO VON PUTTKAMER SOBRE AS TRIBOS DE INDIOS BRASILEIROS "KREEN-AKARORES" E DOS "TXUKAHAMEIS"; SEU CONTACTO COM O MUNDO CIVILIZADO E A ACOA DA FUNAI NO DECORRER DESTE PROCESSO. PUTTKAMER DOCUMENTA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FUNAI EM UM ARTIGO EXTREMAMENTE FAVORAVEL AA POLITICA INDIGENISTA BRASILEIRA; DESCREVENDO AS DIFICULDADES DO TRABALHO DOS SERTANISTAS E TRANSMITINDO UMA IDEIA CLARA DA SENSIBILIDADE REQUERIDA PARA ESSA TAREFA. A REPORTAGEM EH DOCUMENTADA COM MATERIAL FOTOGRAFICO DE EXCELENTE NIVEL; COMO EH COSTUME DO "NATIONAL GEOGRAPHIC", CUJA PENETRACAO NOS MAIS DIVERSOS SETORES DESTE PAIS EH DASMAIS SIGNIFICATIVAS. O TEXTO CONTEM INUMERAS REFERENCIAS ELOGIOSAS AA FUNAI E PARTE DA INTRODUCAO DO EDITOR, QUE TRANSCREVO A SEGUIR; REVELA O SEU TEOR ESSENCIALMENTE POSITIVO AA POLITICA DE INTEGRACAO DO INDIO NO BRASIL: "FUNAI'S SUCCESSES ARE LEGION: UNDER ITS SYMPATHETIC GUIDANCE, TRIBE AFTER STONE AGE TRIBE HAS BEEN INTRODUCED TO THE MODERN WORLD, AND AT THE SAME TIME HAS BEEN SHIELDED FROM ITS INEVITABLE DANGERS." ESTOU ENVIANDO A REVISTA EM QUESTAO PELA PROXIMA MALA.

JOAO AUGUSTO DE ARAUJO CASTRO

Indígenas

DHU. DIV. 7, P. 25/263



MINUTA DE TELEGRAMA

URGENTE

113342 09083

[Handwritten signature]
MAKSI

011193

Para
BRASEMB WASHINGTON

Carater
~~CONFIDENCIAL~~
CONFIDENCIAL

Distribuição
AIG/

Índice
ARTIGO SOBRE INDIOS BRASILEIROS
NO "NATIONAL GEOGRAPHIC"

Classificação

Número

154

Data

27/1/75

Rogo consultar a distribuidora do "National Geographic", com urgência, para preservarmos a atualidade e o interesse pelo artigo sobre a política de integração do índio brasileiro, quanto ao preço de compra de 500 ou 1000 exemplares para fornecimento às Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Autorizo

[Handwritten signature]

EXTERIORES

~~_____~~
~~_____~~

Expedido em/...../..... às via

[Handwritten signature]

Minutado em

25/1/75

ANEXO 2

Este anexo se constitui na íntegra do seguinte memorando interno da Funai, a que nossa pesquisa teve acesso:

_dc00014a0144558sos__T (páginas 1 a 169)

FF - SEP - ES

CX 591 Doc 9959



Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
FUNAI/BSB/04451/76.

PROCEDÊNCIA: - W. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) -

REFERÊNCIA: - CARTA S/Nº. 1º/set/76.

INTERESSADO :- LOREN MC INTYRE -

ASSUNTO: - SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSAR NAS ÁREAS INDÍGENAS PARA FINS DE ESTUDO E DOCUMENTAÇÃO.

MOVIMENTAÇÃO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
SEC. GAB.	14/09/76.		
Doe	8/03/78		
Do	25/01/79		
Do	21/2/79		
Do	10/6/80		
Doe	10/11/83		
PJ	20.08.84		
Ash	14.9.84		
PJ	16.01.85		
AESP	08.02.85		
Triado	19.04.88		
AGP(Clivos)	13/9/90		
Sedoe	03/04/12		

FUNAI SEC/GAB

3219

ENT. 11/08-10-84

SAIDA EM



DC00014A0144558S0S

SA

OK

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO - DEDOC
ARQUIVO HISTÓRICO "CLARA GALVÃO"

Formulário de Inventário Analítico

Dados Básicos para o Inventário Analítico

- 1. Fundo: FUNAI 2. Série: SEP 3. Subsérie: ES
- 4. Espécie Documental: Processo 5. Nº 445L 6. Data: 02.09.1976
- 7. Instituição de Origem: FUNAI 8. Unidade: _____
- 9. Destinatário: Presidente FUNAI 10. Unidade: Presidência
- 11. Emissor: W. Jesco von Ruttkammer
- 12. Atividade (Palavra Chave): 180 - Ingresso em Terras Indígenas. Acompanhamento

13. Etnia: _____ 14. UF: _____

15. Resumo: *Solicita autorização para impressão nas áreas indígenas para fins de estudo e documentação.*

16. Nº de páginas: 130 17. Estado/Conservação: Bom Regular () Péssimo ()

18. Qualidade: Original Datilografado Cópia Única () Manuscrito Digitado () Duplicata ()

19. Código de Referência (Localização/Acervo): FF-SEP-ES/IX 595 Doc. 9959

20. Observação: _____



W. JESCO, VON PUTTKAMER (FILHO)

GOIANIA, 10 de Set. 1976.

044511 SET 13 14 00

Exmo. Snr.
GENERAL ISWARTH ARAUJO DE OLIVEIRA
M.D. PRESIDENTE DA FUNAI
EDIFICIO ALVORADA
BRASILIA, D.F.

N.º 601 / 10322
07/10/76
Rubrica

REF. : "BRAZIL PACKAGE" DO NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE.

Senhor Presidente :

Conforme tive oportunidade de comunicar a V. Excia. durante a nossa última viagem, o NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, Washington, DC. 20036, deseja fazer um grande trabalho de divulgação sobre o nosso País, o que eles chamam de "Brazil Package". Além de ser um precioso documentário (isento de qualquer sensacionalismo) orgulho-me, como Brasileiro, de vêr o potencial do nosso País e de nossa boa gente ser apresentado ao mundo por gente tão competente e amigos do nosso País.

Conforme a carta anexa do nosso amigo LOREN MC INTYRE, que é um dos mais brilhantes fotógrafos e escritores dessa conceituada revista, o mesmo chegará aqui a Brasília, no dia 21 de Setembro próximo.

Deverei, nessa data estar na nossa Capital afim de auxiliar a essa boa pessoa em que tudo for necessário e tentarei levar o mesmo a presença de V. Excia. si assim me permitir e a do nosso amigo Dr. GEORGE ZARUR.

Em cartas anteriores, que enviei ao Mr. MC INTYRE e à NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, tenho lhes dito da grande simpatia que V. Excia. sempre têve para toda gente de bem e que deseja colaborar com as nossas boas causas, inclusive fazendo menção do apoio que sempre tive de V. Excia e da FUNAI, apoiando nosso trabalho de documentação da vida dos nossos índios.

Novamente fui convidado a acompanhar o sr. MC-INTYRE em toda sua viagem (que será de aproximadamente 3 meses) e que nos levará principalmente ao interior e às zonas remotas de nosso País e onde estamos em plena fase de INTEGRAÇÃO. Uma integração que está se operando com grande capacidade de planejamento e respeitando, como nunca antes tinha sido feito, os direitos de terceiros, principalmente do nosso índio ainda arredio.

Desde já peço que a licença que V. Excia. tem me dado a entrar nas áreas indígenas (onde se fizer necessário) para fins de estudos e documentação, seja estendida também a esse meu digno e admirável companheiro (e que vem altamente credenciado tanto pela NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, como também pelo Governo daquele País, através de sua Embaixada).

Ao ensejo, apresento a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

mui respeitosamente

W. Jesco von Puttkamer

FUNAI - SEO/GAB
N.º
EM 14-9-76
ASSINATURA

LOREN ALEXANDER McINTYRE

2 September 1976

Dear Jesco,

I now plan to arrive in Brasilia via PanAm at 5 a.m. September 21st. It will be a Tuesday--terça feira. I hope you can meet me. I have documentation from the Brazilian Embassy for my equipment--but possibly it will not cover such a large amount of film as I am bringing^{ing} for myself and for you.

If it is convenient for you, I hope to proceed with you the same day to Goiania, to leave some of my film, equipment, and clothing in safe storage in your home.

For you I am bringing 100 Kodachrome 64, 100 Ektachrome EH.

In spite of Jon's efforts, the Geographic was reluctant to supply the film at this time. They are waiting for next year when they should move on the cave project. However, I am buying 50 rolls for you and Jon is also buying 50 rolls. And another 100 rolls for you was authorized today by Max Scheler, the Illustrations Editor of the new German magazine GEO. I enclose Max's card.

He visited my home yesterday and today to complete some details on my INCA story which will appear in their first issue, November, 1976. (Max was also here last winter.) We talked about Jesco and the film problem. Max offered 100 rolls to keep you going.

For what project? Well, Max suggests you send him 3 or 4 ideas for Geographic-type stories on Brasil. Meanwhile, Jon is sending some of your material to Germany. Not the caves, of course. If you wish, you can send new ideas to Max now--or you can wait until you talk it over with me.

Do not confuse this film supply with other help you may have gotten from Dieter Steiner who works for DER STERN. This 100 rolls and this request for ideas is from Max Scheler of GEO, a sister-magazine to be published by a different staff. Both Max's 100 rolls and the 100 rolls from Jon and me can be processed by the Geographic, I believe.

A man whom I have not met has been phoning me frequently, asking for information. His name is Alex Shoumatoff. He says he is 29, a writer, traveling with another man throughout the Amazon of Brazil, Peru, Ecuador, Colombia, etc., to write a book about Amazon life for the Sierra Club, a USA organization devoted to conservation. Unfortunately, Mr. Shoumatoff may have a tendency to use my name and perhaps Jon's and your name, as a friend. He left the USA today. He says he is going to Brasilia via the Belém-Brasilia highway, arriving at Brasilia about the same time I do. He plans to phone you in Goiania trying to locate both me and you. I told him I have no address in Brasilia as yet, although that will be my base. His reason for going to Brasilia is to talk to FUNAI to try to get permission to visit the Xingu Indians. His contact in FUNAI is Dr. George Zarur, Diretor, Seção Pesquisas. Mr. Shoumatoff is going to tell FUNAI

Jesco -- Page Two

Pr. c. FUNAI/ 04451/76
03
Fl 2 September ~~1976~~
Rubrica _____

that he is writing an Amazon book for the Sierra Club--but what he is NOT going to tell FUNAI is that he is also writing a series of articles about Brazil, Indians, conservation, etc., for the WASHINGTON POST newspaper, one of the biggest and most political (a bit leftist) newspapers in the USA.

Well, they will probably not let him go to Xingu anyway...but I am writing to warn you to beware of his claims that he is my close friend, or Jon's, for we have never met him. He has no connection with the Geographic. He has told me all these things on the long-distance telephone. I fear that he may use your name to get special treatment from FUNAI--which may later cause trouble if he publishes critical newspaper articles. Or perhaps the Geographic may be annoyed. Mr. Shoumatoff's book will probably be a serious one, and he seems to be preparing himself very carefully. He is a biologist and will work from November 15 to December 15 with Dr. Ghillean Prance of INPA, in Manaus. But be careful if tries to use you. Jon warns you also that this man may be tricky.

Jesco, it will be good to go driving with you again soon--even if I leave to go for my run at sundown while you sip cachaça and nibble cheese bits.

haha

Enclosed: Max Scheler's card -- GEO



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Proc. FUNAI/ LHS/ 76

Fls. 04

Rubrica: *[Assinatura]*

- 1) - Marcar audiência para o dia 22, à tarde
- 2) - Informar ao Tesco.

Em, 15.09.76

[Assinatura]
Ismarh de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Ao Sr. Chefe de Gabinete

Preparar a autorização, com base nas informações a serem prestadas pelo Tesco sobre as áreas a serem visitadas.

Em, 23.09.76

[Assinatura]
Ismarh de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Proc. FUNAI 4451-70

T E L E G R A M A

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO			No. <u>05</u> Rubrica <u>[assinatura]</u>	CARIMBO DA ESTAÇÃO
PRÉAMBULO	Espécie: OFICIAL	Número.....	Data.....	HORA DA TRANSMISSÃO
	Origem.....	Palavras.....	Via a seguir.....	
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS				INICIAIS DO OPERADOR
ENDEÇO	W JESCC - TEL - 30824 A/C DA 7ª DR			
TEXTO A TRANSMITIR	N.º 638/PRES 24 09 76 FIM POSSIBILITAR // FORNECIMENTO AUTORIZAÇÃO VG SOLICITO INDICAR AREAS SERÃO VISITADAS VG PERIODO PREVISTO VG INDICANDO DATAS ET / PLANO DE TRABALHO PT SDS ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA / PRES FUNAI //////////////////////////////////////			
Assinatura ou rubrica do expedidor 				

Para arquivo Expedidor - Geral

O NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, WASHINGTON, DC. 20036. USA
DESEJA FAZER UMA GRANDE COBERTURA NESSE SENTIDO, TENDO INCUMBIDO
DOIS DE SEUS MELHORES ESCRITORES A FAZER ESSE DOCUMENTARIO. UM
DELES FARÁ A PARTE INDUSTRIAL (S.PAULO, RIO e o SUL) e o outro (MR.
LOREN MC-INTYRE, escritor-fotógrafo e CAPITÃO APOSENTADO DA
MARINHA DE GUERRA DOS EE.UU.) e sendo considerado o SOUTH AMERICAN
EXPERT desse revista, fará a parte do interior. Fui solicitado pelo
mesmo de elaborar o roteiro e de acompanhá-lo, para facilitar os
contactos. Eis aí o roteiro :

(I) RONDONIA. MATO GROSSO. ACRE : Objetivo : mostrar o
rapido desenvolvimento dessa parte (colonização, estradas e o empenho
do Governo de assistir essa evolução e fomentá-la (INCRA, FUNAI, CODE-
MAT etc.) Projeto Rondon, Sudam etc. ITINERARIO : 3o. Set. avião da
VASP para Cuiabá. Pensão Schmidt. Telf. 5467. Visitas à Codemat e
Autoridades do Gov. MT. Alugar avião do SIL por 1 semana para visi-
tar o seguinte (iniciando em 4.10.76) : estrada para Cachimbo e seus
nucleos de colonização. (1 dia) Fontanilla. Juina (AR-1) e Humboldt
(2 dias) . PI Serra Morena (1 dia). PI. Roosevelt (1 dia) PI. Sete
de Setembro (1 dia).. Cacoal e Vila de Rondonia (1 dia). Vilhena e
Colonia Colorado (1 dia). Depois Porto Velho. Rio Branco. Cruzeiro
do Sul. Manaus e Brasília. (Em Porto Velho: Hotel Floresta).

(II) COSTA DO NORDESTE e INTERIOR DO NORDESTE :

Toda viagem a ser feita num Jeepe X₄ vante (Gíngel) oferecido pela
Fabrica. Devendo ser de mais ou menos 6 semanas. Iniciando em S.
Paulo (Santos) e subindo pelo litoral até Vitória. Salvador. Recife.
Fortaleza. S.Luis. Belem. Depois voltando a Brasília pelo Interior.
Objetivo : mostrar a patria do Nordeste, grande pioneiro do Brasil
(o que tem principalmente desbravado a Amazonia e o Hinterland). Tam-
bem o amparo que está recebendo pelo Governo (Sudene, Rondon etc.).
Também porque oferece as fotos mais pitorescas e bonitas dessa fabulosa
paisagem. Roteiro exato ainda a ser estabelecido. Tempo: nov. e dez.76.

(III) PERIMETRAL NORTE : Roteiro ainda a ser elaborado, mas
devendo incluir : Macapá, Boa Vista. Uaupés . Benjamim Constant. Cru-
zeiro do Sul etc. Essa viagem será feita quase toda em aviões do SIL
de Belem etc. (Talvez Jesco não poderá acompanhar, porque a viagem
deverá ser durante o fim de dezembro e janeiro de 1977, quando eu
tenho outros afazeres (visita dos antropólogos Dr. Meggers + Evans
às cavernas do Rio Galera, junto com nosso Prof. Eurico Miller).

Goiania, 28 de Setembro de 1976

[Handwritten Signature]

WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO)

Brasileiro nato e de verdade
Reservista do 11º RI

SMITHSONIAN
INSTITUTION
WASHINGTON, D. C.



Proc. FUNAI/

4851/70

Flo.

07

Subsco

[Handwritten signature]

Goiania, 28 de Set. 1976.

Meu caro Jura :

Apenas agora fiquei sabendo do seu importantissimo trabalho (função) junto à FUNAI, e nunca deixarei faltar as necessarias informações para você (além naturalmente informar o sr. Presidente). Pode ficar descansado que aí (com as visitas) está seguindo um autentico Brasileiro e patriota. Mas caso você achar necessario aguardo instruções específicas. Em todos os logares contactarei as autoridades da FUNAI e por elas pode me mandar recados.

abraço do seu sincero amigo

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Processo: FUNAI/HMS/76
09
[Assinatura]

À Sec/DGPC, com as cópias da Aut. 152/76 e do Rd. 664/GAB, às unidades regionais mencionadas na autorização.

O original do documento - foi encaminhado ao interessado, pelo correio.

Em, 06/outº/76.

J. Alarinho
Dona Angélica Marinho
CHEFE DA SECRETARIA DO GABINETE

Encaminha-se a Direção de Estudos e Pesquisas, para confecção posterior arquivada. Em, 08/outubro/76

MINTER - Fundação Nacional do Índio
Departamento Geral de Planejamento - aunitário

[Assinatura]
RAIMUNDO JOSÉ DE SOUSA LOPES
Chefe da Secretaria de DGPC

De ordem, arquivar-se no Setor de Documentação.

D.E.P. 08.10.76

[Assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. FUNAI/1451/76

Fls. 10

Revisão *De P. M. M. M. M.*

A U T O R I Z A Ç Ã O N. 152/76

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), em conformidade com o disposto no art. 1º, item VII, da Lei n. 5.371, de 05.12.67, no art. 2º, item VII, dos Estatutos aprovados pelo Decreto n. 68.377, de 19.03.71, e na Portaria n. 120/N, de 05.07.73, ouvido o Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da FUNAI, e tendo em vista o que consta do **Proc. FUNAI/BSB/04451/76**

AUTORIZA o Sr. **LORÉZ MG INTYRE**, escritor e fotógrafo da National Geographic Magazine, de Washington, DC-USA, acompanhado de Sr. Wolf Jesco von Puttkamer Filho, a ingressar em áreas indígenas jurisdicionadas às ls. 2a, 3a, 5a, 6a, 8a, 9a, 10a, Delegacias Regionais, Ajudências Sauru e Acre, com o objetivo de levantar dados para elaboração de documentário sobre o processo de interiorização do Brasil, no período de setembro/76 a janeiro/77, observadas as seguintes condições:

- a) sem ônus para esta Fundação (a FUNAI não se responsabiliza pelo transporte, alimentação e alojamento);
- b) não interferência na vida dos silvícolas;
- c) atestados de que não é (são) portador (es) de moléstias infecto contagiosas;
- d) vacinação contra gripe, varíola, febre amarela e tifo;
- e) porte de preventivo contra malária;
- f) posse de remédios, instrumentos e material de uso comum destinado à proteção da saúde;
- g) fornecimento a esta Fundação de relatórios, cópias de fotografias, filmes e gravações que forem realizados, bem como a apresentação dos espécimes etnográficos que, por seu caráter tenham que ficar no País;
- h) retirada da área antes do prazo previsto, caso venha (m) a contrair qualquer moléstia transmissíveis;
- i) registro na administração das **unidades regionais acima mencionadas.**

Brasília, 05 de outubro de 1976

OBS.: Comprometo-me a cumprir as condições acima estipuladas.

Data:

Assinatura:

ORIGINAL FOI
ISMARTE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente
SR. PRESIDENTE



Proc. FUNAI/HSI/76

Fls. 11

Requis *[assinatura]*

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

SEÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

=TERMO DE JUNTADA=
=====

Nesta data, por solicitação do DGPC, foi juntado ao Proc. Funai/BSB/ 4451/76, mais quatro folhas e uma fotografia, compreendendo PLANO DE TRABALHO PARA 1978, DA AUTORIA DE W. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO).

Brasília-DF, 08 de março de 1978.

[assinatura]

Marcos Mário Benício
Chefe Seção Protocolo e Arquivo - FUNAI
Port. 798/P, de 31/12/74

Proc. FUNAI 11851/78

Nº. 12

Rubrica [assinatura]



W. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO)
PESQUIZADOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE GOIAZ. Goiania, 14.II.1978

Exmo. Snr.
GENERAL ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA
MD. PRESIDENTE DA FUNAI
BRASILIA, DF. EDIFICIO ALVORADA.

PLANO DE TRABALHO PARA 1978

Senhor Presidente - Como todos os anos, tenho o prazer de enviar para apreciação de V. Excia, nosso plano de trabalho (documentario e de pesquisas etnológicas).

Desejariamos concluir esse ano os três trabalhos que estamos, ha mais de 3 anos autorizados a realizar, por V. Excia. e para os quais temos recebido o apoio da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAZ e da NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY (juntamente com o senhor Prof. Eurico Th. Miller e o CNPq e outras autoridades Federais e Estaduais).

O primeiro trabalho, e que já é do conhecimento de V. Excia. se refere a importantes descobertas arqueológicas no Vale do Rio Galera e do Rio Guaporé e às quais fomos levadas pela ajuda que os índios WASÚSU (da Nação Nambicuara) nos deram e do Sertanista Fritz Tolksdorf (Funai).

O segundo trabalho, tem como temata a construção de uma estrada pioneira (AR-1, Vilhena - Aripuanã) pelo Governo de Mato Grosso e os problemas ligados ao desenvolvimento de uma região de grande riqueza, envolvendo atuação da FUNAI e da CODEMAT e INPA. Um trabalho tão bem planejado e executado, que qualquer Brasileiro pode se orgulhar disso.

O terceiro trabalho, é um documento importante de como os Suruíis foram, finalmente (e após muito sacrifício) salvos e envolve a pacificação do ultimo grande grupo de CINTAS LARGAS, os assim chamados "CABEÇA SECA".

"A story-line" desses ultimos dois trabalhos seguem anexo a esta carta.

Dos três trabalhos esperamos conseguir publicação na revista NATIONAL GEOGRAPHIC (com tiragem agora de 11.000.000), mas estamos também preparando livros sobre o assunto.

Mais uma, vêz desejamos aqui agradecer o apoio e a confiança que V. Excia. sempre em nos depositou.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES
[assinatura]

confiança que V. Excia. sempre em nos depositou.
23 / DGPC
22/12/78
Hora
Rubrica [assinatura]

FUNAI - SEC/GAB
Nº.
EM 21-2-78
[assinatura]
ASSINATURA

NEW STORY OUT OF BRAZILS JUNGLES

CINTAS LARGAS III (BRAZIL)

ARIPUANÁ

W. JESCO VON PUTTKAMER, 1978.

" ARIPUANÁ " - THE CONQUEST OF AMAZONIAS GARDEN OF EDEN .

DURING 3 YEARS HAS JESCO FOLLOWED UP THIS EVOLUTION .THERE ARE 1.000 PAGES OF DIARY NOTES WRITTEN ON THE " FRONT" AND 3.000 COLOUR PHOTOGRAPHS SELECTED OUT OF 16.000.

TO COMPLETE THIS STORY NEEDS ANOTHER VISIT OF ONE MONTH TO "JUINÁ", "HUMBOLOT", "SERRA MORENA" AND THE AR-1 ROAD.

STORY- LINE : Only recently the BR- 364 High Way (Cuiabá - Porto Velho) was built and leaded to the discovery of great stretches of excellent and fertile lands, a literally untouched paradise, covering parts of the North Mato Grosso State and the Territory of Rondonia.

This land of " milk and honey" is mostly located in the upper valeys of the Aripuana and Juruena rivers and the River Roosevelt as well with its many affluents. There are great forests, full of Brazil nuts, cacão and precious timbers, and in great parts of it live still uncontacted indian tribes of the CINTAS LARGAS NATION, which have become hostile because of the cruelty and violence of the civilized invaders. For thousands of years these regions have been the habitat of great indian nations of Tupian and Aruaken and Gê origin.

From VILHENA, a fast raising comercial center, situated on a 2.000 feet high Plateau, on the BR- 364 High - Way, a new important pioneer road is been built by the Brazilian Government, using most sophisticated and modern road building equipments and crossing through the middst of an enormous and virgin territory, following on the watershed in between the Valeys of the Aripuana and Juruena Rivers and Rio Roosevelt.

Jesco has been with them since the very first beginning and partecipating on this great adventure, writing 1.000 pages of diaries and taking 16.000 colour photographs.

Still untouched and untamed wild indians appear on the road (everybody full of fear) and make first contacts on FUNAI frontier Post "Serra Morena". However soon they will realize that this time the white men have come as friends. Under the supervision of the Brazilian Indian Agency (FUNAI) and their experienced " sertanistas", the Government is enforcing to have the indians be respected and their families and their traditional hunting grounds and habitat , as well. A great indian reservation was protected by special laws and the road was planed in such a way that it would not approach too close to the existing indian villages.

On the other hand great stretches of fertile forest lands were now available for colonisation and two admirable colonisation plans (JUINÁ and ARIPUANÁ) were worked out in order to distribute the lands for settlers and land developing companies (agro- ranches) in accordance with previous elaborated plans which would avoid a destruction of the fertile lands and of the ecological balance. Most of the settlers are coming from the south of Brazil (blond children) and an advanced agricultural technique. Many still bear the names of their german and polish ancestors, who many years ago have migrated from Europe to the Brazilian States of Parana and Rio Grande do Sul. Today - just as then - these people reveal to be the usefull and busy pioneers. Two great town centers are been built in the middst of million of acres of tropical jungle : JUINÁ and ARIPUANÁ, and in order to supervise and advise the development an University called HUMBOLOT.

NEW STORY OUT OF BRAZILS JUNGLES

CINTAS LARGAS IV (BRAZIL)

NOÁRA

U. JESCO VON PUTTKAMER, 1978

NOARA'S AND HIS PEOPLES BITTER JOURNEY INTO THE XX CENTURY --

DURING THE LAST SEVEN YEARS HAS JESCO FOLLOWED UP THIS REMARKABLE STORY, SINCE THE MOMENT WHEN FIRST CONTACTS WERE MADE WITH A GROUP OF LARGE BELT INDIANS COMMANDED BY WAR CHIEF NOARA. THIS FIRST STORY WAS PUBLISHED BY NATIONAL GEOGRAPHIC. BUT DURING ALL THE YEARS AFTER WE HAVE FOLLOWED UP THE FATE OF THIS GROUP OF INDIANS AND THE NG HAS JOINED THIS MATERIAL CALLED "CINTAS LARGAS II".

OUR LATEST PHOTOGRAPHS FROM "POSTO SETE DE SETEMBRO" ARE FROM 1977. TO COMPLETE THIS STORY WE WOULD NEED TO JOIN APOENA DE MEIRRELES FROM JUNE TO AUGUST OF 1978 ON THE EXPEDITION TO CONTACT AND PACIFY THE LAST "CINTAS LARGAS" GROUP CALLED "CABEÇA SECA" OR "ZORÓ".

STORY-LINE : Full of misshappenings and bad incidents was this fate of a group of stone age indians who ventured to make contact with the XX century men. But at least some survived and their story is full of human solidarity and the abnegated efforts of a certain group of men, real heroes, who made their survival possible. This was the group of Noara, later called the "SURUI". 80 % of the tribe succumbed by measles and TB, and influenza, which they got infected with after they made uncontrolled contacts with the white settlers in Riozinho and Espigão do Oeste. Great extensions of their traditional tribal lands were invaded by illegal settlers and colonists.

The worst though has now passed, and better days have come for the survivors. The Government was after all able to separate an INDIAN RESERVATION for this group and the Indian Foundation (FUNAI) has built a small hospital at the SETE DE SETEMBRO POST and all the TB sick have been healed now.

Some of the invading colonists have now been removed with the help of another governmental agency (INCRA) and land was given to these in other regions.

But there is still a last big group of large belt Indians to be contacted and protected by the FUNAI : The so called "CABEÇA SECA" or "ZORÓ" indians and who are the hostile neighbors of the SURUI group for ages.

Land developing companies from the North have already reached the boundaries of the zero lands and some of the indians have already began to contact these farm workers. They are doubtless in great danger if the FUNAI does not contact them before and protect their health with vaccines and by telling them to avoid the white workers.

So again Apoena de Meirelles, the experienced indian expert of FUNAI, was encharged to try the contact with these indian groups. This time the SURUI will help Apoena and forget their old hostility towards these Cabeça Secca groups.

Again Jesco has been invited by his friend Apoena de Meirelles to go with him and document the events with photographs and diary notes. Action will take place during all of 1978 and parts of 1979.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Proc. FUNAI/4451/78
No. 15
Requisição *DOA*

Sr. Diretor do DOPC,

Solicitando conhecer e
informar ao Excmo Sr. Presidente
em 21.02.78

Jurandir
Jurandir Marcos da Fonseca
Chefe do Gabinete/FUNAI

Encaminhe-se à Divisão de
Estudos e Pesquisas.

Em, 23/março/78
MINTEC - Fundação Nacional do Índio
Dept. Geral de Planejamento Comunitário

J. Alves de Melo
José Alves de Melo
Diretor

PROC. N.º FUNAI

445/176

Fic.

Rubrica

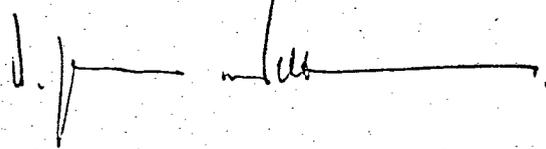
W. JESCO VON PUTTKAMER FILHO
Goiania. Go. Caixa Postal, 310

Exmo. Snr. GENERAL ISMARTH ARAUJO DE OLIVEIRA
MD. PRESIDENTE DA FUNAI
BRASILIA. DF.

REF. : RECOMENDAÇÕES DE SCIENTISTAS AMERICANOS
PARA MEDICAÇÕES DE INDIOS EM FRETES DE CONTACTOS.

Senhor Presidente - O escritor e pesquisador do NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY., MR. LOREN MC-INTYRE, através de sua esposa SUE, solicita que eu entregue a V. Excia. os resultados de pesquisas do Dr. A.J. MC LACHLAN, com recomendações para medicação de índios em frentes de contactos da FUNAI.

Atenciosas saudações





O menina Bainpé
filho do chefe D>AHI
da tribo dos URUEU-WAU-WAU.

Foto: JESSE.



JESCO + JEEPE "XA JANTE"
NA AR-1 (Serra Morena)

COLOR-FOTO: JESCO

1976



O DURO TRABALHO DE ABRIR UMA
ESTRADA PIONEIRA. (AR-1).

VICTORINA → ARIQUANÃ.

COLOR-FOTO: JESCO

1977

SYLVACHEM (PTY) LTD.

101-5 MAIN CITY BUILDING
206 LONGMARKET STREET
PIETERMARITZBURG, 3201

RESEARCH DIVISION

REMITTANCE
CONTROL DIB

FEB 8 1978

Telephone 25941

Telegraphic Address: 'SYLVACHEM'

All correspondence to:

P.O. BOX 734
PIETERMARITZBURG, 3200
NATAL
SOUTH AFRICA

445/196

PROC. N.º FUNAI
FILE
Rubrica

RESEARCH
DIVISION
12 34 PM '78

24 January 1978

Assistant Secretary (Medical)
National Geographical Society
17th and M Sts. N.W.
Washington D.C. 20036
U S A

Dear Sir

BRAZIL'S WILD FRONTIER

In the abovementioned article (N.G.M. Nov 1977,
152, 5, pp 684-719) page 701 the following state-
ments were made:-

" Diseases Ravage Jungle Tribes

Humboldt's most dangerous enemies include microbes borne by mice, monkeys and mosquitoes. Mice transmit leishmania parasites that eat away the nose and palate. Monkeys carry yellow fever. Anopheles mosquitoes spread malaria. Sand flies make fieldwork an ordeal by itch. Although Indians, too, are tormented by bugs, maybe more so in their nakedness, their most deadly illnesses are caught from civilizados: measles, the common cold and tuberculosis.

I flew upriver to the isolated FUNAI post of Serra Morena to see how well one group of Wide Belts, who call themselves Kabano Pomons, was responding to pacification.

Not so well. Elders were coughing and spitting. "Many have suffered colds for two years" said Francisco de Assis, the FUNAI man in charge. Two women stayed in hammocks all the torrid day and cool night. They were dying of pneumonia, Assis said."

There is a considerable amount of medical evidence which indicates that the administration of vitamin A would increase the resistance of the Indians to

measles, the common cold and tuberculosis.

Thomas Moore¹ in his book Vitamin A has recorded that losses of vitamin A occur in disease (p.381 and chapter 32 and table 62).

PROC. N.° FURN
FIS.
RUB.

MEASLES: Photophobia that occurs with measles is due to depletion of the hepatic reserves of vitamin A and as a result there is an insufficient supply of vitamin A to maintain the visual purple, which is 90% vitamin A aldehyde. The attached letter from Dr E H Cluver² (who undertook research for this company) confirms this contention.

PNEUMONIA: Moore has quoted a paper by Lindqvist³ and reproduces a diagram illustrating the excretion of vitamin A in the urine at various stages in a typical case of pneumonia.

INFLUENZA: Colonel Drummond, Rhodesian Army, during one of my visits to Rhodesia confirmed an observation which I have made over a number of years, viz. that persons convalescing after a virus infection who overindulge in sunbathing usually suffer a relapse. I postulated that the virus infection would lower the patient's hepatic vitamin A reserves and would lower his resistance - then as he starts to build up his vitamin A reserves and recover - exposure to solar UV rays would deplete the reserves.^{4, 5} The relapse is usually more severe than the original dose of influenza. Drummond had noted this occurrence among recruits who, recuperating from influenza, sunbathed then suffered a relapse.

COLDS: I have noted that persons going on holiday straight from an indoor occupation, who sunbathe (in excess) frequently develop a 'cold'. This could be due to losses of vitamin A following insolation which would result in the sunbather becoming more susceptible to cold viruses.

Brazilian Indians wear little or no clothing and although they have a degree of pigmentation which would give them some protection from solar UV, it is probably insufficient when they are removed from the protection of their forest habitat.

STRESS: Von Euler^{6,7} has shown that conscious or subconscious stress results in the excretion of epinephrine. When this is considered in the light of the work by Thiele and Guzinski⁸ who have demonstrated in man and rats that adrenalin (epinephrine) injections deplete vitamin A, then the stress that must occur when the Indians come into contact with White civilisation would also reduce their vitamin A status.

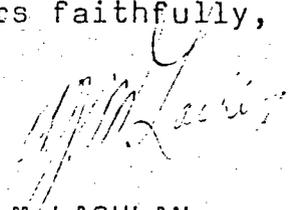
I believe that injections or the administration of oral tablets of vitamin A will help to reduce the current high mortality rate of the Brazilian Indian. Please pass the information in this letter and the references to the person who is in a position to help them.

ZINC: Since zinc is an essential catalyst in the transfer of liver reserves of vitamin A to the blood serum⁹ it may be necessary to administer zinc supplements. Zinc deficiency is best determined by hair analysis, but one of the signs is white spots under the nails.

VITAMIN A TOXICITY: That there is minimal risk of vitamin A toxicity is shown in the paper by Körner and Völlm¹⁰ and the attached Time/Dosage chart.

REFERENCES: If required, photostat copies of references will be sent to you. If you have any queries, please do not hesitate to write.

Yours faithfully,


A J McLACHLAN
Director

REFERENCES:

1. Moore, T. Vitamin A, Elsevier, Amsterdam 1957.
2. Cluver, E.H. Letter to Sylvachem re photophobia dated 10 January 1967
3. Lindqvist, T. Studien Über das Vitamin A beim Menschen, Applebergs Boktryckeriaktiebdag, Uppsala, 1938.

4. Urbach, E. Skin Diseases, Nutrition and Metabolism Grieve and Stratton, NY, 1946
5. Cluver, E.H. and Politzer, W.M. S.Afr.J. of Science 8, 61, August 1965
6. von Euler, U.S. and Lundberg, U. J. of Applied Physiology, 6, 9, March 1954.
7. von Euler, U.S. Clinical Pharmacology and Therapeutics, 5, 4, 1964
8. Thiele, W. and Guzinski, P. Klinisches Wochenschrift, 13 April 1940
9. Smith, J.C. Jr., et al. Science, 181, 7 September 1973.
10. Körner, W.F. and Völlm, J. Internat.J.Vit.Nutr.Res. 45, 1975.
11. Dosage/Time Relationship of Vitamin A Administration Showing Onset of Side Effects.

ENCLOSURES:

No.11 above

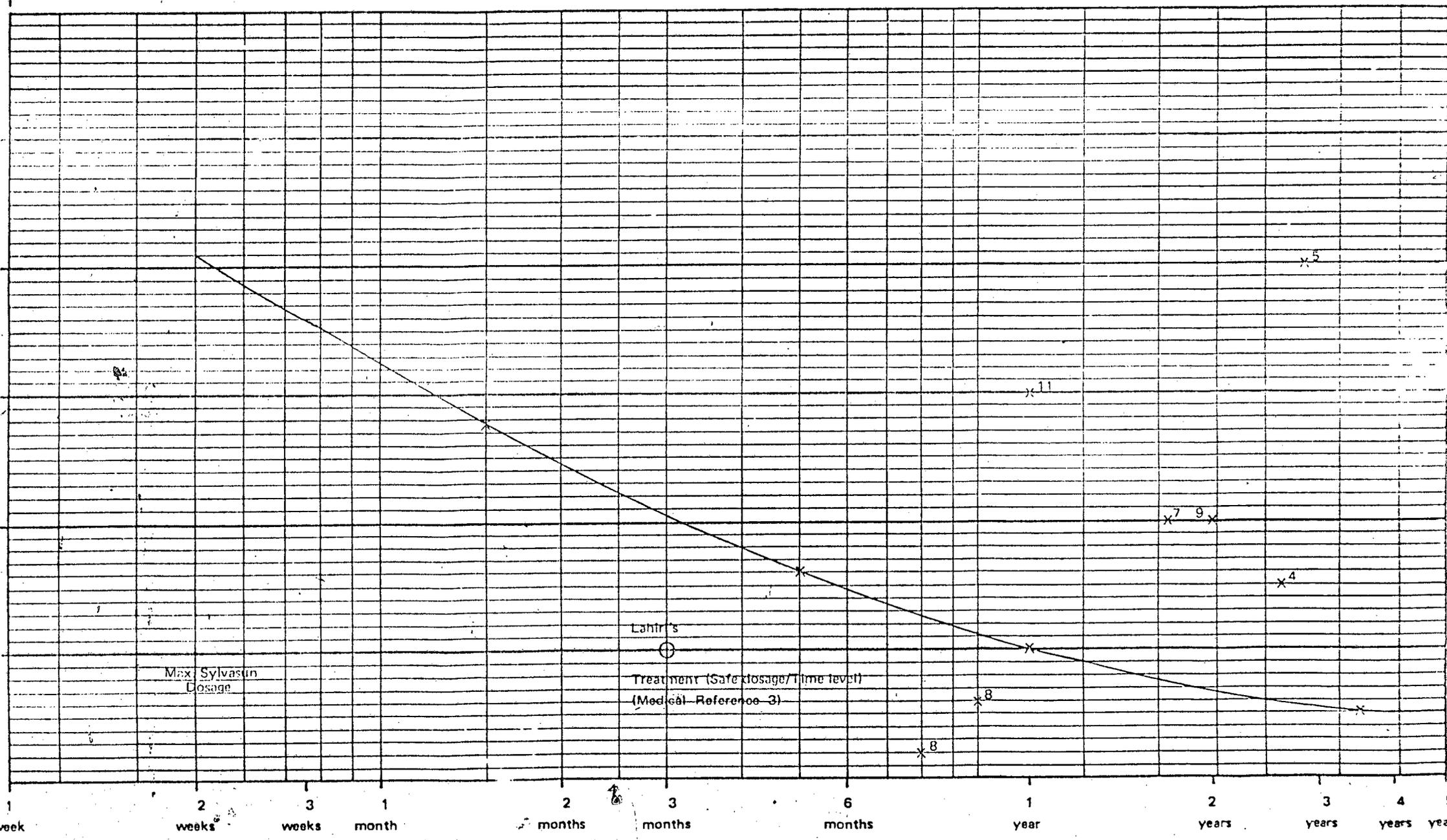
DOSAGE/TIME RELATIONSHIP OF VITAMIN A ADMINISTRATION SHOWING ONSET OF SIDE EFFECTS

Graph drawn with Data from Stimson: New Engl. J. Med. 265; 369, and Di Benedetto: J. Amer. Med. Assoc., 201, 700, 1967 with additional references included (as detailed overleaf)

445116
 VITAMIN A
 2/24

VITAMIN A I.U.'s PER DAY

1,300,000 ⑥
 600,000
 400,000
 300,000
 200,000
 100,000
 0



DURATION OF ADMINISTRATIO

For details of medical references PTO

MEDICAL REFERENCES:

- (1) "Vitamin A Intoxication in Adults" by W. H. Stimson in the New England Journal of Medicine, volume 265, pages 369-373, 24th August, 1961.
- (2) "Chronic Hypervitaminosis A in an Adult" by R. J. Di Benedetto in Journal of the American Medical Association, volume 201, pages 700-702, 28th August, 1967.
- (3) "Vitamin A in Acne Vulgaris" by K. D. Lahiri and F. J. Scandrett in the Journal of the Indian Med. Assoc., volume 23, pages 247-249, March, 1954.
- (4) "Hypercalcemia due to Hypervitaminosis A" by Gail Fisher and Penn G. Skillern in Journal of the American Medical Association, Volume 227, No. 12, pages 1413-1414, 25th March, 1974.
- (5) Hepatic Injury from Chronic Hypervitaminosis A resulting in Portal Hypertension and Ascites" by R. M. Russell, J. L. Boyer, S. A. Bagheri and Z. Hruban in the New England Journal of Medicine, volume 291, pages 435-440, 29th August, 1974.
- (6) "Acute Hypervitaminosis A in an Adult" by K. I. Furman in the American Journal of Clinical Nutrition, volume 26, pages 575-577, June, 1973.
- (7) "Chronic Adult Hypervitaminosis A with Hypercalcemia" by Charles M. Katz and Manuel Tzagournis in Metabolism, volume 21, No. 12, pages 1171-1176, December 1972.
- (8) "Chronic Hypervitaminosis A with Intracranial Hypertension and Low Cerebrospinal Fluid Concentration of Protein" by Normal J. Siegel and Thomas J. Spackman in Clinical Pediatrics, volume 11, No. 10, pages 580-584, October 1972.
- (9) "Vitamin A Intoxication" by Terence E. Hawkins and Daniel T. Burlon in the Journal of the American Osteopathic Association, volume 73, pages 371-375, January 1974.
- (10) "Chronic Vitamin A Intoxication" by S. T. Teo, J. Newth and B. J. Pascoe in the Medical Journal of Australia, volume 2, pages 324-326, 18th August 1973.
- (11) "Chronic Intoxication with Vitamin A in Adults" by W. Raaschou-Nielsen in Dermatologica, volume 123, No. 5, pages 293-300, 1961.

	AUTHORS	PATIENT		DOSAGE (IU/Day)	FOR HOW LONG
		Sex	Age		
(1)	Stimson	F	32	100,000	5 years
(2)	Di Benedetto	F	51	600,000	3 years
(3)	Lahiri et al.	39M	?	100,000	3-6 months
		36F	?		
(4)	Fisher et al.	F	18	150,000	3 years
(5)	Russell et al.	F	54	100,000-1,250,000 to 400,000	5 years
		M	63		
(6)	Furman	F	28	1,300,000	1 day
(7)	Katz et al.	M	18	200,000	2 years
(8)	Siegel et al.	M	2½	57,000	1 year
		F	1	25,000	½ year
(9)	Hawkins	F	15	200,000(?)	2 years
(10)	Teo et al.	F	42	90,000	10 years
(11)	Raaschou-Nielsen	F	18	300,000	1 year

National Geographic Magazine

WASHINGTON, D. C. 20036

February 17, 1978

PROC. N. FUNAI
FILE
Rubrica

4451176

RESEARCH DIVISION

Mr. A.J. McLachlan
Director
Sylvachem (Pty) Ltd.
P.O. Box 734
Pietermaritzburg, 3200
Natal, South Africa

Dear Mr. McLachlan:

Thank you for your recent letter concerning the November article on the Brazil interior. The material you enclosed discussing the benefits of Vitamin A supplements has been forwarded to the author, who works in this area frequently. I'm sure he will find this information very useful for future reference, and will pass it on to those authorities involved.

Thank you again for your concern.

Sincerely,

Jeanne E. Peters
Research Staff

Dear Loren:

I thought you might be interested in this material for future reference - one of our enthusiastic readers.

Hope all goes well with you, and current projects you are involved in.

Best regards,

Jeanne E. Peters
Research Staff

February 17, 1978

MEMORANDUM FROM RESEARCH DIVISION



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 FUNAI

PROC. N.º FUNAI

4451166

23

RUBRICA

Ao Sr. Diretor do DGPC

Examinar e apresentar parecer.

Beer, 29.03.78

[Signature]
 Ismarth de Araújo Oliveira
 Presidente da FUNAI

Sr. chefe da DER:

Tendo em vista, que o relatório informativo do Dr. A. J. McLachlan, contém subsídios de teor exclusivamente referido ao setor de saúde, sugerimos enviá-lo à DS, com vistas a obter sua opinião.

BSB, 29/03/78

Joé Maurício dos Santos Neto
 antropólogo

Sr. Diretor

Solicitamos enviar a carta em anexo. Posteriormente encaminhá-la à DS para opinar se realmente a vitamina A diminui o índice de doenças de índios recém-entretidos.

30/3/78
 Fundação Nacional do Índio
 Departamento Geral de Planejamento Comunitário

[Signature]
 Delvaír Montagner Melatti
 Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas

Encaminhe-se, de ordem, à DS, tendo em vista o despacho supra.
 29 de abril/78
[Signature]
 RAMUNDO JOSÉ DE SOUSA LOPES
 Chefe de Secretaria do DGPC

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF. Nº 042/78 - DGPC

PROG. N.º _____
PIS. _____
Rubrica _____
VYS/1166

Brasília, 05 de abril de 1978

Caro Senhor:

Cumprimentando-o, informamos que face a ne-
cessidades de controle da permanência de pesquisadores e comuni-
cadores sociais, etc., em áreas indígenas do Território Nacio-
nal, a Presidência da Fundação Nacional do Índio baixou a Porta-
ria de nº 448/N, de 12 de setembro de 1977, em que aprova e/ou
regula as autorizações para Comunicação Social nas citadas áreas.

Solicitaríamos portanto sua colaboração no
sentido de serem atendidos os itens de nºs 2, 3 e 4 do já referi-
do Regulamento, tendo em vista possibilitar ao Departamento Ge-
ral de Planejamento Comunitário, que proceda a estudos sobre seu
pedido de autorização datada de 14/11/1977.

Segue anexo cópia da Portaria de nº 448/N.

Antecipando nossos agradecimentos, subscre-
vemo-nos atenciosamente.

MININTER - Fundação Nacional do Índio
Dept.º Geral de Planejamento Comunitário

José Alves de Melo
Diretor

Ilmo. Senhor
W. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO)

Goiânia - GO

OMSN/mk

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/4451/76

PROC. N.º FUNAI 448/116
Fls. 25
Rubrica

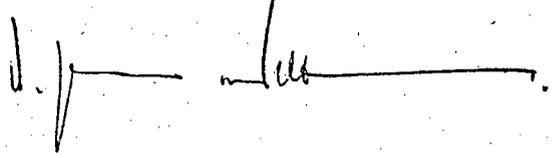
W. JESCO VON PUTTKAMER FILHO
Goiania, Go. ~~_____~~

Exmo. Snr. GENERAL ISMARTH ARAUJO DE OLIVEIRA
MD. PRESIDENTE DA FUNAI
BRASILIA, DF.

REF. : RECOMENDAÇÕES DE SCIENTISTAS AMERICANOS
PARA MEDICAÇÕES DE INDIOS EM FRETES DE CONTACTOS.

Senhor Presidente - O escritor e pesquisador do NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, Mr. LOREN MC-INTYRE, através de sua esposa SUE, solicita que eu entregue a V. Excia. os resultados de pesquisas de Dr. A.J. MC LACLAN, com recomendações para medicação de índios em frentes de contactos da FUNAI.

Atenciosas saudações



SYLVACHEM (PTY) LTD.

101-5 MAIN CITY BUILDING
206 LONGMARKET STREET
PIETERMARITZBURG, 3201

RESEARCH DIVISION

REMITTANCE
CONTROL DIB

FEB 3 1978

Telephone 25941

Telegraphic Address: 'SYLVACHEM'

All correspondence to:

P.O. BOX 734
PIETERMARITZBURG, 3200
NATAL
SOUTH AFRICA

WS/1/76

24 January 1978

Assistant Secretary (Medical)
National Geographical Society
17th and M Sts. N.W.
Washington D C 20036
U S A

PROC. N. FUNAI
File. 26
Rubrica
FEB 6 12 34 PM '78
RESEARCH

Dear Sir

BRAZIL'S WILD FRONTIER

In the abovementioned article (N.G.M. Nov 1977, 152, 5, pp 684-719) page 701 the following statements were made:-

" Diseases Ravage Jungle Tribes

Humboldt's most dangerous enemies include microbes borne by mice, monkeys and mosquitoes. Mice transmit leishmania parasites that eat away the nose and palate. Monkeys carry yellow fever. Anopheles mosquitoes spread malaria. Sand flies make fieldwork an ordeal by itch. Although Indians, too, are tormented by bugs, maybe more so in their nakedness, their most deadly illnesses are caught from civilizados: measles, the common cold and tuberculosis.

I flew upriver to the isolated FUNAI post of Serra Morena to see how well one group of Wide Belts, who call themselves Kabano Pomons, was responding to pacification.

Not so well. Elders were coughing and spitting. "Many have suffered colds for two years" said Francisco de Assis, the FUNAI man in charge. Two women stayed in hammocks all the torrid day and cool night. They were dying of pneumonia, Assis said."

There is a considerable amount of medical evidence which indicates that the administration of vitamin A would increase the resistance of the Indians to

measles, the common cold and tuberculosis.

Thomas Moore¹ in his book Vitamin A has recorded that losses of vitamin A occur in disease (p.381 and chapter 32 and table 62).

PROC. N° 445/176
 2/10

MEASLES: Photophobia that occurs with measles is due to depletion of the hepatic reserves of vitamin A and as a result there is an insufficient supply of vitamin A to maintain the visual purple, which is 90% vitamin A aldehyde. The attached letter from Dr E H Cluver² (who undertook research for this company) confirms this contention.

PNEUMONIA: Moore has quoted a paper by Lindqvist³ and reproduces a diagram illustrating the excretion of vitamin A in the urine at various stages in a typical case of pneumonia.

INFLUENZA: Colonel Drummond, Rhodesian Army, during one of my visits to Rhodesia confirmed an observation which I have made over a number of years, viz. that persons convalescing after a virus infection who overindulge in sunbathing usually suffer a relapse. I postulated that the virus infection would lower the patient's hepatic vitamin A reserves and would lower his resistance - then as he starts to build up his vitamin A reserves and recover - exposure to solar UV rays would deplete the reserves.^{4, 5} The relapse is usually more severe than the original dose of influenza. Drummond had noted this occurrence among recruits who, recuperating from influenza, sunbathed then suffered a relapse.

COLDS: I have noted that persons going on holiday straight from an indoor occupation, who sunbathe (in excess) frequently develop a 'cold'. This could be due to losses of vitamin A following insolation which would result in the sunbather becoming more susceptible to cold viruses.

Brazilian Indians wear little or no clothing and although they have a degree of pigmentation which would give them some protection from solar UV, it is probably insufficient when they are removed from the protection of their forest habitat.

STRESS: Von Euler^{6,7} has shown that conscious or subconscious stress results in the excretion of epinephrine. When this is considered in the light of the work by Thiele and Guzinski⁸ who have demonstrated in man and rats that adrenalin (epinephrine) injections deplete vitamin A, then the stress that must occur when the Indians come into contact with White civilisation would also reduce their vitamin A status.

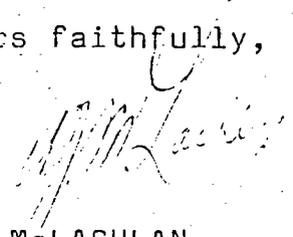
I believe that injections or the administration of oral tablets of Vitamin A will help to reduce the current high mortality rate of the Brazilian Indian. Please pass the information in this letter and the references to the person who is in a position to help them.

ZINC: Since zinc is an essential catalyst in the transfer of liver reserves of vitamin A to the blood serum⁹ it may be necessary to administer zinc supplements. Zinc deficiency is best determined by hair analysis, but one of the signs is white spots under the nails.

VITAMIN A TOXICITY: That there is minimal risk of vitamin A toxicity is shown in the paper by Körner and Völlm¹⁰ and the attached Time/Dosage chart.

REFERENCES: If required, photostat copies of references will be sent to you. If you have any queries, please do not hesitate to write.

Yours faithfully,


A J McLACHLAN
Director

REFERENCES:

1. Moore, T. Vitamin A, Elsevier, Amsterdam 1957.
2. Cluver, E.H. Letter to Sylvachem re photophobia dated 10 January 1967
3. Lindqvist, T. Studien über das Vitamin A beim Menschen, Applebergs Boktryckeriaktiebdag, Uppsala, 1938.

4. Urbach, E. Skin Diseases, Nutrition and Metabolism
Grieve and Stratton, NY, 1946
5. Cluver, E.H. and Politzer, W.M. S.Afr.J. of Science
8, 61, August 1965
6. von Euler, U.S. and Lundberg, U. J. of Applied
Physiology, 6, 9, March 1954. PROC. 29 4451/16
7. von Euler, U.S. Clinical Pharmacology and
Therapeutics, 5, 4, 1964
8. Thiele, W. and Guzinski, P. Klinisches Wochen-
schrift, 13 April 1940
9. Smith, J.C. Jr., et al. Science, 181, 7 September
1973.
10. Körner, W.F. and Völlm, J. Internat.J.Vit.Nutr.Res.
45, 1975.
11. Dosage/Time Relationship of Vitamin A Administration
Showing Onset of Side Effects.

ENCLOSURES:

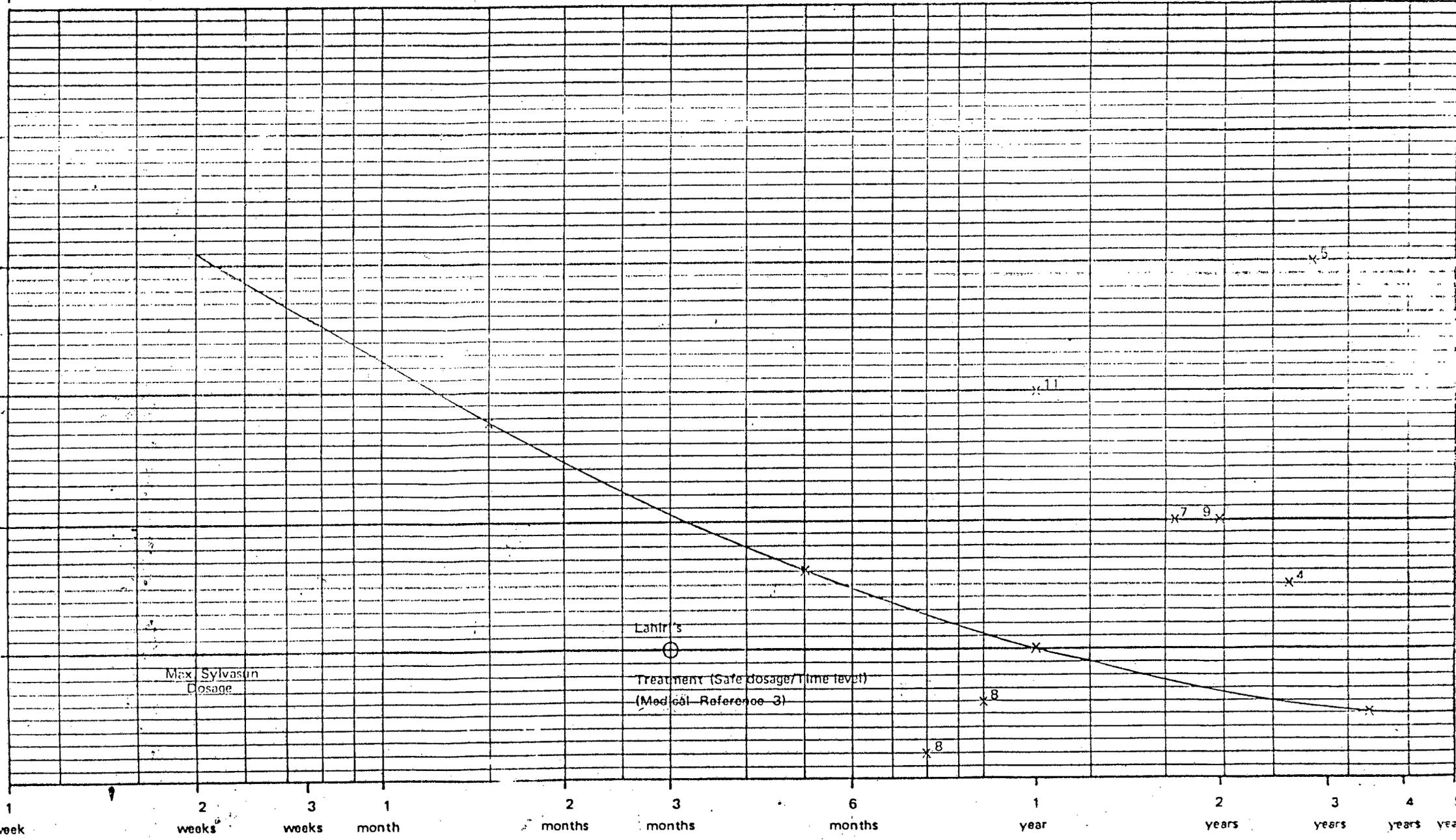
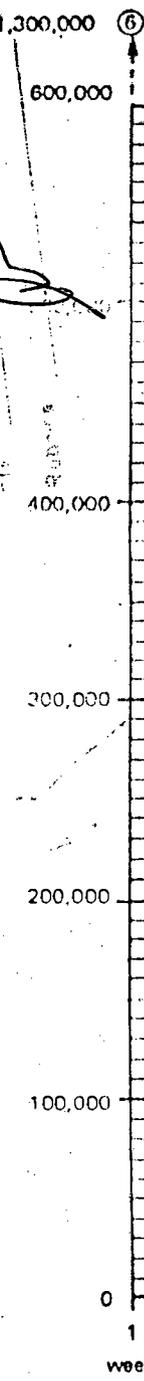
No.11 above

DOSAGE/TIME RELATIONSHIP OF VITAMIN A ADMINISTRATION SHOWING ONSET OF SIDE EFFECTS

Graph drawn with Data from Stimson: New Engl. J. Med. 265; 369, and Di Benedetto: J. Amer. Med. Assoc., 201, 700, 1967 with additional references included (as detailed overleaf)

4481/Ab
 PROC. N. 30

VITAMIN A I.U.'s PER DAY



DURATION OF ADMINISTRATION

For details of medical references PTO

MEDICAL REFERENCES:

- (1) "Vitamin A Intoxication in Adults" by W. H. Stimson in the New England Journal of Medicine, volume 265, pages 369-373, 24th August, 1961.
- (2) "Chronic Hypervitaminosis A in an Adult" by R. J. Di Benedetto in Journal of the American Medical Association, volume 201, pages 700-702, 28th August, 1967.
- (3) "Vitamin A in Acne Vulgaris" by K. D. Lahiri and F. J. Scandrett in the Journal of the Indian Med. Assoc., volume 23, pages 247-249, March, 1954.
- (4) "Hypercalcemia due to Hypervitaminosis A" by Gail Fisher and Penn G. Skillern in Journal of the American Medical Association, Volume 227, No. 12, pages 1413-1414, 25th March, 1974.
- (5) Hepatic Injury from Chronic Hypervitaminosis A resulting in Portal Hypertension and Ascites" by R. M. Russell, J. L. Boyer, S. A. Bagheri and Z. Hruban in the New England Journal of Medicine, volume 291, pages 435-440, 29th August, 1974.
- (6) "Acute Hypervitaminosis A in an Adult" by K. I. Furman in the American Journal of Clinical Nutrition, volume 26, pages 575-577, June, 1973.
- (7) "Chronic Adult Hypervitaminosis A with Hypercalcemia" by Charles M. Katz and Manuel Tzagournis in Metabolism, volume 21, No. 12, pages 1171-1176, December 1972.
- (8) "Chronic Hypervitaminosis A with Intracranial Hypertension and Low Cerebrospinal Fluid Concentration of Protein" by Normal J. Siegel and Thomas J. Spackman in Clinical Pediatrics, volume 11, No. 10, pages 580-584, October 1972.
- (9) "Vitamin A Intoxication" by Terence E. Hawkins and Daniel T. Burlon in the Journal of the American Osteopathic Association, volume 73, pages 371-375, January 1974.
- (10) "Chronic Vitamin A Intoxication" by S. T. Teo, J. Newth and B. J. Pascoe in the Medical Journal of Australia, volume 2, pages 324-326, 18th August 1973.
- (11) "Chronic Intoxication with Vitamin A in Adults" by W. Raaschou-Nielsen in Dermatologica, volume 123, No. 5, pages 293-300, 1961.

	AUTHORS	PATIENT		DOSAGE (IU/Oay)	FOR HOW LONG
		Sex	Age		
(1)	Stimson	F	32	100,000	5 years
(2)	Di Benedetto	F	51	500,000	3 years
(3)	Lahiri et al.	39M	?	100,000	3-6 months
		36F	?		
(4)	Fisher et al.	F	18	150,000	3 years
(5)	Russell et al.	F	54	100,000-1,250,000 to 400,000	5 years
		M	63		8 years
(6)	Furman	F	28	1,300,000	1 day
(7)	Katz et al.	M	18	200,000	2 years
(8)	Siegel et al.	M	2½	57,000	1 year
		F	1	25,000	¾ year
(9)	Hawkins	F	15	200,000(?)	2 years
(10)	Teo et al.	F	42	90,000	10 years
(11)	Raaschou-Nielsen	F	18	300,000	1 year

National Geographic Magazine

WASHINGTON, D. C. 20036

PROC. IN FINAL
3/1
445/1166

February 17, 1978

RESEARCH DIVISION

Mr. A.J. McLachlan
Director
Sylvachen (Pty) Ltd.
P.O. Box 734
Pietermaritzburg, 3200
Natal, South Africa

Dear Mr. McLachlan:

Thank you for your recent letter concerning the November article on the Brazil interior. The material you enclosed discussing the benefits of Vitamin A supplements has been forwarded to the author, who works in this area frequently. I'm sure he will find this information very useful for future reference, and will pass it on to those authorities involved.

Thank you again for your concern.

Sincerely,

Jeanne E. Peters
Research Staff

Dear Loren:

I thought you might be interested in this material for future reference - one of our enthusiastic readers.

Hope all goes well with you, and current projects you are involved in.

Best regards,

Jeanne E. Peters
Research Staff

February 17, 1978

MEMORANDUM from Research Staff



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 FUNAI

PROC. N.º FUNAI

4451126
 37
 fe

Ao Sr. Diretor do DGO

Examinar e apresentar parecer.

Em, 29.03.78

[Assinatura]
 Osmar de Araújo Oliveira
 Presidente da FUNAI

FUNAI - DGO	
Entrada :	29.3.78
Horário :	17 - 00
Ex-16-38 :	
Rubrica :	Sr. Diretor

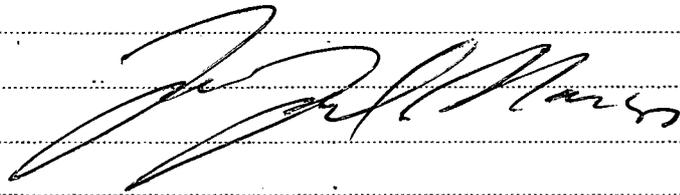
Em 5-4-78
 Seu Diretor

Trata-se de relatório apresentado pelo Dr. Mc-LACHLAN após visita aos CIVILIZADOS de SERRA MORENA, cujas condições de saúde poderiam ser melhoradas: há gripe e pneumonias. Tais índios estariam sendo assistidos pelo missionário FRANCISCO de ASSIS.

O Dr. Mc-LACHLAN recomenda vitaminas A para aumentar a resistência dos indivíduos contra de feixes, pneumonias, influenza, resfriados e depressões que atacam índios recém-contatados. Ressalte a baixa toxicidade da vitamina e lembre que doentes em recuperação podem ter recaídas se houver deficiência de vitamina A, causada pela exposição do corpo aos raios infra-vermelhos do sol. Também assinala que o zinco é imprescindível para levar as reservas de vitamina A do fígado para o sangue e que a falta de zinco no organismo é verificada pela presença de manchas brancas nas unhas e por queda anormal dos cabelos. Tudo muito útil e conveniente,

para conhecimento do Dr. CARLOS ALBERTO
e MOLINA.

Recomendo, pois a V.S., encaminhar a
presente documentação aos referidos senhores
líquidos



Do Sr. Carlos Alberto para em
entendimentos com o Sr. Molina, após
análise, apresentar propostas de soluções.

Em 05/04/78.

Sr. Diretor do DGO

Ciente

Subjeto enviado ao Sr. Molina, tendo após
a leitura, entendimentos para uma solução
em 11/04/78

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Depto. Geral de Operações
Dr. Carlos Alberto Tabares
CAN-DF 8105 - CPF 069505144

1- De acordo.

2- Encaminhe-se ao DGO, para
conhecimento e posteriormente entrar
em entendimentos com o Sr. Molina.

Em 22/04/78.
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Depto. Geral de Operações

Gerson da Silva Alves
Diretor



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
FUNAI

PROC. N.º FUNAI

4451/76
33
[Assinatura]

A Secretaria para angustinar
Informando que a Escola Paulista
de Medicina está exercendo
Pesquisas sobre Problemas Nutricionais
relacionados com doenças carenciais

BSB, 03/10/78

Serrides Abreu

DS

Ciente:

[Assinatura]

BSB, 11/10/78

PROC. N.º FUNAI 4451/76
Fls. 24
Rubrica

TERMO DE ANEXACÃO

Anexamos, nesta data, ao Processo de nº FUNAI/BSB/4451/76, de interesse do Sr. W.JESCO VON PUTTKAMER FILHO, relatório de atividades e contatos mantidos nos Estados Unidos e Alemanha.

Em, 03 de agosto de 1984


Léa Tavares - Aux. Adm. B/4

~~_____~~
Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia

~~_____~~ Universidade Católica de Goiás

Eng.º W. Jesco Von Puttkamer Filho

Prof. Pesquisador Reg. Esp.

~~_____~~ - Fone (062) 251-0103 - 74.000 - Goiânia - Goiás

Boiana 24-VI-84

jurandy :

Voltei da Europa e E.E.U.U.
e aqui meu Relator da Universidade.
Abraço

[Signature]

PROG. N.º FUNAI 25 143116

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTATOS MANTIDOS NOS ESTADOS UNIDOS E ALEMANHA, NUMA VIAGEM DE SEIS (06) SEMANAS NOS MESES DE MAIO E JUNHO DE 1984

FUNAI SEC/GAB
1850
ENT. [initials] EM 29-84
SAÍDA [initials] EM

Instituições contactadas:

E.U.A.

- 1ª) National Geographic Society
- 2ª) University Harward
- 3ª) World Wildlife Fund

ALEMANHA OCIDENTAL

- 1ª) Museu Etnológico de Berlim
- 2ª) Depto. de Etno-música do Museu de Berlim
- 3ª) Universidade de Berlim
- 4ª) Indústria Farmacêutica Hoechst.

02/8/84
[initials]

Resultados dos contatos de um(01) mês nos Estados Unidos.

NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

O pessoal da National Geographic gostou do material colhido sobre os Uru Eu Wau Wau (o "PADIA") de Rondônia e resolveram financiar mais uma viagem naquela região, afim de complementar dados para realizar uma reportagem de grande estilo sobre a descoberta e pacificação dessa tribo - os Uru Eu Wau Wau - e da fabulosa planta que estes índios descobriram, talvez há milhares de anos, denominada PADIA e da qual extraem o veneno utilizado na ponta de suas flechas, com propriedades de anti-coagulante.

Os recursos prevêem uma estadia de três(03) meses na região, nos meses de agosto, setembro e outubro próximos, com saída para dezoito (18) de agosto. Inclusive, o fornecimento de filmes e dinheiro para custear o frete de avião de Porto Velho para Alta Lídia e permanência naquele posto indígena, com um acompanhante da Universidade Católica de Goiás (Vanderlei, Mário Arruda ou outro). No caso do acompanhante da Universidade Católica de Goiás teria que ar-

PROC. N.º FUNAI 26 24/5/11/6
car apenas com a viagem de ida e volta de Goiânia-Porto Velho.

UNIVERSITY HARWARD

Na sede da National Geographic em Washington, recebi uma equipe de pesquisadores da Universidade de Harward, coordenada pelo Dr. Mark J. Plotkin, Etnobotânico, interessados em entrosar com as equipes de pesquisa da Universidade Católica de Goiás-IGPA, a serem constituídas, para realização conjunta de estudos nesta área científica, principalmente na região de Rondônia, na área de Alta Lídia - território indígena Uru Eu Wau Wau, a partir da descoberta da planta PADIA usadas por estes índios .

O pessoal da Universidade de Harward, oportunamente irão procurar a Universidade Católica de Goiás para a efetivação das intenções manifestadas nesse encontro.

Entretanto, como vamos falar mais adiante, a Universidade de Berlim já vai mandar agora em agosto, a nosso convite, um doutorando para iniciar os contatos visando estabelecer um convênio de cooperação entre a UCG e aquela Universidade e realizar sua tese de doutorado sobre o PADIA. Assim convinha adiar para o ano que vem a participação da Universidade de Harward nos trabalhos da UCG, para evitar um atrito entre as duas Universidades.

WORLD WILDLIFE FUND

Também em Washington, recebi na sede da National Geographic para um almoço, a Senhora Mary O'Grady, uma das diretoras dessa instituição filantrópica, que procuram estudar e conhecer a vida dos animais e sua preservação. O interesse deles, seria em estudar a ecologia e vida dos animais na área dos Uru Eu Wau Wau, praticamente desconhecida e intocada neste aspecto. Também pretendem realizar os trabalhos em conjunto com a Universidade Católica de Goiás. Eles vão procurar a Universidade e não tem perigo de atrito com ninguém.

Resultados dos contatos realizados na Alemanha durante duas(02) semanas.

MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM

PROC. N.º FUNAI
Fls.
Rubrica

4434/116

A convite do Diretor do Museu de Berlim, Prof. Dr. G. Hartmann, hospedei em sua casa. Ali ele se interessou em adquirir duas mil (2.000) fotografias, de valor etnológico incalculável, mas como eu queria doar estas fotografias à Universidade Católica de Goiás, apenas permiti que tirasse cópias (duplicatas) e depois devolvesse os originais. O Prof. Hartmann, ainda vai adquirir mais ou menos mil(1.000) duplicatas dos slides de Londres, cujos originais voltarão e oportunamente serão doados à UCG.

UNIVERSIDADE DE BERLIM

Hospedado na casa do Prof. Hartmann, fiz conhecimento com seu filho, Sr. Mathias Hartmann, que está se doutorando em Medicina na Universidade de Berlim e assim, consegui através de sua pessoa, contato com esta Universidade.

Daí ficou resolvido o seguinte: o Sr. Mathias Hartmann, virá para o Brasil e viajarei para o Rio de Janeiro para recebê-lo no dia 1º de agosto próximo. Após a permanência de cinco(05) dias no Rio, hospedado na casa de um cunhado meu, que é médico também, ele virá para Goiânia, devendo chegar aqui no dia seis(06) ou sete (07) de agosto. Ficará em minha casa por uns quinze(15) dias, quando vai expressar à Universidade Católica de Goiás, seu interesse de realizar um trabalho conjunto, seja para a realização de seu doutorado sobre a árvore PADIA (se tem propriedades medicinais importantes ou não) - seja para iniciar as conversações concretas para o estabelecimento de um convênio da UCG com a Universidade de Berlim. O que ele publicar depois sobre os Uru Eu Wau Wau e o PADIA, já teria a participação da UCG.

Adiantei ao pessoal da Universidade de Berlim (e também

PROC. N.º FURAI 4451/76
38

para o pessoal contactado em Washington), ~~que a~~ Universidade Católica de Goiás é pioneira em pesquisas nesta área do Centro-Oeste e Noroeste Brasileiro, possuindo inclusive, uma autorização e delimitação de área de pesquisas na região, por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, abrangendo também a área dos Uru Eu Wau Wau. Este pioneirismo advém de trabalhos de vinte(20) anos atrás, através de minha pessoa e do Prof. Altair e hoje, atualizado pelas últimas viagens e trabalhos na região, realizados por mim, Adrian Cowell, Mário Arruda, Vanderlei de Castro, Vicente Rios e Altair Sales. De modo geral, expliquei que os goianos sempre tem dado apoio para o desbravamento do Centro-Oeste Brasileiro, primeiro através da Fundação Brasil Central e depois pela Universidade de Goiás, favorecendo as penetrações nessa área territorial.

Argumentei da necessidade de realizar pesquisas conjugadas de etnologia, arqueologia, ecologia, botânica, zoologia, medicina, etc, neste meio ambiente do altiplano tropical, a exemplo, a região de Alta Lídia, praticamente inexplorada. E com os resultados destes trabalhos executados e divulgados, procurar preservar o meio ambiente original e o homem dali - o Uru Eu Wau Wau. Com estas explicações, efetivou-se um vivo interesse de atuarem nestas áreas, convênidos com a Universidade Católica de Goiás.

O Sr. Mathias Hartmann pretende permanecer uns quinze (15) dias em Goiânia, se possível estagiando na UCG, e depois viajará comigo até Rondônia, acompanhado de mais um pesquisador da UCG e lá permanecerá em torno de dois(02) meses. Ele já tem recursos próprios, necessitando da UCG apenas as devidas autorizações - ou melhor - apresentações às autoridades competentes, para facilitação da execução de seus trabalhos previstos em cooperação com a UCG (a negociar com a Direção do IGPA e com o Reitor).

Lembramos, que junto com a viabilização do trabalho pretendido pelo Sr. Mathias Hartmann, está implícita a possibilidade promissora de se firmar um convênio de cooperação para pesquisas,

PROJ. N. FUBOM 4451/06
39
FIS.
Rubricas

prováveis recursos materiais, financeiros e humanos, para realização conjunta de projetos futuros da UCG com a Universidade de Berlim, em favor da preservação ecológica do meio ambiente, do índio, etc, e concomitante enriquecimento científico da comunidade universitária de ambas instituições.

No convênio com a Universidade de Berlim, inclui também a possibilidade de intercâmbio de estudantes e estagiários visando o aperfeiçoamento técnico-científico.

DEPTO. DE ETNO-MÚSICA DO MUSEU DE BERLIM

Através do Dr. Artur Simon, diretor do Depto. de Etno-música do Museu Etnológico de Berlim, acertamos que oportunamente viria à UCG, um técnico daquele departamento, afim de estudar as gravações sonoras registradas por mim, junto aos índios da Amazônia. Adiantei a autorização para a visita de estudos e para tirar cópias de nossas gravações, desde que seja acertada a cooperação futura UCG-Depto. de Etno-Música do Museu de Berlim, para lançamento conjunto de um ou dois discos e cassetes, com músicas indígenas da Amazônia, o que ainda não foi feito aqui.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA HOECHST

O último contato na Alemanha, foi na cidade de Frankfurt, através do Consul Geral da República Dominicana, Sr. Horst W. Dettmer, que vive naquela cidade e é amigo do meu cunhado. O Consul convidou a Direção do grande grupo farmacêutico Hoechst e outros cientistas, para um coquetel em sua casa afim de assistirem uma projeção de duas horas de slides, de minha parte, com comentários sobre os Uru Eu Wau Wau e o progresso em Rondônia e, especificamente, sobre a planta descoberta pela Universidade Católica de Goiás, o célebre PADIA.

Diante disso, o pessoal ficou muito interessado e querem também, em conjunto com a UCG, estudar essa planta para uso

4454166
DOC. N.º FUNAI

farmacêutico. Vão entrar em contato com a Universidade, através do seu representante no Rio de Janeiro, Dr. Mader.

Entretanto, considero que o mais importante no momento é dar prioridades aos cientistas, deixando esta indústria para trabalhos futuros, quando já se tiver os primeiros resultados científicos em mãos.

Outro contato não mencionado, realizado na Alemanha, foi com a Revista GEO, tipo a National Geographic Society dos E.U. A., muito grande e rica. Mas, infelizmente, competidoras. Queriam que em agosto próximo eu fosse fazer a reportagem sobre os Uru Eu' Wau Wau e o PADIA, para eles. Mas, como não quero este atrito com a National Geographic, disse para o pessoal da GEO que trabalho para eles a partir do ano que vem.

CONCLUSÃO

Espero que a Universidade Católica de Goiás, através do seu Magnífico Reitor, Pe. José Pereira de Maria e do atual Diretor do IGPA, Prof. Élio Garcia Duarte, apoiem os acertos que adiantei nos Estados Unidos e Alemanha, considerando a minha situação ali e distância e tendo que firmar contatos que surgiram e que podem garantir a realização dos nossos trabalhos futuros em benefício das comunidades indígenas. Entretanto, todas as pessoas que procurarão a UCG, será para efetivar os primeiros contatos adiantados e a partir daí, dentro das condições da Universidade-IGPA e suas perspectivas de atuação futura, pois ressalvei sempre a posição da UCG de patrocinadora, orientadora e fiscalizadora dos Projetos científicos executados em convênio com essas instituições, com um mínimo de ônus de nossa parte.

Por outro lado, o contato mais concreto de todos foi com a Universidade de Berlim e Museu Etnológico, pois já em início de agosto próximo, como mencionamos, chegará por aqui representante para concretização das propostas de colaboração e já início dos

trabalhos de campo.

PROC. N.º FUNAI

Fl.

Quilômetro

4451/76

Para receber este pessoal e tirar os frutos concretos dos primeiros contatos, faz-se necessário que a UCG, através do IGPA, defina junto à FUNAI e CNPq, seus projetos específicos de atuação e respectivas áreas de estudo, recursos humanos e materiais mínimos necessários. Útil seria a reativação do rádio para dar maior segurança ao pessoal em campo, através da estreita comunicação com o IGPA e Universidade.

Aproximadamente cinco mil^{dez} (5.000)^{10.000} slides serão doados ao IGPA nos próximos quinze (15) dias, logo após serem identificados por grupo tribal. O restante dos slides permanecerão na Europa e E.U.A., até que se resolva as diversas publicações que estão sendo cogitadas.

Com a UCG mantendo as "rédeas na mão" na amarração desses contatos ora mantidos, coloco-me a disposição da Direção do IGPA e do Magnífico Reitor, para ajudar com meus conhecimentos junto à FUNAI, CNPq e instituições dos E.U.A. e Alemanha, para a definição do campo de atuação do IGPA/UCG na região do Centro-Oeste e Noroeste Brasileiro, através de convênios de cooperação entre as inúmeras instituições em pauta, para execução dos respectivos projetos em favor do índio brasileiro.

Anexo, xérox de memorandos enviados ao IGPA e relatórios em inglês dirigidos à National Geographic Society, Universidade de Harvard, Berlin e outras instituições, bem como os nomes, endereços e identificação das pessoas de cada instituição contactada durante a viagem.

A disposição para maiores esclarecimentos agradeço,

Cordialmente,

W. Jesco von ~~W.~~tkamer Filho

Goiânia 20/06/84

Relatório - Para a Universidade de Berlim, Harvard (E.U.U.) e Farma-
Hoechst
Sobre a descoberta da nova tribo indígena na Amazonia - os assim denomi-
nados "URUEU-WAU-WAU" e seu recente veneno "Padia" para flechas

Somente em abril de 84 conseguimos sob o comando do experiente sertanista brasileiro APOENA DE MEIRELLES pacificar e fazer o pacto de amizade com um grupo ainda desconhecido e hostil de indígenas (cacique Djahi e cacique Dacára), e que têm o nome de "Urueu-Wau-Wau", junto aos seus inimigos, e habitam o altiplano tropical a 180km ao sul da cidade de Porto Velho, Rondônia, noroeste do Brasil.

Para nossa surpresa, foi-nos possível observar que esses indígenas, que falam o dialeto tupy, revelaram hábitos diferentes e não têm tido nenhum contato ou amizade com os civilizados, a não ser de natureza hostil. Agora, que nos foi possível estabelecer relacionamento amigável, temos tido a oportunidade de executar uma série de boas fotos, e a fazer algumas observações extraordinárias, principalmente na arte ornamental, ou no preparo de alimentos.

Conseguimos firmar tão boa amizade, - com o jovem cacique guerreiro UACÁRA -, que ele não fez questão de mostrar-nos um de seus segredos máximos: uma árvore, para nós ainda desconhecida, que eles chamam de "PADIA", que ao que parece está nativa no altiplano tropical (600 a 800 metros de altura) e cuja casca fresca fornece um líquido avermelhado com o qual untam suas pontas de flechas, depois fixam no fogo baixo, e que produz sangramento tão volumoso que a pessoa ou a caça (antas e porcos selvagens) quando feridos com essas flechas estão irremediavelmente sujeitos à morte em poucos minutos. (Eles) dizem também que o "Padia" é tão potente que dissolve o sangue coagulado. Acreditamos que esses índios de alta inteligência têm conhecimento de outras plantas importantes, que poderiam interessar à medicina.

O habitat dos indígenas Urueu-Wau-Wau está no altiplano de 600-800 metros, denominado Alta Lídia. Possui muitas cadeias montanhosas, entre elas, as montanhas de Paacas Novas, com 800 metros em altura. No meio existe uma planície tipo savana, e é origem de todos principais rios na região (Jarú-Jamari-Cautário-Urupá-Paacas Novas-Jacyparaná, além de outros). Ainda está completamente virgem do invasor branco, seu tamanho é no mínimo 100 por 100 milhas em largura. Na região fronteira das cadeias montanhosas e do savana principiam as férteis florestas tropicais, com muita madeira nobre, mogno, cerejeira, cacauzeiro nativo, muitas palmeiras frutíferas. Graças a essa abundância, há também uma rica fauna - antas, porcos selvagens, capivaras, papagaios, araras vermelhas. Os rios são ricos em peixe, alta qualidade. Há inúmeras quedas d'água com impressionante altura, cavernas com restos da ocupação humana (paleoíndia); não muito distante do local, o professor Eurico Miller e eu realizamos escavações no abrigo sob a rocha e encontramos restos de homens com mais de 20 mil anos. (Vide: NGM-"Abrigo do Sol".)

A vegetação é bastante diferente e exótica, aparentemente típica nos altiplanos tropicais, os índios conhecem plantas estranhas, como por exemplo esta "Padia", além de outras. Sem exageros nenhuns, podemos afirmar que isso é um paraíso ecológico.

Infelizmente, é também local de muitos minerais preciosos - ouro e cassiterita, e como agora temos obtido fazer amizade com esses indígenas, muitos grupos de aventureiros - garimpeiros, peleiros, extratores de borracha - estão invadindo a terra dos índios, muito embora seja o fato declarado pelo Governo Federal que a área pertence ao Parque Nacional. Digo, reserva indígena. E estão abrindo pistas de pouso clandestino no meio do mato, com auxílio de motoserras leves. Por causa das extensões e distâncias enormes, tal ocorrência não pode ser evitada, e há grande perigo atualmente para a sobrevivência dos indígenas, da fauna animal, florestas, e dos sítios arqueológicos.

Por causa disso, alguém deveria auxiliar a Universidade de Goiás, encarregada pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), com homens e recursos materiais (dinheiro) estudar esta região.

assinado: Prof. Wolf Jesco von Puttkamer
Junho 1984

██████████ - 74 000 Goiania, GO (Brasil)

ABOUT THE DISCOVERY OF A NEW BRAZILIAN INDIAN TRIBE IN AMAZONIA, THE SO CALLED "URUEU WAU WAU" AND THEIR NEW ARROW-POISSON " P A D I A " .

Only in April of 1984 we succeeded, under the command of the experienced Brazilian Indian expert APOENA DE MEIRELLES, in making peace and friendship with a group of still not known and hostile Indians (chief Dacára) and which are called the "URUEU WAU WAU" and live on a tropical High-Plateau some 180 km south from the town Porto Velho in the State of Rondonia, in north west Brazil.

To our surprise we were able to observe that these Indians, who speak a TUPI-dialekt, revealed very different customs and have also not had any contacts or friendship with civilized peoples, except hostile. Now as we were able to establish friendly relationships, we were able to make a series of good photographs and to make some extraordinary observations, mainly concerning their way to adorn themselves or to prepare their meals.

We succeeded to make such a good friendship with the young warrior chief UACÁRA, that he did not mind to show to us one of their major secrets: a tree which we still do not know and to whom they give the name PADIA and which apparently grows only on such tropical High-Plateaus (600 to 800 meters) and from whose fresh bark they extract a redish juice which they put on their arrow-heads, afterwards fixing it over a small piece and which produces such a strong bleeding on persons or big game (as Papirs and wild pigg) wounded by them with their arrows, that the victims have to dye in a very few minutes. They also say that the Padia is so strong that it dissolves the coagulated blood. We think that these very intelligent Indians know still other important plants which might be interesting for medicine.

The habitat of these URUEU WAU WAU Indians consists of a great and 600-800 meter high Plateau, and which we call ALTA LIDIA. It has many mountain chains amongst those the mountains of Paacas Novas which are 800 meters high. It contains in its middle a great stripe of Savannahland and is the source of all the main rivers of the region (Jarú - Jamarí - Cautário - Urupá - Paacas Novas - Jacyparana and others). It is yet still completely untouched by white invaders and its size is at least 100 x 100 miles. On the border of the mountain chains and the savannah begin fertile tropical forests with many precious timbers such as mahogany, "Cerejeira" and also wild cocoa and many species of fruitbearing palm trees. Because of this abundance it is also very rich on wild life, such as tapirs, wild pigg, cabibaras, parrots and red macaws. The rivers are full of good fishes. There exist many high waterfalls and caves with the remains of ancient human occupation (paleo-Indians) and not so far from there Professor Eurico Miller and myself have made excavations in a rockshelter and found remains of men which are up to 20.000 years old (see also National Geographic Magazine: ABRIGO DO SOL).

The vegetation is very different and strange and apparently typical for such tropical High Plateaus, and the Indians know strange plants, as for instance this PADIA and others. Without any exaggeration one can say that this is an ecological paradise.

Unfortunately it is also the site of many precious minerals such as gold and tin-ore (cassiterite) and as now we have succeeded in making the friendship with these Indians, many groups of adventurers such as goldminers, skin-hunters, rubber tappers are invading the Indians land, in spite of the fact that the federal Government declared it as Indian Reservation, and making clandestine airstrips in midst of the forests with small motorsaws. Because of the enormous extensions and distances this also can be almost inavoided and a great danger exists now for the survival of the Indians, the wildlife, the forests and the archeological sites.

Because of this if one could help the University of Goiás which has been encharged by the CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) to study this region, with human and financial resources.

74.000 Goiania-Go - June 1984.
Caixa Postal, 310 - Brazil

Prof. Wolf Jesco von Puttkamer

PROG. N.º FUNAI 4451176
43

Washington, DC 20036-USA
a/c Sr. Jon T. Schneeberger
NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

10 de maio 1984

Prezado Jon:

Isso é uma solicitação urgente para a NGS e o Museu da História Natural: durante os últimos cinco anos, meu amigo e "afilhado", Apoena de Meirelles e eu temos contactado e pacificado a tribo mais hostil entre todas outras tribos - os Urueu Wau Waus. Eles habitam a região de Rondonia, Brasil, 150 km ao sul da cidade de Porto Velho. É a origem de muitos rios importantes, e encontra-se a 800 metros de altura. Denominado "Altiplano da Alta Lídia e Serra dos Paacas Novos (tribo indígena)".

É maravilhoso que nós descobrimos uma nova tribo, nunca contactada antes. Ao mesmo tempo, também descobrimos uma imensa região arqueológica, no mínimo 100 por 100 milhas em largura, absolutamente virgem pelo homem civilizado - um paraíso ecorológico. Seguramente, o último sobre a terra.

Infelizmente, enquanto estávamos pacificando essas nações indígenas das mais hostís e entre maiores, todo tipo de aventureiro e aproveitador têm vindo e invadindo e destruindo a natureza e o paraíso. São em sua maioria garimpeiros de ouro e estanho, peleiros, extratores de borracha. Eles derrubam a floresta, matam os animais que estão lá em grande quantidade, tais como antas, porco selvagem, capivaras, araras vermelhas, além de outros. Ao mesmo tempo, violam os extensos sítios arqueológicos, que nós temos visto nos abrigos e cavernas. (Vide: "Abrigo do Sol", NGM - local não muito distante daqui.) Infelizmente, esta destruição começou agora, e está evoluindo para um processo assassino, violento e rápido, que ninguém pode fazer parar - a despeito de a área ter sido declarada PARQUE NACIONAL.

Por outro lado, nossa UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, é a pioneira nessa área sob pesquisa, e o CNPq doou-a para nós para estudos e documentação. Mas temos, como sabem, poucos recursos e gente. Devido a isso, e como os srs têm nos auxiliado no passado, fui autorizado pelo nosso Reitor (vide carta) a pedir-lhe que sugira ao NGS e ao MNH (Betty Meggers) que eles patrocinem nosso trabalho em enviando 4 cientistas americanos (vide lista infra), e protegam a vida selvagem e as plantas (tais como a importante Padia).

Gostaria de juntar-me a eles como que coordenador, e a nossa UCG fornecerá as autorizações e liderará a equipe, etc. As pessoas que eu gostaria solicitar são essas: (ver a lista) .

É de muita urgencia, e eu agradeço os senhores muito ...

assinado: J e s c o

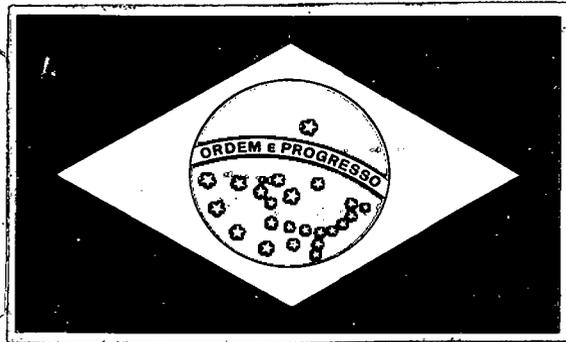


EXMO. SR.

GENERAL ISMARTH ARAUJO DE OLIVEIRA
N.D. PRESIDENTE DA FUNAI

BRASILIA - D.F.

EDÍCIO ALVORADA



→ ESCO

~~XXXXXXXXXX~~

JOIÂNIA - GO

BRASIL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451176

FIS

FUNAI - ACS

Entrada: 17/07/84

Horário: 17/07/84

Envie-se: 17/07/84

Huorica: 17/07/84

Sr Assessor Chefe em ACS

para embicar, registrar e encaminhar
à AESP.

em 04/07/84

J. J. J.

De ordem, encaminhe-se a
AESP.

em 30-07-84

Raimundo Nonato Cruz

Raimundo Nonato Cruz

Assessor Adjunto

Assessoria de Comunicação Social

Envie-se ao
Sr. Selyrio Reimer.

AESP. Sec, 03.08.84

S. R. V.

Sueli Rodrigues Viana Ferrétti
Secretária I

4451/76

INFORMAÇÃO Nº 352 /84 - AESP

Referência: Processo FUNAI/BSB/04451/76

Assunto: Carta do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO)

Senhor Assessor Chefe da AESP,

Em que pese a fraternal amizade, que por mais de quinze anos nos une ao excelente fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), não podemos nos furtar de analisar o presente processo à luz da Portaria 907/N de 18 de maio de 1984 e da Legislação concernente aos direitos autorais e conexos, visando ao cumprimento da nobre missão incumbida pelo Governo Federal à Fundação Nacional do Índio, qual seja, a defesa intransigente dos interesses dos nossos tutelados: o indígena brasileiro.

Não podemos, também, deixar de avaliar o trabalho desenvolvido durante anos pelo Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) em áreas indígenas do Território Nacional.

Por estes motivos, realizamos uma análise isenta de tudo que já foi documentado pelo fotógrafo em áreas indígenas, tomando como parâmetro saber quem mais se beneficiou com esse trabalho, se ele ou os índios.

1. HISTÓRICO SOBRE AS ATIVIDADES DO FOTÓGRAFO

Desde a época do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, o fotógrafo e cinegrafista WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem realizando trabalhos de documentação audiovisual em áreas indígenas, tendo como resultado a produção de vários filmes para a BBC de Londres, matérias para o National Geographic Magazine, gravações e cartões postais vendidos em todo o território nacional.

Com a extinção do SPI e conseqüente criação da Fundação Nacional do Índio, em dezembro de 1967, prosseguiu o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) a visitar as áreas indígenas. Com a instalação da Fundação Nacional do Índio, conseguiu o Sr. VON PUTTKAMER (FILHO), dada a proximidade entre Goiânia, onde reside, e a Capital da República, conquistar a amizade e confian

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº FUNAI VK 451176
Fls. 02
Rubrica [assinatura]

ça dos dirigentes do órgão tutelar, notadamente dos Presidentes JOSÉ DE QUEIROZ CAMPOS, OSCAR JERONYMO BANDEIRA DE MELLO e ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, os quais, por diversas vezes, o fotógrafo acompanhou quando de viagens de inspeção às áreas indígenas.

Foi graças a esta confiança que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) obteve dos sucessivos Presidentes desta Fundação, uma credencial permitindo seu ingresso em qualquer área indígena do país, motivo pelo qual ficamos impedidos de realizar um levantamento detalhado de todos os trabalhos realizados pelo referido fotógrafo.

Com a designação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) ao cargo de professor pesquisador (Reg. esp.) do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, na gestão do Presidente ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, tornou-se mais difícil o ingresso do Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), mas, mesmo assim, o mesmo continuou visitando áreas indígenas, valendo-se da amizade que, com o correr dos anos, consolidou com vários servidores desta Fundação.

Cabe destacar que no Processo FUNAI/BSB/02487/78 no verso da fl. 3, consta uma informação da então Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas do DGPC, Sra. DELVAIR MONTAGNER MELATTI de que "o Sr. JESCO não possui nenhum documento na Divisão e nunca pediu autorização formal apesar de 6 anos entrar em área indígena e comercializar fotos, slides e filmes, sem nunca ter dado nada em troca aos índios". (o grifo é nosso)

Já na folha 33 do mesmo processo, consta um parecer do Núcleo de Arqueologia do Museu do Índio do qual julgamos importante destacar o seguinte ponto:

"h) - por fim, manifestamos nossa estranheza quanto ao fato de o interessado, em cinco objetivos a que se propõe, citar, por três vezes, o ouro como alvo, quais sejam:

item 2) - Cemitério Inca - "... e mesmo uma peça de ouro ..."

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. N. FUNAI 4451186

Fls. = 03

Rubrica

item 3) - Cidades Perdidas - "... gostaríamos de encontrar os sítios antigos desses antigos garimpeiros de ouro ..."

item 4) - Velha Capital do Ouro -
(O grifo é nosso)

Convém destacar que à folha nº 22 do mesmo processo, encontra-se uma fotografia de recorte de jornal onde sob o título "JESCO" uma reportagem conta a vida desse fotógrafo e onde consta que "Desde cedo se interessou pelo sertão e pelo índio, quando viajava com seu pai pelas minas de ouro e manganês ou garimpo de diamantes ..."

Não resta dúvida que analisando a reportagem e o parecer do Núcleo de Arqueologia do Museu do Índio, muitas dúvidas ficam no ar.

No mesmo parecer, no verso da folha nº 34, encontramos o seguinte parecer da Antropóloga DELVAIR MONTAGNER MELATTI, datado de 6 de abril de 1979:

"Indeferimos o pedido de autorização solicitado pelo Sr. JESCO, por não ter formação em Antropologia e Arqueologia. Se nova autorização foi solicitada, como fotógrafo, deverá completar a documentação da Portaria 448/N. O Sr. JESCO comercializa fotos (cartões postais) e slides sem que a FUNAI cobre as taxas regulamentares. Urge que a PJ providencie com urgência as normas de pagamento para por fim a esta exploração. O Sr. JESCO nunca cumpriu as Portarias e não teve um assessoramento antropológico, por conseguinte seu material é de péssima qualidade etnográfica (posada, atitudes artificiais, fotos tomadas por solicitação ...). Atualmente os sertanistas ou delegados autorizam fotógrafos, cinegrafistas a lhes acompanharem em frente de atração. Se existe uma Portaria assinada por Presidente, parecer óbvio que todos devem cumpri-la e não apenas alguns. Isto ocasiona melindres a aqueles que cumprem religiosamente o solicitado pela DEP..." (O grifo é nosso).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. N. FUNAI 49 VVS/176
= 04 =
RUBRICA

Já a folha nº 41 do Processo FUNAI/BSB/02487/78 supracitado, encontramos uma informação com o título "CARTÕES POSTAIS - PROVIDÊNCIAS" onde no item nº 1 diz: "Verificar se o Sr. JESCO VON PATTKAMER possui autorização para ingresso em área indígena e tomar as medidas que julgar convenientes para impedir a comercialização de fotos. Caso não tenha autorização, determinar vigilância do DGPC no sentido de não conceder nova autorização. O item nº 2 solicita "acionar a Assessoria Jurídica para impedir comercialização dos cartões postais da MERCATOR sem que o índio usufrua benefício desse comércio. Finalmente o item nº 4 solicita "adotar providências para que o Sr. JESCO VON PUTTKAMER forneça à FUNAI cópias de todas as fotos, slides e filmes realizados em área indígena".

Em 2 de outubro de 1979 o então diretor do DGA exarou o seguinte despacho: "À Chefe DAI - Providenciar quanto ao item 1 e, a seguir, falar comigo sobre os demais itens".

Finalmente, em 16 de outubro, após ser informado pelo DGPC que o Sr. JESCO não possui autorização para ingresso em área indígena o Sr. Diretor do DGA, inexplicavelmente, exarou como despacho: "Ao Chefe do DAI - Ciente. Arquive-se", sem que o processo tenha sido encaminhado à Procuradoria Jurídica, como solicitado.

No que diz respeito à comercialização de cartões postais utilizando fotos tiradas pelo Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER, cabe ressaltar que a firma MERCATOR, sediada em São Paulo, há anos vem imprimindo uma série de cartões postais sob o título "Brasil Nativo" já tendo sido coletado por nós dezenas de cartões diferentes, sendo o número mais elevado da série nº 62 (sessenta e dois), sem que o índio tenha recebido um só centavo a título de direito de imagem, como determina a Lei nº 5.988/73 que regula os direitos autorais.

Finalmente, para não nos alongarmos mais, neste histórico sobre as atividades do Fotógrafo Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), desejamos reproduzir alguns trechos da Informação nº 390/83-AESP, da lavra da Antropóloga OTÍLIA MARIA CORRÊA DA ESCÓSSIA NOGUEIRA:

11/5/11/76
30
[Handwritten signature]

"- segundo informações prestadas por elementos da Assessoria de Comunicação Social, o Sr. JESCO apresentou a esta Fundação, em sua maioria, material rejeitado pela Revista "NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE", com a qual o citado Sr. mantém permanente contato, e que tal material não corresponde em hipótese alguma, ao número de entradas, por ele realizadas em áreas indígenas, mesmo sem a devida autorização, por parte do Departamento competente deste Órgão.

- a conduta do Sr. JESCO em área indígena é um assunto delicado e discutível, conforme declarações emitidas pelas lideranças xinguanas (a exemplo Takumã e Aritana), que não permitem de forma alguma, a presença deste Sr. no Parque Indígena do Xingu, baseados em atitudes tomadas pelo mesmo em área indígena ..." (O grifo é nosso).

2. PRETENSÕES ATUAIS

Em correspondência datada de 24.06.84 e enviada ao Sr. Presidente da FUNAI, o fotógrafo encaminha cópia de relatório de atividades e contatos mantidos nos Estados Unidos e Alemanha, numa viagem de seis semanas, nos meses de maio e junho deste ano, enviado ao Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás.

Desse relatório, destacamos os seguintes pontos:

- 2.1. - Ao referir-se aos contatos mantidos com a NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, nos Estados Unidos, o fotógrafo afirma que "O pessoal da National Geographic gostou do material colhido sobre os Uru-Eu-Wau-Wau (o "Pa-dia") de Rondônia e resolveu financiar mais uma viagem naquela região, a fim de complementar dados para realizar uma reportagem de grande estilo sobre a descoberta e pacificação dessa tribo - os Uru-Eu-Wau-Wau - e da fabulosa planta que estes índios descobriram, talvez há milhares de anos, denominada Pa-dia e da qual extraem o veneno utilizado na ponta de suas flechas, com propriedades de anti-coagulante. (O grifo é nosso).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N. FUNAI 4451/76
Fls. 51
Rubrica = 06 =

Pelo exposto, verifica-se que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) visitou a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau, ocasião em que documentou os contatos com aquele grupo tribal. Como, de acordo com a alínea IX do Art. 45, Capítulo IV do Regulamento Interno desta Fundação, aprovado em 29 de junho de 1983, incumbe ao Presidente:

"IX - conceder autorização para pesquisas, estudos e o exercício de atividades em terras indígenas por outras entidades ou pessoas estranhas ao quadro da FUNAI".

Claro está que o referido fotógrafo ingressou na área indígena sem autorização do órgão tutelar. Mesmo que esta autorização tivesse sido concedida por outra pessoa que não o Presidente, a mesma não teria a menor validade.

2.2 - Quando o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) relata seus contatos com a UNIVERSIDADE DE HARWARD, conta que "Na sede da National Geographic em Washington, recebi uma equipe de pesquisadores da Universidade de Harward, coordenada pelo Dr. MARK J. PLOTKIN, Etnobotânico, interessados em entrosar com as equipes de pesquisa da Universidade Católica de Goiás - IGPA, a serem constituídas, para realização conjunta de estudos nesta área científica, principalmente na Região de Rondônia, na área de Alta Lídia - território indígena Uru-Eu-Wau-Wau, a partir da descoberta da planta PADIÃ usada por estes índios". (O grifo é nosso) Mais adiante o fotógrafo diz que "a Universidade de Berlim já vai mandar agora em agosto, A NOSSO CONVITE, um doutorando para iniciar os contatos visando estabelecer um convênio entre a UCG e aquela Universidade e realizar sua tese de doutorado sobre o PADIÃ". (O grifo é nosso).

Como se pode observar, o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), em seus contatos, seja com os representantes da Universidade de Harward, seja com a Universidade de Berlim, vem incentivando a realização de pesquisas sobre o PADIÃ na área indíge-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451/16
Fls. 52 = 07 [assinatura]
Rubrica [assinatura]

na Uru-Eu-Wau-Wau, índios de contato recente e susceptíveis, portanto, a um contágio caso a seleção de elementos que ingresam na área indígena não seja o mais rigoroso possível.

Por outro lado, o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) não desconhece a legislação pertinente a pesquisas em áreas indígenas, as quais só podem ser realizadas mediante autorização expressa do Presidente da Fundação Nacional do Índio.

2.3 - Ao referir-se aos seus contatos com a WORLD WILDLIFE FUND, durante um almoço com a Sra. MARY O'GRADY, uma das diretoras dessa instituição filantrópica, o fotógrafo afirma que "O interesse deles, seria em estudar a ecologia e vida dos animais na área dos Uru-Eu-Wau-Wau, praticamente desconhecida e intocada neste aspecto". (O grifo é nosso).

Mais uma vez, vemos o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) incentivar pesquisa na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Porque este interesse em realizar pesquisas exatamente nesta área do Estado de Rondônia? Por que não na área indígena, e não em outro ponto da região, onde a fauna e ecologia são semelhantes? Certamente estas pesquisas deverão resultar em algum benefício ao fotógrafo. Quem sabe, o financiamento para a realização do seu trabalho de documentação cine-fotográfica?

2.4 - Mais adiante, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) relata o seu contato com o Diretor do MUSEU DE BERLIM, Prof. G. HARTMANN e diz que "ele se interessou em adquirir duas mil (2.000) fotografias, de valor etnológico incalculável, mas como eu queria doar estas fotografias à Universidade Católica de Goiás, apenas permiti que tirasse cópias (duplicatas) e depois devolvesse os originais. O Prof. Hartmann, ainda vai adquirir mais ou menos mil (1.000) duplicatas de slides de Londres, cujos originais voltarão e oportunamente serão doados à UCG". (O grifo é nosso).

É neste ponto que se verifica o intuito de lucro nos trabalhos de documentação cinematográfica e fotográfica que o

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451126
53 = 08
Rubrica

Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem realizando ao longo de todos estes anos em áreas indígenas, sem que o índio receba os direitos autorais e de imagem a que fazem juz, com base na Lei nº 5.988/73 e, agora, de acordo com o que estipula a Portaria nº 907/N de 18 de maio de 1984, que o Senhor Presidente da FUNAI, em tão boa hora, achou por bem assinar.

Afirma o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) que o MUSEU DE BERLIM já adquiriu duas mil (2.000) fotografias e vai adquirir ainda mais ou menos mil (1.000) duplicatas de slides. Encaramos esta afirmativa como uma confissão. O fotógrafo auferindo altos lucros com a venda de fotografias e slides obtidos em área indígena - lucros estes que chegam a permitir que realize viagens periódicas aos Estados Unidos e à Alemanha - sem que os índios ou grupos tribais retratados recebam um só tostão a título de direito de imagem como determina a legislação em vigor no nosso país.

2.5 - Sobre os contatos realizados com a UNIVERSIDADE DE BERLIM, o fotógrafo JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) afirma que o Sr. MATHIAS HARTMANN, que está se doutorando em Medicina naquela Universidade, virá ao Brasil em agosto, "quando vai expressar à Universidade Católica de Goiás, seu interesse de realizar um trabalho conjunto, seja para a realização de seu doutorado sobre a árvore PADIA - (se tem propriedades medicinais importantes ou não) - seja para o estabelecimento de um convênio da UCG com a Universidade de Berlim. O que ele publicar depois sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e o PADIA, já teria a participação da UCG". (O grifo é nosso).

Mais adiante o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) afirma haver adiantado ao pessoal da Universidade de Berlim e ao pessoal contatado nos Estados Unidos "que a Universidade Católica de Goiás é pioneira em pesquisas nesta área do Centro-Oeste e Noroeste brasileiro, possuindo inclusive, uma autorização e delimitação de área de pesquisas na região, por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451/16
- 14 - 09 =
Rubrica

e Tecnológico - CNPq, abrangendo também a área dos Uru-Eu-Wau-Wau". (O grifo é nosso).

Mais adiante, o fotógrafo afirma que "Argumentei a necessidade de realizar pesquisas conjugadas de etnologia, arqueologia, ecologia, botânica, medicina, etc, neste meio ambiente do altiplano tropical, a exemplo, a região de Alta Lídia, praticamente inexplorada". (O grifo é nosso).

Mais uma vez se constata o interesse do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) em levar pesquisadores à área indígena Uru-Eu-Wau-Wau visando a realizar estudos sobre a árvore PADIA. Causa estranheza o fato do referido fotógrafo desejar que estas pesquisas se realizem na área indígena, quando poderiam ser feitos noutro ponto daquela região.

Estranhamos, também o fato de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - tenha concedido à Universidade Católica de Goiás, autorização e delimitação de área de pesquisas abrangendo, também, a área dos Uru-Eu-Wau-Wau - segundo afirma o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) - quando é atribuição do Presidente da FUNAI conceder autorização para ingresso e pesquisas em área indígena.

2.6 - No que se refere aos contatos mantidos com o DEPARTAMENTO DE ETNO-MÚSICA DO MUSEU DE BERLIM, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) informa que "acertamos que oportunamente viria à UCG, um técnico daquele departamento, a fim de estudar as gravações sonoras registradas por mim, junto aos índios da Amazônia. Adiantei a autorização para a visita de estudos e para tirar cópias de nossas gravações, desde que seja acertada a cooperação futura UCG - Departamento de Etno-Música do Museu de Berlim, para lançamento conjunto de um ou dois discos e cassetes, com música indígenas da Amazônia, o que ainda não foi feito aqui". (O grifo é nosso).

Verifica-se, mais uma vez, que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) durante suas visitas às áreas indíge-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 10 =
SS 4451176

nas desenvolveu as mais variadas atividades, inclusive a gravação de músicas indígenas, que agora pretende comercializar, sem que os índios tenham recebido os direitos autorais a que fazem juz.

Observa-se, também, que o fotógrafo propôs o lançamento conjunto - UCG - Departamento de Etno-Música do Museu de Berlim - de um ou dois discos e cassetes, com músicas indígenas da Amazônia, mas que em momento algum abordou o problema relativo ao pagamento de direitos autorais aos índios ou comunidades indígenas onde tais músicas foram gravadas, conforme preceitua a Lei nº 5.988/73 e agora também regulamentada pela Portaria 907/N de 18 de maio de 1984.

Ademais, deve-se ressaltar que, até hoje, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) jamais entregou cópia das gravações que fez em áreas indígenas, como seria de sua obrigação.

2.7 - Ainda durante a sua permanência na Alemanha, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) manteve contatos com a INDÚSTRIA FARMACÊUTICA HOECHST, ocasião em que promoveu "uma projeção de duas horas de slides, de minha parte, com comentários sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e o progresso em Rondônia e, especificamente, sobre a planta descoberta pela Universidade Católica de Goiás, o célebre PADIA."

Diante disso, o pessoal ficou muito interessado e querem também, em conjunto com a UCG, estudar essa planta para uso farmacêutico".

Novamente causa estranheza a preocupação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER em promover pesquisas sobre a planta conhecida por PADIA, chegando ao ponto de promover uma projeção de duas horas de slides, visando a motivar o pessoal da INDÚSTRIA FARMACÊUTICA HOECHST, a estudar a planta para uso farmacêutico. Em momento algum se falou sobre o benefício que a utilização dessa planta irá trazer para os índios Uru-Eu-Wau Wau.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445116
Sb-1A

2.8 - Fala ainda o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) em seu relatório do contato que manteve na Alemanha com a REVISTA GEO, tipo National Geographic Society dos EUA, "muito grande e rica" - como ele mesmo afirmou. Diz ainda que "Queriam que em agosto próximo eu fosse fazer a reportagem sobre os Uru-Eu-Wau-Wau e o PADIA para eles. Mas, como não quero este atrito com a National Geographic, disse para o pessoal da GEO que trabalho para eles a partir do ano que vem". (O grifo é nosso).

Como se pode observar, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) diz que irá trabalhar, a partir do próximo ano, para a REVISTA GEO, da Alemanha, muito grande e rica. Ninguém trabalha de graça para ninguém, no mundo capitalista em que vivemos. O Sr. JESCO irá lucrar com as reportagens que fizer para a REVISTA GEO. E os índios? Vão receber alguma coisa?

Cabe perguntar, também, com autorização de quem o fotógrafo vai ingressar na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau para fazer a reportagem destinada ao NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, se até o momento não passou por esta Assessoria qualquer solicitação, visando seu ingresso na área indígena e somente o Presidente da FUNAI, após ouvida a AESP, pode conceder esta autorização?

2.9 - Informa ainda o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER ao encerrar seu relatório que "Aproximadamente cinco mil (5.000) slides (ou serão dez mil como ele colocou à mão) serão doados ao IGPA nos próximos quinze (15) dias, logo após serem identificados por grupo tribal. O restante dos slides permanecerão na Europa e EUA, até que se resolva as diversas publicações que estão sendo cogitadas". (O grifo é nosso)

Mais uma vez, fica comprovado que o trabalho desenvolvido pelo fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) ao longo de todos estes anos continua a auferir-lhe grandes lucros quando ele mesmo afirma que "o restante dos slides permanecerão na Europa e EUA até que se resolva as diversas publicações que estão sendo cogitadas". (O grifo é nosso).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

EXC. N. FUNAI 4451176
SF = 12
RUBRICA

Além do mais, além de não fornecer cópias das fotos à FUNAI, como determina a Portaria que regula o ingresso em áreas indígenas, anuncia que irá doar ao Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia "aproximadamente cinco mil (5.000) slides", numa flagrante desconsideração para com a FUNAI, que possui em seus arquivos apenas fotos rejeitadas pelo NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE devido sua má qualidade para aproveitamento editorial.

2.10 - Ao seu relatório, o Sr. WOLF JESCO VOM PUTTKAMER (FILHO) anexou xerox de memorandos enviados ao IGPA, à NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, UNIVERSIDADES DE HARWARD, BERLIM e outras Instituições, sobre os quais julgamos interessante tecer algumas considerações. No memorando que encaminhou para a UNIVERSIDADE DE BERLIM, HARWARD (EEUU) e FARMA-HOECHST diz o fotógrafo que "somente em abril de 84 conseguimos sob o comando do experiente sertanista brasileiro APOENA DE MEIRELLES pacificar e fazer o pacto de amizade com um grupo ainda desconhecido e hostil de indígenas (Cacique Djahi e Cacique Dacára), e que tem o nome de "Uru-Eu-Wau-Wau", junto aos seus inimigos, e habitam o altiplano tropical a 180Km ao sul da cidade de Porto Velho, Rondônia, Noroeste do Brasil". (O grifo é nosso).

Mais adiante o Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) afirma que "temos tido a oportunidade de executar uma série de boas fotos, e a fazer algumas observações extraordinárias, principalmente na arte ornamental, ou no preparo de alimentos.

Conseguimos firmar tão boa amizade, - com o jovem Cacique Guerreiro UACÁRA -, que ele fez questão de mostrar-nos um dos seus segredos máximos: uma árvore, para nós ainda desconhecida, que eles chamam de "PADIA", que ao que parece está nativa no altiplano tropical (600 a 800 metros de altura) e cuja casca fresca fornece um líquido avermelhado com o qual untam suas pontas de flechas, depois fixam no fogo baixo,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DOC. N.º FUNAI = 58110
VRS/110
e que produz sangramento tão volumoso que a pessoa ou a caça (antas e porcos selvagens) quando feridos com essas flechas estão irremediavelmente sujeitos à morte em poucos minutos. Eles dizem também que o "Padia" é tão potente que dissolve o sangue coagulado. Achamos que esses índios de alta inteligência têm conhecimento de outras plantas importantes, que poderiam interessar a medicina". (O grifo é nosso).

Já no memorando enviado ao NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, o fotógrafo diz que "durante os últimos cinco anos, meu amigo e "afilhado", Apoena Meirelles e eu temos contactado e pacificado a tribo mais entre todas outras tribos - os Uru-Eu-Wau-Wau. Eles habitam a região de Rondônia, Brasil, 150Km ao sul da cidade de Porto Velho", e no outro parágrafo afirma: "É maravilhoso que nós descobrimos uma nova tribo, nunca contactada antes". (O grifo é nosso).

Em outro trecho desse memorando o fotógrafo informa que "por outro lado, nossa UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, é pioneira nessa área sob pesquisa, e o CNPq doou-a para nós para estudos e documentação". (O grifo é nosso).

Neste ponto, pode se ver o artifício usado pelo fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) para impressionar as pessoas e instituições no exterior, quando afirma que "consegui mos, sob o comando do experiente sertanista Apoena Meirelles, pacificar e fazer pacto de amizade com grupo ainda desconhecido e hostil de indígenas ..." ou então quando diz que "durante os últimos cinco anos, meu amigo e "afilhado" Apoena Meirelles e eu temos contactado e pacificado a tribo mais hostil entre todas outras tribos - os Uru-Eu-Wau-Wau". Isto de fato impressiona no estrangeiro, ainda mais quando a pessoa que fez esse contato é um fotógrafo profissional. Acontece que o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) não é sertanista da FUNAI nem, tão pouco, obteve autorização por parte da Presidência do Órgão Tutelar para acompanhar e documentar os trabalhos da Frente de Atração Uru-Eu-Wau-Wau.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. Nº = FUNAI =
59
V. S. 17/70

Outro ponto que achamos estranho é quando o fotógrafo informa à NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY que o CNPq "doou" à UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau "para estudos e documentação", quando esta autorização deveria ser concedida - se fosse o caso - pela FUNAI.

Pelo exposto, com base no relatório enviado pelo fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) ao Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás, verifica-se que o referido profissional pretende continuar a realizar trabalhos de documentação audiovisual em áreas indígenas, no decorrer deste ano e no ano que vem, mesmo não possuindo autorização da FUNAI para ingresso nas áreas indígenas.

3. CONCLUSÕES

Pelo que foi exposto, conclui-se que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem, há mais de 30 (trinta) anos explorando as comunidades indígenas, seja através da fotografia, filmes ou gravações sonoras, constituindo-se tal fato numa violação da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais.

Não ignoramos o disposto no Capítulo III do Título VIII da referida Lei, que trata das sanções à violação dos direitos do autor e direitos que lhe são conexos, e que diz no Art. 131:

"Prescreve em cinco anos a ação civil por ofensa a direitos patrimoniais do autor ou conexos, contado o prazo da data em que se deu a violação".

Acontece que, no nosso entender, salvo melhor juízo da Douta Procuradoria Jurídica, tal violação continua ocorrendo toda vez que o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) se utiliza de fotos, filmes e gravações para fins comerciais ou não, devendo-se considerar como "data em que se deu a violação" a data em que o material - não interessando quando foi colhido - estiver sendo utilizado.

Quanto a uma possível alegação de que ele tenha sido autorizado verbalmente pelo Presidente ou Sertanistas da

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº FUNAI 4451176
Fls. 60 15
Rubrica

FUNAI para realizar documentação audiovisual em área indígena, somos de opinião que tal autorização não tem validade, limitando-se, no máximo, ao ingresso na área indígena, uma vez que o direito de imagem é um direito personalíssimo, e somente ao dono da imagem compete autorizar sua utilização, quer seja para fins comerciais ou não.

Para tanto, observe-se o que diz o artigo 29 da Lei nº 5.988/73:

"Cabe ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor da obra literária artística ou científica, bem como o de autorizar a sua utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte".

Segundo o Jurista HILDEBRANDO PONTES NETO, Membro do Conselho Nacional de Direito Autoral e do Instituto Interamericano de Direitos do Autor, no trabalho "O Índio Brasileiro e o Direito Autoral" considera que "este dispositivo, reserva ao índio autor, e somente a ele, o direito de utilização e fruição de sua criação artística, bem como o de permitir no todo ou em parte que ela se faça através de terceiros".

Diz ainda o Jusrista HILDEBRANDO PONTES NETO que "a Lei autoral ao determinar que o autor é quem pode autorizar terceiros a explorar economicamente o seu trabalho de criação artística, impõe que o criador seja previamente consultado e autorize ou não sobre a destinação comercial de sua obra.

Tal dispositivo aplica-se claramente no que diz respeito a utilização comercial de gravações em discos e cassetes com músicas indígenas, pretendidas pelo Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO).

Baseando-nos, ainda, na obra "O Índio Brasileiro e o Direito Autoral" de HILDEBRANDO PONTES NETO, verificamos que "afora reproduções dos desenhos artísticos dos índios em vasilhames, tecidos, indumentárias, a sua arte aplicada em peças etnográficas, pinturas corporais, utilização de composições musicais e de cânticos, formas costumeiras de usurpação do seu trabalho artístico, merece destaque a violação usual de sua imagem, um direito inserido no texto da Lei nº 5.988/73".

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROJ. N. FUNAI 4454176
Fl. 61 16
Rubrica

O Sr. JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), repetimos, há mais de 30 (trinta) anos vem fotografando e filmando índios em todo o território nacional. Portanto, há 30 (trinta) anos vem o referido profissional violando o direito de imagem desses índios, sem que para isso possua autorização expressa do dono da efígie representada.

Vale salientar, novamente, que não compete ao Presidente da FUNAI ou a qualquer outro representante, em nome do órgão tutelar, conceder licenças para que terceiros fotografem ou filmem o índio ou a comunidade indígena, uma vez que o direito à imagem é personalíssimo, atributo inato da personalidade do índio, por conseguinte intransferível.

Causa espanto, também, o fato do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) se esforçar de todas as maneiras possíveis visando a realização de estudos sobre a planta denominada de "PADIA" pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau, não só promovendo sua pesquisa junto a instituições internacionais, como até mesmo incentivando uma das maiores indústrias farmacêuticas da Alemanha, a INDÚSTRIA FARMACÊUTICA HOECHST.

Outro ponto gritante de atuação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) diz respeito às doações de filmes, slides e gravações recolhidas por ele em áreas indígenas, ao INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA e ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, quando a FUNAI não recebeu nem 10% de cópias das fotos por ele colhidas e nenhum filme ou gravação tenha sido fornecido ao órgão tutelar.

Finalmente, não podemos deixar de assinalar o fato de que o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) continua comercializando fotos, slides e gravações colhidas nas áreas indígenas por ele visitadas, como ocorreu nessa sua viagem, quando vendeu ao MUSEU DE BERLIM 2 mil (2.000) fotografias e irá vender mais outras mil (1.000) duplicatas de slides, sem que o índio retratado tenha qualquer participação nos lucros do fotógrafo, que certamente não são poucos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

445/116
PROC. N.º FUNAI 17 =
62
RUBRICA

4. PARECER FINAL

Em vista de tudo que foi exposto a respeito do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) e visando a resguardar, de maneira eficiente, os direitos autorais e de imagem das comunidades indígenas, à luz da Lei nº 5.988/73 e da Portaria 907/N de 18 de maio de 1984, somos, salvo melhor juízo, de opinião deva a FUNAI adotar as seguintes providências:

- 4.1 - Proibir o ingresso do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) em áreas indígenas até que solucione suas pendências para com a FUNAI e com as comunidades indígenas;
- 4.2 - Expedir Radiograma Circular à todas as Unidades Administrativas Regionais (Delegacias, Parques, Ajudâncias, etc) determinando que não seja permitido o ingresso do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) em área indígena, até ulterior deliberação;
- 4.3 - Alertar, por escrito, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) de que para a comercialização de fotografias, slides, filmes, gravações, etc..., deverão ser cumpridas as normas estabelecidas na Lei nº 5.988/73 e na Portaria nº 907/N de 18 de maio de 1983, sob pena de serem aplicadas as sanções penais passíveis para o caso;
- 4.4 - Solicitar, através da Douta Procuradoria Jurídica, ao fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), o fornecimento de cópias de todas as fotografias, filmes e gravações recolhidas em áreas indígenas, de acordo com o disposto na Portaria nº 448/N-1973 e, agora, na Portaria nº 907/N-1984;
- 4.5 - Proibir a pesquisa da planta "PADIA" na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau (8a. DR), visto tratar-se de grupo tribal de contato recente, ainda susceptível à contaminação através de contatos inadequados com elementos estranhos aos quadros da FUNAI;
- 4.6 - Cobrar, através da Douta Procuradoria Jurídica, os direitos de imagem sobre duas mil (2.000) fotografias e mil (1.000) slides vendidos pelo fotógrafo WOLF JESCO VON

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº FUNAI
63 = 18 =
WS/176

PUTTKAMER (FILHO) à UNIVERSIDADE DE BERLIM;

- 4.7 - Solicitar à Douta Procuradoria Jurídica que acione a firma MERCATOR - GRÁFICOS BRUNNER LTDA - (CP 21029 - São Paulo) e o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) visando receber os direitos de imagem devidos às comunidades indígenas, pela impressão e comercialização de cartões postais da série "BRASIL NATIVO";
- 4.8 - Encaminhar a presente informação à Douta Procuradoria Jurídica, para análise, e execução das medidas legais cabíveis, visando resguardar os interesses da FUNAI e os direitos das comunidades indígenas, caso o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) não concordar em fazer um acordo amigável com esta Fundação.

Vale lembrar, ao encerrar a presente informação, que, já em 1511, onze anos, portanto, após o descobrimento do Brasil, a Nau Bretoa levava para Portugal uma carga de Pau Brasil e alguns animais e pássaros engaiolados. Hoje, decorridos mais de quatro séculos, continua o nosso índio explorado em seus direitos, agora, sob a forma de fotografias, filmes e gravações, comercializadas no Brasil e no exterior. Urge, pois a adoção de medidas enérgicas visando a por fim, de uma vez por todas, com este tipo de exploração de que vêm sendo vítima nossos índios, etnia que não só a FUNAI mas todos os brasileiros tem obrigação de admirar e proteger.

É o que temos a informar, submetendo a presente, à superior consideração de V.Sa.

Brasília, 16 de agosto de 1984.

Sylvio Reiner
SYLVIO REINER
Redator E-7

PJ/FUNAI
ENTRADA
21.8.84
DESP
88

AESP/SR/dcs

A consideração da
Dezeta Procuradora Jurídica,
solicitando as providências
cabíveis.

Azel 20/08/84

MINISTÉRIO FEDERAL DO INDÍO

Assessoria de Estudos e Pesquisas

Rubens Auto

Rubens Auto da Cruz Oliveira

Chefe

FUNAI - PROCURADORIA JURÍDICA	
DISTRIBUIÇÃO	
Ao:	PTA
Data:	22.08.84
<i>[Assinatura]</i>	
PROCURADOR-GERAL	

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

DESPACHO Nº *28* /PJ/84

Ref.: PROC/FUNAI/BSB/04451/76.

64

Proc. Nº	4451/76
FLS.	64
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Senhor Procurador Geral,

De conformidade com as conclusões do relatório de fls. 46 à 63, com a junta das minutas de rádio-circular e ofícios dirigidos, respectivamente, aos Delegados Regionais, a Firma MERCATOR-GRÁFICA BRUNER LTDA e ao Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILHO, sugiro que o presente processo seja submetido à superior consideração da Presidência da FUNAI.

Brasília, 24 de agosto de 1984.

Chaves
João Belmino Chaves
Assessor Jurídico
Procuradoria Jurídica - FUNAI

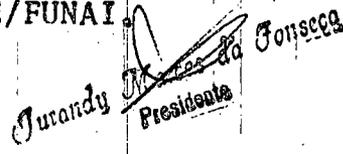
De acordo com o despacho nº 28/PJ/84.
Ao Senhor Presidente para conhecer e assinar os ofícios e rádios circulares anexos.

Em 24. VIII. 84.

[assinatura]
Lourival Silvestre Sobrinho
Procurador Geral Subst.o

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor: fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

 MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI		CARIMBO DA ESTAÇÃO Prop. N.º 4451176 FLS. 65 Rubrica	
Preâmbulo Espécie OFICIAL Origem	Número 700 Palavras	Data 29 Hora Via a seguir	INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS HORA DA TRANSMISSÃO INICIAIS DO OPERADOR
Endereço AT/CHEFES AJUDÂNCIAS - FUNAI		TEXTO A TRANSMITIR Nº 781/PRES/PJ DE 27 — 08 — 84 — DETERMINO PROIBIÇÃO ENTRADA SR. WOLF YESCO VON PUTTKAMER FILHO VG FIM FOTOGRAFAR OU FILMAR INDIOS ET COMUNIDADES INDIGENAS VG ATEH REGULARIZAÇÃO PAGAMENTO DIREITOS AUTORAIS OU IMAGEM INDIO PT JURANDY MARCOS DA FONSECA - PRESIDENTE/FUNAI  JBC/map.PJ	
Assinatura ou rubrica do expedidor			

Mod. 137 - Bl. 50x4 - 148x210

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor: fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

 MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI		CARIMBO DA ESTAÇÃO	
Preâmbulo Espécie OFICIAL Origem	Número Palavras	Data Hora Via a seguir	INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS HORA DA TRANSMISSÃO INICIAIS DO OPERADOR
Endereço AT/DEL's - 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13a, DR's		TEXTO A TRANSMITIR Nº 780/PRES/PJ DE 27 — 08 — 84 — DETERMINO PROIBIÇÃO ENTRADA SR. WOLF YESCO VON PUTTKAMER FILHO VG FIM FOTOGRAFAR OU FILMAR INDIOS ET COMUNIDADES INDIGENAS VG ATEH REGULARIZAÇÃO PAGAMENTO DIREITOS AUTORAIS OU IMAGEM INDIO PT JURANDY MARCOS DA FONSECA - PRESIDENTE/FUNAI  JBC/map.PJ	
Assinatura ou rubrica do expedidor			

Mod. 137 - Bl. 50x4 - 148x210

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Proc. nº	445176	Processo
A. b.	66	
Rubrica		

OFÍCIO Nº 802/PRES/PJ/84

Brasília, 27 de agosto de 1984.

Do: Presidente da Fundação Nacional do Índio

Ao: Sr. Wolf. Yesco Von Puttkamer Filho

Assunto: Solicitação (faz)

Prezado Senhor,

Conhecedor da ação de V.S.^a em áreas indígenas, fotografando o Índio, a comunidade indígena, as suas áreas e seus produtos naturais, sem autorização nem o pagamento, ao Índio ou às comunidades indígenas, dos direitos autorais ou de imagem, solicito o comparecimento de V.S.^a à Procuradoria Jurídica, desta Instituição, objetivando regularizar esta situação, evitando assim constrangimento de ordem judicial.

Certo de contar com a devida compreensão, no sentido de se chegar a uma solução amigável, aproveito a oportunidade para apresentar a V.S.^a os meus protestos de consideração e apreço.

JURANDY MARCOS DA FONSECA
Presidente/FUNAI.

Ilm^o Sr.

WOLF YESCO VON PUTTKAMER FILHO

74.000 - GOIÂNIA - GO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

4451/76
67
Processo

OFÍCIO Nº 803/84/PRES/PJ.

Brasília, 27.08.84

Do : Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Ao : Srs. MERCATOR-GRÁFICOS BRUNNER
Assunto : Solicitação (faz).

Tomando conhecimento da ação dessa firma, em relação a impressão e comercialização da imagem de comunidades indígenas, através de cartões postais, da série Brasil Nativo, sem nenhuma autorização nem tampouco o respectivo pagamento de direitos autorais ou de imagem, solicito o comparecimento de V. Sas. à Procuradoria Jurídica, desta Instituição, objetivando regularizar esta situação, evitando assim constrangimento de ordem judicial.

Esperando contar com a devida compreensão, no sentido de se chegar a uma solução amigável, apresento a V. Sas. respeitosas saudações.


JURANDY MARCOS DA FONSECA
Presidente/FUNAI

Ilm^{es} Senhores
MERCATOR - GRÁFICOS BRUNNER
Caixa Postal - 21029
SÃO PAULO - SP

Proc. Nº 4451/76
FLS. 08
Rubrica

TERMO DE JUNTADA

Anexo, nesta data, ao PROC/FUNAI/BSB/4451/76, 0F. nº 20/82-Instituto Goiano de Prê-história e Antropologia e documentação anexa, por se tratarem do mesmo assunto.

Brasília, 06 de setembro de 1984.

Maria Auxiliadora Dinheiro

Maria Auxiliadora Dinheiro
Secretária-PJ/FUNAI

S S

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. N.º 4451/76
FL. 3. 69
Rubrica

SENHOR PROCURADOR GERAL,

Solicitando, conhecer, reexaminar o
assunto e, após, recomendar a AESP.

em 06/09/84

Jurandy

Jurandy Marcos da Costa
Presidente

FUNAI
CENTRAL
SEC/GDS
Data: 06/09/84
828

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Pres. N.º 4451/76
Fls. 70
Rubrica

OFÍCIO N.º 802/PRES/PJ/84

Brasília, 27 de agosto de 1984.

Do: Presidente da Fundação Nacional do Índio

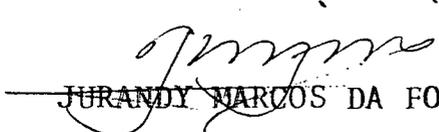
Ao: Sr. Wolf. Yesco Von Puttkamer Filho

Assunto: Solicitação (faz)

Prezado Senhor,

Conhecedor da ação de V.S.^a em áreas indígenas, fotografando o índio, a comunidade indígena, as suas áreas e seus produtos naturais, sem autorização nem o pagamento, ao índio ou às comunidades indígenas, dos direitos autorais ou de imagem, solicito o comparecimento de V.S.^a à Procuradoria Jurídica, desta Instituição, objetivando regularizar esta situação, evitando assim constrangimento de ordem judicial.

Certo de contar com a devida compreensão, no sentido de se chegar a uma solução amigável, aproveito a oportunidade para apresentar a V.S.^a os meus protestos de consideração e apreço.


JURANDY MARCOS DA FONSECA
Presidente/FUNAI

Ilm.º Sr.

WOLF YESCO VON PUTTKAMER FILHO


74.000 - GOIÂNIA - GO

Jurady - Recebi essa carta hoje. Voltei de Rondônia me sintindo bastante doente (pressão alta, e pernas inchadas e com uma irregularidade no coração, pois sou diabético. Mas tao logo esteja melhor vou ate ai. Pedi a Universidade de responder a carta e dar os informes desejados.

Estamos trabalhando num convenio com a Funai.

Ats. sds.





CNPq

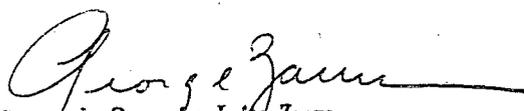
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

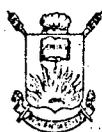
Proj. n.º 7451/76
Ano 74
Rubrica

DECLARAÇÃO

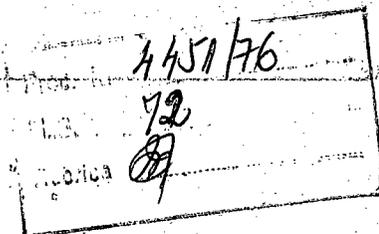
Declaro para os fins que se fizerem necessários, do interesse do CNPq, no trabalho de pesquisa fotográfica desenvolvido no território federal de Rondonia pelo Sr. JESCO VON PUTTKAMER.

Brasília, 14 de agosto de 1984


George de Cerqueira Leite Zarur
Coordenador de Ciências Humanas e Sociais



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA
UTILIDADE PÚBLICA DECRETO Nº 73729 DE 04/03/1974
CGC(IMF) Nº 01587609/0001-71



Of. nº 20/82-IGPA.

Goiânia, 06 de abril de 1.982.

Do: Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia

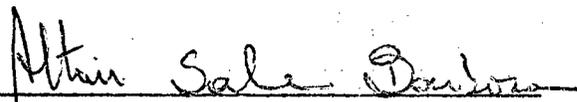
ÀS: Autoridades Federais, Estaduais, Municipais e

Instituições Científicas na Amazônia Brasileira.

ASSUNTO: Apresentação

A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, através de seu INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA (IGPA), apresenta por meio deste, o ENGENHEIRO WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILHO, professor pesquisador em regime especial desse Instituto e responsável pelo seu setor de Documentação. Durante o ano de 1.982 deverá, a serviço dessa Universidade, realizar viagens de reconhecimento e contatos em área da Amazônia, com a finalidade de colher subsídios para um programa de pesquisas sistemáticas.

Considerando a relevância desse trabalho, apoiado pelo CNPq e demais autoridades competentes nacionais e internacionais, e sua importância para o enriquecimento do acervo científico nacional, vimos solicitar para o nosso apresentado, todo apoio possível por parte das Instituições congêneres na Amazônia Brasileira e por parte das Autoridades Federais, Estaduais e Municipais.


Prof. Altair Sales Barbosa.

Diretor do
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E
ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

AUTENTICAÇÃO CONFERE
COM O ORIGINAL
(Dec. Fed. n. 57.651, Art. 45
§ 2º de 10/01/66)
Cartório da 3ª Zona Reg. Civil

[Handwritten Signature]

06 ABR 1982

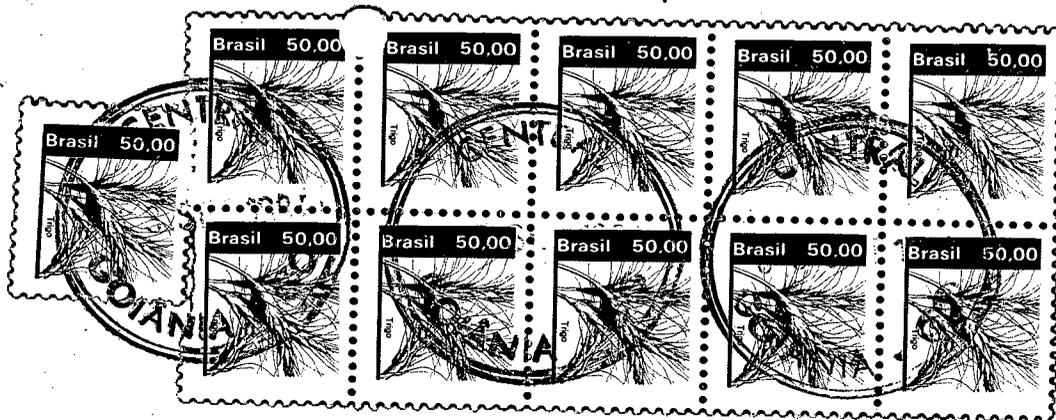
Rua 7 nº 362 Fone. 224 5833	Ary de Oliveira Guimarães
--------------------------------	------------------------------

→ ESCO

C.P. 310

74.000 GOIANIA - GO

S/GAB



EXMO. SR.

DR. JURANDY MARCOS DA FONSECA
(PARTICULARMENTE)

FUNAI - EDIFÍCIO MINTER

BRASÍLIA - D.F.

O Vice-governador de Goiás (Bittencourt)

não sabia, entretanto, que

Jesco era e é, de fato, brasileiro nato e
fascista do exército brasileiro...

445176

73

87

F. G.

Jesco, o brasileiro

29-1-94

Engenheiro e naturalista, diplomado pela Universidade de Breslau, um jovem europeu veio para Goiás em 1948, depois de haver escapado da perseguição nazista, acompanhando seu pai, o influente barão Wolf Puttkamer. A família, de tradição germânica muito respeitada no mundo ocidental, fora vítima da alucinação política de Hitler e, impedida de viver no berço natal, teve de emigrar para a América Latina. Mais tarde, por escolha unânime, preferiu radicarse no Brasil e aqui, no território goiano, fez de nosso País a sua segunda pátria.

O velho barão, homem de muitas prendas artísticas, cidadão de extrema fidalguia e fina sensibilidade, já não mais vive. Cercado da estima e da simpatia de uma legião de amigos brasileiros, amigos que admiravam a sua sensatez e o seu profundo amor pelas coisas de Goiás, dorme hoje o sono eterno em campo santo de Goiânia, agora desfrutando a serena paz dos justos. Seu perfil foi o de um homem que, nascido à sombra da nobreza e sem embargo dessa postura advinda do sangue, logo se habituara a uma convivência de frisante cidadania com os que o acolhiam na privança do seu relacionamento pessoal.

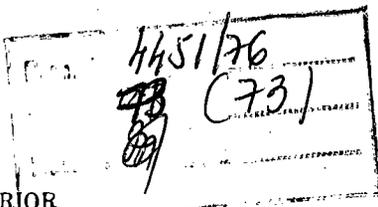
Conheci o engenheiro e naturalista Jesco Puttkamer quando, nos idos de 1948, servindo no Gabinete Civil do governador Coimbra Bueno, concluiu o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito. Merecendo a confiança e a amizade do então Chefe do Executivo à época quase sempre me era atribuído o encargo de receber e de ouvir alguns europeus que, impedidos de per-

José Luiz Bittencourt

manecerem no Velho Continente, eram acolhidos no Brasil com muito color humano. O Ministério das Relações Exteriores teve o cuidado de promover a localização de muitos deles em Goiás e em Mato Grosso.

O jovem Jesco Puttkamer, que a todos impressionava pela sua invulgar estatura física, logo se interessou por estudos etnográficos e, partindo para contatos permanentes com os nossos silvícolas, logrou obter, em pouco tempo, um valioso acervo relativo aos carajás, cintas largas e grupos arredios das margens do rio Aripuanã. Sete filmes científicos foram editados pela BEC de Londres e algumas de suas histórias sobre m- dios do Brasil mereceram ser publicadas na revista "National Geographic Society." Tem ainda 18 livros escritos a respeito de suas incursões no campo da etnografia e um deles está sendo agora impresso pela Universidade Católica de Goiás, para lançamento em fevereiro próximo, sob o título de "Curumim."

No meu Álbum de Família guardo uma bela fotografia reunindo as minhas três filhas - Luiza, Marina e Lúcia - no alpendre da nossa antiga casa de Campinas. Quem a colher foi Jesco Puttkamer e lhe sou sempre grato quando me recorro das atitudes e dos gestos com os quais o barão Wolf preparou o filho para a vivência cotidiana do Brasil. Que se tornou a pátria onde tem sepultados os restos mortais do pai, este que o educou para a vida de Goiás e do Brasil, nas selvas e nas cidades.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF.Nº 1290 /83-PRES/AESP

Em -3 NOV 83

Do: Presidente da FUNAI

Ao: Prof.W.JESCO VON PUTTKAMER

Assunto: Resposta referente ao Cartão datado de 16.10.83

Acusamos o recebimento do cartão enviado por V.Sa., datado de 16 de outubro último, o qual nos deixou muito satisfeito.

No que diz respeito a oferta de 40 fotolitos prontos para a impressão de cartões postais, os mesmos serão de grande utilidade para esta Fundação. Ao mesmo tempo em que agradecemos tão generosa oferta, aguardamos o seu envio para esta Fundação.

Com referência a proposta de Convênio entre a FUNAI e o Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia, informamos a V. Sa. que a mesma foi encaminhada aos setores competentes para estudo e análise. Oportunamente, informaremos a V.Sa. sobre o seu andamento.

Na oportunidade, desejamos pronto restabelecimento do acidente de que V.Sa. foi vítima, e reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

OCTAVIO FERREIRA LIMA

Presidente da FUNAI

SR/mk

Proc. 4451/76
U.S. 73 74
1.5.1.5

Brazil Protects Her Cinta Largas

ARTICLE AND
PHOTOGRAPHS BY

W. JESCO
VON PUTTKAMER

In one of civilization's final encounters with the living Stone Age, a group of brave men reach back into time to touch hands with the shadowy "people of the wide belts." The record of that extraordinary meeting reveals proud and still almost unknown Indians—portrayed exactly as they are.

—THE EDITOR

WARILY, two young men walked toward each other in a clearing in the green heart of Brazil.

One was a friend of mine. The other, in all likelihood, no *civilizado* had ever seen except perhaps as a fleeting shadow in the great tropical forest of Rondônia Territory. He was a Stone Age Indian, a wild warrior whose people for 400 years had escaped the encroachment of civilization.

The two young men came to within arm's reach of each other and stopped. And my friend's heart gave a great bound, for behind the nearly naked Indian, out of the seemingly empty forest, appeared more than fifty warriors, each with a longbow in which a six-foot arrow lay notched.

"Silently the Indians flexed their bows," said my friend. "My hands shook as with the chill of malaria. I shut my eyes.

"Then I heard a new noise, a rustling. I looked in astonishment at the man before me. With hands trembling as much as my own, he was offering me a headdress of palm fronds.

"In that moment I knew him to be a human being as frightened as myself. I felt also he had love in his heart, as I had in mine.

"I took his gift. I gave him my machete. We turned about and walked each to his own side of the clearing.

"Before my own weeping drowned all other sounds, I heard the clicking of the arrows being withdrawn from the bows."

In this manner one of earth's last Stone Age peoples took their first fearful steps into a bewildering new world of men who know how to fly to the moon. One of the longest, hardest, most dangerous jobs ever undertaken by my native Brazil's National Foundation for the Indian seemed headed for success.

Few Mysteries Solved in a Year of Contact

But the task is by no means completed. A year after that first friendly contact, the foundation people working among these tense, wild tribesmen still lived in daily peril of their lives. At any time, a *civilizado* might inadvertently do some small thing that would be misconstrued by the primitive mind and trigger a massacre. It has happened before.

The Indians have not allowed a foundation worker into any of the 22 villages so far spotted from the air. Of an area population we estimate at between 3,000 and 5,000, only a few women have been seen, and no infants—a bad sign, for it means distrust.

When I temporarily left the pacification team last year after many months as semiofficial photographer and diarist, we had not even learned the name of the Indian group we had met, nor their relationships with the Indians of other villages. Did the people of all the 22 communities belong to the same tribe or, as seems more likely, to several tribes? As yet we do not know. For the time being we are calling all these Indians "Cinta Largas," from the Portuguese words for the broad belts often worn by men and boys of the region.

The language of our new friends was not known to us, nor to the pacified Gavião and Arara Indians we had brought along in

the hope they could interpret for us. I recorded considerable conversation on tape; linguists later identified several words as being of Tupian stock—a language group common to many Brazilian aborigines.

In 1914 Theodore Roosevelt and Col. Cândido Mariano da Silva Rondon, who inspired Brazil to protect her Indians, explored the river now named for the United States President (map, page 426). They saw no Indians. But later, when fortune seekers penetrated Rondônia in quest of wild rubber, jaguar pelts, and diamonds, they were driven back by warriors wearing wide belts.

For years the Cinta Largas were left in peace. Then, in the 1960's, the highway being built from Brasília to Cruzeiro do Sul came close to their hunting grounds. With the road came more fortune seekers, this time in hundreds. The newcomers were of all kinds, from gunslingers a jump ahead of the police to adventurers of substance seeking tin, rubber, or land for speculation.

FUNAI Must Balance the Interests of Many

Hostilities with the Indians resumed at once. There were ugly incidents. And though we Brazilians know of no nation that has ever passed through a similar stage of development without committing such sins, my country is ashamed of some of the things then done by its nominally civilized citizens.

Indians were shot on sight. I know several Cinta Largas with bullet scars, and one who survived a machete slash that almost split his face. A Cinta Larga village was dynamited from the air. Poisoned foods were left temptingly on trails.

The Indians also did cruel things. They killed the young wife of a settler on the Riozinho River. They murdered a rubber tapper with 13 arrows and gruesomely mutilated the corpse. And once a Cinta Larga proudly showed me his prize trophy, a set of false teeth.

Eventually the government acted. It ordered the National Foundation for the Indian—FUNAI, we call it, from its Portuguese name—into action. FUNAI is the agency with which the government replaced its original Indian Protection Service in 1967; over the years the old service had grown cumbersome and tangled in red tape.

FUNAI's mission is a dual one. First, it pacifies hostile Indians so that Brazil, an underdeveloped nation, may extract the riches of its vast wilderness area as efficiently and painlessly as possible. Second, it protects the Indians it pacifies against the harmful aspects of our civilization with which they cannot cope.

As an example, it prosecutes trespassers on lands set aside for Indian use. It guards its charges against exploitation. It seeks to keep the diseases of civilization

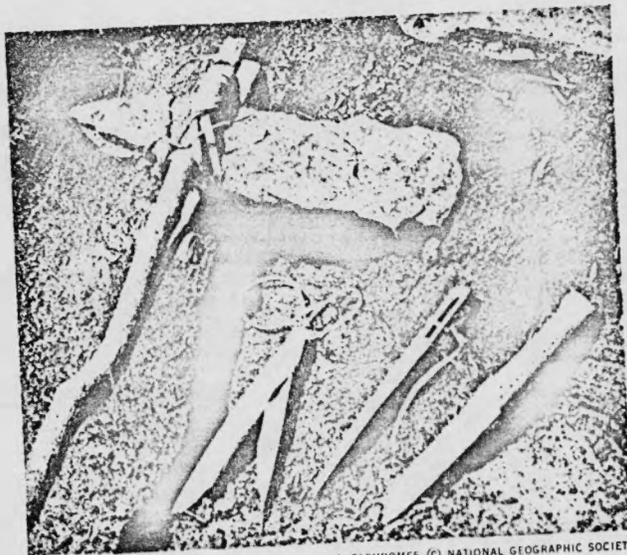


EKTACHROME © N.G.S.

Friendship rebuffed: Stone Age Indians of western Brazil mutilated a plastic doll left for them as a gift, and then impaled the head on a tree. This angry rejection marked an early attempt to contact the Cinta Largas, after nine months of fruitless effort.

Proc. No. 445176
T.L.S. 76
Publication

During their months-long "flirtation," members of a Brazilian Government expedition sought to gain the confidence of the Cinta Largas by leaving gifts of tools and trinkets in the forest. Playing a wordless game of trust, José Moreno (**below**) ties peace offerings to a hunting shelter frequented by the Indians. Cinta Largas retrieved them unobserved, leaving in exchange their own plumed headdresses, seeds, even arrows. Hinting at preferred presents (**bottom**), they left a stone ax and clever imitations of scissors, needle, and knife. After almost a year of such exchanges, an Indian steps cautiously into view (**right**). He carries a six-foot bow and bamboo-tipped arrows. Armbands and a necklace of wild nuts adorn his nearly nude body. The facial tattoo may signify rank.



EKTACHROMES © NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

445176
#6 77
F. B. I.
F. B. I.

away until the Indians can be immunized; otherwise, measles or smallpox might sweep the region, taking a fearsome toll.

But there is one thing that not even the selfless, dedicated people of FUNAI can prevent. That is the erosion of a simple culture by a strong, complex one.

The process begins the moment a wild man exchanges his stone knife for a steel one, or wears a *civilizado's* discarded shirt. It ends, at best, in assimilation by civilization, or survival on a reservation that is an island in an alien cultural sea. At worst, it terminates in despair and ultimate extinction.

But in no event can the Stone Age Indian ever be the same again, and that is why each FUNAI *sertanista*, or Indian expert, carries in his heart *saudade*, a nostalgic sadness. For he must live with the knowledge that whether

he brings stark tragedy or better lives to the people of the forest, he will unavoidably diminish a simple, fragile beauty the world can never see again.

Still, FUNAI has a job to do. Francisco Meireles, leader of the Cinta Largas expedition, was earnestly trying to do his when I first met him at the Seventh of September advance pacification camp.

"Chico" Meireles is one of the most famous and experienced *sertanistas* on the FUNAI roster. Others are the brothers Villas Boas, Orlando and Claudio, with whom I served on the Xingu River during the pacification of the Tchikao tribe a few years ago.*

*See the Villas Boas' "Saving Brazil's Stone Age Tribes From Extinction" in the September 1968 GEOGRAPHIC. The late Harald Schultz also wrote movingly of Brazil's Indians in the January 1966, May 1964, and January 1962 GEOGRAPHICS.



445176
78
②

"I have had about thirty people camped here for six months," Chico complained as I slid off the mule that had carried me in from the highway. "Has any one of us seen a single Cinta Larga? No, they are ghosts. They take the machetes, scissors, pots, pans, and such things as we set out for them, but they permit us not even a glimpse of themselves.

"It is most frustrating, for we are using all the techniques we have found successful in the past. We do not push; we leave all initiative to them. We come to them with love."

Eventually the Cinta Largas gave us reasons to hope. They left headdresses for us, made with the brilliant plumage of forest birds—objects so elaborate and so beautiful that they must have been of great value to their makers.

We received manioc, peanuts, and corn,

staple items of Indian diet. We were elated, for such gifts seemed to imply that we were expected to remain and plant crops. One day there appeared a bow, taller than a man, and a good supply of arrows with razor-sharp, fire-hardened bamboo tips. Surely these were tokens of trust.

We still saw no one, though the Indians became increasingly careless about making noise. Once, while I helped lay out presents at the exchange place, I heard someone cough.

"You smoke too much," I said jokingly to a man behind me. Then I saw that he was staring in fear at a bush fifty feet from us.

For the next ten minutes, while we finished our work, I watched that bush. But I saw nothing, not even the movement of a leaf. We laid the last gift down and started back to camp. Suddenly a series of sounds came from



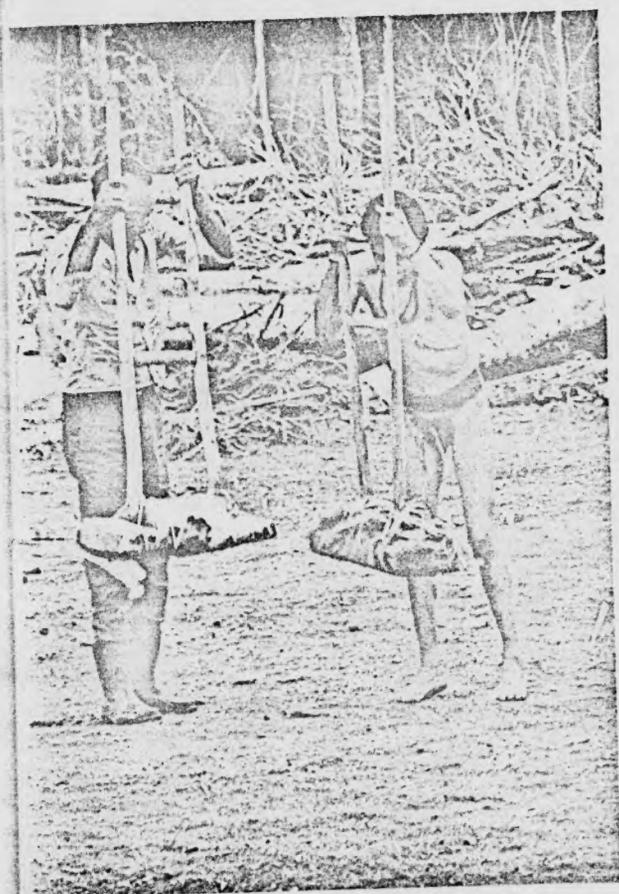
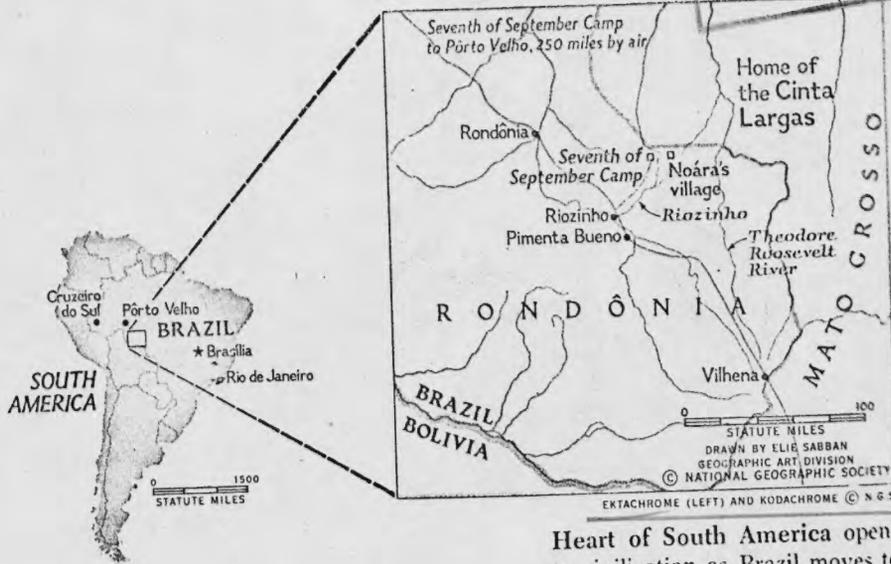
Bridging the ages, an Indian warily accepts sewing needles from Apoena Meireles' outstretched hand. Apoena's father, veteran Indian expert and expedition leader Francisco Meireles, offers more gifts. Three youths watch as their companion takes a hesitant step toward civilization. For modesty, the Indians keep their scrotums pulled up and secured with palm-leaf ribbons. On their backs they carry sticks which they rub together to make fire.

Delicate balance of friendship: A Cinta Larga reaches for the machete of Francisco Meireles, who will not resist for fear of destroying the fragile relationship.



EKTACHROMES © N.G.S.

4451/76
 79
 Rubrica



Heart of South America opens to civilization as Brazil moves to develop its natural resources. In Rondônia and Mato Grosso, 3,000 to 5,000 Cinta Larga Indians, of whom little is known beyond the fact of their existence, live in scattered villages. As prospectors and developers enter the area, Brazilian Indian experts attempt to contact the Cinta Largas, hoping to protect them from armed clashes, from diseases to which they have no natural immunity, and from the sudden shock of a bewildering technology.

In a rare moment of cooperation, an Indian and an expedition member work side by side. As the camp's tense visitors relaxed, they began imitating their new friends. Before trying his hand at tamping the airstrip, this warrior handed bow and arrows to a *civilizado*—the ultimate sign of trust.

Fleeing a metal monster, a Cinta Larga runs from a supply plane at the camp airstrip. The engine's sputtering warm-up aroused his curiosity, but the roaring takeoff sent him fleeing in terror. Since then, three Indian boys have made the 250-mile flight to Pôrto Velho, capital of Rondônia Territory.

Page No. 4451/76
F.L.S. 80
Rubrica

the bush: the cry of a monkey, bird trills—and a very human giggle.

Encouraged, we tried noises of our own. Nearing the place of exchange each morning, we sang, we shouted, we banged the boles of the trees with machetes. The best sort of primitive philosophy, this: The man who comes noisily comes in peace.

We turned my tape recorder to full volume, and the forest rang with the singing and flute music of the Indian tribes I had known along the Xingu River. Our interpreters shouted into the forest in several aboriginal languages.

"Do not fear us." "We will not harm you." "Come to us."

No response. But the exchange of gifts continued, and from it we learned something about the Cinta Largas' tastes. For example, they appeared to have a genuine antipathy toward the lids of aluminum pots: They bent them into uselessness and threw them away.

In the beginning they shattered the mirrors we had left, though eventually they would learn to value them (page 433).

In one of the mule convoys that supplied the camp from the roadside settlement of Riozinho, we found a carton of little plastic dolls. We left them for our friends. Next day we found them ripped apart, the heads stuck on tree limbs (page 421), the bodies, skewered by arrows, lying beside the trail.

Would-be Bathers Must First Oust Fish

As time passed, the lack of amenities in our daily lives began to get on our nerves. Most sertanistas love the life of the wilderness, but they cannot forget the attractions of a cold beer and a hot bath.

The tub at our camp is a pool in a forest stream. Trusting the water will not be too muddy to wash with, one sets forth for the pool in heavy boots, for many poisonous snakes, including rattlers of respectable size, live near the stream. At poolside one first skims off dead fish, victims of Cinta Larga fish poisoning upstream. Next one throws in a few stones and stirs the bottom with a stick.

This last maneuver is designed to frighten away stingrays and electric eels. The former can inflict severe, even crippling, wounds if stepped or sat upon. The eels, running to six

feet in length, can deliver a shock sufficient to knock a man unconscious. The ray usually flees downstream, but the eel, a curious fellow, comes back to see what is going on. When his snakelike head pokes out of the water, it is best to frighten him off with another stone.

There are other forest animals that are not the most congenial of neighbors. Like the Amazon Indians, I consider the big spotted jaguars we frequently hear (but rarely see) a menace, at least to women and children. And there are women and children in our camp. Chico feels that their presence assures the Cinta Largas of our peaceful intentions.

Even Jaguars Yield to Foraging Pigs

Everyone fears the peccaries, the wild pigs that abound in the forest. The pigs come in two sizes, large and small, and they go about in sizable bands, gnashing their teeth and smelling to high heaven. When we see the larger species—the white-lipped peccary—headed our way, we look to our guns and our line of retreat; even the jaguars give them the right-of-way.

But most forest creatures are inoffensive: The shy tapir; the capybara, largest of rodents; monkeys of many kinds; deer in assorted sizes; turtles; gaudy birds, such as the brilliant red macaws and the turkey-size *mutums*, or curassows. Of necessity we hunt and eat them. Otherwise we could not survive here, for our lines of supply from civilization are often disrupted.

In the rainy season, mud, fallen trees, and swollen rivers prevent mule caravans carrying our supplies from making the 56-mile trip from Riozinho to our camp. The trail to camp is an old one cut years ago by rubber tappers, before they were driven out by the Indians.

The mule caravans run another risk: Occasionally the Cinta Largas stampede a pack-train. The mules find their way home, but often without their cargoes.

To keep our minds occupied, we work very hard. We begin to cut an airstrip and a plantation out of the virgin forest, Indian fashion, with machete and fire. We dig a well.

We must frequently take apart and clean our mechanical devices—the little gasoline-powered generator, the radio transmitter, my

Prelude to abduction? After a playful scuffle, an Indian clutching camp booty suddenly yanks an expedition youngster toward the forest. Fear mounts in the boy's face. "When camp members put a stop to the maneuver, the warrior laughed as if it was all a joke—but we weren't sure," says the author.

EKTACHROME © N.G.S.

cameras. In this humidity everything quickly turns rusty and moldy.

We shoot at targets. We swat the *borrachudos*, the biting flies. In the evenings we have tape-recorder concerts, and sometimes I play my accordion.

We have our share of silly quarrels. But also we nurse each other through our attacks of malaria. This illness is a serious thing here, and one of our men has died of it.

Stirring Moment Caps Long Campaign

One day Chico Meireles was away from camp. His son Apoena—named for a chief of the Chavante tribe, which Chico pacified—was in command. Just 20 years old, Apoena was already a fine sertanista, lacking only the experience of his father to make him his equal in the forest.

Big stars mark the day in my diary:

"At last the Cinta Largas have made overtures! Returning to camp from the place of exchange, our people heard shouting behind them. They looked back.

"There in the clearing four warriors stood in plain view, waving and calling in a language no one understood.

"Apoena was summoned. By the time he arrived, only one Indian remained in sight. When Apoena tried to approach, he too ran into the forest. The jungle fell silent."

Five days later the Cinta Largas called again from the forest. It was then that Apoena and the magnificent young warrior leader we now know as Noára (opposite) reached trembling hands to each other across the millenniums of history.

Faithful to the policy of leaving the initiative to the Indians, Apoena returned to camp to await the Cinta Largas' next move. It came the following morning. While two score armed warriors watched from the far side of the stream, four boys about 15 years old crossed our log bridge and trotted into camp.

Wondering why the Indians sent boys instead of adults, we nevertheless met them with smiles, holding out new axes and machetes.

These the youngsters snatched avidly and took across the stream, after which they returned and held their hands out for more.

For an hour we gave out presents and were given things in return—ornaments and arrows. As our supplies dwindled, we tried to break off the trading by ignoring the outstretched hands. At this the four boys simply ran through camp and picked up whatever took their fancy.

One entered the cookshack, took every pot and skillet he could carry, and set off for the forest at a run, pursued by the enraged cook.

"Let him have them!" shouted Apoena. "Do you want us all massacred?"

Indeed, on the other side of the stream, the watching warriors were fitting arrows to their bows. Had our cook laid a hand on that boy, I am sure we would have paid for it with our lives. For though we carry arms, we will never violate the commandment handed down by FUNAI's spiritual founder, Colonel Rondon: "Die if necessary, but never kill."

Machete Opens a Puzzling Container

Encouraged by the success of the kitchen raid, the four boys now all but took the camp to pieces in their search for treasure. They dug in what they thought likely hiding places, they searched the sleeping huts, poked into every drawer and cupboard.

One lad was puzzled about how to open a suitcase, but not for long: He slashed into it with a machete. He fingered the clothes, money, and papers within in wonder, but took only a knife, after first discarding its sheath.

Among the camp dogs was a silly, friendly one. The boys carried it away. It escaped and came home that night, but was taken again next day. This went on for two weeks, until the dog tired of the game and stayed with the Indians of its own accord. Another, an old mongrel, bit the lads, and they left it alone.

At first our visitors were extremely tense and nervous. Any sudden moves on our part, any attempts to get close to them, put them to flight. But as the days passed and we let

With a king's composure, proud Chief Noára pays a call at the expedition's camp. Bark belts, one slung over his shoulder, may serve as armor; warring Cinta Largas use arrows tipped with fire-hardened bamboo. But disease, not war, could spell the Indians' doom. The expedition hopes to immunize them soon against such illnesses as measles and smallpox, to which these forest dwellers have no resistance.

Proc. No. 4451/76
 ILS. 89
 Rubrica



"Magic" from another world draws Indians to the camp. The author's writing worried them: When he jotted down their words and repeated them, the Indians ripped his notes in alarm. Lured to a ball-point pen, one drew lines, a circle, and a squiggly pattern (far left). An ink marker makes an instant success with a youngster, who decorates his body while clutching a plastic bottle (middle, left).

Matches, first regarded as sorcery, intrigue Takanine, here lighting dozens at a time (left).



EXTACHROMES © N.G.S.

A mirror frightens, then fascinates Cinta Largas (above), who have also appropriated a cap and a vacuum bottle.

Struggling with a wheelbarrow (left), an Indian fails to realize the purpose of the wheel as he pushes the legs into the ground. The Indians often took things whose use they did not understand, but they usually discarded them later in the vicinity of the camp.

them do as they pleased, they grew bolder. I held the tape-recorder microphone toward one. His face contorted. Then he shouted angrily at me and swung his machete at the machine.

All the boys made what I took to be threatening gestures when I aimed my whirring movie camera at them, although they exhibited only minor annoyance at my still photography, and did not even flinch at my flashbulbs.

"What juvenile delinquents!" I said to Apoena after one boy had snatched the sunshade from my camera and made off with it. "I am beginning to believe these Cinta Largas must be the most arrogant of all the Indians in Brazil."

"Ah, no, Jesco," said the young sertanista. "We are seeing a rare and wonderful thing. We are not dealing here with the pitiful remnants of a beaten tribe, but with vigorous youngsters from a healthy, proud people who have always been masters of their own destiny.

"We are in a delicate position. We must move carefully, lest we frighten these people into killing us, or, just as bad, humiliate them and crush their spirits. You see," he added, "these Cinta Largas think *they* have pacified us!"

Civilizados Willingly Accept Menial Tasks

As time went on, it began to appear as though their purpose in "taming" us had been to make servants of us. The boys allowed us to accompany them on hunting trips, but expected us to carry the game they killed. Of course we did so. When we came to streams deep enough to harbor stingrays and electric eels, the Indians silently climbed upon our backs, and we carried them across the water.

We were also asked—command'd might be a better word—to join Cinta Larga fishing parties. Like most Brazilian Indians, they usually fished with the sap of a vine called timbo. This vine, pounded on a streamside rock, produces a milky juice which runs into the water and stupefies the fish.

Beating timbo is hard work, so this job was given to us. In addition, I was always chosen to gather the vines. This made good sense. Timbo climbs into trees and must be pulled down—an easier task for my heavy self than for the smaller Cinta Largas.

Once I collected and beat timbo until I literally collapsed with exhaustion. As I lay on my back and panted, I wondered if they would try to force me back to work. But they merely glanced at me and took over my work. They asked nothing more of me that day and even gave me something to eat, which they rarely did. The snack consisted of crushed Brazil nuts and roasted insect larvae.

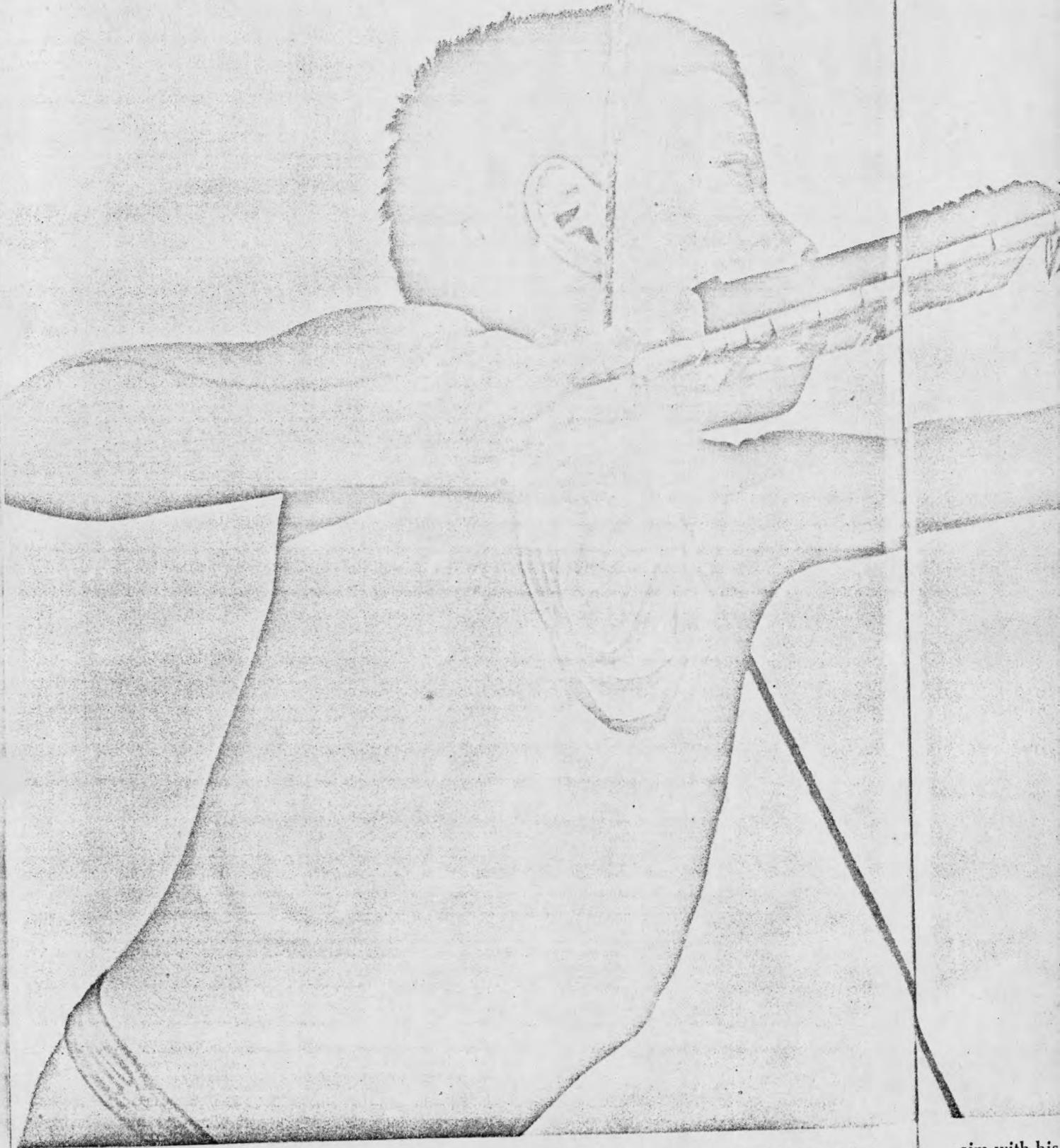
Although adult Cinta Largas had by now accepted our presence, and even come into our camp, for days at a time we had only boys as visitors. Was this by design, we wondered? Were these little hellions sent to test the limits of our tolerance?

Whatever they wanted, they took. If anything annoyed them, they broke it. They climbed at will into our hammocks. They refused our food, but sat on our tables while we ate, their feet everywhere but in

(Continued on page 440)

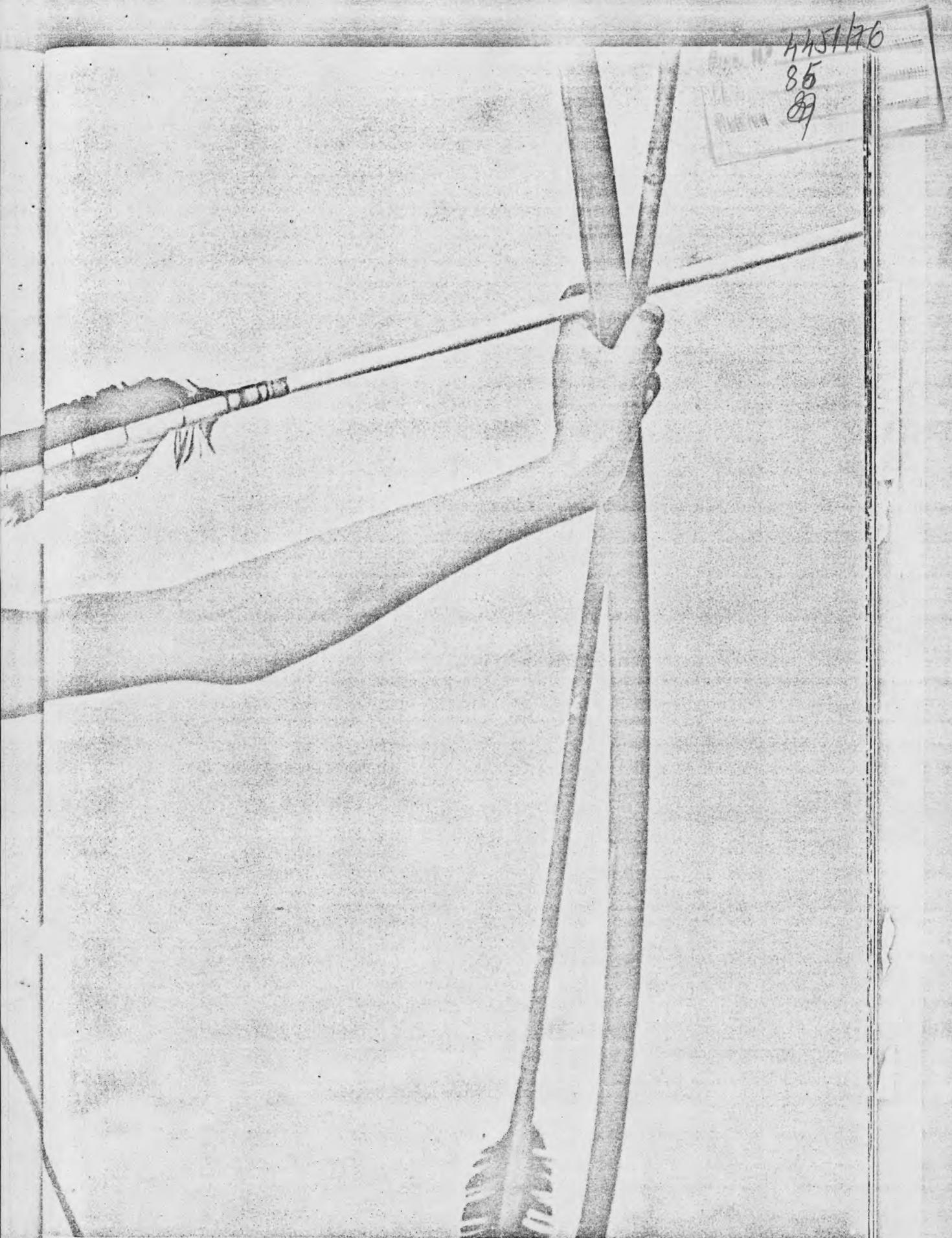
When words are strangers, faces say it all. Smiling visitors gather around Apoena Meireles after presenting him with a small capuchin monkey; another pet clings to an Indian's arm. Man at left was shorn with scissors, a gift of the expedition; sharp slivers of bamboo are the usual barber tools.

Prog. No. 4451/76
L.S. ~~84~~ 84
Habitat 



Displaying a skill born of constant practice, 10-year-old Pazlababéta takes

aim with his



445176

85

89

EKTACHROME © NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

aim with his longbow. His arrow split a matchbox target twenty yards away.

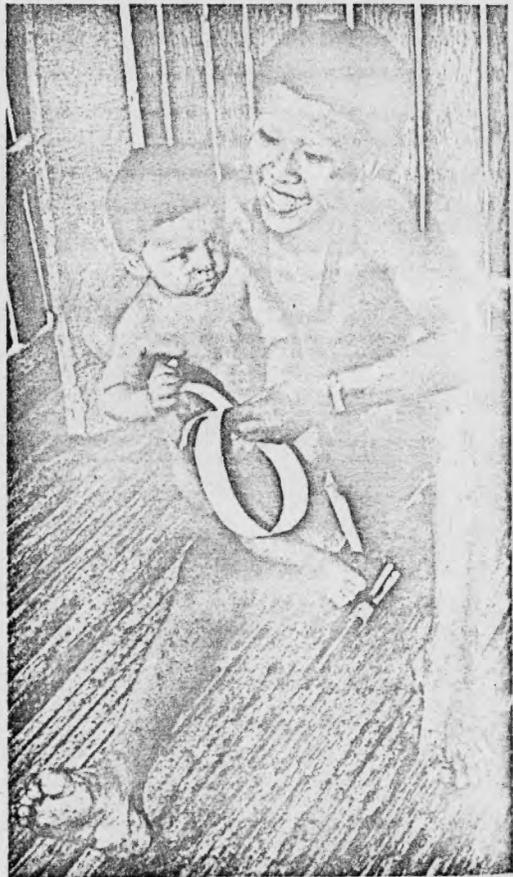
Proc. No. 4451736
 I.L.S. 86
 Rubrica



Wilderness waltz: A singing, prancing Cinta Larga, wearing an ornamental nose plug (above), joins 12-year-old Raimundo Fortunato in an impromptu dance. Children of expedition *caboclos*—people of mixed European and Indian blood—helped break the ice in early contacts with the Cinta Largas. Families of expedition members move into camps in Indian territory to avoid the appearance of hostility.

Armadillo for dinner: Indians roast the armored beast on a grill of sticks at the camp's edge (opposite). One young tribesman greets an expedition member with the open affection that marked the Cinta Largas' final acceptance of their new friends.

Warrior and baby-sitter (below), young Takanine fashions a headband for a little *civilizado*, the brother of Raimundo. By age 12, Cinta Larga boys take on the role of adults—hunting and helping to protect villages. Shifting for themselves, groups of two or three wander for days through the vast forest, where jaguars and wild pigs are an ever-present danger.



KODACHROME (LEFT) AND EXTACHROMES © N.G.S.

4451A6
87
RUBICA

our plates. They made off with a small pet monkey and a rooster. For a long time afterward, we heard the bird crow each morning in the nearby forest.

They even tried to kidnap the handsome young wife of one of our workers, but the girl, a *cabocla*, or mixed European-Indian, put them to astonished flight with a shrill verbal torrent. Progress on the airstrip we were building near the camp was interrupted when the Indians took all the tools, even while work was under way.

Discipline Comes in a Bug-spray Can

When the boys brought bows to camp and aimed arrows at us if we denied them anything, we knew the time had come to risk asserting ourselves.

I am a little ashamed of the way I "tamed" Takanine, an exceptionally bright youth. Still, he was prying at my tape recorder with an arrow and would not stop. (Primitive Indians, in my experience, often believe mechanical devices to be living creatures.)

I shouted at Takanine and reached for his arrow. He reached for his bow. I seized a can of insect repellent and sprayed it at a lighted candle. The inflammable repellent ignited with a flash. Takanine departed for the forest at speed. When he returned, he was highly respectful, and remained so for days.

With this and other tricks, we gradually brought the lads under a semblance of control. To our relief, the adults made no objections to our tactics, and even backed us up a time or two.

The days lengthened into weeks, the weeks into months. We learned many things about these Indians. Their senses of smell, hearing, and sight, for example, were extraordinary.

The jungle people could spot a bird or small monkey high in the forest canopy when we could see nothing. One day, as we waited on the finished airstrip for a plane, they pointed excitedly at the sky minutes before we could hear anything. Sure enough, the plane eventually appeared.

On another occasion a Cinta Larga sniffed a trailside bush and told Macurap, our expedition's chief hunter, that a tapir had just passed by. It was a young female, he indicated.

Macurap set forth with his rifle. An hour later he was back carrying a small tapir on his shoulders—a female.

In time the Indians lost their initial fear of such things as our flashlights, firearms, and generator. They sampled our food eventually, but disliked most of it.

They told us each others' names; a man would never say his own, so far as we could discover. They learned ours, though they seemed not to like "Jesco." They called me something that sounded like "Borbula."

One red-letter day a large group of Indians all painted and dressed as if for a ceremony came to see us, and with them were three women, the very first we had seen (opposite). They wore necklaces of dyed nutshells and almost nothing else. Though demure, they were unabashed and headed directly for our kitchen. The cook was delighted and showed them around. But his smile faded when the ladies departed with all the pots and pans they could carry.

Time and the Golden Rule Help

Despite the presence of the women, we knew our task with the Cinta Largas was far from finished. We felt that they only tolerated rather than liked us. And they were suspicious: Every visiting adult group contained a few men who kept bows and arrows at the ready and watched our every move.

But with each passing day they relaxed a tiny bit more and treated us with more kindness and consideration. The golden rule was working for us: They imitated our manners toward them.

Unfortunately, their new boldness reached beyond Seventh of September Camp. In Riozinho they openly raided settlers' vegetable gardens. They visited a diamond camp and asked for Apoena and Borbula. When they began appearing on the new highway, road crews and truck drivers fled in terror.

"Now we must complete our job, for this is the time of greatest danger in any pacification," said Chico Meireles. "A terrified truck driver, a drunken diamond prospector, an angry settler could easily touch off a war in which many lives would be lost.

"But the Cinta Largas stand in far more

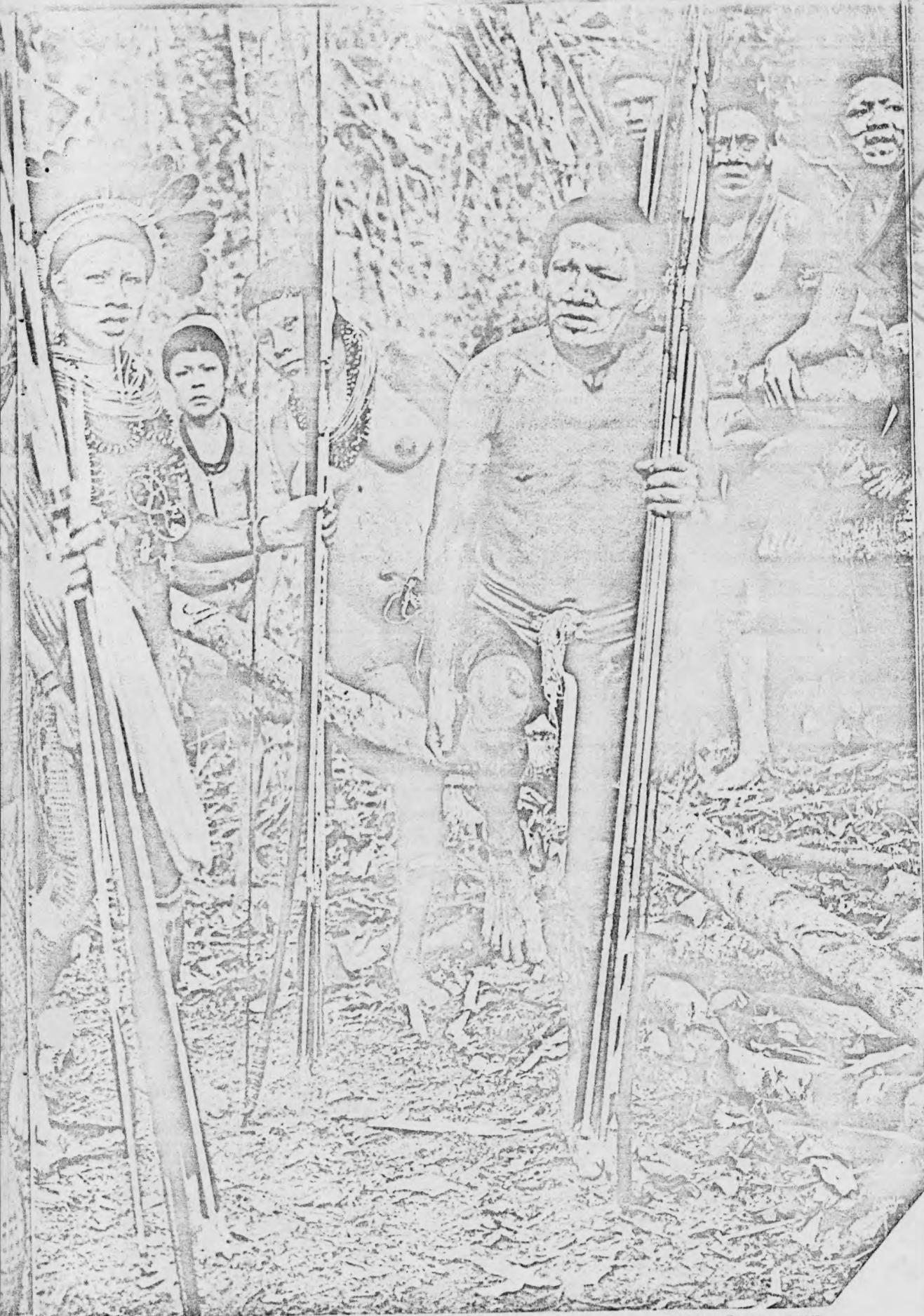
Stylishly clad in painted "clothing," a feminine contingent arrives. Expedition members felt the women's presence marked a new level of confidence. Impressed by their poise, the author named them the "Three Graces." The camp cook was less than pleased when the visitors made off with many of his kitchen utensils.

EKTACHROME © N.G.S.

Proc. N.º 445176
P.L.O. 28
Mexico



Bright with beads and feathers, a group of Cinta Largas visits the camp. Word of



4481/76
89
Publinter

KODACHROME © NATIONAL GEOGRAPHIC

expedition gifts may have drawn Chief Dikimoi, second Indian from left, to claim a share.



KODACHROME © N.G.S.

Cloaked in forest, veiled by smoke, the secrets of a Cinta Larga village remain hidden. Ten minutes away by air, team members await the invitation that will allow them to enter one of 22 such compounds they have sighted.

danger than we. Through their new contacts with *civilizados*, they can catch our diseases and die like flies.

"It is the time now to enter the villages and cement the peace forever. And only there can we inoculate and vaccinate, and undertake the studies that must be made to assure these people a place in the future."

We have not yet entered a village, however, although we have tried in every possible way to gain an invitation. Twice we believed ourselves invited, but each time discovered we were not welcome.

Once Takanine and some other boys, using sign language and the small vocabulary we now had in common, clearly asked us to come home with them. Nearing the village, we were suddenly surrounded by warriors who shouted angrily at the boys and warned us to go no farther. The night before this futile hike, we had heard a large jaguar coughing near the camp. I think Takanine and his friends feared the beast and wanted our company through the forest next day!

On another occasion we understood Noára to have invited us. He offered no guides, and we set out on our own. After a few miles we found the trail unmistakably closed with nylon fishing line I had given the Indians.

I write these words from my home in

Goiânia, near Brasília. My jungle gear is all packed and waiting on my front porch. When I hear that a visit to a Cinta Larga village has been arranged, I shall go at once.

With luck, I shall record the first entry into the village in words and photographs. Meanwhile, I have news both good and bad from Seventh of September Camp.

The good word is that the Cinta Largas are showing unmistakable friendship for the FUNAI people. Apoena, who is a pilot, probably brought this about by taking three very brave youths on a flight to Pôrto Velho, capital of the territory. There a unit of the Brazilian Army was kind enough to parade in honor of these emissaries from the forest.

"The young men conducted themselves with a dignity that won the respect of all who saw them," writes Apoena. "I wish I could have watched as later they recounted their experiences to their people!"

As for the bad news, we have heard that influenza has swept through Cinta Larga country. How bad it was we do not know.

We have medical teams standing by, but we can do nothing until we are invited. Nothing, that is, except pray that we will not be too late, that the intrusion of civilization has not already doomed another primitive people to extinction. □

SIX-MONTH INDEX AVAILABLE

The index to National Geographic Volume 139 (January-June 1971) is now available. Members may order from National Geographic Society, Post Office Box 1524, Washington, D. C. 20013. Remit 50 cents by check or money order (no cash, please).

6451/76
91
Rubrica

VOL. 140, NO. 3

SEPTEMBER 1971

NATIONAL GEOGRAPHIC

**MZIMA KENYA'S
SPRING OF LIFE** 239
HOAN AND ALAN BRODT

**CAPTAIN COOK
THE MAN WHO
MAPPED THE PACIFIC** 251
GORDON AND GABRIEL

**THAT DAMMED
MISSOURI RIVER** 274
GORDON AND HISER

**WHAT PLACE
TO LAY AN EGG** 282
GORDON AND HOWE

**BRAZIL PROTECTS HER
GINTA ABEYANDIANS** 290
WILLIAM AND JAMES

OFFICIAL JOURNAL OF THE NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY WASHINGTON, D. C.

Proc. N.º	4481/76
FLS.	92
Rubrica	<i>[Signature]</i>

FUNAI - P.º DE ADMINISTRAÇÃO	
DISTRIBUIÇÃO	
Ass:	P. J. "A"
Data:	10/09/84
PROCURADOR GERAL	

Sr. Procurador Geral,

Tendo em vista o despacho de fls. 69, do Sr. Presidente da TUNA, suplico a V.ª a presente processo examinado a AESP, para conhecer das providências adotadas, adotando outras do seu alvará se for o caso, restituindo posteriormente a este P.º.

Em 13.09.84.

[Signature]
João Belmino Soares
Assessor Jurídico
Procuradoria Jurídica - FUNAI

De acordo.

A AESP, para conhecer as providências adotadas e adotar outras se julgar necessárias,

Em 12.09.84

[Signature]
Lourival Silvestre Sobrinho
Procurador Geral Subst.º

Ao Redator Sylvio
Reiver, para conhecer
e providenciar o que
cocher.

ACR, 17/09/84

MINTER-FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Estudos e Pesquisas

Rubens Aulo

Rubens Aulo da Cruz Oliveira
Chefe

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445/176
Fls. 93
Rubrica [assinatura]

INFORMAÇÃO N.º 441 /84-AESP
Ref.: Processo FUNAI /BSB/04451/76

Senhor Assessor-Chefe da AESP:

Em despacho exarado à fls. 69 do presente processo, o Sr. Presidente desta Fundação solicita à Douta Procuradoria Jurídica "conhecer, reexaminar o assunto e, após encaminhar à AESP", tendo em vista correspondência que lhe foi encaminhada pelo Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO):

Já à fls. 92, a Douta Procuradoria Jurídica encaminha o presente processo para esta Assessoria "para conhecer as providências e adotar outras que julgar necessárias". Estranhamente, não houve o reexame solicitado pelo Sr. Presidente da FUNAI.

Por se tratar de determinação da autoridade maior desta Fundação, não podemos nos furtar em reexaminar o assunto em tela, visando acima de tudo, a defesa dos interesses da comunidade indígena.

No presente processo, não se encontra em julgamento a pessoa do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO), nem tão pouco a qualidade do trabalho realizado pelo mesmo, o qual consideramos excelente. O que está em julgamento é o fato de que o referido profissional tem violado uma série de regras emanadas por esta Fundação quanto ao ingresso em áreas indígenas, bem como o não pagamento de direitos autorais e de imagem dos índios por ele focalizados em filmes, fotografias e slides, direitos estes regidos pela Lei nº 5.988 de 14.12.83 e pela Portaria nº 907/N-FUNAI de 18.05.84.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445/176
Fls. 94
Rubrica OK 2

A "correspondência" do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) se resume em um "patrótico" quadro verde e amarelo colocado em xerox do ofício nº 802/PRES/PJ/84 de 27 de agosto de 1984, à ele encaminhado pelo Sr. Presidente da FUNAI, onde o fotógrafo diz:

"Jurandy - Recebi essa carta hoje. Voltei de Rondônia me sentindo bastante doente (pressão alta, e pernas inchadas e com uma irregularidade no coração, pois sou diabético. Mas tão logo esteja melhor vou até aí. Pedi a Universidade responder a carta e dar os informes desejados. Estamos trabalhando num convênio com a FUNAI"

Diz o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) que "pedi a Universidade de responder a carta e dar os informes desejados". Acontece que a Universidade Católica de Goiás na da tem a ver com a cobrança que está sendo feita ao fotógrafo. Afinal quem comercializou as fotografias e filmes foi o profissional WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) e não a Universidade Católica de Goiás.

Por outro lado, não há, até o momento, nenhum convênio firmado entre a FUNAI e a Universidade Católica de Goiás, como o Sr. JESCO dá à entender.

Anexou o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) à sua "Correspondência" uma declaração do Coordenador de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, Sr. GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR, datada de 14 de agosto de 1984, na qual ~~este~~ afirma o interesse do CNPq "no trabalho de pesquisa fotográfica desenvolvido no território federal de Rondônia (?) pelo Sr. JESCO VON PUTTKAMER" (o grifo é nosso).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445/176
95

RUBRICA

-3-

Como se pode observar, o Sr. Coordenador de Ciências Humanas e Sociais do CNPq declara ser do interesse daquela entidade o trabalho de pesquisa fotográfica desenvolvido pelo Sr. JESCO VON PUTTKAMER em Rondônia, sem referir-se diretamente ao trabalho fotográfico em áreas indígenas. Além do mais, nunca se colocou em dúvida a importância ou qualidade do trabalho executado pelo fotógrafo e sim, o fato do mesmo ingressar em áreas indígenas sem autorização expressa da FUNAI e a questão do pagamento de direitos autorais e de imagem aos indígenas.

O Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) anexou ainda à sua "correspondência" cópia xerox de uma apresentação datada de 6 de abril de 1982 assinada pelo Diretor do Instituto Goiano de Pre-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás; xerox de um artigo de autoria do Sr. José Luiz Bittencourt publicado no jornal "Folha de Goiás" de 29 de janeiro de 1984 sob o título "Jesco, o brasileiro"; original do ofício nº 1290/83-PRES/AESP de 3 de novembro de 1983 enviado pelo Sr. Presidente da FUNAI; e xerox de artigo e fotos de sua autoria publicado no National Geographic Magazine sob o título "BRAZIL protects her Cinta Largas".

No que se refere a carta de apresentação do Sr. Diretor do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, a mesma nada tem a ver com a causa em questão.

Já na xerocópia do artigo publicado pelo jornal "Folha de Goiás de 29 de janeiro de 1984 sob o título "JESCO, o BRASILEIRO", de autoria do Sr. José Luiz Bittencourt, fica mais uma vez comprovado que, há anos, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) vem violando o direito de imagem do sílvicola brasileiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RUBRICA

CO. N.º FUNAI 445/176
96
[assinatura]

Diz o Sr. José Luiz Bittencourt em seu artigo que desde 1948 "o jovem JESCO PUTTKAMER, que a todos impressiona pela invulgar estatura física, logo se interessou por estudos etnográficos e, partindo para contatos permanentes com os nossos silvícolas, logrou obter valioso acervo relativo aos Cara-jás, Cintas Largas e grupos arredios das margens do rio Aripuanã. Sete filmes científicos foram editados pela BBC de Londres e algumas de suas histórias sobre índios do Brasil mereceram ser publicadas na Revista "National Geographic Society". Tem ainda 18 livros escritos a respeito de suas incursões no campo da etnografia e um deles está sendo agora impresso pela Universidade Católica de Goiás, para lançamento em janeiro próximo, sob o título de "Curumim" (o grifo é nosso).

O ofício nº 1290/83-PRES/AESP do Sr. Presidente da FUNAI, datado de 3 de Novembro de 1983, também anexado pelo Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) diz respeito a uma oferta do fotógrafo em fornecer 40 fotolitos prontos para a impressão de cartões postais à esta Fundação, oferta esta aceita através do referido ofício.

Entretanto, até a presente data o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (FILHO) não forneceu à FUNAI os fotolitos prometidos.

Finalmente, no que diz respeito ao artigo "BRAZIL PROTECTS HER CINTA LARGAS", publicado na Revista "National Geographia Mazine" com o texto e fotos de W. JESCO VON PUTTKAMER, fica claro que o referido profissional comercializou suas fotos com a NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, uma vez que abaixo das mesmas encontra-se o crédito © NGS: (Copyright - National Geographic Society), o que comprova que o direito de autor foi repassado para a NGS. É lógico que o fotógrafo, para assim proceder, recebeu remuneração da National Geographic Society.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445/176
REVISOR

-5-

Em vista de tudo quanto foi exposto, somos de opinião, salvo melhor juízo, que as providências sugeridas às fls. 62 e 63 do presente processo, são as únicas capazes de ressarcir dos índios sobre os direitos de imagem à que fazem jus, motivo pelo qual sugerimos seja o assunto encaminhado, mais uma vez, à Douta Procuradoria Jurídica, para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

É o que temos a informar, submetendo a presente à superior consideração de V.Sa.

Brasília, 26 de setembro de 1984

MININTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Estudos e Pesquisas

Sylvio Reiner
Redator

AESP/SR/lc1



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

UTILIDADE PÚBLICA DECRETO Nº 73729 DE 04/03/1974
CGC(MF) Nº 01587609/0001-71

PROC. Nº FUNAI 445/1984
Fls. 98
RUBRICA [assinatura]

Ofício nº 139/84-GR

Goiânia, 17 de setembro de 1984.

Exmo. Sr.
JURANDY MARCOS DA FONSECA
DD. Presidente da FUNAI
BRASÍLIA - DF

FUNAI SEC/GAB	
2969	
ENT. [assinatura]	EM 19/9/84
SAÍDA [assinatura]	EM 21/9/84

N.º [assinatura]	IAGFSP
ENTRADA	21/9/84
FECHA	21/9/84
RUBRICA	[assinatura]

Senhor Presidente,

Com respeito ao Ofício nº 802/PRES/PJ/84, da FUNAI, dirigido ao nosso pesquisador, Sr. Wolf Jescó von Puttkamer Filho, desejamos fazer alguns esclarecimentos.

O Sr. Jesco encontrava-se no Planalto da Alta Lídia, desde o dia 20 de agosto, a serviço da Universidade Católica de Goiás, para concluir os trabalhos de documentação fotográfica iniciados há cinco anos atrás, junto às Frentes de Atração da FUNAI. Porém, tão logo tomou conhecimento da proibição de sua entrada naquela área indígena, retirou-se imediatamente deixando no Posto da FUNAI os filmes que havia batido e grande quantidade de alimentos e ferramentas.

O mesmo não se preocupou em efetuar pagamento de direitos autorais porque antes da Portaria 907/N, que regulamenta o assunto, já havia obtido a autorização do Delegado da 8ª DR da FUNAI e a permissão (verbal) do antigo Presidente, Dr. Otávio.

Esclarecemos ainda que esta pesquisa fotográfica é de interesse do CNPq e da UCG, não tendo nenhum fim comercial. Visa apenas contribuir para o acervo nacional sobre o índio brasileiro, sendo todo o material doado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia e colocado à disposição para as pesquisas científicas. A própria FUNAI muito tem se valido do material fotográfico obtido pelo nosso pesquisador, bem como dos vãos por ele fretado quando se dirige às áreas indígenas.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

UTILIDADE PÚBLICA DECRETO Nº 73729 DE 04/03/1974
CGC(MF) Nº 01587609/0001-71

HH/1986
99
FUNAI
Subsídios

À oportunidade, manifestamos forte desejo de que a presente situação seja equacionada, adequadamente, de acordo com o realismo que salvguarde as atuais preocupações da FUNAI, no tocante aos direitos e bem estar das nossas comunidades indígenas, assim como as necessidades da pesquisa na área em foco. O Sr. Jesco deverá ir brevemente à FUNAI, com esta finalidade. No momento, ele está impossibilitado, por motivo de saúde.

Apresentamos, na oportunidade, nossos protestos de elevada estima e consideração.

À AESP,
solicitando anexo -
em 190984

Jurandy
Jurandy Marcos da Fonseca
Presidente

Atenciosamente,

Pe. José Pereira de Maria
Pe. José Pereira de Maria
- REITOR -

Remetente

Endereço

CEP

--	--	--	--	--



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

UTILIDADE PÚBLICA DECRETO N.º 73729 DE 04/03/1974

CGC(MF) N.º 01587609/0001-71

SELO

Ilmo. Sr.

JURANDY MARCOS DA FONSECA

DD. Presidente da FUNAI



BRASILIA - DF

AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440 - S. UNIVERSITÁRIO - CAIXA POSTAL Nº 86 - CEP 74.000 - GOIÂNIA - GOIÁS - PABX (062) 225-1188

RPC

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

INFORMAÇÃO Nº 117/84 - AESP
Ref: Proc.FUNAI/BSB/04451/76

PROC. Nº FUNAI 117/84
- In. 100
Rubrica [assinatura]

Senhor Assessor-Chefe da AESP:

Trata-se o presente de ofício encaminhado ao Senhor Presidente da FUNAI pelo Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás, Pe. José Pereira de Maria, no qual presta esclarecimentos sobre a atuação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho), tendo em vista correspondência enviada àquele profissional pelo Sr. Presidente da FUNAI, visando a solucionar problemas referentes ao não pagamento de direitos autorais e de imagem à índios por ele focalizados em filmes, fotografias, cartões postais, gravações, etc...

Afirma o Reitor da UCG em seu ofício que desde o dia 20 agosto o Sr. Jesco se encontrava no Planalto da Alta Lídia a serviço da Universidade Católica de Goiás, "para concluir os trabalhos de Documentação fotográfica iniciados há cinco anos atrás, junto às Frentes de Atração da FUNAI". Diz ainda que tão logo tomou conhecimento da proibição de sua entrada naquela área indígena, o fotógrafo retirou-se imediatamente, "deixando no Posto da FUNAI os filmes que havia batido e grande quantidade de alimentos e ferramentas".

Esclarece ainda o Magnífico Reitor que "o mesmo não se preocupou em efetuar pagamento de direitos autorais porque antes da Portaria 907/N, que regulamenta o assunto, já havia obtido autorização do Delegado da 8a.DR da FUNAI e a permissão (verbal) do antigo Presidente, Dr.Otávio". (O grifo é nosso).

Finalmente o Reitor da UCG esclarece que "esta pesquisa fotográfica é de interesse do CNPq e da UCG, não tendo nenhum fim comercial. Visa apenas contribuir para o acervo nacional sobre o índio brasileiro, sendo todo material doado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia e colocado à disposição para as pesquisas científicas".

HHS/1986

Analisando o ofício do Magnífico Reitor, Pe. José Pereira de Maria, da Universidade Católica de Goiás, observamos que desde o dia 20 de agosto o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) se encontrava no Planalto da Alta Lídia, a serviço da Universidade Católica de Goiás, onde a FUNAI desenvolve os trabalhos de atração dos índios URU-EU-WAU-WAU, sem autorização expressa do órgão tutelar para concluir os trabalhos de documentação fotográfica iniciados há cinco anos atrás, junto às Frentes de Atração da FUNAI.

Quanto à alegação do Reitor da UCG de que o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) "não se preocupou em efetuar pagamento de direitos autorais porque antes da Portaria 907/N, que regulamenta o assunto, já havia obtido a autorização do Delegado da 8a.DR da FUNAI e a permissão, (verbal) do antigo Presidente, Dr. Otávio, a mesma em nada justifica a atuação do fotógrafo em área indígena. Inicialmente, a ninguém é facultado ignorar a legislação em vigor, uma vez que, mesmo que a Portaria 907/N tenha sido baixada em 18.05.84, desde 14.12.73, portanto quando o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) iniciou os trabalhos de documentação fotográfica da atração dos índios URU-EU-WAU-WAU, encontra-se em vigor a Lei 5.988 que regula os direitos autorais e dá outras providências.

No que se refere ao fotógrafo possuir autorização do Sr. Delegado da 8a.DR da FUNAI, cabe lembrar que o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria Ministerial nº 091 de 29.6.83 em seu Capítulo IV, artigo 45 reza o seguinte:

"Art.45- Ao Presidente, a lém das atribuições previstas no artigo 8º e itens do Estatuto, incumbe:

IX- Conceder autorização para pesquisas, estudos e o exercício das atividades em terras indígenas, por outras entidades ou pessoas estranhas ao quadro da FUNAI".

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

FUNAI 4451/76
102
Rubrica #03-

Claro fica que o Sr. Delegado da 8a.DR não possui competência para autorizar o ingresso do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) em área indígena.

Quanto ao fotógrafo possuir "permissão (verbal) do antigo Presidente, Dr. Otávio" desconhecemos ~~existir~~ esta modalidade de procedimento para ingresso em área indígena, uma vez que a Autorização para Ingresso em Área Indígena é fornecida, em formulário próprio, assinado pelo Presidente da FUNAI, ao autorizado. Tal procedimento já era regulado através da Portaria nº 448/N de 1977, que foi revogada quando da assinatura da Portaria nº 907/N de 18.05.84.

Estranhamos também a afirmação do Magnífico Reitor da UCG de que a pesquisa fotográfica do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) "não tem nenhum fim comercial". Acreditamos que o Sr. Reitor não tenha tido oportunidade de ler o relatório que o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) lhe encaminhou relatando as atividades e contatos por ele mantidos nos Estados ^{Unidos} e Alemanha, numa viagem de seis (06) semanas nos meses de maio e junho de 1984, cuja xerocópia se encontra às fls.35 a 44 do presente processo.

Fazemos esta afirmação tendo em vista que no referido relatório, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) afirma textualmente à fl. 37 do presente processo:

"A convite do Diretor do Museu de Berlim, Prof. Dr. G. Hartmann, hospedei em sua casa. Ali ele se interessou em adquirir duas mil (2.000) fotografias de valor etnológico incalculável, mas como eu queria doar estas fotografias à Universidade Católica de Goiás, apenas permiti que tirasse cópias (duplicatas) e depois devolvesse os originais. O Prof. Hartmann,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº FUNAI 44511/6
Fls. 103
Rubrica ~~04~~

ainda vai adquirir mais ou menos mil (1.000) duplicatas dos slides de Londres, cujos originais voltarão e oportunamente serão doados à UCG" (O grifo é nosso)

Mais adiante, à fls. nº 40, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) informa:

"Outro contato não mencionado, realizado na Alemanha foi com a Revista GEO, tipo National Geographic Society dos E.U.A, muito grande e rica. Mas, infelizmente, competidoras. Queriam que agosto próximo eu fosse fazer a reportagem sobre os Uru Eu Wau Wau, para eles. Mas, como não quero este atrito com a National Geographic, disse para o pessoal da GEO que trabalho para eles a partir do ano que vem". (o grifo é nosso)

Como se pode observar claramente, o Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho), ao contrário do que afirma em seu ofício o Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás, utiliza seu material fotográfico, cinematográfico, fonográfico, etc..., para fins comerciais.

Em vista do exposto somos, salvo melhor juízo, da seguinte opinião:

1. Que o presente processo seja encaminhado ao Sr. Presidente desta Fundação para que o mesmo tome conhecimento das atividades envolvendo o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho), visando a que o mesmo não seja

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451/86
Rubrica [assinatura] =05=

envolvido pelo respectivo profissional, possa por demais simpática e persuasiva, como aconteceu com todos os Presidentes, desde a criação da FUNAI;

2. Seja enviado ao Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás o ofício em anexo, acusando o recebimento do ofício nº 139/84-GR de 17 de setembro de 1984;
3. Que o presente processo, após apreciação por parte do Sr. Presidente da FUNAI, retorne à Douta Procuradoria Jurídica, para aguardar a vinda do Sr. WOLF JESCO VON PUTTKAMER (Filho) visando a obtenção de um acôrdo amigável e, caso isto não seja possível, acionar judicialmente o referido fotografado.

É o que temos a informar, submetendo a presente à Superior consideração de V.Sa.

Brasília, 04 de outubro de 1984.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Estudos e Pesquisas

[assinatura]
Sylvio Reizer,
Redator

De acordo com o parecer.

Submetemos minuta de ofício à consideração do Senhor Presidente, adiciando posteriormente encaminhamento a PJ para as medidas que couberem.

AESP/SR/sb.

AESP 08/10/84
MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Estudos e Pesquisas
[assinatura]
Rubens Cruz da Cruz Oliveira
Chefe

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI HHS/196
F.º 105
Recebido 18
18 OUT 84

OF. Nº 923 /84-PRES/AESP

Presidente da FUNAI

Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás

Acusa recebimento do Ofício nº 139/84-GR.

Magnífico Reitor,

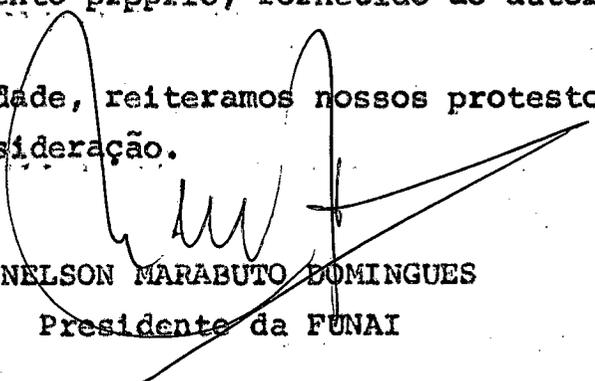
Acusamos o recebimento do Ofício nº 139/84-GR, de 17 de setembro de 1984, onde Vossa Magnificência esclarece sobre a atuação do Sr. Wolf Jesco von Puttkamer Filho, em áreas indígenas.

Não podemos deixar de reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelo referido pesquisador mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de defender as comunidades indígenas no que diz respeito aos seus direitos autorais e de imagem, regulados pela Lei nº 5.988 de 14.12.1973 e pela Portaria nº 907/N, de 18.05.1984.

É desejo, também, desta Fundação, de solucionar a situação do Sr. Wolf Jesco von Puttkamer Filho, e para tanto aguardamos sua presença em Brasília, tão logo o mesmo esteja recuperado do seu estado de saúde.

Cabe esclarecer, ainda, que as autorizações para ingresso em área indígena, são de acordo com o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio, de competência exclusiva desta Presidência, através de documento próprio, fornecido ao autorizado.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.


NELSON MARABUTO DOMINGUES
Presidente da FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 4451/76
Fim.
RUBRICA

INFORMAÇÃO Nº 002/85 - AESP

Ref: Proc.FUNAI/BSB/4451/76

Senhor Chefe da AESP:

Em 18 de outubro de 1984, através do ofício nº 923/84-PRES/AESP, encaminhado ao Magnífico Reitor da Universidade Católica de Goiás, esta Fundação acusou o recebimento do Ofício nº 139/84-GR, esclarecendo a atuação do fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILHO em áreas indígenas.

Na ocasião, o Senhor Presidente da FUNAI informou que "É desejo, também, desta Fundação, de solucionar a situação do Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer Filho, e para tanto aguardamos sua presença em Brasília, tão logo o mesmo esteja recuperado do seu estado de saúde".

Decorridos mais de dois meses do envio do ofício do Senhor Presidente da FUNAI, o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILHO ainda não compareceu à sede desta Fundação para legalizar sua situação.

Creemos, salvo melhor juízo, já haver decorrido um prazo bastante razoável para que o mesmo se restabelecesse do seu estado de saúde.

Em vista do exposto, somos da opinião que o presente processo retorne à Douta Procuradoria Geral, para que a mesma adote as medidas legais cabíveis, visando a garantir o pagamento de direitos autorais e de imagens dos índios focalizados pelo Sr. fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILHO.

É o que temos a informar, submetendo a presente à superior consideração de V.Sa.

BSB, 7 de janeiro de 1985.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Estudos e Pesquisas

Sylvio Reiner
Reitor

SR/sb.

4451/76

DESPACHO Nº 010/85 - AESP

REF.: Processo FUNAI/BSB/4451/76

Rubrica

Encaminhe-se à Procuradoria Jurídica, para as providências julgadas necessárias.

Em, 14/janeiro/1985

Ezequias Paulo Seringa Filho
Chefe Assessoria de Estudos e Pesquisas
AESP-FUNAI

/ima.

PJ/FUNAI	
ENTRADA	
Procedência:	AESP
Data:	17, 01, 85
<i>AS</i>	

A Dra. Neusa

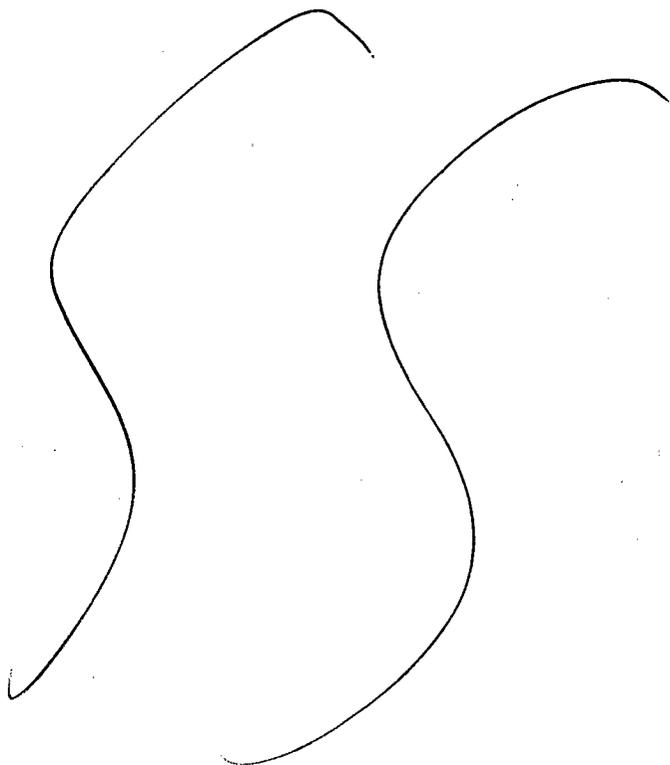
Em 16.01.85

Carvalho

Maria Auxiliadora C. Carvalho
Procuradora Geral/FUNAI

aguarde-se, de ordem, retorno da Dra Neusa, de férias, em: 04/02/85.

Birubino
Sec/75.



A consideração da Sra. Promotora
fiscal com minuta de ofício e parecer
em anexos.

San, 06.02.85

Santos

Neusa Maria dos Santos

Advogada "A"

Port: 32/P de 07 01 80

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Proc. N.º	4451/96
FLS.	108
Rubrica	

PARECER Nº 007/PJ/85.

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/04451/76

EMENTA - solicitação para ingressar em áreas indígenas para fins de estudo e documentação, pela NATIONAL GEOGRAPHI SOCIETY.

Trata o presente processo sobre autorização para ingresso em área indígena com o objetivo de elaborar documentos fotográficos e filmagens, sobre o processo de interiorização do Brasil, que na sua maioria, foram realizados pelo Sr. **WOLF JESCO VON PUTTKAMER**, conforme consta de seu relatório de fls. 35/44.

Para nossa surpresa, vimos constatar, que o Sr. **JESCO** vem utilizando seu material fotográfico, cinematográfico, fonográfico indígenas, para fins comerciais, como se pode verificar no seu relatório, às fls. 35, quando ele diz que o Diretor do Museu de Berlin se interessou em adquirir duas mil (2.000) fotografias, "de um valor etnográfico incalculável."

O que mais admiramos, é que em plena vigência da Lei nº 5.988/73, que regulamenta o direito autoral no Brasil, é que o próprio órgão tutelar concedeu autorização à fotógrafos, cineastas, escritores, como se o Índio fosse em objeto em exposição, não respeitando a sua individualidade, e desrespeitando o próprio Estatuto do Índio-Lei nº 6.001/73 - Capítulo II - Dos crimes contra os Índios- que, no seu artigo 58, Ítem II, dispõe:

IN VERBIS.

Art. 58 - "Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena."

I -

II - "Utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. Pena-detenção de dois a seis meses."

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Proc. N.º	4451/76	02
FLS.	109	
Rubrica		

Como se vê, a própria FUNAI tem agido sem observância de lei, no que, nos deixa constrangidos para agir judicialmente contra os usurpadores dos direitos autorais indígenas.

Por outro lado, temos de reconhecer que o trabalho do Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer é de excelente qualidade, neste ponto não existe a menor dúvida, mas o que está em discussão é a violação de uma série de regras emanadas por esta FUNDAÇÃO, no que se refere ao ingresso do referido Senhor em áreas indígenas, bem como o pagamento de direitos autorais e de imagem dos índios por ele focalizado em filmes, fotografias e slides, direitos estes regidos pelas Leis supramencionadas e regulamentados pela Portaria nº 907/N-FUNAI, de 18.05.84.

Assim, tendo em vista o órgão tutor ter autorizado o ingresso do Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer, por diversas vezes em áreas indígenas, julgamos que seja mais prudente convidá-lo mais uma vez a comparecer nesta Procuradoria Jurídica, a fim de um acordo amigável, com o objetivo de indenizar às comunidades indígenas utilizadas no seu trabalho fotográfico, razão pela qual, juntamos minuta de ofício dirigido ao referido Senhor, para a assinatura do Sr. Presidente.

É o nosso entendimento.

"sub censura".

Brasília, 06 de fevereiro de 1985.


Neusa Maria dos Santos
Advogada "A"
Port. 32/P de 07.01.80

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 451/76
Fls. 10
Rubrica

Ref: PROC/FUNAI/BSB/04451/76

Aprovo o Parecer nº 007/PJ/85.

Submeta-se à assinatura do Sr. Presidente o anexo projeto de ofício, cuja cópia, após a expedição do mesmo, deverá ser anexada a este expediente.

A seguir, tendo em vista que o assunto já foi detidamente examinado pela AESP, encaminhe-se àquela Assessoria solicitando pronunciamento quanto as bases para cálculo do acordo a ser promovido, objetivando indenizar os índios pela comercialização de trabalhos de documentação audiovisual em áreas indígenas.

Brasília, 06 de fevereiro de 1985.

Carvalho

Maria Auxiliadora C. Carvalho
Procuradora-Geral FUNAI

à AESP, de ordem.

08/02/85

Dinheiro

Maria Auxiliadora Dinheiro
Secretária-PJ/FUNAI

Pro Ezequias Nasser
12/2/85

E. I. Nasser

Ezequias Paulo Nasser Filho
Chefe Assessoria de Estudos e Pesquisas
AESF-FUNAI

OFÍCIO Nº 103 /PRES/PJ/85.

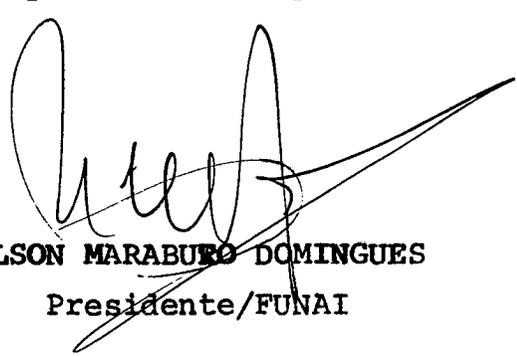
Brasília, -7.FEV85

DO : Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
 AO : Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer (Filho)
 ASSUNTO : Solicitação (FAZ)

A Fundação Nacional do Índio na preocupação de preservar o direito dos indígenas brasileiro, vem mais uma vez solicitar o seu comparecimento junto à Procuradoria Jurídica, desta Instituição, a fim de tratar de assunto de seu interesse e dos Índios, na forma constante dos termos do Ofício nº 802/PRES/PJ/84, datado de 27.08.84, dirigido a V.Sa.

Outrossim, informa que o não atendimento por parte de V.Sa., a FUNAI tomará as medidas judiciais que o caso requer.

Na certeza de poder contar com a sua compreensão, no sentido de se chegar a uma solução amigável, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe protestos de consideração e apreço.


 NELSON MARABURO DOMINGUES
 Presidente/FUNAI

Ilmº Senhor
 WOLF GESCO VON PUTTKAMER FILHO

~~74.000 - GOIÂNIA - GO.~~
 74.000 - GOIÂNIA - GO.

NMS/lrd.PJ

TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT
ECT
ECT

23701 Z DFCV
23721 C DFBR
20/1010
ZCZC FGG01702 19 0810
GOIANIA/GO

PR. N. FUNAI
FI
Rubrica
112
445196



TELEGRAMA
DR. NELSON MARABUTO DOMINGUES
MD. PRESIDENTE FUNAI MINTER
BRASILIA/DF

CONFIRMO RECEBIMENTO OFICIO N/0103 DE 07/02/85 DESSA PRESIDENCIA
PT RESPOSTA SEGUIRAH EM BREVE PT SOLICITEI COMPANHEIROS ORLANDO
VILLAS BOAS ET APOENA DE MEIRELLES COMO TAMBEM ANTROPOLOGOS DENIZE
MEIRELLES ET BETTI MINDLIN ENTRAR CONTATO VOSSENCIA PARA
ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, POIS ELAS FORAM OS INCENTIVADORES
DOS MEUS TRABALHOS PT PROCURAREI IR ATE AI EM BREVE POIS NO
MOMENTO ESTOU EM TRATAMENTO CLINICA CARDIOVASCULAR PT
RESPEITOSAS SAUDACOES

ENG. WOLF JESCO VON PUTTKAMER
PESQUISADOR - DOCUMENTARISTA DA UCG

COL PEQUISADOR - DOCUMENTARISTA DA UCG

NNNN#
23701 Z DFCV
23721 C DFBR

N.º	018/AGESP
ENTRADA	20.285
HORA	18:00h
RUBRICA	Funai

FUNAI SEC/GAB	
424	
ENTRADA	EM 20.02.85
SAIDA	EM 20.2.85

RAMA FONADO
O. TELEFONE PARA A
E E PAGUE DEPOIS.
ECT
TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
ECT

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº FUNAI WS/196
Fl. 13

REF.: TELEGRAMA S/N - Eng. WOLF JESCO VON PUTTKAMER - UCC.

De ordem
A AESP.
BEB, 20/02/85

Rubens Aulo
Rubens Aulo da Cruz Oliveira
Assessor III

ao Rubens Aulo
21/2/85
E. J. Beringer
Ezequias Paulo Beringer Filho
Chefe Assessoria de Estudos e Pesquisas
AESP-FUNAI

Sec/546

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Doc. N.º FUNAI

Ns/176

OFÍCIO Nº 103 /PRES/PJ/85.

Rubrica Brasília, -7 FEV 85

DO : Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
AO : Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer (Filho)
ASSUNTO : Solicitação (FAZ)

A Fundação Nacional do Índio na preocupação de preservar o direito dos indígenas brasileiro, vem mais uma vez solicitar o seu comparecimento junto à Procuradoria Jurídica, desta Instituição, a fim de tratar de assunto de seu interesse e dos Índios, na forma constante dos termos do Ofício nº 802/PRES/PJ/84, datado de 27.08.84, dirigido a V.Sa.

Outrossim, informa que o não atendimento por parte de V.Sa., a FUNAI tomará as medidas judiciais que o caso requer.

Na certeza de poder contar com a sua compreensão, no sentido de se chegar a uma solução amigável, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe protestos de consideração e apreço.

NELSON MARABUENO DOMINGUES

Presidente/FUNAI

Ilmº Senhor

WOLF GESCO VON PUTTKAMER FILHO

[Redacted address line]

74.000 - GOIÂNIA - GO.

NMS/lrd.PJ Ven nº 424/85

Stamp: 7 2 85
FUNAI



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

UTILIDADE PÚBLICA DECRETO Nº 73729 DE 04/03/1974

CGC (IME) Nº 01587609/0001-71

Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

Rubrica

4/25/1985

Goiânia, 21 de fevereiro de 1985

Of. nº 023/85-IGPA

AO

Presidente da FUNAI

Dr. Nelson Marabuto Domingues

SIA TRECHO 04, Lote 750

Brasília-DF.

N.º 031	IAGESP
ENTRADA	26/2/85
HORA	8:25/15
RUBRICA	Quarte

Senhor Presidente,

Ao tomarmos conhecimento do ofício nº 103/PRES/PJ/85, desejamos esclarecer a V.Sa. que o pesquisador e documentarista Prof. Wolf Jesco von Puttkamer Filho faz parte do quadro do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, tendo doado ao mesmo o acervo constituído de fotografias, slides e filmes de populações indígenas.

Torna-se importante salientar que o material citado está servindo de fonte de pesquisa aos alunos e professores da Universidade Católica de Goiás, com fins exclusivamente culturais e científicos.

Acreditamos que o referido professor ainda não atendeu à solicitação de seu comparecimento a Brasília por motivos de saúde, uma vez que, em virtude de prescrição médica, encontra-se impossibilitado de viajar. Tão logo seu estado de saúde o permita, com parecerá a esta instituição, atendendo assim à solicitação de Vossa Senhoria.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sa. os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Quarte
Élio Garcia Duarte
- Diretor -

FUNAI SEC/GAB
452
ENT 14/2/85
SAÍDA 14/2/85
EM 25.2.85



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MANTIDA PELA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

UTILIDADE PÚBLICA DECRETO Nº 73729 DE 04/03/1974

CGC(MF) Nº 01587609/0001-71



A0

Dr. Nelson Marabuto Domingues

Presidente da FUNAI

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

SIA - Trecho 04, Lote 750

Brasília-DF.

7 1 2 0 0

AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1140 - SETOR UNIVERSITÁRIO - CAIXA POSTAL 86 - CEP 74.000 - PABX (062) 225-1188 - GOIÂNIA - GOIÁS

RPC

Remetente: Instituto Goiano de Prê-História e Antropologia

Endereço: Cx. Postal 86 - Universidade Católica de Goiás

CEP

7	4	0	0	0
---	---	---	---	---

Goiânia-GO.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI 445/176
Rubrica

REF.: OF. nº 023/85-IGPA - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

De ordem
- a AESP.

1985, 25/02/85

Rubens Auto da Cruz Oliveira
Assessor III

Bo Tupyrio Armer para as providências
que se julgam necessárias.

26/2/85

S. L. Heringer
Cezarias Paulo Heringer Filho
Chefe Assessoria de Estudos e Pesquisas
AESF-FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

4451/196
FUNAI
Rubrica

PARECER Nº 035 /85-AESP

Ref.: Proc.FUNAI/BSB/04451/76

Sr. Chefe da AESP:

O Jornal "JORNAL DE BRASÍLIA" em sua edição de 24 de março do corrente ano, publicou com "chamada" na 1ª página, no seu suplemento "JORNAL DE DOMINGO", matéria de página interna sobre o fotógrafo WOLF JESCO VON PUTTKAMER (filho) sob o título "EU FOTOGRAFEI A ALMA DO ÍNDIO BRASILEIRO" na qual o profissional afirma, entre outras coisas, que:

- a) Nesses 35 anos de trabalho" produzi 200 a 300 mil fotos de índios e milhares de metros de filme em 16 mm".
- b) "A Universidade me convidou para ser coordenador de uma expedição à Rondonia, na frente de atração URU-EU-WAU-WAU.... Ela quer pesquisar e documentar essa cultura ainda intocada: o trabalho heróico da FUNAI na reserva; as cavernas no planalto de Ataliba; o Apadi, que eles usam em suas flechas. Devemos ir com a antropóloga Bete Mindlin. Mas é necessário autorização da FUNAI e espero conseguir a licença".
- c) A "chamada" da 1ª página diz que "doente, sujeito a um infarto a qualquer momento, mesmo assim, Jesco Puttkamer, um brasileiro que passou mais de dois anos nos campos de concentração alemães, planeja mais uma viagem de estudos ao território dos Uruê-Wau-Wau, em Rondônia. (O gripe é nosso)
- d) Respondendo a uma indagação do repórter sobre "Fazer esse tipo de coisa hoje em dia está mais difícil com a FUNAI cobrando para entrar nas Reservas" Jesco afirma: "Acho justo que se cobre dessa gente que usa a imagem do índio para fins comerciais. Mas não deveria impor dificuldades a quem, já com sacrifícios, procura documentar a vida e a beleza deles.

Aos pesquisadores, deveria se dar todo o apoio". (o grifo é nosso).

- e) Ao responder a uma indagação do Jornalista sobre: "O senhor chegou a procurar o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), por exemplo?" o fotógrafo Jesco Von Puttkamer declarou: "Eu não tinha contato com essa gente. E não sou homem de procurar gabinete. Eu procurava os sertanistas la na frente". (O grifo é nosso).
- f) O fotógrafo Jesco Von Puttkamer afirma, ainda, em sua entrevista que o material que doou há 5 anos à Universidade Católica de Goiás "é considerado o maior acervo do mundo sobre o índio do Brasil". (o grifo é nosso).

Analisando detidamente a Reportagem publicada pelo "JORNAL DE BRASÍLIA", observa-se o seguinte:

1. Das 200 a 300 mil fotos produzidas pelo Sr. Jesco Von Puttkamer Filho, em áreas indígenas, a FUNAI recebeu apenas uma ínfima parte delas (não chegam a mil fotografias e slides) e quanto aos milhares de metros de filme em 16mm esta Fundação não recebeu do referido profissional um centímetro sequer;
2. Na sua entrevista o fotógrafo JESCO PUTTKAMER afirma que pretende ir com a antropóloga Bete Mindlin à frente de atração Uru-Eu-Wau-Wau pesquisar e documentar aquele grupo tribal. Mas na "chamada" de la. página que o Jornal publicou sobre a entrevista do Sr. Jesco Puttkamer, consta que o mesmo se encontra "doente, sujeito a um infarto a qualquer momento".

Diz ainda o fotógrafo na sua entrevista, no ponto que aborda os Uru-Eu-Wau-Wau que "é necessário autorização da FUNAI e espero conseguir a licença".

Ora. O Sr. Jesco Von Puttkamer (filho) é fotógrafo, não possuindo formação antropológica. Não cabe portanto, ao mesmo pesquisar e documentar os Uru-Eu-Wau-Wau, mas, no máximo, documentá-los, desde que autorizado pela FUNAI. De fato o fotógrafo afirma que pretende solicitar autorização à FUNAI, mas, no nosso entender, seria arriscado concedê-la, tendo em vista sua idade avançada (65 anos)

e seu precário estado de saúde pois o próprio jornal afirma que o mesmo se encontra "doente, sujeito a um infarto a qualquer momento", e não é desejo desta Fundação que o fotógrafo sofra esse enfarto em área indígena.

3. O fotógrafo Jesco Puttkamer acha justo cobrar direitos autorais "dessa gente que usa a imagem do índio para fins comerciais" mas que a FUNAI "não deveria impôr dificuldades a quem, já com sacrifícios, procura documentar a vida e a beleza" dos índios.

Não é fácil aceitar que o Sr. Jesco Puttkamer não tenha ganho nenhum centavo pelos filmes que produziu para a BBC de Londres; pelos cartões postais produzidos pela firma MERCATOR, de São Paulo; pelas reportagens publicadas pelo NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE; etc...

O próprio Sr. Jesco Puttkamer afirma em relatório anexado ao presente processo (fls.37) haver vendido 2 mil fotografias e mil slides ao Museu Etnológico de Berlim. Para se ter idéia sobre o preço cobrado, no Brasil, para a comercialização de fotos e slides, anexamos ao presente parecer a tabela de preços cobrado pela AGIL Fotojornalismo, empresa sediada nesta capital.

Claro fica, portanto, que o fotógrafo Jesco Puttkamer também "usa a imagem do índio para fins comerciais", devendo pagar, como qualquer outro, os direitos autorais a que os índios fazem jus de acordo com a legislação vigente no País.

4. O próprio fotógrafo, em certo trecho de sua entrevista afirma não ser homem de procurar gabinete".

Eu procurava os sertanistas, lá na frente".

No nosso entender, as leis e portarias foram elaboradas para serem cumpridas por todos. Cabe, somente ao Sr. Presidente da FUNAI, ouvida a Assessoria de Estudos e Pesquisas, conceder autorização para ingresso em áreas indígenas, e o Sr. Jesco Puttkamer não deve se constituir uma exceção, obtendo a autorização dos sertanistas na frente de atração.

5. Diz também o fotógrafo Jesco Puttkamer haver doado todo o material que possuía à Universidade Federal de Goiás e que este material documental "é considerado o maior acervo do mundo sobre o índio brasileiro".

No nosso entender o acervo documental recolhido pelo Sr. Jesco Puttkamer durante mais de 30 anos em áreas indígenas brasileiras deveria ter sido doado à FUNAI, que, agindo corretamente ou não (não nos cabe aqui julgar este fato) permitiu que o fotógrafo realizasse seu trabalho junto aos seus tutelados, e não à Universidade de Católica de Goiás.

Por uma questão de Justiça, entretanto, cabe aqui uma indagação:

Teria a FUNAI recursos financeiros, técnicos e humano para preservar tão importante acervo? Cremos que no momento, lamentavelmente a resposta seria NÃO haja visto o material atualmente existente na Assessoria de Comunicação Social, arquivado em dependências sem condições adequadas de refrigeração; sem que sejam feitas reproduções periódicas do acervo existente, visando sua conservação, etc...

Cremos haver chegado a hora de estudar-se uma fórmula visando a conservação do material documental audiovisual já existente nesta Fundação, bem como, a ampliação gradativa desse acervo, que nada mais é do que a memória do indigenismo brasileiro; que deve ser conservado e ampliado, visando as futuras gerações.

Em vista do exposto, somos salvo melhor juízo, do seguinte parecer:

- a. Tendo em vista o precário estado de saúde em que se encontra o Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer (filho), aguardar por um razoável espaço de tempo, sua completa recuperação, a fim de que o mesmo, compareça a sede desta Fundação, atendendo convocação, que lhe foi feita através do ofício nº 103/PRES/PJ/85;

- b. Obter do Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer Filho o pagamento, mesmo que simbólico - isto é não se cobrando rigorosamente de acordo com as tabelas de preços atualmente vigentes - dos direitos autorais devidos às diversas nações indígenas por ele retratadas;
- c. Encontrar uma fórmula visando a que o Sr. Jesco Puttkamer forneça à esta Fundação cópia do acervo documental que doou à Universidade Católica de Goiás.
- d. Comunicar à 8a.DR que o Sr. Jesco Von Puttkamer (Filho) continua proibido de ingressar em áreas indígenas, até a solução das pendências existentes para com a FUNAI;
- e. Somente conceder nova autorização para ingresso em área indígena ao Sr. Wolf Jesco Von Puttkamer (Filho) quando o mesmo resolver suas pendências para com a FUNAI e as comunidades indígenas, bem como comprovar que se encontra completamente recuperado em seu estado de saúde.

É nosso parecer, o qual submetemos à superior consideração de V.Sa.

Brasília, 29 de março de 1985

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Estudos e Pesquisas

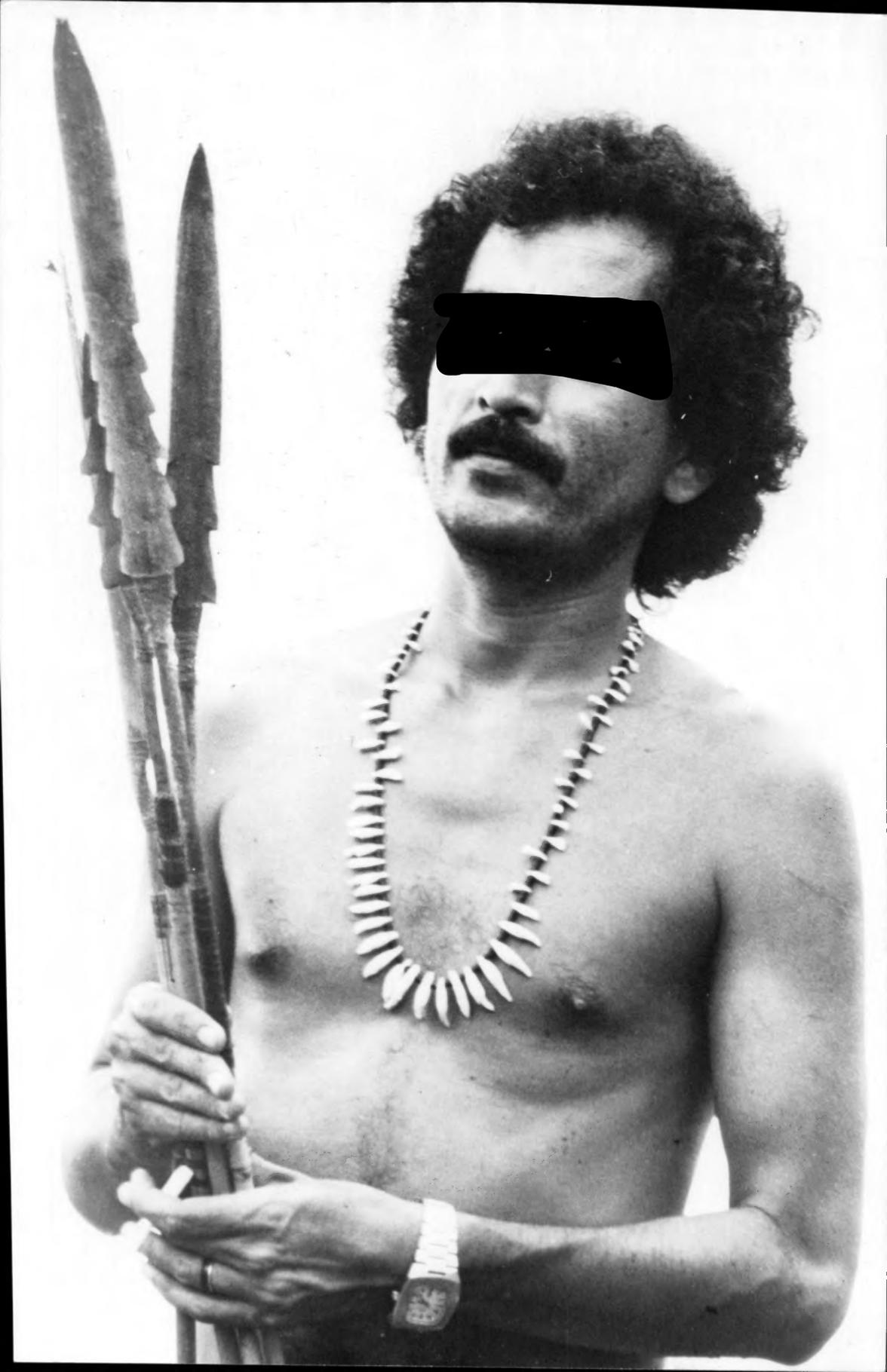
Sylvio Reimer
Redator

SR/mk



Jesco

Com a Cúpula da National
Geographic Society em
Washington (Maio 84).



O Sertanista da Funai



Com pedras dos índios

URUEU-WAU-WAU.

Foto: JESCO



Jesco

Com a Cúpula da National
Geographic Society
em Washington, em Maio 84



Jes Co

Com a cúpula

da National Geographic Soc.

em Washington (Maio 1984)



EXMO. SR.

PRESIDENTE DA FUNAP

DR. JURANDY MARCOS

DA FONSECA

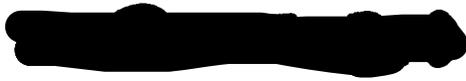
BRASÍLIA - D.F.



EDIFÍCIO "WINTER"



JESCO



74.000 GOIANIA-GO

TEL. 251.01.03

(062)

Sobras

SRTN - Ed. Brasília Rádio Center
Salas 3029/31 - Tel. 225-2925
Telex (061) 2257 - Caixa Postal 04-0177
70.710 - Brasília - DF

AGIL FOTOJORNALISMO

ROC. N.º FUNAI 4451/86
Fls. 122
Rubrica *Qe*

LABORATÓRIO P/B:

REVELAÇÃO DE NEGATIVOS:

Filmes 120 e 135.....Cr\$ 10.000
Contato (cada folha 18x24).....Cr\$ 12.000

OBS.: Filmes puxados sofrem acréscimo de 50%.

AMPLIAÇÕES:

Tamanho 12x18.....Cr\$ 8.000
Tamanho 18x24.....Cr\$ 12.000
Tamanho 24x30.....Cr\$ 30.000
Tamanho 30x40.....Cr\$ 50.000
Tamanho 50x60.....Cr\$ 80.000
Metro quadrado.....a combinar

REPRODUÇÕES P/B E REVERSÃO DE CROMO:

35mm (cópia 18x24).....Cr\$ 37.000
6x6 (cópia 18x24).....Cr\$ 80.000
Cópias subsequentes.....(vide tabela de ampliações acima)

REPRODUÇÕES COR:

35mm (cópia 18x25).....Cr\$ 55.000
6x6 (cópia 18x25).....Cr\$ 110.000
Cópias subsequentes.....a combinar
Duplicação de slides (mínimo de 10).....Cr\$ 7.500 cada

OBS.: Originais maiores que 30x40cm, retoque a combinar.

SRTN - Ed. Brasilia Rádio Centor
Salas 3029/31 - Tel. 225-2925
Telex (051) 2257 - Caixa Postal 04-0177
70.710 - Brasília - DF

AGIL FOTOJORNALISMO

PROC. N.º FUNAI 4451/86
123

REPORTAGEM/USO EDITORIAL (35mm)

Saída p/b - Até 4 horas.....	Cr\$ 90.000
Saída p/b - Dia inteiro.....	Cr\$ 160.000
Adicional por foto utilizada:	
- Jornais.....	Cr\$ 22.000
- Revistas, Livros e TV.....	Cr\$ 25.000
- Fascículos e Periódicos específicos.....	Cr\$ 48.000
Saída cor - Até 4 horas.....	Cr\$ 140.000
Saída cor - Dia inteiro.....	Cr\$ 220.000
Adicional por foto utilizada:	
- Jornais.....	Cr\$ 30.000
- Revistas, Livros e TV.....	Cr\$ 44.000
- Fascículos e Periódicos específicos.....	Cr\$ 65.000
Saída mista (cor e p/b) - Até 4 horas.....	Cr\$ 190.000
Saída mista (cor e p/b) - Dia inteiro.....	Cr\$ 260.000

OBS.: 1- A Capa será cobrada ao preço de arquivo.

2- Reportagem Comercial 35mm, acréscimo de 50%.

3- Reportagem Comercial 6x6: acréscimo de 100%.

ARQUIVO/USO COMERCIAL

	COR	P/B
Publicidade/Posters/Televisão.....	Cr\$ 430.000	Cr\$ 290.000
Capa de disco/Embalagens.....	Cr\$ 430.000	Cr\$ 290.000
Folhetos/Relatórios/catálogos.....	Cr\$ 290.000	Cr\$ 185.000
Calendários/Cartazes/Displays.....	Cr\$ 290.000	Cr\$ 185.000
Out-doors.....	Cr\$ 1.000.000	Cr\$ 1.000.000
Audiovisual.....	Cr\$ 60.000	Cr\$ 52.000
Referência/Lay-out.....	Cr\$ 110.000	Cr\$ 74.000

OBS.: 1- Formato 6x6, acréscimo de 50%.

2- Foto vinculada à reportagem desconto de 30%.

SRTN - Ed. Brasília Rádio Center
Salas 3029/31 - Tel. 225-2925
Telex (061) 2257 - Caixa Postal 04-0177
70.710 - Brasília - DF

AGIL FOTOJORNALISMO

PROC. N.º FUNAI

WS/176

ARQUIVO/USO EDITORIAL (35mm)

Rubrica

JORNAIS - DIÁRIOS E SEMANAIS:

Foto p/b - Nacional.....	Cr\$ 44.000
Foto p/b - Internacional.....	Cr\$ 60.000
Foto cor - Nacional.....	Cr\$ 60.000
Foto cor - Internacional.....	Cr\$ 90.000
Capa - Acréscimo de 100%.	

REVISTAS SEMANAIS:

Foto p/b - Nacional.....	Cr\$ 50.000
Foto p/b - Internacional.....	Cr\$ 80.000
Foto cor - Nacional.....	Cr\$ 90.000
Foto cor - Internacional.....	Cr\$ 140.000
Capa - Nacional e Internacional.....	Cr\$ 390.000

REVISTAS QUINZENAIS A TRIMESTRAIS, LIVROS E TV:

Foto p/b - Nacional.....	Cr\$ 60.000
Foto p/b - Internacional.....	Cr\$ 90.000
Foto cor - Nacional.....	Cr\$ 100.000
Foto cor - Internacional.....	Cr\$ 160.000
Capa - Nacional e Internacional.....	Cr\$ 390.000

FASCÍCULOS E PERIÓDICOS ESPECÍFICOS:

Foto p/b - Nacional.....	Cr\$ 90.000
Foto p/b - Internacional.....	Cr\$ 130.000
Foto cor - Nacional.....	Cr\$ 120.000
Foto cor - Internacional.....	Cr\$ 180.000
Capa - Nacional e Internacional.....	Cr\$ 450.000

OBS.: Formato 6x6: acréscimo de 50%.

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA pág: 1 data: 24/03/85

Convivência de 30 anos com índios

Doente, sujeito a um infarto a qualquer momento, mesmo assim Jesco Puttkamer, um brasileiro que passou mais de dois anos nos campos de concentração alemães, planeja mais uma viagem de estudos ao território dos Uruê-Wau-Wau, em Rondônia. Aos 65 anos de idade, sua mágoa é a de não ter recursos para editar 18 volumes de um diário de 20 mil páginas, reforçado por mais de 200 mil fotografias selecionadas. Tudo isso a respeito dos índios brasileiros, paixão que diz ter herdado de seus pais. Professor do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Jesco tem esperança de que alguma entidade se interesse por sua obra e venha a editar os seus livros. (Jornal de Domingo)

V451176
N. FINAL
126
①

Jesco Puttkamer

Um admirador dos povos indígenas, Jesco Puttkamer há mais de trinta anos pesquisa seus costumes e os fotografa com uma câmara transparente de sensibilidade como demonstram estas suas fotos abaixo. Nesta entrevista ao Jornal de Brasília, Jesco relembra sua vida com os índios e só tem um lamento: não ver sua obra publicada

“Eu fotografei a alma do índio brasileiro”

No bairro onde mora, em Goiânia, ele é conhecido como «um doutor alemão, esquisito, pesquisador de ervas medicinais». A reclusão em que vive, depois de passar mais da metade de sua vida nas selvas brasileiras, criou essa lenda que, como qualquer outra, só tangencia a verdade. Jesco Puttkamer Filho não é doutor e sim professor (como aliás sempre preferiu ser chamado), não tem nada de esquisito, a questão das ervas medicinais é quase um acaso em seu imenso trabalho e tampouco é alemão. Embora seja filho de alemães e tenha estudado nas melhores universidades germânicas, é brasileiro nascido há 65 anos em Niterói, Rio de Janeiro.

Nesta entrevista, realizada graças ao apoio da Assessora do Museu de Arte de Goiânia, Vera Gomes, o professor Jesco não esconde sua mágoa por ter devotado tanto tempo a filmar e fotografar os índios, com seus próprios recursos, enquanto verifica hoje que a Universidade Católica de Goiânia não tem recursos para editar seus 18 volumes. Essa obra equivale a 20 mil páginas de diário que escreveu, acrescidos de fotografias selecionadas de um total superior a 200 mil.

Seramente doente (ele tem uma obstrução no coração e um dos ventrículos bate mais rápido do que o outro), sujeito a um infarto a qualquer momento, o professor tem a recomendação expressa dos médicos para não receber visitas.

os lucros no meu ideal, os índios. A convite de Villas Boas fui para o Xingu. Depois, a pedido do extinto Conselho Nacional de Proteção ao Índio, fui viajando pelo Amazonas. Cheguei aos lugares mais remotos. Por exemplo, subindo o rio Juruá de canoa, peguei um afluente, o rio Imbreu, e fui até a divisa com o Peru, onde havia índios semi-arredios.

JBr — Qualera o seu trabalho?

Jesco — Fazer investigações sobre eles.

JBr — Que tipo de investigações?

Jesco — São coisas incríveis que deixei anotadas nos diários que se acham na Universidade Católica de Goiânia. Doei todo esse acervo. Só tem um defeito: escrevi-os todos em inglês, pensando que era mais fácil achar uma editora. Mas agora a Universidade não tem dinheiro para traduzir as 20 mil páginas que escrevi datilografadas, elas formam 18 grandes volumes. Há dois anos que tento publicar e falta dinheiro. O primeiro está pronto, chama-se Curumim. São observações e fotos sobre as crianças indígenas.

JBr — Professor, por ter passado tanto tempo com as frentes de atração, o senhor não se considera um sertanista?

Jesco — Eu não fui um sertanista. Era só um companheiro. Primeiro dos Villas Boas e depois dos Meirelles. O Apoena, inclusive, é meu afilhado. Tenho estado com ele nos últimos 15 anos, em Rondônia, uma parte fascinante do Brasil, ainda com índios a contatar

relatar como aconteceu um desses contatos? Um mais interessante, onde tenham acontecido surpresas.

Jesco — Eles foram muitos, cada um diferente do outro e com surpresas muitas. Está tudo descrito nos meus diários. Um desses foi com os índios Txikão, no rio Jatobá. Nós descemos com os dois aviões, dois “teco-tecos”, numa clareira a mais ou menos sete quilômetros da aldeia, pensando que os índios não chegariam lá. Mas, assim que aterrissamos, eles já haviam nos cercado. Não se podia decolar, nem nada. Eles estavam nervosos, batendo com as flechas nos arcos... E nós nem queríamos um contato tão depressa. Íamos só deixar presentes, preparar um “tapiri” de trocas como sempre fazíamos.

JBr — Que aconteceu?

Jesco — Orlando e Cláudio desceram. Mandaram o resto ficar no avião. Só de calção, mostraram que estavam desarmados: seguravam os facões, abanando e andando na direção deles. Então os índios gritaram horrivelmente, tomaram os facões dos dois e pediram mais. Desceu Piuim, um Kayabi, auxiliar de Orlando, que levou mais facões. Dentro de meia hora nós descemos e tudo se transformou numa festa.

JBr — Mas nem sempre é fácil assim.

Jesco — Com os Urue-Wau-Wau, mais recentemente, foi preciso dois anos e meio de preparo.

Um brasileiro que passou mais de dois anos nos campos de concentração alemães, solteiro, trabalhando atualmente como professor do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Jesco ainda sonha e faz projetos. Ele acredita que alguma entidade, talvez governamental, assumirá o trabalho de editar seus livros (sem comparação na história do Brasil) e já está planejando mais uma viagem de estudos ao território semi-explorado dos Urue-Wau-Wau, em Rondônia. Se a saúde permitir.

JBr — Desde 1950, o senhor documenta o índio brasileiro. De onde veio esse interesse?

Jesco — Porque sou filho de alemão, e alemão tem uma grande veneração pelos índios. Meus pais eram fazendeiros pobres no Brasil mas meus tios eram barões ricos na Alemanha e estudei lá, por conta deles. Lembro que naquele tempo (década de 1940) os meninos não brincavam de futebol, preferiam brincar de índio nas ruas. O alemão já tem essa doença, esse fascínio pelo índio. Ele só vê virtudes. E esse fascínio pegou em mim.

JBr — Durante a Segunda Guerra o senhor estava lá?

Jesco — Como era brasileiro, fui preso pelos alemães. Sofri dois anos e meio num campo de concentração. Fuzilaram meu irmão, Olavo. Cheguei a entrar na lista de fuzilamento, mas escapei. Foi uma cicatriz muito grande na minha alma. E, por esse motivo, talvez, veio essa vontade de procurar essa gente que ainda vive livre — os índios. Por outro lado, sempre fui um grande fã de Rondon, a quem considero o maior de todos os brasileiros.

JBr — E o retorno ao Brasil?

Jesco — Quando voltei, em 1949, já era químico formado (pela Universidade de Brestlav, Erlanger e Munique), especializado em Ciências Naturais. Arranjei emprego na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, como assistente de um professor alemão. Até que conheci o governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, que me convidou para trabalhar como seu secretário particular, atendendo às diversas correntes migratórias.

JBr — Como foi feito o contato com os índios?

Jesco — O governador tinha o costume de levar diplomatas estrangeiros e a imprensa até Xavantina e, mais tarde, Singu, onde estavam os irmãos Villas Boas.

JBr — Qual foi sua reação ao se encontrar com eles pela primeira vez?

Jesco — Levei um choque. Mas veio depois uma admiração formidável. Saber que ainda existe uma gente tão pura em seus pensamentos. E uma coisa indescritível.

JBr — Como foi o começo do seu trabalho com eles?

Jesco — Comprei uma chácara em Goiânia, onde produzia mudas, ovos, manteiga, hortaliças. Quando o negócio começou a render investi

JBr — Essa questão do contato implica um sério conflito de ordem cultural. Uma forte corrente antropológica considera o fato uma invasão. O que o senhor acha disso?

Jesco — O melhor seria deixá-los em paz. Mas como a nossa civilização não pensa em parar, é um dever nosso ir na frente e tentar preveni-los contra o que vem por aí.

JBr — Como eram feitos os contatos?

Jesco — Eles eram preparados com muito cuidado senão se transformavam em desastres. Na hora mesmo, não se sabe se quem tem mais medo são os índios ou somos nós. E como dizia um ás da aviação alemã, que depois se tornou meu amigo: "Coragem é a força com que se domina o medo". Medo todo mundo sente. A noite, quando se escuta um passarinho e você sabe que ele não é da noite ou mesmo do lugar... Ouvir pés descalços em volta do barracão... Vem o medo. E você sabe que não pode dar tiro em índio. Pode, no máximo, atirar para assustar.

JBr — O senhor poderia me

eram muito hostis. Desfilavam os presentes, gritavam da mata para irmos embora. Atacaram o posto diversas vezes, flechavam as redes.

JBr — Eles usavam o curare?

Jesco — Não. Só mais tarde descobrimos que usam veneno nas flechas. Mas isso foi uma surpresa porque achávamos que ao sul do Amazonas os índios não usavam isso. Essa tribo revelou que extraem esse veneno da entrecasca de uma árvore, a Padia. Ele não é como o curare, que paralisa os nervos; a Padia tem um anticoagulante, faz correr muito sangue. Por isso pode se tornar um remédio muito poderoso em casos de derrame e ataques cardíacos.

JBr — Nessas andanças todas o senhor aprendeu algum dialeto?

Jesco — Logo depois do contato, uma das coisas mais agradáveis e interessantes é fazer pesquisa linguística e procurar falar o idioma deles. Fato que eles consideram uma prova de amizade. Mas eu não desenvolvia porque os índios que já conhecia deixavam para trás. Eu gostava mesmo era de estar nas frentes de atração.

12/5/76
Jesco



Mãe e filha Juruná trabalham juntas a cerâmica



O rosto expressivo de Cunhazín, uma jovem Kamaiurá



Sirintaua.

3

4/15/76



Jesco: «O povo alemão tem uma grande admiração pelo povo índio e eu herdei esta paixão dos meus pais»

JBr — E como eram essas viagens na mata?

Jesco — No período da seca, por exemplo, as cabeceiras dos rios secam de tal maneira que temos que "vazar" as canoas por cima das árvores caídas, usando a casca da Imbaúba. No fim fica tão difícil que larga-se as canoas e vai-se com a bagagem nas costas.

JBr — O fato do senhor ter a pele tão clara e os cabelos louros chamava a atenção deles?

Jesco — Eles puxavam meus cabelos. Queriam levar um pedaço. Achar curioso, estranho, mas simpático.

JBr — Qual a sua opinião sobre o trabalho do sertanista?

Jesco — Admirável. É uma classe de pessoas que só tem aqui no Brasil. O primeiro foi Rondon e seus oficiais, que viram a necessidade de proteger esses índios do extermínio — ele foi o maior de todos. Outros grandes são os irmãos Villas Boas, Orlando, Cláudio e Alvaro. Depois, Chico Meireles e seus auxiliares. Agora seu filho, Apoena. Eles não gostam de publicidade, mas tudo que pudermos fazer para documentar seus feitos heróicos ainda é pouco. Atualmente, há gente da Funai que trabalha nas frentes e tem pouco apoio. Geralmente esse pessoal de Brasília não tem compreensão do que é necessário.

JBr — O que o senhor acha da Funai atual, com índios em postos-chaves e Marabuto como o sexto presidente da agência?

Jesco — Acho que sim. Tancredo, inclusive, estudou no mesmo colégio que eu, o Ginásio Santo Antonio, em São João Del Rey. Tenho uma veneração muito grande por ele. É um homem sério, sincero, honesto.

JBr — O senhor estaria de acordo com as lideranças indígenas, que pedem o encaixe da Funai numa nova estrutura política?

Jesco — Sem dúvida, a Funai deve ser desligada do Ministério do Interior.

JBr — Megaron falou-me que, apesar do avanço político do índio, ainda não é tempo dele assumir a presidência da Funai.

Jesco — Sim. Não acho que um índio vá conseguir verbas melhor que outras pessoas. Não é preciso nem ser tão indigenista. Basta uma pessoa que tenha força de expressão política. Neste País é necessário.

JBr — Nesses 35 anos de trabalho, o que foi documentado?

Jesco — Modéstia à parte, sou considerado um dos melhores fotógrafos do mundo. Sou colaborador da National Geographic que já publicou cinco trabalhos meus. Produzi 200 ou 300 mil fotos de índios e milhares de metros de filme em 16 mm, tudo com o dinheiro ganho em minhas atividades agrícolas. Meus diários foram feitos de madrugada (das 4:00 às 6:00 horas), à luz de velas, nas frentes de atração. Muitas vezes, em noites perigosas, a caneta tremia, recean-

curava fotografar a alma dele. E consegui, como consegui me fazer amigo deles. Porque fotografar é uma coisa muito antipática e eles terminavam colaborando comigo.

JBr — Fazer esse tipo de coisa hoje em dia está mais difícil com a Funai cobrando para entrar nas reservas?

Jesco — Acho justo que se cobre dessa gente que usa a imagem do índio para fins comerciais. Mas não deveria impor dificuldades a quem, já com sacrifícios, procura documentar a vida e a beleza deles. Aos pesquisadores, deveria se dar todo apoio.

JBr — O senhor já mostrou seus filmes em Londres?

Jesco — Sim. Levei-os uma vez. Recebi uma pequena gratificação. Ela mal deu para pagar a passagem de ida e volta e a estada.

JBr — Foi esse o único apoio que recebeu até hoje?

Jesco — Me deram mais um pouco de filmes para continuar o trabalho.

JBr — E o governo brasileiro?

Jesco — Nada. Ninguém. Para essas coisas não têm dinheiro.

JBr — O senhor chegou a procurar o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), por exemplo?

Jesco — Eu não tinha contato com essa gente. E não sou homem de procurar gabinete. Eu procurava os sertanistas, lá na frente.

JBr — Tanto trabalho. Qual o

Jesco — Ninguém está gostando. Mas acho que Marabuto não merece nenhuma crítica porque, embora não o conheça pessoalmente, tenho observado o esforço que está fazendo. Ele é um homem muito bom. Se é que está cometendo erros, é por estar defendendo o índio. Então, não é a Funai que deve ser tachada de culpada, mas essa inelocidade que é a falta de recursos. Deveriam, talvez, aplicar menos em Brasília, nesse aparato burocrático.

JBr — Mas comparando a atual Funai com os tempos do CNPI, melhorou alguma coisa?

Jesco — O serviço deles tem melhorado. Além do mais, todas essas críticas têm dado resultado. Se não fossem elas, talvez se acomodassem. Não melhorou mais porque não tem dinheiro. Visitei, no passado, uma frente de atração que nem tinha munição para caçar. Até a Petrobrás cortou a gasolina porque deviam demais.

JBr — O senhor acredita que com a Nova República de Tancredo a situação do índio brasileiro deve melhorar?

do o ataque dos índios. Há cinco anos doei à Universidade Católica, mas como ela não tem dinheiro para publicar isso me dá um certo desgosto. Porque antes de morrer gostaria de ver minhas coisas publicadas, daria uma última auto-satisfação.

JBr — De quando são as primeiras filmagens?

Jesco — De 1960, com a máquina de Orlando. Há milhares de filmes que nunca foram editados.

JBr — Por que os doou?

Jesco — Lá eles conservam com controle de umidade. Aqui em casa cheguei a perder alguns filmes.

JBr: Não pensou em vender?

Jesco — Nunca ofereci a ninguém porque minha intenção não era comercial. Era somente vontade de fixar essa coisa linda que via desaparecendo debaixo dos meus dedos. O índio começava a se vestir, a andar com roupa suja (porque não tinha sabão), ficar doente, perder os dentes. Esse não era o índio que eu admirava. Aquele com arco e flecha, que não tinha soberano, nem complexo de inferioridade. Eu pro-

retorno que obtive por essa vida inteira dedicada a historiar o índio brasileiro?

Jesco — A satisfação de ter feito esse material que está na Universidade. E considerado o maior acervo do mundo sobre o índio do Brasil. Mas ainda é pequeno porque não pude estar em todos os lugares.

JBr — Qual foi a sua cobertura?

Jesco — Todo trabalho dos irmãos Villas Boas, em oito anos; mais 10 anos com Chico Meirelles; um tempo com o CNPI; mais recentemente, com Apoena.

JBr — Mas o senhor não parou...

Jesco — A Universidade me convidou para ser coordenador de uma expedição à Rondônia, na frente de atração dos Urue-Wau-Wau, que quer pesquisar e documentar essa cultura ainda intocada; o trabalho heroico da Funai na Reserva; as cavernas do planalto de Ataliba; o Apadi, que eles usam em suas flechas. Devemos ir com a antropóloga Bete Mindlin. Mas é necessário autorização da Funai e espero conseguir a licença.

UNAI 129 4451116



Um chefe Krekon e sua esposa



Índios Suiá carregam uma gigantesca sucuri no Alto Xingú



Krekon, faz seu trabalho com prazer



Crianças Kren Akarore atravessam o rio Peixoto

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º FUNAI

130

130
9

 MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		CARIMBO DA ESTAÇÃO
Espécie OFICIAL Origem	Número Palavras	Data Hora Via a seguir
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS		HORA DA TRANSMISSÃO
Endereço DEL 8a. DR FVH		INICIAIS DO OPERADOR
N.º <i>3/8</i> /AESP DE <i>16-04-85</i> INFO VOSSIA FOTOGRAFO WOLF JESCO VON PUTTKAMER FILED CONTINUA IMPEDIDO INGRESSAR AREAS INDIGENAS VG ATEH QUE REGULARIZE SUA SITUAÇÃO JUNIO ESTA FUNDAÇÃO VG NO QUE DIZ RESPEITO AO PAGAMENTO DE DIREITOS DE IMAGEM DEVIDOS AH DIVERSAS COMUNIDADES INDIGENAS PT SDS EZEQUIAS HERINGER CHEFE AESP/FUNAI SR/nik		
Assinatura ou rubrica do expedidor		<i>Antonio Pereira Neto</i> Chefe Substituto AESP-FUNAI

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços

TELEGRAMA

Mód. 137 - Bl. 50x4 - 148x210

*A. Maria Auxi-
Medora, confor-
me solicitação
13/9/90
Medora*

Digitally signed by
Antonio Pereira Neto
DN: cn=Antonio Pereira Neto,
o=FUNAI, ou=FUNAI, email=antonio.pereira@funai.gov.br,
c=BR